



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

A APLICABILIDADE DA LEI MARIA DA PENHA NOS CASOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A CRIANÇA: A PROTEÇÃO INTEGRAL À CRIANÇA DIANTE DA DESIGUALDADE DE GÊNERO

THE APPLICABILITY OF THE MARIA DA PENHA LAW IN CASES OF DOMESTIC VIOLENCE AGAINST CHILDREN: THE INTEGRAL PROTECTION OF CHILD FACE TO GENDER INEQUALITY

Patrícia Cristina Perote do Nascimento*
 patriciapero@gmail.com
 Mônica Costa Barros**
 monicac.pinto@gmail.com

Resumo: O presente artigo tem por objetivo demonstrar que a aplicação da Lei Maria da Penha (Lei Federal n. 11.340/2006) traz medidas mais benéficas e eficazes no combate à violência doméstica contra a criança do que as legislações comumente aplicadas, seja para lesões corporais, como o Código Penal (Lei n. 2.848/1940), seja a legislação específica para a garantia dos direitos dos menores, o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/1990). Neste contexto, será comprovada a existência de um problema de desigualdade de gênero quando se permite que apenas meninas tenham direito às medidas mais benéficas. O método predominante utilizado foi o Comparativo-dialético, a partir do desenvolvimento de um estudo baseado na comparação de diferentes aspectos de um ordenamento jurídico, aliado ao levantamento de uma hipótese, a qual é analisada com base nesta comparação. Por fim, verificou-se que ao impossibilitar a aplicação das medidas preventivas da Lei Maria da Penha a vítimas crianças do sexo masculino, deixou-se de considerar o estado de vulnerabilidade da criança, o qual independe de gênero, e ainda o princípio da proteção integral do menor. A solução desta questão encontra-se no uso da analogia, possível no caso das medidas protetivas de urgência, devido a sua natureza cível, como meio de suprir esta lacuna que fere os direitos fundamentais da criança.

Palavras-chave: Violência doméstica contra a criança. Lei Maria da Penha. Desigualdade de gênero. Proteção integral à criança.

Introdução

Socialmente existe a ideia de que a criança é um objeto que pertence ao adulto, pensamento que resulta em estado de enorme vulnerabilidade social desta. Historicamente, observa-se que apenas muito recentemente, com a evolução dos direitos fundamentais, dentre os quais encontram-se os direitos da criança e do adolescente, é que o Estado se voltou para garantir a proteção dos menores, e que surgiu a visão de criança como sujeito de direitos.





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Primeiramente, é preciso entender que o castigo físico e psicológico configura afronta aos direitos humanos, sendo ainda mais grave quando se considera que as vítimas são pessoas em formação, vulneráveis e submissos aos adultos a sua volta.

A visibilidade dada a este problema social que passa despercebido no cotidiano das famílias é fundamental para garantir maior qualidade de vida para a infância brasileira, a despeito da dificuldade em modificar aspectos culturais. A prioridade deve ser o melhor interesse da criança, e, para tanto, buscam-se os mecanismos mais adequados para satisfazer essa necessidade.

A lei n. 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha vem resguardar as mulheres no tocante à violência doméstica. A proteção dada à mulher, independentemente de idade da vítima ou identidade do sujeito agressor permite sua aplicação também às crianças. Verifica-se que este mecanismo é mais vantajoso e eficaz do que o próprio ECA, ou o Código Penal. Logo, percebe-se que as legislações especializadas não parecem estar cumprindo o objetivo para qual foram criadas.

Acredito que quanto mais for dada relevância a este tema, maior será a possibilidade de aprimoramento do ordenamento jurídico no combate à violência doméstica contra as crianças brasileiras, assim como o constante debate trará informação para a população e colaborará no desenvolvimento de um senso comum de educação mais protetivo e menos punitivo.

Portanto é necessário que a busca por soluções permaneça constante, e os olhares dos profissionais e da comunidade estejam sempre atentos no combate a esse problema. O aprofundamento e a busca da melhoria contínua dos procedimentos adotados nesses casos são fundamentais para a garantia de uma infância brasileira saudável, o que resultará em uma geração de adultos saudáveis no futuro.

O desenvolvimento de um estudo baseado na comparação de diferentes aspectos de um ordenamento jurídico, aliado ao levantamento de uma hipótese, a qual é analisada com base nesta comparação, demonstra que é predominante o método Comparativo-dialético. Ainda, a investigação histórica da formação do contexto atual em que esse fenômeno ocorre, de forma a colaborar com a resposta para o problema identificado, revela a necessidade da utilização do método auxiliar histórico-evolutivo.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Em relação à técnica utilizada, busquei ater meu trabalho ao cunho bibliográfico, utilizando materiais como livros críticos de doutrinadores, artigos e trabalhos de pesquisa expostos em sítios da internet.

O primeiro item, intitulado *A violência contra a criança no Brasil: conceitos, aspectos culturais e históricos*, abordará o conceito de violência, bem como levantará questões sociais e culturais, as quais, ao longo da história, deram origem ao atual pensamento comum de objetificação da criança e sua submissão aos pais, gerando uma violência tolerada pela sociedade sob pretextos educativos.

O segundo item, intitulado *As normas legais para o combate à violência doméstica contra a criança*, faz uma análise das normas do ordenamento jurídico brasileiro relacionadas ao combate da violência doméstica contra a criança. Primeiramente abordando a Constituição Federal, o Código Penal, bem como o Estatuto da Criança e do Adolescente e por fim a Lei Maria da Penha, com o detalhamento de suas características de aprimoramento da legislação referente à violência doméstica, como suas importantes medidas protetivas.

No terceiro item, intitulado *Aplicação da analogia em favor da proteção integral da criança*, há um aprofundamento da discussão principal deste artigo, a qual se refere à desigualdade de gênero no âmbito da aplicação da Lei Maria da Penha em caso de vítima criança e sobre como a analogia pode ser utilizada para garantir o princípio da proteção integral da criança e diminuir desigualdades.

A violência contra a criança no Brasil: conceitos, aspectos culturais e históricos

A Organização Mundial da Saúde define violência como

o uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação. (OMS, 2002, p. 5 apud BARROS, 2005, p. 36)

Mesmo que o agente ignore o efeito dos próprios comportamentos, e que a intenção não seja direta, pode gerar agravos abusivos. (BARROS, 2005, p. 36)

No entanto, quando se trata de violência doméstica, nem sempre esta se enquadra no que se convém a classificar como violência. Ela surge mascarada pelos costumes, legitimada como forma de moldar ‘bons’ hábitos, ou seja, as atitudes de obedecer sem





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

questionar, qualquer que seja a ordem, imposta sob quaisquer formas [...] “há uma violência fixa, aceita e tão contundente que põe em crise todas as estruturas, desde os valores éticos e morais até os preceitos legais”. (LEÃO, 2001, p. 220 apud BARROS, 2005, p. 35)

Dentro do espaço doméstico a violência se manifesta notadamente entre os cônjuges ou tendo como vítimas os membros mais vulneráveis, mulheres, crianças e adolescentes, por meio de hábitos que se classificam como educativos, mas que representam a submissão ao pai ou homem responsável pelo núcleo familiar. (RISTUM, 2010, p. 231)

Desta forma, ao contrário do que demonstra a aparência de proteção do lar, é neste ambiente que uma disciplina de opressão e agressões sérias se desenrolam, vitimando inúmeras crianças e adolescentes. (RISTUM, 2010, p. 231)

É indiscutível que a família é reconhecida como fundamental no processo de socialização da criança e do adolescente. Um dos direitos elencados no Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (1990) é o da convivência familiar. No entanto, cabe ao Estado garantir as condições necessárias para que a estrutura da família seja construída de forma a fornecer o essencial para a formação da criança.

Entretanto, a tolerância social da educação por agressões não é ilimitada. Em geral, é aceita quando é leve, de forma a não ser capaz de causar danos físicos e visíveis. Apesar disto, casos graves continuam a ocorrer, a pretexto de atitudes pedagógicas.

A visão da legislação brasileira se desenvolveu positivamente à luz dos direitos humanos e trouxe diversas garantias no tocante a proteção da infância, fez com que a violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes, silenciada até poucos anos atrás, se tornasse cada vez mais presente no debate público. (BARROS, 2005, p. 38)

O fato de a violência intrafamiliar ser tratada como questão pública, não só do ponto de vista do aparato jurídico-policial, mas também da assistência e da saúde, tem contribuído para retirá-la do âmbito exclusivamente privado e para a criação diversas redes de proteção e, desse modo, possibilitar a análise do contexto histórico desse complexo fenômeno social. (MOREIRA; SOUSA, 2012, p. 14)

Buscando-se uma maior delimitação, dentro deste conceito se subdividem modalidades dessa violência, física, psicológica, sexual, a negligência e até mesmo a violência fatal, alguns ainda classificam o abandono, o trabalho infantil e os maus-tratos. (MOREIRA; SOUSA, 2012, p. 19)



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
09, 10 e 11 de Novembro de 2016
Manaus - Amazonas

Destaca-se que os tipos de violência não acontecem sozinhos, isolados. Na maioria das vezes são praticadas simultaneamente, por exemplo, a violência psicológica pode possibilitar um abuso sexual ou a violência física que intimida se caracteriza, também, como uma violência psicológica. (MOREIRA; SOUSA, 2012, p. 19)

As normas legais para o combate à violência doméstica contra a criança

Após uma análise do contexto cultural que contribui para a legitimação de algumas formas de agressão à dignidade da pessoa da criança, trazemos os mecanismos legais criados para utilização nestes casos. Temos como objeto de estudo deste trabalho o Código Penal (Lei n. 2.848/1940), o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei 8.069/1990) e a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006). Entretanto, não se pode deixar de analisar a questão a luz da Constituição Federal de 1988, principalmente por compreender que se trata de violação de norma que protege a dignidade do ser humano.

A Constituição Federal de 1988 traz pela primeira vez *adoutrina da proteção integral* em lugar da *doutrina da situação irregular* como norteadora do ordenamento relativo às crianças desde então. Em seu artigo 227, determina as responsabilidades conjuntas da família, da sociedade e do Estado para a guarda aos direitos fundamentais da criança e do adolescente, consequência dos avanços obtidos na ordem internacional em favor da infância e da juventude.

O Código Penal (Lei n. 2.848/1940) apresenta medidas que podem ser aplicadas nos casos de violência doméstica contra a criança. Inclui-se entre essas normas quatro parágrafos do art. 129 (§9º, §10º, §11º e §12º) especificamente para a violência doméstica, parágrafos que foram acrescentados pela Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006).

Art. 129

[...]

Violência Doméstica

§ 9º Se a lesão for praticada contra ascendente, descendente, irmão, cônjuge ou companheiro, ou com quem conviva ou tenha convivido, ou, ainda, prevalecendo-se o agente das relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade:

Pena - detenção, de 3 (três) meses a 3 (três) anos.

§ 10. Nos casos previstos nos §§ 1º a 3º deste artigo, se as circunstâncias são as indicadas no § 9º deste artigo, aumenta-se a pena em 1/3 (um terço).

§ 11. Na hipótese do § 9º deste artigo, a pena será aumentada de um terço se o crime for cometido contra pessoa portadora de deficiência.

§ 12. Se a lesão for praticada contra autoridade ou agente descrito nos [arts. 142 e 144 da Constituição Federal](#), integrantes do sistema prisional e da Força



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Nacional de Segurança Pública, no exercício da função ou em decorrência dela, ou contra seu cônjuge, companheiro ou parente consanguíneo até terceiro grau, em razão dessa condição, a pena é aumentada de um a dois terços.

O Estatuto da Criança e do Adolescente– ECA (Lei 8.069 de 1990) representou grande progresso para a legislação brasileira. Entre os princípios que nortearam o desenvolvimento deste estatuto está o *melhor interesse da criança e do adolescente*, o qual possui status de direito fundamental.

O caput do artigo 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente afirma o dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar os direitos fundamentais das crianças e adolescentes e atuar de forma a garantir a efetivação deles. O artigo 6º classifica criança e o adolescente como sendo pessoas em desenvolvimento, que têm garantido, de forma prioritária, o seu melhor interesse.

Por sua vez, a Lei Federal n. 11.340 entrou em vigor em 22 de setembro de 2006 e ficou conhecida como “Lei Maria da Penha”. A referida lei criou mecanismos para combater e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Nela está prevista a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. Foi estabelecida uma série de medidas exclusivas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar. A lei é composta por 46 artigos contendo normas mistas, tanto de direito material quanto de direito processual, além de outras naturezas. Para Ingrid Charpinel Reis (2011), essas inúmeras mudanças trazidas para o ordenamento jurídico geraram discussão doutrinária e jurisprudencial, principalmente no tocante a potencial inconstitucionalidade face ao princípio da igualdade, aqui, em relação ao gênero. (REIS, 2011, p. 4)

Entre as inovações da Maria da Penha, podemos destacar o estabelecimento da mulher, exclusivamente, como sujeito passivo. Com isso, surgiu a exigência desta qualidade especial.

Com ela, a pena do artigo 129 do Código Penal (tipo especial de lesão corporal leve, a que foi atribuído o nome de “violência doméstica”) foi alterada. Passou de 6 (seis) meses a 1 (um) ano para 3 (três) meses a 3 (três) anos, e é agravada em caso de a vítima ser pessoa com deficiência.

Diante do exposto acerca das mudanças provocadas no ordenamento graças à Maria da Penha, foram iniciadas discussões relacionadas a suposta violação do princípio da igualdade, neste caso, à igualdade de gênero.





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

De acordo com Ingrid Charpinel Reis (2011), o que se alega de uma lado é que há inconstitucionalidade no momento em que se traz uma medida legislativa que se aplica apenas à mulheres, por outro lado se afirma que a Lei é constitucional, pois vem justamente efetivar uma igualdade material, frente a realidade de submissão e menosprezo social na qual as mulheres brasileiras estavam inseridas. (REIS, 2011, p. 10)

As medidas de enfrentamento trazidas pela Maria da Penha visam punir adequadamente os agressores, bem como proteger as vítimas e promover seu acesso à justiça e aos seus direitos. As medidas protetivas de urgência que obrigam o agressor, presentes no art. 22 da referida lei, são a solução encontrada para dar mais segurança de forma rápida para a vítima. São aplicadas pelo juiz em até 48 horas após a denúncia na delegacia de polícia, pode ser requerida pela própria vítima ou pelo Ministério Público. (CNJ, 2015)

Quanto à natureza jurídica destas medidas, ainda existem controvérsias. Contudo, o mais aceito pela doutrina e pelos tribunais superiores atualmente é que se trata de medidas de tutela de urgência cível autônomas, ou seja, *sui generis*, de natureza cível e de caráter satisfativo, as quais devem permanecer enquanto forem necessárias para garantir a integridade física, psicológica, moral, sexual e patrimonial da vítima. (DINIZ, p. 9)

Segundo o Promotor de Justiça Anaílton Mendes de Sá Diniz, há entre as medidas protetivas de urgência que obrigam o agressor uma única de natureza criminal, utilizada em situação extrema, que é a prisão preventiva. Entretanto, tal medida é aplicada apenas para o caso de descumprimento das outras medidas, ou seja, a prisão tem por finalidade apenas garantir a execução das aludidas medidas protetivas. Para sua decretação é necessário, no mínimo, um procedimento de investigação criminal ou processo penal em andamento, ou seja, um procedimento de natureza criminal, conforme dispõem os arts. 20, da LMP; 311, 312 e 313, III, do Código de Processo Penal (CPP). (DINIZ, p. 9)

Importante ressaltar que há posições de alguns tribunais de que o descumprimento de medidas protetivas não torna penalmente típica a conduta do agressor. Quanto a isso, Anaílton Mendes de Sá Diniz justifica tal atipicidade da conduta do agressor pelo crime de desobediência, previsto no art. 330 ou no art. 359, do CPB. (DINIZ, p. 15)

Explica DINIZ:

A prisão preventiva não é uma sanção. Caso contrário, estar-se-ia ferindo o princípio da presunção da inocência e impondo-se penalidade sem o devido





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

processo legal. Ademais, assim entendendo, estava-se provocando a abolição do princípio da legalidade [...]. Em melhor sintonia com os princípios da Lei, é o entendimento de que havendo descumprimento das medidas protetivas, se configura o crime de desobediência, pois, como delito permanente, autoriza a iniciativa da Polícia ou qualquer pessoa do povo a prender o agressor em flagrante delito, enquanto durar a permanência da desobediência. Essa sinalização advém 16 dos arts. 10, § 1.º, da LMP; 301 e 303, do CPP [...] repise-se, prisão preventiva não é pena, mas medida cautelar processual. Ressalte-se que o delito de desobediência à decisão judicial (art. 359 CPB) é crime contra a Administração da Justiça e não contra a mulher, sendo que a prisão preventiva serve como uma garantia para esta, ao passo que o delito em apreço tutela o princípio da autoridade, consubstanciado no prestígio e na dignidade da Administração da Justiça, representada pelo Juiz de Direito. (DINIZ, p. 15)

Exemplos de medidas protetivas são o afastamento do agressor do lar ou local de convivência com a vítima e a fixação de limite mínimo de distância de que o agressor fica proibido de ultrapassar em relação à vítima, por exemplo. Também há proteção dos bens da ofendida, como bloqueio de contas, indisposição de bens, restituição de bens indevidamente subtraídos pelo agressor e prestação de caução provisória, mediante depósito judicial, por perdas e danos materiais decorrentes da prática de violência doméstica. (CNJ, 2015)

O juiz tem liberdade para aplicar uma ou mais medidas, de acordo com a necessidade, assim como substituir uma por outra a qualquer tempo, e, ainda, aplicar outras medidas não previstas, mas consideradas de urgência e necessárias para a proteção da mulher no caso concreto. (CNJ, 2015)

É importante destacar que o fato de afastar o agressor é medida que beneficia enormemente a vítima, ainda mais quando se leva a questão para a seara da violência contra a criança. Considerando o princípio do melhor interesse da criança é bem menos danoso para ela que permaneça em sua casa, sem a presença do agressor, do que fazer com que seja afastada de toda a família.

Aplicação da analogia em favor da proteção integral da criança

Para Marcela Harumi Takahashi Pereira, a analogia é o método de autointegração do direito pelo qual, diante de um caso concreto em que haja lacuna legislativa, tal lacuna pode ser preenchida por meio da aplicação de norma aplicável a caso semelhante àquele, que possuam a mesma essência. (PEREIRA, 2009)



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Importante destacar que a analogia sofre limitação referente a sua aplicação no Direito Penal, tendo em vista que não se pode utilizar dela para prejudicar o réu.

A Lei 11.340/2006 foi criada para a proteção exclusiva de mulheres e meninas, não sendo aplicada para vítimas de violência doméstica do sexo masculino. No entanto, ao se analisar as garantias e medidas determinadas por estatutos protetivos específicos, principalmente no âmbito processual, como o Estatuto da Criança e do Adolescente e o Estatuto do Idoso, por exemplo, não se tem medidas que se assemelhem.

Segundo Marcela Harumi Takahashi Pereira, é possível a utilização da analogia como solução para esta lacuna. O argumento mais comum utilizado, de que a Lei Maria da Penha veio apenas para proteger as mulheres torna-se estéril, na medida em que não se encontra em discussão a questão da aplicação direta de tal norma, mas sim, outra forma de aplicação, por meio de analogia. Tal como afirma REALE apud PEREIRA: “o pressuposto do processo analógico é a existência reconhecida de uma lacuna na lei”. (PEREIRA, 2009)

Desta forma, me posiciono no sentido de defender o melhor interesse da criança, considerando que não se pode deixar de aplicar a analogia aos meninos, tendo em vista a situação de vulnerabilidade da vítima, mesmo do sexo masculino.

Marcela Harumi Takahashi Pereira exemplifica:

Se o pai é denunciado por praticar reiterados maus tratos contra sua filha de 7 anos, o juiz criminal ou, se houver, do juizado da mulher poderá cautelarmente ordenar-lhe que deixe a residência familiar, pague alimentos provisórios e se afaste da ofendida, com isso pondo fim à sucessão de ilícitos. Há, para tanto, lei expressa: art. 22, I, III, a, e V, da Lei 11.340/2006. E, se a violência for praticada contra menino, nas mesmas condições, o juiz do juizado especial criminal poderá conceder as mesmas medidas cautelares, pois, apesar do vazio legislativo, a posição de ambas as vítimas é essencialmente igual. (PEREIRA, 2009)

GUERRA apud FERNANDES e SANTOS, 2014 traz outro exemplo:

Outra situação fática a ser exemplificada é a hipótese de um padrasto praticar violência sexual contra o enteado, que conte com menos de 14 anos. Pertinentes seriam a retirada do agressor do lar familiar e o impedimento de se aproximar do menino e de seus familiares (GUERRA, 2003, p. 441). Todavia esta medida de proteção não está relacionada no Estatuto da Criança e do Adolescente, mas consta no art. 22, III, a, da Lei nº 11.340/06. (FERNANDES; SANTOS, 2014)



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Apesar do vazio legislativo no caso de vítima do sexo masculino, a posição de vulnerabilidade e de ambas as vítimas é essencialmente igual, e o melhor interesse do menor e a proteção integral da criança devem ser considerados.

Considerações finais

Temos que a violência doméstica contra a criança foi construída historicamente sob a justificativa de educação, mas na realidade se configura como relação de poder entre o adulto e a criança em sua vulnerabilidade, relação muitas vezes baseada na estrutura familiar patriarcal, de submissão do mais fraco. Em que pese a força desta construção social, a legitimação deste tipo de violência está cada vez mais em discussão na esfera pública, deixando a rígida delimitação da coisa privada. Assim, tem se desenvolvido uma rede de proteção da criança no âmbito jurídico, inclusive com a presença do combate a todo tipo de violência contra as crianças e os adolescentes na pauta dos tratados internacionais sobre direitos humanos.

Um ponto importante que devemos observar é que a proteção dada à mulher pela Maria da Penha em casos de violência doméstica, conforme já demonstrado, independe de idade da vítima ou identidade do sujeito agressor, o que permite sua aplicação também às crianças do sexo feminino.

Quando pensamos em aplicabilidade da Lei Maria da Penha, olhamos a questão de gênero e a história de vulnerabilidade das mulheres ao longo dos anos, todavia, esquecemos que para além da questão de gênero, as crianças, sejam meninas ou meninos, são seres humanos em formação, como dita nosso ordenamento, e apresentam vulnerabilidade frente ao adultos e à sociedade em geral.

Não se pode deixar que haja desigualdade no tratamento das pessoas por motivo de gênero. É preciso refletir acerca da existência de uma possível injustiça quando se considera todas as possibilidades de aplicação do diploma legal, por exemplo, nos casos de violência doméstica contra criança, em que se pode utilizar medidas mais favoráveis à vítima no caso de ela ser do sexo feminino, através da aplicação da Maria da Penha.

Quando ajustamos o foco neste sentido e verificamos a vulnerabilidade da criança, seja qualquer criança, desconsiderado o gênero, percebemos que existe uma desigualdade. As medidas presentes na Lei Maria da Penha não são previstas pelo



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Estatuto da Criança e do Adolescente, no entanto, não podem deixar de ser aplicadas às crianças, sem distinção de sexo, pois trata-se de pessoas vulneráveis e frágeis que necessitam da proteção do Estado e da sociedade. (FERNANDES; SANTOS, 2014)

Diante deste quadro, a solução seria o uso da analogia, uma vez que é observada identidade de razões entre casos de violência doméstica contra meninas e casos contra meninos. Estes, tanto quanto elas, necessitam da tutela do Judiciário e do sistema cautelar da Lei 11.340/2006. (PEREIRA, 2009)

O fato de as medidas protetivas de urgência que obrigam o agressor terem natureza de tutela de urgência *sui generis*, de natureza cível autônomas, conforme já demonstrado, possibilita a aplicação da analogia nestes casos, diferente do que acontece com normas de natureza puramente penal.

Não se trata apenas de levar em consideração o elemento subjetivo do gênero do indivíduo vítima, mas sim de perceber a necessidade de tutela aos interesses do indivíduo criança. É o fato de ser um ser humano em desenvolvimento que deve se sobrepor à questão do gênero e autorizar o uso da analogia e a aplicabilidade das medidas protetivas nestes casos, pois não se pode fazer diferença entre duas crianças quanto ao nível de vulnerabilidade com base no gênero.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Anderson Pereira. *Violência Doméstica Contra Crianças E Adolescentes - Prevenção, Repressão E Proteção À Vítima No Âmbito Brasileiro E Latino-Americano*. Revista de Informação Legislativa, número 160, outubro/dezembro de 2003, e nos Cadernos de Direito da Criança e do Adolescente, ABMP-UNICEF, número 3, 2004. Disponível em: <http://www.mpdft.mp.br/portal/pdf/unidades/promotorias/pdij/Artigos/Violencia_domestica.pdf>. Acesso em: 25 de outubro de 2016, às 00h31min.

AZEVEDO, Maria Amélia. *Um Cenário em (dês)construção*. In: UNICEF. (Org.). *Direitos Negados/A Violência contra a Criança e o Adolescente no Brasil*. Brasília: UNICEF, 2005, v. , p. -.. Disponível em: <http://www.unicef.org/brazil/pt/Cap_01.pdf>. Acesso em: 13 de julho de 2016, às 15h46min.

_____. *Mania de bater: a punição corporal doméstica de crianças e adolescentes no Brasil*. São Paulo: Editora iglu, 2001, citado por ROSAS, Fabiane Klazura; CIONEK, Maria Inês Gonçalves Dias. *O impacto da violência doméstica contra crianças e adolescentes na vida e na aprendizagem*. Disponível em:



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

<<https://www.mprs.mp.br/areas/infancia/arquivos/impacto.pdf>>. Acesso em: 28 de julho de 2016, às 20h42min.

BARROS, Bibiana La-Rocca; BENITEZ, Luiz Braulio Farias. *A Proteção da Criança e do Adolescente: Os limites da suspensão e a perda do poder-dever familiar*. Revista Eletrônica de Iniciação Científica. Itajaí, Centro de Ciências Sociais e Jurídicas da UNIVALI. v. 5, n.1, p. 90-117, 1º Trimestre de 2014. Disponível em: <<http://www.univali.br/ensino/graduacao/cejurps/cursos/direito/direito-itajai/publicacoes/revista-de-iniciacao-cientifica-ricc/edicoes/Lists/Artigos/Attachments/983/Arquivo%205.pdf>>. Acesso em: 25 de outubro de 2016, às 21h52min.

BARROS, Nivia Valença. *Violência intrafamiliar contra criança e adolescente. Trajetória histórica, políticas sociais, práticas e proteção social*. 275 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <http://www.uff.br/maishumana/acervo/publicacoes/teses/viol_intraf1.pdf>. Acesso em: 28 de julho de 2016, às 20h42min.

BELLOQUE, Juliana Garcia. *Das medidas protetivas que obrigam o agressor – artigos 22*. 2014. Disponível em: <http://www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2014/02/2_artigos-22.pdf>. Acesso em: 25 de outubro de 2016, às 22h40min.

BRASIL. *Direitos Humanos e violência intrafamiliar: informações e orientações para agentes comunitários de saúde*. Brasília: Ministério da Saúde, 2001.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 28 de julho de 2016, às 21h07min.

BRASIL. Lei 8.069 de 13 de julho de 1990. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/l8069.htm>. Acesso em: 28 de julho de 2016, às 21h15min.

DINIZ. Anaílton Mendes de Sá. *Medidas Protetivas de Urgência: Natureza Jurídica – Reflexos Procedimentais*. Disponível em: <<http://tmp.mpce.mp.br/nespeciais/promulher/artigos/Medidas%20Protetivas%20de%20Urgencia%20-%20Natureza%20Jur%C3%ADdica%20-%20Anailton%20Mendes%20de%20Sa%20Diniz.pdf>>. Acesso em: 25 de outubro de 2016, às 18h32min.

FERNANDES, Camila Cardoso; SANTOS, Marcelo Fernandes dos. *Aplicabilidade das medidas protetivas previstas na Lei Maria da Penha em favor de idosos, crianças e adolescentes*. Revista Jus Navigandi, Teresina, ano 19, n. 4192, 23 dez. 2014. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/31694>>. Acesso em: 25 de outubro de 2016, às 17h14min.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

MOREIRA, Maria Ignez Costa; SOUSA, Sônia Margarida Gomes. *Violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes: do espaço privado à cena pública*. O Social em Questão, Ano XV, nº 28. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <<http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/2artigo.pdf>>. Acesso em: 13 de julho de 2016, às 16h02min.

PEREIRA, Marcela Harumi Takahashi. *Medidas protetivas da Lei Maria da Penha: aplicação analógica a meninos e homens*. In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, XII, n. 69, out 2009. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=6827>. Acesso em: 25 de outubro de 2016, às 18h45min.

REIS, Ingrid Charpinel. *A Lei Maria da Penha e Sua Potencial (In)constitucionalidade Face ao Princípio da Igualdade*. 30 f. Monografia (Pós-Graduação). Escola da Magistratura do Estado do Rio De Janeiro, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <http://www.emerj.tjrj.jus.br/paginas/trabalhos_conclusao/1semestre2011/trabalhos_12011/IngridCharpinelReis.pdf>. Acesso em: 21 de setembro de 2016, à 21h37min.

RISTUM, Marinela. *A violência doméstica contra a criança e as implicações da escola*. – Temas em Psicologia, vol.18,n. 1: Bahia, 2010. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v18n1/v18n1a19.pdf>>. Acesso em: 13 de julho de 2016, às 15h34min.

ROSAS, Fabiane Klazura; CIONEK, Maria Inês Gonçalves Dias. *O impacto da violência doméstica contra crianças e adolescentes na vida e na aprendizagem*. Conhecimento Interativo, São José dos Pinhais, PR, v. 2, n. 1, p. 10-15, 2006. Disponível em: <<http://www.mprs.mp.br/areas/infancia/arquivos/impacto.pdf>>. Acesso em: 13 de julho de 2016, às 16h18min.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

A CAPOEIRA E AS INTELIGÊNCIAS MÚLTIPLAS: PERSPECTIVA PARA UMA PEDAGOGIA INTERCULTURAL

THE CAPOEIRA AND THE MULTIPLE INTELLIGENCES: PROSPECT FOR A PEDAGOGY INTERCULTURAL

Adenildo Vieira de Souza¹

souzaadenildo@yahoo.com.br

Rennan Reis Martins²

rennanreis65@gmail.com

Augusto Carvalho de Souza³

augusttosouza97@gmail.com

Resumo: Este trabalho tem como objetivo possibilitar reflexões e proporcionar vivências da prática pedagógica da capoeira numa visão da cultura corporal, utilizando como mediadora as inteligências múltiplas. A capoeira é uma rica manifestação sociocultural brasileira, é patrimônio cultural do Brasil, a partir disso, vemos a importância de se trabalhar esta atividade nos estabelecimentos de ensino de uma forma que seja explorado não apenas o aspecto procedimental do jogo, mas tudo aquilo que faz da capoeira uma importante prática da cultura corporal de movimento. Tal proposta nos oferece alternativas para que conheçamos como se manifesta e exploremos em qualquer âmbito educacional potencialidades e habilidades por meio de práticas corporais que se preocupe com a formação integral do sujeito na perspectiva das inteligências múltiplas.

Palavras-Chave: Capoeira. Inteligências Múltiplas. Cultura Corporal de movimento.

INTRODUÇÃO

Este trabalho procura refletir e oferecer possibilidades para a prática da capoeira pensando no desenvolvimento das inteligências múltiplas do aluno. Analisando a prática é possível constatar que a capoeira oferece uma diversidade de conteúdo a serem explorados nas perspectivas transdisciplinares, através da cultura corporal de movimento se pode trabalhar e desenvolver habilidades e competências pensando na formação integral do aluno.

¹ . Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia- PPGSCA e Professor Substituto da Faculdade de Educação Física e Fisioterapia- FEFF/UFAM. Membro do Laboratório de Educação Física e Interdisciplinaridade-FEFF/UFAM.

² .Discente de Educação Física – Licenciatura da Faculdade de Educação Física e Fisioterapia-FEFF/UFAM.

³ .Discente de Educação Física – Licenciatura da Faculdade de Educação Física e Fisioterapia-FEFF/UFAM.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

A capoeira é uma manifestação sociocultural brasileira, é patrimônio cultural do Brasil, a partir disto, vemos a importância de se trabalhar esta atividade nos estabelecimentos de ensino de forma que sejam explorados todos os seus aspectos. A possibilidade de explorar a capoeira a torna um forte conteúdo aos educadores, seja qual for o enfoque que se dará. É devido a sua configuração - música, jogo, dança, história, arte e educação – que propomos neste trabalho atividades almejando o desenvolvimento das inteligências múltiplas mediadas por atividades didático-pedagógicas da cultura corporal de movimento aos alunos nos ambientes formais e não formais.

É importante salientar o conceito de cultura corporal de movimento no contexto da educação física. Para Galvão, Rodrigues e Sanches Neto (2005) a educação física é uma prática pedagógica que trata da cultura corporal de movimento, que se preocupa com a prática pedagógica da educação física no ensino básico. A educação física escolar tem por objetivo integrar e introduzir os alunos na cultura corporal de movimento, sendo essa configurada pelo jogo, o esporte, a dança, a ginástica e as lutas onde mediados por processos que se constituem nas experiências de usufruir, partilhar, produzir e reproduzir corroboram para a formação do cidadão. O educador pensando na capoeira enquanto cultura corporal de movimento pode estimular todas as inteligências múltiplas atentando para os temas que contemplem os aspectos sociais, políticos e culturais.

A capoeira é uma manifestação sociocultural afro-brasileira onde permeiam histórias, música, jogo, brincadeira e educação. Segundo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAM, a capoeira é uma manifestação cultural presente hoje em todo território brasileiro e em mais 150 países, com variações regionais e locais criados a partir de suas “modalidades” mais conhecidas: as chamadas “capoeira angola” e “capoeira regional”. Todo processo acontece por meio da Roda de Capoeira que é um elemento estruturante desta manifestação, espaço e tempo onde se expressam simultaneamente o canto, o toque dos instrumentos, a dança, os golpes, o jogo, a brincadeira, os símbolos e rituais de herança africana – notadamente banto – recriados no Brasil.

A teoria das inteligências múltiplas foi desenvolvida no início da década de 1980 por Howard Gardner e tem se apoiado em estudos neurológicos realizados em Universidades Americanas e principalmente em Harvard. Tem como objetivos descobrir e compreender como funciona o cérebro humano em relação a aprendizagem para que



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

possam desenvolver estímulos às inteligências e cuidar de distúrbios ligados à atenção, criatividade e memorização Antunes (2009). Esta teoria, segundo o autor supracitado vem a ser uma alternativa para educadores, pois:

Pode ser vista como um novo paradigma de compreensão do ser humano que abandona sua avaliação através de sistemas limitados e o percebe com acentuada amplitude linguística, logico-matemática, criativa, sonora, cinestésica, naturalista e, principalmente, emocional. Antunes (2009, p.13).

Essa proposta nos oferece alternativas para que exploremos nos alunos habilidades e competências, sendo que algumas podem ser melhor desenvolvidas do que as outras, porém, mantendo a interação sempre almejando várias inteligências. Segundo Gardner (1999, p. 10) “A inteligência é responsável por nossas habilidades para criar, resolver problemas e fazer projetos, em uma determinada cultura.” Notamos o quanto essa teoria contribui ao contexto educacional e sociocultural, sua aplicabilidade pode ser tanto no contexto formal - escolas, universidades - quanto informal - projetos de cunho social e projetos de cunho socioambiental.

Segundo Smolle (1999) tal perspectiva permite que olhemos os alunos de modo mais amplo e faz com que eles descubram que podem ser “inteligentes” não somente em línguas e matemática, e sim no modo de movimentar o seu corpo acompanhado de uma música, no modo de produzir uma escultura, e também na maneira de se relacionar com os outros. Ao pensarmos na capoeira como meio para se desenvolver as inteligências, notamos que as possibilidades são muitas e que vai muito além do simples movimentar ou de cantar músicas. Todas podem ser estimuladas através do jogo, pois esse se configura numa riqueza sociocultural onde se trabalha habilidades cognitivas, afetivas e motrizes. E corroborando com a importância da exploração das inteligências múltiplas, Gardner (1995, p.18) afirma que:

É da máxima importância reconhecer e estimular todas as variadas inteligências humanas e todas as combinações de inteligências. Nós todos somos todos tão diferentes em grande parte porque possuímos diferentes combinações de inteligências. Se conhecermos isso, penso que teremos pelo menos uma chance melhor de lidar adequadamente com os muitos problemas que enfrentamos neste mundo.

Segundo os autores, notamos o quanto as inteligências são importantes para o ser humano, principalmente, quando desenvolvidas em ambientes educacionais, refiro-me não só às escolas formais, mas também as escolas comunitárias, projetos sociais, dentre outros. O trabalho visando as inteligências múltiplas, permite ao educando uma compreensão melhor de mundo mais crítica e dialógica. Isso é possível através de



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

comparações, pesquisas, discussões em grupo, reconhecimento e conseqüentemente elaboração de alternativas para os problemas que enfrentam os vários contextos culturais.

AS INTELIGÊNCIAS NA CAPOEIRA

Achamos necessário compreendermos como se manifestam as inteligências múltiplas na capoeira e em seguida propomos atividades para que elas sejam estimuladas. Segundo o IPHAN, a capoeira pode ser considerada como uma manifestação sociocultural que tem como característica principal a roda de capoeira que é conduzida pelas músicas, histórias, instrumentos, golpes, brincadeira, malícia, regras e as relações sociais. Correia (1996, p.99) afirma que “na capoeira existe o encontro, o diálogo, a alegria, a dança, o esporte, a brincadeira, a música, o ritmo, o canto, a poesia, o jogo, o movimento, o homem utilizando todas as suas potencialidades em busca de aprender a ser/estar no mundo”. Notamos elementos essenciais à vida humana presentes na capoeira que podem ser trabalhados num processo de aprendizagem visando a formação integral do educando.

Inteligência linguística

Esta se manifesta na habilidade para lidar criativamente com as palavras, em diferentes níveis de linguagem (semântica, sintaxe), tanto na expressão oral quanto na escrita (no caso de sociedades letradas). Particularmente notável em poetas e escritores, também é desenvolvida por oradores, jornalistas, publicitários e vendedores, por exemplo, Gardner (1995) e Antunes (2012). Na capoeira, esta inteligência é notória, através dos cantos, da poesia, das histórias contadas nas rodas podemos identificá-la. Há uma forte expressão oral presente no contexto do jogo fazendo com que ele flua.

Prática pedagógica na Capoeira

Esta inteligência pode ser muito bem desenvolvida em atividades didáticas na capoeira. Como exemplo, pode-se trabalhar com os alunos a análise das músicas de capoeira. Também a composição de músicas envolvendo o universo da capoeira, o professor pode escolher uma determinada temática para que os alunos componham acerca dela. A cantoria das músicas também facilita no aprendizado desta inteligência. A transposição de histórias de músicas para a escrita é uma forma de trabalhar a



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

interpretação de um determinado contexto, com os alunos, pois as músicas de capoeira contam e cantam histórias de capoeiristas lendários nas rodas por todo o mundo.

Inteligência lógica-Matemática

É característica de pessoas que são boas em lógica, matemática e ciências. É a inteligência que determina a habilidade para o raciocínio lógico-dedutivo e para a compreensão de cadeias de raciocínios, bem como a capacidade de solucionar problemas envolvendo números e elementos matemáticos. É a competência mais diretamente associada ao pensamento científico e, portanto, à ideia tradicional de inteligência. Cientistas, advogados, físicos e matemáticos são exemplos de profissionais nos quais essa inteligência se destaca, Gardner (1995) e Antunes (2012). Esta inteligência, se manifesta na capoeira através do jogo entre os dois jogadores, a imprevisibilidade requer tomada de decisão, pois no jogo os movimentos de ataque e defesa devem ser utilizados nos momentos certos. Capoeira (2010, p.21) “ Os capoeiras quebram o corpo, ameaçam, fazem fintas. Os golpes partem rápidos, violentos, sem aviso prévio. As defesas são esquivas, fugindo ou entrando por baixo do golpe, derrubando o oponente ou soltando o contra-ataque”. Os jogadores devem ter cuidados, um tenta acertar o outro, mas dentro da técnica esse é um dos momentos onde se demonstram a malícia e as habilidades dos jogadores.

Prática pedagógica na Capoeira

Segundo o Smolle (1999) algumas das características de pessoas que detém tal inteligência pode ser: gostar de ser preciso; gostar de tirar conclusões; tem boa argumentação; utiliza estruturas lógicas, dentre outras. E a capoeira detém de tais característica, pois o seu conjunto sociocultural nos dá a possibilidade de explorá-las. Por exemplo, em uma aula onde o professor pode trabalhar as sequências da capoeira regional, são sequências divididas em oito etapas, cada uma com determinados golpes. Podemos considerá-las estruturas lógicas, e com o passar do tempo, com essas mesmas sequências os alunos se aperfeiçoarão e chegarão a um jogo mais harmônico, o jogo faz com que os alunos pensem rápido. É importante frisar que o objetivo não é a formação de capoeirista



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

atleta, e sim fomentar um trabalho global para que os alunos explorem a capoeira nos seus vários aspectos.

O professor pode pedir aos alunos que façam um levantamento das obras publicadas no Brasil referente a Capoeira Regional, assim como dos outros estilos. Depois pedir para os alunos transferirem para gráficos as obras pesquisadas. O professor pode trabalhar com os alunos uma pesquisa para saber quantos golpes existem na capoeira regional e angola e depois pedir para identificar e classificar as semelhanças e diferenças.

Inteligência Musical

É uma capacidade onde se pensa em termos musicais, reconhecer temas melódicos, ver como eles são transformados, seguir esse tema no decorrer de um trabalho musical e, mais ainda, produzir música. É a inteligência que permite a alguém organizar sons de maneira criativa a partir da discriminação de elementos como tons, timbres e temas. As pessoas que apresentam esse tipo de inteligência - como, por exemplo, muitos músicos famosos da música popular brasileira - em geral não dependem de aprendizado formal para exercê-la, Gardner (1995) e Antunes (2012). Esta inteligência é marcante na capoeira, afinal o jogo inicia mediante um tipo específico de canto junto aos instrumentos, como o berimbau, pandeiro, atabaques dentre outros, dependendo do grupo ou do estilo que se pratica. A roda flui mediante a harmonia - história, música, instrumentos e jogadores. Os cantos de entrada, as ladainhas, os corridos e quadras conduzem o jogo. Para Silva (2008, p.47):

Conta-se e canta-se em exaltação aos mestres do passado, que, por sua vez, exaltaram os seus mestres; fala-se de eventos importantes da história e das estórias da capoeira; chama-se a atenção para o tempo do cativo, para o momento presente e para a importância dessa prática para a continuidade da tradição etc.

A roda se configura num ritual, as experiências e os códigos perpassam no decorrer do jogo, onde tudo se entrelaça.

Prática Pedagógica na Capoeira

A capoeira é um jogo que possui um conjunto de atividades como a música, o canto guiado pelo som do berimbau, esta detém uma magia que encanta e que é responsável pelo ritmo do jogo. Para se trabalhar com esta inteligência, existem várias





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

práticas a serem utilizadas. O educador pode explorar os vários toques do berimbau, perguntando aos alunos que toque se está utilizando no momento e com isto estimulará a percepção e o conhecimento do aluno, pode-se utilizar os toques do berimbau, do pandeiro, do atabaque dentre outros. O educador pede aos alunos que pesquisem os significados das músicas, utilizando as fontes: livros, documentários, revistas e entrevistas como os próprios mestres. A composição de músicas é outra excelente atividade, pois contribui com a escrita, com a comunicação e com a criatividade do aluno.

Outra atividade é trabalhar com os alunos um levantamento das origens dos instrumentos que fazem parte dos estilos de capoeira, abordando os materiais que os compõem e fazendo relações com instrumentos das várias regiões do Brasil e de outros países.

Inteligência Espacial

Para Gardner (1995, p.15) “é a capacidade de formar um modelo mental de um mundo espacial e de ser capaz de manobrar e operar utilizando este modelo”. Os escultores, marinheiros, engenheiros e pintores são alguns profissionais que esta inteligência se manifesta. Podemos compreender essa inteligência na capoeira sob o ponto de vista de Campos (2008, p. 75):

O sentido do movimento na capoeira determina a direção, inversamente ao que estamos acostumados (visão cartesiana), ou seja, as direções determinam os sentidos dos movimentos. As noções de frente, trás, cima, baixo e lados encontram-se implícitas nos graus de mobilidade do capoeirista, por exemplo: atacar implica geralmente avançar, no entanto, na capoeira, não somente avançar, mas também recuar, pois os dois sentidos se encontram conjugados em toda direção.

O modelo mental composto pelos golpes, músicas, regras, necessários à condução do jogo, o movimento de esquivas - desvios de golpes - agachamentos, deslocamentos para a esquerda e para a direita num plano alto ou baixo se faz na roda sem fugir às regras, caracterizam a inteligência espacial na capoeira.

Prática Pedagógica na Capoeira

Para esta inteligência existem muitas atividades didáticas presentes na roda de capoeira. Uma delas, o professor conta aos alunos como é organizada uma bateria de capoeira angola, depois os alunos terão que as dispor assim como foi falado. Em outra atividade o professor trabalhará com um mapa geográfico e pedirá que os alunos



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

localizem onde está o continente africano e os países que tiveram influência em elementos socioculturais presentes na formação do Brasil e na capoeira, como: danças, instrumentos, ritos, lutas, dentre outros. Aproveitando essa atividade, os alunos deverão pesquisar em quais estados brasileiros a cultura afro-brasileira se manifesta como cultura popular.

Os desenhos e as pinturas podem entrar como recursos pedagógicos aos educandos e professores, uma pesquisa pode ser proposta aos alunos com o intuito de analisar as obras de capoeira nos contextos em que foram produzidas, procurando compreender os seus sentidos e significados nos seus tempos e espaços. Numa atividade voltada para as séries iniciais, o professor pode trabalhar com corte e colagem aproveitando atividades que retratem um contexto sociocultural por meio de maquetes, recontando a história através de um cenário proposto pelo professor como tema gerador, por exemplo: o jogo nas senzalas. Essas atividades exploram a criatividade e desenvolvem as potencialidades dos alunos.

Inteligência Cinestésico-Corporal

Para Gardner (1995, p.15) “é a capacidade de resolver problemas ou de elaborar produtos utilizando o corpo inteiro, ou partes do corpo”. Ela se manifesta nos jogadores de futebol, mímicos, atletas e mágicos. E na capoeira é uma das inteligências mais expressivas, configurando todo o jogo. Os golpes, junto às músicas, direcionam os corpos no jogo, seguidos de regras e da magia que compõem a roda. Como nos aponta Campos (2001, p.78) :

A capoeira desenvolve as qualidades físicas de base, atuando com eficácia na melhora da condição física geral, desenvolvendo sobremaneira os sistemas aeróbio, anaeróbio e muscular. Tem uma influência marcante no aspecto cognitivo, afetivo e motor. Estimula a coragem, a autoconfiança, auto-estima, a cooperação, a formação de caráter e da personalidade.

Na capoeira ao se trabalhar almejando uma inteligência específica, outras são estimuladas no decorrer do processo de aprendizagem.

Prática Pedagógica na Capoeira

As atividades de aquecimento na capoeira já correspondem ao trabalho com esta inteligência. Uma atividade a ser explorada em uma aula, que é de fundamental importância para esta inteligência, é o professor trabalhar com as sequências da capoeira regional modelo de aprendizagem criada por mestre Bimba com o objetivo de aprimorar



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

as habilidades do aluno através de golpes de ataque, defesa e contra-ataque, Campus (2001). As sequências são num total de oito. O professor pede aos alunos que façam a primeira e a segunda sequências e em seguida pede para que façam de forma aleatória, onde eles executarão a primeira e oitava ou terceira ou sexta. As sequências não precisam ser trabalhadas de forma completa, podendo ser adaptada à realidade dos educandos. Os educandos no decorrer do processo podem propor as suas próprias sequências.

Outra atividade é com floreios que são movimentos acrobáticos que são executados nas rodas de capoeira e que embelezam esta arte e são praticados desde os primórdios, Castilha (2012). São mais vistos, principalmente na capoeira contemporânea, na roda, o professor pede aos alunos que demonstrem os floreios que lhes venham na memória e em seguida o professor vai falando alguns e os alunos tentarão executá-los.

Um teatro é uma outra atividade muito atrativa, o professor juntamente com os alunos podem extrair de uma letra de música, uma história e depois recontá-la por meio de uma encenação. Uma história que é muito utilizada é a do maculelê² que é considerada afro-indígena e tem como personagem um guerreiro que lutou com pedaços de paus para defender sua aldeia, venceu todos os inimigos sozinho, mas morreu, por isso na dança se utilizam dois pedaços de madeira cilíndrico de aproximadamente 40 cm para homenagear o momento de bravura, pois é uma lenda simples e seus adereços são fáceis de serem confeccionados. Existem outras versões desta lenda, os alunos podem pesquisá-las e ressignificá-las.

inteligência interpessoal

Esta inteligência pode ser entendida como “a capacidade de compreender outras pessoas: o que as motiva, como elas trabalham, como trabalhar cooperativamente com elas”, Gardner (1995, p.15). Esta é fundamental para o convívio nos ambientes educacionais, familiares e empresariais. O autor aponta alguns profissionais dotados desta inteligência: políticos, vendedores, professores e terapeutas. Na capoeira ela se expressa de forma bem evidente, as relações sociais permeiam o contexto do jogo ou da roda, as amizades e a convivência fazem parte desse contexto, como nos aponta Campos (2001, p. 91), “ O jogar capoeira na roda é algo extremamente excitante que proporciona uma motivação toda peculiar, tendo o educando a oportunidade de vivenciar confrontos ricos, interagindo com outros colegas, e expressar toda sua criatividade, expressão corporal e



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

plasticidade”. Na capoeira essa inteligência é estimulada e condicionada por uma série de elementos que constituem o jogo, que direta e indiretamente estimulam outras inteligências.

Prática Pedagógica na Capoeira

Para esta inteligência ser trabalhada e desenvolvida nas aulas de capoeira, existem várias possibilidades, dentre elas, a comunicação e cooperação existente no jogo são essenciais. O professor pode solicitar aos alunos que escrevam uma história referente à capoeira que depois servirá como peça de teatro em que os mesmos trabalharão na elaboração e ornamentação para a apresentação da composição. Assim todos os alunos participarão em uma tarefa, mas mantendo sempre a interação e mediação do professor nas atividades. Pesquisas referentes aos relatos de vida de mestres de capoeira é outra atividade que pode ser desenvolvida. O professor juntamente com os alunos pode preparar um roteiro para realização de um documentário envolvendo mestres que fazem trabalhos na região.

As visitas aos grupos de capoeira também são formas de possibilitar a socialização, o professor pode mediar práticas em que os alunos cooperem como o jogo propriamente dito. Ao iniciar a roda de capoeira, cada aluno - visitante deve jogar com um aluno do local visitado, favorecendo, com isto, a socialização. Quando terminar o jogo, o professor media as apresentações entre os alunos, fazendo com que todo se conheçam, propiciando a comunicação e o relacionamento pessoal.

Inteligência Intrapessoal

Gardner (1995, p.15) define esta inteligência como “a capacidade de formar um modelo acurado e verídico de si mesmo e de utilizar esse modelo para operar efetivamente na vida”. Ou seja, é a capacidade de autoconhecimento, de aceitação do eu, de aceitação da identidade e saber lidar com as próprias emoções (ANTUNES, 2009). Na capoeira ela é fundamental ao praticante, pois o jogador precisa perceber sua importância na roda, a sensibilidade e o autoconhecimento estimulados por meio da música, do jogo e das relações sociais, isso caracteriza essa inteligência na capoeira, quem consegue manter boas relações nas rodas, respeito e ética, tanto para com os colegas quanto para as pessoas,



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

certamente, são visíveis e respeitadas nos contextos que estão inseridas. Essa inteligência se relacionada de forma simultânea com a anterior a interpessoal.

Prática Pedagógica na Capoeira

Muitos alunos têm medo de realizar alguma atividade por acharem que estão se expondo ao ridículo. Em aulas de educação física, artes, danças ou qualquer outra disciplina, estas situações são comuns, principalmente quando esses alunos tem baixo repertório motor que limita suas expressões corporais. A capoeira pode ser utilizada como recurso pedagógico e incluir os alunos mediante as experiências à desafios motores, culturais e emocionais no contexto do jogo de capoeira.

Filmes contando a história de mestres e lendários capoeiristas detém um rico conteúdo para despertar a sensibilidade e a auto-estima nos alunos e nos professores. Pois nestes filmes, preconceitos, estereótipos, lutas por uma vida melhor e vitórias são contadas através das vivências e experiências.

A diversidade cultural é um tema que o professor pode explorar com a turma. As expressões que estejam relacionadas com a formação da capoeira, como o frevo, o maculelê, as histórias são essenciais na constituição da formação dos seres humanos. Documentários e filmes, através de pesquisas e visitas aos mestres antigos que não estão mais envolvidos no mundo da capoeira por motivos de saúde ou desânimo podem ser meios para se trabalhar a proposta dessa inteligência.

Inteligência Naturalista ou Ecológica

Esta inteligência foi acrescentada por Gardner às outras de sua lista, Antunes (2009, p.35) nos diz que:

Está ligada a competência para perceber a natureza de maneira integral, sentir processo de acentuada empatia com animais e com as plantas, uma compreensão ampla sobre habitats de espécies e ecossistemas mesmo que não se domine cientificamente esses conceitos.

Atualmente é uma inteligência que precisa ser mais explorada no ambiente educacional, principalmente em nosso país que vem perpassando por graves problemas socioambientais dentre eles: caça ilegal, tráfico de animais, queimadas e descarte incorreto de lixo. Este último vem se tornando frequente em discussões para que se possa achar medidas que amenizem as consequências do descarte incorreto. Os meios de comunicação nos mostram as principais consequências da ação do homem, dentre



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

algumas: doenças; entupimento de esgotos e os lixos despejados nas ruas, causando problemas socioambientais.

Prática Pedagógica na Capoeira

Na capoeira, o professor tem um leque de alternativas para explorar esta inteligência. Uma atividade muito interessante, pode ser realizada por meio de uma pesquisa sobre a madeira que se utiliza para o berimbau, a tradicional é a biriba, em alguns outros locais a envira, no Amazonas, por exemplo, se utiliza esta última. A forma como esta madeira é retirada, se ela acontece por meio do reflorestamento ou de ações ilegais. O tempo de vida da árvore, se retirada em excesso, quais os desequilíbrios ecológicos podem ocorrer quando não se segue normas de sustentabilidade. Orientar aos alunos da importância de se utilizar a madeira de reflorestamento é uma forma de sensibilizar quando a natureza. Buscar junto aos alunos espécies de árvores que possam ser utilizadas para a confecção do berimbau, dentro dos requisitos ambientais, essa é uma alternativa que quando pensando no contexto escolar pode ser trabalhada em conjunto com o professor de ciências e/ou geografia, caracterizando uma atividade multidisciplinar

A utilização de recursos alternativos como as latas, as garrafas plásticas, os canos de PVC's, dentre outras, são meios que o professor pode estimular essa inteligência, criar temas geradores, como exemplo: reutilização das garrafas plásticas- ganhos e alternativas. A utilização como meio para a elaboração de instrumentos musicais da capoeira são potenciais que o professor pode explorar, como o *caxixi* que pode ser confeccionado com pequenas garrafas e sementes. O pandeiro também pode ser confeccionado com lata de goiabada e tampas metálicas de refrigerantes. O agogô pode ser confeccionado com latas pequenas de ervilha, leite ou extrato de tomate, dentre outras. O berimbau pode ter sua verga confeccionada a partir de canos de PVC e as cabaças confeccionadas com garrafas plásticas com a parte do fundo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Capoeira, cultura afro-brasileira configurada em arte, luta, dança é rica em manifestações socioculturais. É uma ferramenta educacional para o contexto escolar e comunitário. Pode ser trabalhada em qualquer disciplina de forma transdisciplinar e multicultural. Como se percebe, pode mediar um trabalho pedagógico para desenvolver





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

as inteligências múltiplas nos alunos. Temas como meio ambiente, diversidade cultural, ética e cidadania são características presentes na capoeira.

É importante que pensemos na capoeira como mediadora e aliada à educação integral pois, é essencial em qualquer ambiente como ferramenta que promova o processo de ensino-aprendizagem, seja no ambiente formal ou informal.

Os materiais didáticos contendo a temática capoeira, precisam ser difundidos nos âmbitos educacionais junto as políticas públicas com vistas a propiciar trabalhos na perspectiva da diversidade e da interculturalidade. A capoeira é conteúdo educativo para qualquer área do conhecimento, permitindo que o aluno desenvolva espectros de competências e habilidades para sua vida e no contexto que está inserido.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Celso. *Como desenvolver conteúdos explorando as inteligências múltiplas*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. 55 p.

ANTUNES, Celso. *As inteligências múltiplas e seus estímulos*. Campinas, SP: Papirus, 2012. 141 p.

CAMPOS, Hélio. *Capoeira na Universidade: uma trajetória de resistência*. Salvador: EDUFBA, 2001. 184 p.

CAMPOS, Hélio. *Capoeira na escola*. Salvador: EDUFBA, 2001. 153 p.

CASTILHA, Fábio André. *Aspectos pedagógicos da capoeira*. Passo Fundo: Méritos, 2012. 159 p.

CAPOEIRA, Nestor. *Capoeira: pequeno manual do jogador*. Rio de Janeiro: Record, 2010. 238 p.

CORREIA, José Bispo. Capoeira: Esporte e educação. In: BARBIERI, Cesar; OLIVEIRA, Paulo Cabral de; MORAES, Renato Medeiros de. *Esporte Educacional: uma proposta renovada*. Recife: Universidade de Pernambuco/UPE-ESEFMEE/INDESP, 1996. p. 98-102.

GARDNER, Howard. *Estruturas da mente: a teoria das inteligências múltiplas*. Porto Alegre: Artmed, 1994.





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

GARDNER, Howard. *Inteligências múltiplas: a teoria na prática*. Porto Alegre: Artmed, 1995.

GALVÃO, Zenaide; RODRIGUES, Luiz Henrique; SANCHES NETO, Luiz. Cultura corporal. In: DARIDO, Suraya Cristina; RANGEL, Irene Conceição Andrade. *Educação Física na Escola: implicações para a prática pedagógica*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005. p.25- 39.

INSTITUTO DO PRATRIMONIO HISTÓRICO E ARTISTICO NACIONAL. A roda de Capoeira. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/66>. Acesso em 20 de Setembro de 2010.

SMOLLE, Kátia Cristina Stocco. *Múltiplas inteligências na prática escolar*. Brasília: Ministério da Educação: Secretaria de Educação a Distância, 1999.

SILVA, Eusébio Lobo da Silva. *O corpo na Capoeira*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2008.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

A CONFEÇÃO TRADICIONAL DA CERÂMICA NA CIDADE DE MANACAPURU-AM: UMA ANÁLISE FIGURACIONAL

OLIVEIRA, Murana Arenillas¹
 MATOS, Gláucio Campos Gomes²

RESUMO: O ethos do povo amazônida fundamenta-se dos recursos naturais ofertados pelo ambiente que o cerca. A arte milenar da cerâmica, uma das linguagens artísticas existente no cotidiano dos povos tradicionais da Amazônia, também necessita desses serviços, pois no âmago da sua confecção estão relacionadas matérias-primas provenientes da natureza. O presente trabalho tem como objetivo analisar as figurações presentes na confecção tradicional da cerâmica na cidade de Manacapuru-AM, descrevendo o processos que envolvem sua prática tradicional, a fim de compreender as exterioridades da tecnização e da tradição na produção de cerâmica. Este trabalho, foi feito a partir de pesquisas e questionários in loco, examinando a produção ceramista presente na cidade de Manacapuru, compreendendo a cultura, o comportamento e o universo da produção ceramista tradicional dos povos da Amazônia. A prática tradicional da cerâmica está inserida nesse contexto enquanto cultura material de habilidades humanas e apresenta-se como um reservatório de processos culturais complexos, sendo para tal abordagem necessária compreendê-la em seu processo de construção e ensino.

Palavras-Chave: SABERES LOCAIS; PRÁTICAS TRADICIONAIS; CERÂMICA; IDENTIDADE AMAZÔNICA; PROCESSO CIVILIZADOR.

INTRODUÇÃO

Em busca da sobrevivência, o homem desde a pré-história, desenvolveu relações para firmar sua continuidade na Terra. Essas relações a priori, homem e ambiente, concebeu sua permanência perante fenômenos da natureza e frente a outras espécies. A capacidade intelectual do homem e interação com o ambiente proporcionou o desenvolvimento primitivo das primeiras formas de tecnologias (GOMBRICH, 1999).

O uso da matéria-prima advinda da natureza exigiu a criação de ferramentas essenciais que levou o homem ao topo da cadeia alimentar e assegurar sua supremacia, além de subsidiar e auxiliar suas atividades cotidianas, como a caça, a linguagem, a escrita

¹ -Mestranda em Ciências Humanas pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Manaus, Amazonas-Brasil.

murana.ufam@gmail.com

² Professor da Faculdade de Educação Física e Fisioterapia da Universidade Federal do Amazonas (FEFF-UFAM). Manaus, Amazonas-Brasil.

glauoci campos@bol.com.br





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

e outras formas de comunicação, como as pinturas rupestres uma das primitivas, no sentido de primeira, formas de comunicação e linguagem artística. (KANDINSKY, 1997) O conhecimento e domínio das novas ferramentas permitiram que este se estabelecesse agora em um lugar fixo, desenvolvendo um novo tipo de relação organizacional, criando raízes em único local, utilizando técnicas de agricultura e iniciando a produção do seu próprio alimento em ciclos ininterruptos, aumentando a capacidade de armazenamento de alimentos e água. Esta relação alterou o comportamento humano, modificando sua na condição de nomadismo para a vida fixa em sociedade.

A partir dessa mudança comportamental e o domínio da agricultura, a cerâmica nasce como objeto, fruto de habilidades humanas, para suprir a necessidade dos povos pré-colombianos de armazenamento, cocção e processamento mais efetivos de alimentos (NEVES, 2006).

A arte de moldar a argila e produzir cerâmica apresenta-se como um recipiente repleto de figurações e processos sociais complexos. Desde sua concepção no imaginário de quem a produz sendo imaterializada, à sua materialização, onde ganha forma a partir das mãos do seu criador.

A confecção da cerâmica estabelece em seu processo redes invisíveis de interdependências, pois, em sua criação e modelagem são necessários materiais, ferramentas e métodos que desencadeiam relações entre o homem e o ambiente (sua relação com o imaginário e fornecimento da matéria-prima utilizada), relações sociais (laços de compadrio estabelecidos por meio da tradição familiar da produção da cerâmica e das redes invisíveis estabelecidas na utilização dos materiais e ferramentas necessárias) e com a sociedade (escoamento das peças para a sociedade e sua relevância), envolvendo as redes de interrelações, para lograr sua atividade. (ELIAS, 1994)

Portanto, o presente trabalho tem como objetivo fazer uma análise figuracional da confecção tradicional da cerâmica na cidade de Manacapuru-AM, descrevendo o processo das práticas tradicionais da cerâmica, permitindo assim identificar as exterioridades da tecnização e da tradição na produção cerâmica.

Contexto Histórico da Cerâmica Artesanal em Manacapuru





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

A arte da cerâmica sempre esteve presente nas primeiras formas organizacionais do homem em sociedade, pois sua matéria é encontrada em abundância na natureza e possui propriedades plásticas que proporcionam sua modelagem e manipulação. Esta combinação permitiu que agrupamentos humanos dominassem essa técnica para suprir a necessidade de armazenamento.

Estudos arqueológicos provam que a cerâmica inicialmente esteve alicerçada com a agricultura, porém, com o passar do tempo, seu desenvolvimento alcançou outras figurações, como as cerâmicas fúnebres, decorativas e sociais usadas e partilhadas em comunhão em festas e ritos da comunidade. Essa herança ceramista hábita a essência dos povos da região do norte ao sul do Brasil, seus vestígios são encontrados até o presente, no entanto sua prática vem diminuindo e poucos mantêm esse patrimônio cultural vivo em seu cotidiano. (BERTA, 1988)

No coração do Estado do Amazonas, localizado nas margens do imponente rio Solimões, o município de Manacapuru popularmente conhecido como a princesinha do Solimões, possui uma extensão territorial aproximadamente de 7.330km² com uma população estimada em 2015 de 94.175 habitantes. (IBGE, 2010)

De origem Mura, Manacapuru antes do período colonial, foi povoada por aldeia de índios dessa etnia. Povo guerreiro e destemido possuíam características bélicas por sua força e inteligência, os quais o fizeram resistir por anos à colonização. Após sua pacificação em meados de 1786 é então fundada a cidade de Manacapuru, porém sua elevação à categoria de vila e conseqüentemente seu desmembramento da cidade de Manaus, acontece apenas em 1894. (ALE, 2016)

Com descendência Mura somada a uma miscigenação de povos inter-raciais, reflexo da colonização, Manacapuru possui uma diversidade genética e cultural que contribui para a característica peculiar dos povos dessa região. Um povo com costumes tradicionais do homem amazônida, possui em suas raízes uma interligação com a natureza, do qual, floresce sua arte, sua economia e modo de vida em sociedade. Convivendo com paisagens naturais de rios e florestas que movem o imaginário do povo manacapuruense.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

O *ethos* do povo amazônida fundamenta-se dos recursos naturais ofertados pelo ambiente que o cerca. A arte milenar da cerâmica, uma das linguagens artísticas existente no cotidiano dos povos tradicionais da Amazônia, também necessita desses serviços, pois no âmago da sua confecção estão relacionadas matérias-primas provenientes da natureza.

Em Manacapuru esse legado vive por meio das mãos de Rauniery Pinheiro. Foi em Caviana, que a tradição ceramista da linhagem de Rauniery Pinheiro nasceu. O histórico da produção da cerâmica na família vem de longos anos, começou com Maria Úrsula Pinheiro bisavó de Rauniery, seguido por sua avó materna e conseqüentemente culminando em sua mãe, responsável por transmitir o conhecimento da arte da cerâmica para o artista em questão.

A linhagem genealógica ceramista da família Pinheiro inicia-se no nordeste. A arte oleira nessa região também foi muito forte no período pré-colonial e disseminada após sua colonização. Estudos referentes às etnias que habitaram possivelmente a região ainda são desconhecidos por falta de pesquisas aprofundadas na área, porém, no que diz respeito sobre a cerâmica no Maranhão, há dados de dois lugares especificamente que podem ter influências Amazônicas, como as estearias (como os achados de cerâmica Cajari) e os sambaquis maranhenses, que utilizam no preparo de sua argila conchas moídas. Nas estearias e sambaquis maranhenses também apresentam-se a utilização de cariapé e cauxi como antiplásticos, que desaparecem na cerâmica nordestina. (MARTIN, 2008)

Do nordeste, recebeu a Amazônia, especialmente a partir da seca de 1877, grandes contingentes de imigrantes, avaliados entre trezentas e quinhentas mil pessoas, que se incorporaram à humanidade planiciária e posteriormente atraídos pela miragem da borracha. Esses nordestinos se uniram aqui com os caboclos misturando diversos caracteres. (BATISTA, 2007)

Possivelmente a bisavó de Rauniery chegou à Manaus nesta época, trazendo seu conhecimento ceramista nordestino na bagagem. No Amazonas, especificamente no interior de Manacapuru, caviana, firmou suas raízes mesclando-se com a cultura do lugar. Há uma imprecisão quanto à cidade de sua origem, pois, não existe documentação oficial em seu nome e qualquer forma de registro pessoal, as informações presentes foram





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

fornecidas por meio da oralidade por sua neta Helósia Pinheiro, que hoje com 89 anos de idade é o retrato vivo da ancestralidade artística herdada, mas devido à idade avançada e acometida por uma enfermidade (Alzheimer), perdeu a capacidade de lembrar-se de seu passado e guardar consigo os registros da família.

A produção da cerâmica na família de Rauniery Pinheiro é categoricamente uma herança familiar, a técnica para a elaboração e confecção do objeto cerâmico foi adquirida por meio dos ensinamentos de sua mãe que aprendeu a arte oleira da mesma maneira, passada de geração em geração da mãe para os seus filhos. Da técnica à modelagem, a cerâmica nordestina foi ganhando novas figurações e se resignificando junto ao contexto do lugar. É possível observar no seu processo (preparo, modelagem e queima) os materiais e as ferramentas adquiridas nessa união.

O Processo das Práticas Tradicionais da Cerâmica em Manacapuru

Da relação do homem com a natureza para produção de cerâmica, nasceu a cultura material do objeto cerâmico. Como cultura material, a cerâmica transforma e é transformada pelas mãos do seu criador, nela estão inseridas as relações cognitivas e a integração dos saberes daqueles que o cercam, sendo possível entender e resgatar a cultura de um lugar.

Por trás da forma e da natureza do artefato em si, encontra-se uma massa enorme de informações que compõem sua documentação. Na sua forma mais completa e acabada, essa documentação pode ser quase congruente como os dados disponíveis sobre a sociedade e a cultura como um todo. (METRAUX, 1987)

Em Manacapuru a prática tradicional da cerâmica trás em sua essência a complexidade das relações humanas responsáveis por sua produção, em uma rede de interdependência desde a imaterialidade à materialização do objeto. Na materialidade do objeto cerâmico, há uma série de procedimentos e métodos para a confecção da cerâmica, dentre elas o preparo da argila, a modelagem e a queima.

Para entender como a rede de interdependência se configura, se faz necessários entender o conceito de figuração. O conceito de figuração



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

“distingue-se de muitos outros conceitos teóricos da sociologia por incluir expressamente os seres humanos em sua formação, apenas os seres humanos formam figurações uns com os outros. O modo de sua vida conjunta em grupos grandes e pequenos é, de certa maneira, singular e sempre co-determinado pela transmissão de conhecimento de uma geração a outra, portanto por meio do ingresso do singular no mundo simbólico específico de uma figuração já existente de seres humanos. É isso que o conceito de figuração exprime. Os seres humanos, em virtude de sua interdependência fundamental uns dos outros, agrupam-se sempre na forma de figurações específicas. Diferentemente das configurações de outros seres vivos, essas figurações não são fixadas nem com relação ao gênero humano, nem biologicamente. Assim, vilarejos podem se tornar cidades; clãs podem se tornar pequenas famílias; tribos podem se tornar Estados”. (ELIAS, 2006. p.25-26)

1. Preparo da argila

Retomando o processo de confecção da cerâmica, sua rede de interrelação e interdependência iniciam-se com a busca dos objetos inanimados para o preparo da argila. Esse processo tem relação direta com o período dos ciclos naturais dos rios, pois a retirada da argila é feita conforme encontrada na natureza, geralmente próximas dos rios, formando barrancos na época da vazante na comunidade de Vila Rica de Caviana, uma vez que no período da cheia esta se encontra submersa no rio e no período da seca estará petrificada demandando muito mais esforço para a atividade, levando em consideração o clima tropical da região, tornando inviável sua coleta em outra época.

O processo de confecção da cerâmica, bem como outras atividades realizadas pelo homem, envolve a busca dos objetos inanimados que fazem parte da metodologia do objeto almejado, estão inseridos no que Nobeit Elias define que a tecnização,

“é o processo que, à medida que avança, permite que se aprenda a explorar objetos inanimados, cada vez mais extensamente, em favor da humanidade, manejando-os e os processando, na guerra e na paz, sobretudo na expectativa de uma vida melhor”. (ELIAS, 2006. p.35)

A vida melhor, diferentemente de vida boa que Elias sugere, interfere diretamente no processo de civilização da humanidade, no qual, as consequências dos procedimentos de tecnização dentro da sociedade alteram o comportamento dos indivíduos e atividades no cotidiano. O processo civilizador também chegou ao modo de vida tradicional dos povos Amazônida, mesmo cercado pela floresta e possuindo uma relação de subsistência



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

com a natureza, o processo civilizador vem se aproximando cada vez mais, esmagando a criatividade e autonomia dos indivíduos.

A coleta de argila mencionada anteriormente feita pelas mãos do artesão, hoje recebe uma nova configuração, sua coleta pode também ser comercializada por terceiros que estabelecem uma rede de troca e venda entre a comunidade. Este é apenas um exemplo de como alguns procedimentos dentro das atividades rotineiras do âmbito do homem Amazônida também vem sofrendo com o processo civilizador imposto pelas sociedades hegemônicas ocidentais.

Dentro do preparo da argila coletada, se faz necessário o uso de outro material que também é retirado da natureza. O caraipé, árvore nativa da região, é utilizado para beneficiar a plasticidade da massa de argila, diminuindo o impacto de dilatação da parede do objeto, minimizando a possibilidade de rachadura e quebra. Este material é encontrado em terra firme na comunidade de Membeca próximo ao rio de Manacapuru, da árvore é utilizada apenas a casca, no qual, são queimadas e moídas, suas cinzas são misturadas junto à massa de argila, dando força e resistência à peça durante sua queima. Outro benefício é a mudança na temperatura, que varia para aproximadamente 400° (graus) o seu ponto de queima, segundo o conhecimento passado de geração a geração pela família Pinheiro, assim possibilitando a queima rústica, em um buraco na terra (ANEXO p. 17).

A retirada do caraipé da floresta dispõe de muito esforço e grande gasto de energia, demanda de muito conhecimento da natureza e autocontrole do corpo, sua trajetória exige um alto nível de preparo físico e um olhar minucioso da floresta para identificar sua árvore. O etnoconhecimento dos povos amazônidas permite esse modo de vida baseado na relação homem-natureza na região, estabelecendo uma conexão de respeito mútuo por aquela responsável por sua subsistência.

2. Processo de modelagem

Na modelagem é feito a priori a sovagem da massa, processo de retirada do ar de dentro da massa de argila, junto a esse processo é adicionado às cinzas do caraipé. Na argila utilizada pelo ceramista Rauniery Pinheiro está presente à argila vermelha e branca também retirada na região da comunidade Vila Rica de Caviana. No procedimento da



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

modelagem são utilizados alguns materiais e ferramentas coletados na região que servem para auxiliar na confecção e no acabamento da peça.

Em sua criação o imaginário do artista entra em jogo, ela ganha forma através de suas mãos e do contato do seu consciente com o meio que o cerca e as raízes do seu *habitus* do indivíduo. Nascendo do imaterial à materialidade da cerâmica e trazendo consigo os ensinamentos de uma geração. (ELIAS, 1994)

O cuiupé, o urupé, o muru-muru, o olho-de-boto, a inajá e o sabugo de milho são alguns desses materiais utilizados no processo de modelagem da cerâmica tradicional e todos são encontrados e coletados na região das matas próximo a cidade de Manacapuru pelo próprio artesão. O cuiupé é feito de árvores de cuieiras de área de várzea da região, por esse motivo só pode ser coletado na época do verão. Da cuieira é feito ferramentas chamadas pelo ceramista de cuiupé, esse utensílio serve como modelador e ajuda a dar forma à peça de cerâmica, bem como o sabugo de milho e sobras de madeira leve, como caixotes, encontrados nas feiras da cidade.

Outro utensílio utilizado como modelador é o urupé, fungo encontrado nos troncos de árvores em decomposição na região, ao ser umedecido o mesmo transforma-se em uma espécie de cartilagem que auxilia na homogeneização da parede da peça de cerâmica.

O olho-de-boto, o muru-muru e a inajá, são sementes encontradas nas matas nos arredores da cidade de Manacapuru e utilizadas como polidores para dar brilho à peça, deixando sua superfície lisa e homogênea.

Alguns outros utensílios foram inseridos após o contato com a cidade e introduzidos na confecção da cerâmica durante esse processo de aprendizado passado de geração em geração ao longo dos anos, como a faca de cozinha, introduzida pelo ocidente nos modo de como se portar a mesa e agora introduzido no processo de modelagem da cerâmica.

Todos os materiais mencionados são utilizados por Rauniery na modelagem da sua cerâmica (ANEXO. p. 16), alguns deles ainda resistem nos dias atuais mesmo com a influência do processo civilizador ocidental, tendo em vista, que hoje a cerâmica é feita industrialmente e vendida como mercadoria em atacado em comércios locais. O *ethos* do homem amazônida resiste conectando-se com o elo de sua tradição, pois, nele configura-se sua essência e as raízes que interligam seu presente com o passado.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Além dos materiais utilizados pelo artista, estão incluídas nos procedimentos para elaboração da peça, técnicas que ajudam a modelagem da cerâmica. A técnica da cobrinha, das placas e do beliscão são uma delas e misturam-se com o conhecimento adquirido pelo ceramista na busca de conhecimento e o diploma profissionalizante exigido pela sociedade, assim cursando uma graduação em Artes Plásticas, esse fator trouxe a cerâmica do Rauniery Pinheiro uma nova forma de configuração, passando a expressar nela uma cerâmica escultural com motivos de sua identidade regional de Manacapuru.

3. Queima da cerâmica

Após a modelagem, a peça é então posta para secar naturalmente para perder a quantidade de água inserida durante o seu modelar. Esse período varia de um a três dias, depois do objeto está devidamente seco é feita sua pintura. A pintura da cerâmica é feita pelo ceramista com materiais naturais, seguindo os ensinamentos de sua mãe, são utilizados minerais sigilosos que possuem pigmentação que dão cor ao objeto. O tauá é um deles, nele contém substâncias ricas que permite a coloração natural da cerâmica, encontrado na comunidade de Tuiué em Manacapuru, sua coleta é feita na vazante do rio. Hoje o material é fornecido comercialmente por um morador da comunidade que retira o mineral para o ceramista em troca de um valor por sua atividade.

Diluído em água, é utilizado pincel de pelo (outra ferramenta introduzida posteriormente na mudança da família para a cidade) ou com o dedo para dar cor ao objeto, misturando o tradicional com o contemporâneo ela então ganha vida com as cores naturais da região (ANEXO. p. 17). Depois da pintura, a peça volta a descansar para a secagem da pintura feita e em seguida é feito a queima.

A queima é realizada em uma cavidade na terra, como aprendera com sua mãe, a cavidade é feita no quintal atrás de sua casa, ali pode acompanhar o cozimento das peças e desfrutar sua feitoria ao lado de sua mãe, observando seu filho em sua paixão oleira que um dia esteve presente em suas mãos.

A cavidade possui aproximadamente 01 m³ (um metro cúbico), adaptada com uma espécie de escada feita na própria terra, auxilia sua entrada e saída do forno rústico para depósito e retirada das peças. A madeira utilizada para o fogo também é encontrada



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

nas feiras da cidade e em locais onde elas já não possuem serventia que, por Rauniery ganham outra função, ascende o fogo que dá vida à suas peças.

Inicialmente é feito o pré-aquecimento da cavidade que, durante 30 minutos e com pouca lenha, aquece as paredes frias do forno, isolando o frio advindo do solo para alimentar ulteriormente mais calor. Vale ressaltar que esse processo depende os ciclos naturais da região, pois em dias de chuva esse processo torna-se inviável. Em seguida, é feita a adição de lenha seca para avivar o fogo. Para facilitar a queima das peças, foi adaptada uma estrutura de ferro, no qual, serve para alocar as peças cruas. A estrutura é feita de pedaços de ferro reutilizados postos entrelaçados dentro do forno rústico e tem como função impedir que as peças tenham contato uma com as outras, evitando a colisão, e facilitando sua retirada. As peças também precisam estar na mesma temperatura que o forno para não receberem um choque térmico, ocorrendo o rompimento delas, por esse motivo elas também recebem um pré-aquecimento, próximo ao fogo vão pouco a pouco se acalentando.

O cozimento da peça é o estágio final da queima da cerâmica, nesse estágio é adicionado mais lenha em seu entorno a fim de elevar a temperatura no ponto mais alto de sua temperatura, para isso também são utilizadas telhas reutilizadas de zinco alocadas por cima da cavidade que ajudam que o calor mantenha-se na cavidade, Rauniery acredita que o forno chega alcançar os 400° (graus), temperatura necessária para que as peças atinjam o seu ponto de queima. O ritual está chegando ao fim e dura aproximadamente uma hora desde que a primeira chama foi acesa (ANEXO. p. 16-17).

Após a queima, pouco a pouco são retirados os materiais utilizados, as telhas são reservadas para uma próxima vez, as peças de cerâmica são postas para o esfriamento e as estruturas de ferro aguardam a próxima chamada. Antes que as peças esfriem totalmente, entra em cena a última etapa, seu envernizamento com um material natural colhido na região. A jutaicica, coletada em terra firme na comunidade de Vila Rica de Caviana, é uma resina natural da árvore jutaí, sua seiva age como um impermeabilizante. Quando a jutaicica entra em contato com as peças ainda aquecidas de cerâmica, no seu contato, a peça derrete a seiva endurecida e por onde percorre enverniza a peça de cerâmica naturalmente (ANEXO. p. 18-19).



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
09, 10 e 11 de Novembro de 2016
Manaus - Amazonas

As Exterioridades da Tecnização da Cerâmica

Embora os seres humanos não sejam civilizados por natureza, possuem por natureza uma disposição que torna possível, sob determinadas condições, uma civilização (ELIAS, 2006). O tempo, a diferenciação social, o lidar com a máquina, o tempo de trabalho, regras, controle do corpo, pudor, pequenas coisas do dia-a-dia, foi sendo introduzido em comunidades (CAMPOS, 2015). O processo civilizador ocidental entrou na floresta, juntamente com a tecnologia, alterando e modificando comportamentos, onde o resultado é desconhecido em longo prazo.

Hoje os povos tradicionais amazônidas cada vez mais precisam se profissionalizar e entrar no molde da civilização ocidental, entrando em uma nova dinâmica do tempo, no qual o tempo torna-se cada vez mais vazio, rompendo com as relações afetivas nos modos de vida tradicional. Em busca do seu empoderamento, os índios transformam-se em advogados, médicos, padres e professores, esta alteração comportamental perpassa nas transformações dos indivíduos e as atividades exercidas por eles, bem como as práticas tradicionais da cerâmica, objeto de pesquisa dessa pesquisa. (CAMPOS, 2016)

A figuração e sua relação entre indivíduos é um conceito sociológico que inclui expressamente os seres humanos em sua formação. Enquanto outras espécies estão inseridas na cadeia alimentar, os humanos estão inseridos em figurações. Essas figurações desencadeiam: poder, conhecimento e emoções (ELIAS, 2006). O conhecimento adquirido transforma o *habitus* dos indivíduos que passa a se relacionar por meio de redes invisíveis de interdependência, modificando a relação harmoniosa do homem com a natureza e estabelecendo novas configurações.

Seres humanos singulares convivem uns com os outros em figurações determinadas. Os seres humanos singulares se transformam. As figurações que eles formam uns com os outros também se transformam. Mas as transformações dos seres humanos singulares, e as transformações das figurações que eles formam uns com os outros, apesar de inseparáveis e entrelaçadas entre si, são transformações em planos diferentes e de tipo diferente. Um ser humano singular pode ter relativa autonomia em relação a determinadas figurações, mas em relação às figurações em geral, quando muito, apenas em casos extremos (por exemplo, o da loucura). As figurações podem ter autonomia relativa em relação a determinados indivíduos que as formam no aqui e agora, mas nunca em relação aos indivíduos em geral. (ELIAS, 2006. p. 26-27)

De outra maneira, o homem estabelece ao longo de sua trajetória relações que influenciam e são influenciadas direta e indiretamente pelos níveis de relações



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

estabelecidas dentro do meio em que vive e conseqüentemente transformando suas ações cotidianas, podendo esta interferir intrinsecamente no seu modo de vida.

Através da lente da análise figuracional do processo civilizador, se permite observar a aproximação de algumas alterações dentro de práticas de atividades tradicionais dos povos amazônidas. A prática da cerâmica tradicional em Manacapuru é uma delas, porém a luta estabelecida na ligação do homem com o seu passado ainda resiste, se reconfigurando, mantendo a sua essência e sobrevivendo medindo forças com processo civilizador ocidental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise figuracional da prática de cerâmica em Manacapuru-AM, por meio, da produção de cerâmica de Rauniery Pinheiro, foi possível conhecer a origem de sua arte, da sua cultura, acompanhando a linhagem genealógica da sua herança cultural, além de observar e constatar, ainda que em uma porção pequena, as redes de interdependência entrelaçadas em sua prática.

O desenvolvimento humano e as figuras instituídas pelo homem permitem mapear como a construção dessas redes se desencadeia e se transformam ao longo dos anos, fruto das relações estabelecidas com a sociedade e com os mecanismos de controle imposto pelo modo civilizacional.

Na singularidade do trabalho do artista em questão é possível identificar sua grande diversidade nas experiências adquiridas tanto na sua vivência com a natureza, com a comunidade, com o lugar de onde veio, com suas raízes e laços de família, como no contato com formações ulteriores na cidade.

A cerâmica produzida por Rauniery Pinheiro carrega consigo um reservatório dos processos culturais complexos em que este foi submetido, e se mostra resistente, pois continua viva até os dias atuais. Tendo em vista, que o crescimento populacional, a produção de tecnologias, a busca pelo capital, transformou o mundo em uma grande disputa de mercadoria que se expandiu por todo o globo, mecanizando o comportamento do homem e suas atividades, em busca de uma ascensão social, a prática da cerâmica não foge a essa regra. Hoje temos instaurado indústrias que comercializam em escala macro



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

peças de cerâmica, assim como ela umas infinidades de outros produtos também são comercializadas objetivando fins lucrativos.

O tempo e o espaço são suprimidos nessa busca, arrancando o tempo do espaço e transformando as relações em uma rede invisível, virtual, esmagando a afetividade com a natureza, com o lugar, deixando para trás o passado e os conhecimentos tradicionais de gerações.

Constatou-se que a tecnização de algumas ferramentas já introduzidas na prática tradicional da cerâmica em Manacapuru, dentro do trabalho singular do ceramista Rauniery Pinheiro, pode ser um alerta de sua reconfiguração, porém como o processo civilizador e as novas configurações que este processo estabelece são em longo prazo, este deve continuar seu curso, desencadeando novas configurações que orienta as ações e comportamento do homem.

Desta forma, busca-se analisar o processo para compreender como o mesmo, a prática da cerâmica, foi desencadeado e transformado, entendendo os motivos e as consequências desta relação a fim de refletir e orientar a atenção e o olhar a essa prática singular. De modo que, a mesma continue resistindo e sobrevivendo não somente nos dias atuais, pois sua existência e preservação dependem da valorização, compreensão e divulgação desta arte, que carrega consigo o conjunto de significados que modela a essência do homem Amazônida.

REFERÊNCIAS

- NEVES, Eduardo Góes. **Transição para a agricultura e início da produção cerâmica.** In ____ Arqueologia da Amazônia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.
- Batista, Djalma. **O complexo da Amazônia: análise do processo de desenvolvimento.** 2 ed. – Manaus: Editora Valer, Edua e Inpa, 2007.
- BERTA, Ribeiro. **Dicionário do artesanato indígena.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.
- BRASIL. **Instituto Brasileiro Geografia e Estatística.** Censo Demográfico e Contagem da População. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.
- Campos, Gláucio. **Ethos e figurações na hinterlândia Amazônica.** Manaus: Editora Valer/Fapeam, 2015.
- ELIAS, Nobert. **A sociedade dos indivíduos.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1994.
- ELIAS, Nobert. **Escritos e ensaios.** 1: Estado, processo, opinião pública. Organização e apresentação, Frederico Neiburg e Leopoldo Waizbord. Rio de Janeiro: JorgeZahar Ed., 2006.
- ELIAS, Nobert. **O processo civilizador.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1994b.
- GOMBRICH, E. H. **A história da arte.** 16. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1999.





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

KANDINSKY, Wassily. **Ponto e linha sobre plano**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
 MANACAPURU. **Assembleia Legislativa**. Câmara Municipal de Manacapuru-AM.
 Disponível em: <<http://www.ale.am.gov.br/manacapuru/o-municipio/historia/>>. Acesso em: 15 jul. 2016.

Martin, Gabriela. **Pré-história do nordeste do Brasil**. 5 ed.- Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2008.

MÉTRAUX, Alfred, et al. **Tecnologia indígena**. Suma etnológica brasileira. Volume 2. Darcy Ribeiro (Editor). Editora Vozes. Petrópolis – RJ, 1987.

Notas de aula da disciplina Tópicos Especiais I – Processo Civilizador e Práticas Socioculturais em Comunidades Amazônicas, ministrada pelo Prof. Dr. Gláucio Campos. Em Jul. 2016





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

ANEXO

Quadro 01- Ferramentas utilizadas no processo de modelagem da cerâmica

UTENSÍLIOS	DEFINIÇÃO	IMAGEM
CUIUPÉ	São pequenas peças feitas a partir da árvore cuieira, no qual são coletadas as cuias, que auxiliam no processo de modelagem.	
PEÇAS DE MADEIRA (MOLONGÓ-BRANCO)	Feitas da madeira do molongó-branco, macia e ideal para o artesanato. Os estecos de madeiras servem para corte, modelagem e futuras incisões na peça.	
URUPÉ	É um fungo encontrado no tronco de árvores em decomposição nas matas de Manacapuru, utilizado para dar forma e acabamento na peça.	
SABUGO DE MILHO	É utilizado na modelagem e na uniformização da peça.	
FACA PEQUENA	É utilizada para o corte e uniformização da peça.	
SEMENTES	Murumuru- é utilizado no acabamento da peça dando a ela polimento.	
	Olho de boto- é utilizado no acabamento da peça dando a ela polimento.	



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
09, 10 e 11 de Novembro de 2016
Manaus - Amazonas

	Inajá- é utilizado no acabamento da peça a ela polimento.	
--	---	---

Org – Murana Arenillas (*neste trabalho*)

Fonte imagem–Murana Arenillas (*neste trabalho*)

Quadro 02- Materiais utilizados no processo de preparo da massa de argila e na pintura da peça de cerâmica.

MATERIAL	DEFINIÇÃO	IMAGEM
CARAIPÉ	Árvore nativa da região, da qual se extrai a casca. Posteriormente é queimada e moída.	
	O Caraipe moído serve de beneficiação da massa de argila utilizada por Rauniery Pinheiro.	
TAUÁ	Mineral sigiloso coletado em Tuiué na época da vazante do rio.	
	Depois de coletado, o Tauá é envolvido em um tecido e umedecido com água. Nesse processo o Tauá é peneirado, com o intuito de extrair seu pigmento utilizado para colorir as peças de cerâmica.	
	Desse resultado se obtém o Tauá líquido. Essência contendo o pigmento do Tauá.	
	O Tauá líquido é utilizado na decoração das peças de cerâmica.	



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

	<p>É uma resina natural retirada da árvore jutaí. Ela serve para impermeabilizar a peça (verniz natural).</p>	
<p>JUTAICICA</p>	<p>O processo de impermeabilização consiste no contato da jutaicica com a peça de cerâmica, todavia quente. Essa ação permite o derretimento dessa resina e conseqüentemente a envernização natural da peça.</p>	
<p>JUTAICICA</p>	<p>Etapas de envernização da peça.</p>	
<p>JUTAICICA</p>	<p>Peça resinada pronta para secagem.</p>	

Org – Murana Arenillas (*neste trabalho*)

Fonte imagem–Murana Arenillas (*neste trabalho*)

Quadro 03-Processo de queima das peças de cerâmica no forno rústico

PROCESSO	DEFINIÇÃO	IMAGEM
<p>FORNO RÚSTICO</p>	<p>O forno rústico é uma cavidade no solo de aproximadamente 1 metro de profundidade e largura. Junto ao forno é feita uma cavidade menor que funciona como escada para facilitar na manipulação do fogo e no manuseio das peças de cerâmica.</p>	
<p>ATEAR O FOGO</p>	<p>Nessa etapa Rauniery manipula o fogo para atear brasa na madeira e dar início ao processo de combustão dentro da cavidade, ou seja, o forno rústico.</p>	



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
09, 10 e 11 de Novembro de 2016
Manaus - Amazonas

<p>ESTRUTURA DO FORNO</p>	<p>Depois de ateado o fogo. Junto à cavidade é montada uma estrutura com pedaços de ferro para servir de base para as peças.</p>	
<p>PRÉ-AQUECIMENTO</p>	<p>Depois de montada toda estrutura, as peças são distribuídas e colocadas uma por uma para um pré-aquecimento. Esse pré-aquecimento tem basicamente duração de 30 minutos.</p>	
<p>AVIVAR FOGO</p>	<p>Após o término do pré-aquecimento é adicionado mais madeira ao fogo com o intuito de aumentar a sua temperatura e dar início a etapa final, a queima das peças.</p>	
<p>PROCESSO DA QUEIMA</p>	<p>Para que as peças atinjam o ponto de queima, as mesmas permanecem dentro da cavidade por mais 30 minutos com a temperatura aproximadamente de 400° (graus).</p>	
<p>PONTO DE QUEIMA</p>	<p>Passado os 30 minutos finais e as peças estarem com uma coloração alaranjada, começa o processo de esfriamento. No qual, aguardasse a temperatura do fogo diminuir para a retirada das peças. Todo o processo da queima tem duração de aproximadamente 1 hora.</p>	
<p>ESFRIAMENTO O DAS PEÇAS</p>	<p>Após o esfriamento do forno rústico, as peças são retiradas. Como ainda estão com a temperatura elevada, é necessário para seu manuseio uma pá e terçado de ferro.</p>	

Org – Murana Arenillas (*neste trabalho*)

Fonte imagem–Murana Arenillas (*neste trabalho*)



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

A CRIAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA ESPECIALIZADA EM DIREITO À SAÚDE NO ESTADO DO AMAZONAS E O ESTADO DE EMERGÊNCIA DA SAÚDE ESTADUAL

THE CREATION OF SPECIALIZED PUBLIC ADVOCACY IN THE RIGHT TO HEALTH IN THE STATE OF AMAZONAS AND THE STATE OF EMERGENCY STATE

Vanessa Serra Carnaúba Feitoza¹
v.carnauba@hotmail.com
 Carlos Alberto de Moraes Ramos Filho²
prof.calberto@hotmail.com
 Maurílio Casas Maia³
mauriliocasasmaia@gmail.com

RESUMO: A Defensoria Pública é uma instituição que se apresenta como importante instrumento de cidadania, cabendo – lhe a orientação jurídica e a defesa dos cidadãos hipossuficientes. O governo do Amazonas decretou o Estado de Emergência na saúde pública, afetando a população. Neste contexto, a Defensoria Pública do Amazonas criou o núcleo especializado em direito à saúde, a fim de garantir o direito de acesso à saúde dos cidadãos menos favorecidos. **Objetivos:** Analisar e discutir o papel da Defensoria Pública, especificamente, do núcleo especializado em direito à saúde, como instrumento essencial à justiça, garantindo assistência jurídica gratuita à população hipossuficiente e destacar como a Defensoria Pública do Amazonas pode atuar frente ao Estado de Emergência na saúde pública decretado neste Estado. **Métodos:** Foram coletados dados partindo de uma revisão integrativa, utilizando artigos científicos pertinentes ao tema publicado nos últimos dez anos, a partir de base de dados impressa e eletrônica, publicados em periódicos e em língua portuguesa. **Resultados:** Divulgar o estudo à sociedade em geral e às autoridades estaduais, procurando sensibilizar a implementação do ordenamento jurídico específico, a fim de garantir o direito fundamental à saúde para a população hipossuficiente.

PALAVRAS - CHAVES: Defensoria Pública – Direito à Saúde – Saúde Pública – Dever do Estado.

¹ Autora: Acadêmica do Curso de Direito do 8º período da Universidade Federal do Amazonas – UFAM.

² Coautor: Doutor em Direito Tributário pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo-PUC-SP. Mestre em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco-UFPE. Mestre em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC. Professor de Direito Constitucional e Direito Financeiro da Faculdade de Direito da UFAM.

³ Coautor: Mestre em Ciências Jurídicas pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB. Professor de carreira da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Amazonas – UFAM.





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988, dentre tantas inovações, garantiu no seu artigo 5º, inciso LXXIV, a prestação da assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos financeiros, inserindo – a na categoria das garantias fundamentais de efetivação da cidadania brasileira. Promovendo o bem de todos sem preconceito de qualquer forma de discriminação, preconizado como um dos objetivos fundamentais da República Federativa Brasileira, no seu artigo 3º, inciso IV da Constituição Federal. Como ressalta RIOS e MAILIART (2014, p.333) “Dentro da legislação pátria o acesso a justiça encontra-se inscrito no artigo 5º, inciso XXXV, da Constituição Federal, sendo essencial repisar que os direitos fundamentais significam direitos históricos conquistados por lutas gradativas”.

Para a concretização do princípio de acesso à justiça, o Estado criou a Defensoria Pública como uma instituição que asseguraria o pleno exercício da assistência jurídica gratuita e integral aos necessitados. Afirmando RIOS e MAILIART (2014, p.334):

O poder constituinte derivado transformou a Constituição Federal para que a Defensoria Pública brasileira, detentora da missão de fornecer assistência jurídica integral e gratuita aos necessitados, seja bem municiada para desempenhar o seu escopo social – constitucional.

A Defensoria Pública do Estado do Amazonas tem atuação em diversas áreas do âmbito jurídico, como o especializado em Direito à Saúde, criado no ano de 2016, frente ao caos em que se encontra a Saúde Estadual no Estado do Amazonas.

O direito à saúde passou a ser destacado na Constituição Federal como direito social no seu art.6º, com dever de prestação do Estado. Como salienta SLAIBI (2010, p.227):

A saúde constitui direito fundamental exigível judicialmente, seja pleiteando concessão de medicamentos, prestação assistencial ou outras obrigações devidas pelos entes públicos. O direito à saúde é um dos direitos sociais arrolados no caput do Art.6º da Constituição Federal de 1988, sendo simultaneamente, direito constitucional e dever do Estado – a ser cumprido solidariamente pelas três pessoas federativas.

Atualmente, um dos motivos principais que está afetando o fornecimento adequado do serviço público de saúde, é a crise econômica que assolou o Brasil desde 2013, havendo a necessidade de se cortar gastos para o Estado se manter, principalmente



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

no Estado do Amazonas, decretado Estado de Emergência da Saúde Estadual pelo Governador José Melo. Destaca BARROS sobre a questão (2015, p.5):

O SUS, ao longo dos últimos 25 anos, é vítima do subfinanciamento crônico, da falta de investimentos adequados, da difícil repartição das competências entre as instâncias federais, estaduais e municipais, de um modelo assistencial anacrônico e, em alguns casos, da organização deficiente o que resulta na sua incapacidade em oferecer aos cidadãos brasileiros um elenco de ações e serviços de saúde eficiente e completo.

Em razão de todos os preceitos constitucionais, é certo dizer que a Defensoria Pública tem o dever de garantir o exercício dos direitos fundamentais aos hipossuficientes através da via judiciária. Como defende MARQUES (2008, p.66):

As políticas públicas destinam – se a racionalizar a prestação coletiva do Estado, com base nas principais necessidades de saúde da população, de forma a promover a tão aclamada justiça distributiva. O poder judiciário, que não pode deixar sem respostas os casos concretos que são submetidos à sua apreciação, vem enfrentando dilemas e decisões trágicas, frente a cada cidadão que clama por um serviço e/ou um bem de saúde, os quais muitas vezes, apresentam – se urgentes para que uma vida seja salva e um sofrimento minimizado.

Mediante o exposto, o trabalho contém o intento de delinear sobre a criação do núcleo especializado em Direito à Saúde da Defensoria Pública do Estado do Amazonas, traçando um paralelo com o direito de acesso à justiça. Verificando-se os motivos que levaram a Decretação do Estado de Emergência da Saúde Estadual do Amazonas, e identificando a atuação dessa Defensoria especializada nessa situação de caos social.

O PAPEL DA DEFENSORIA PÚBLICA

A Constituição Federal Brasileira foi promulgada em 1988, após o término do período do regime da Ditadura (1964-1985) que suspendeu muitos direitos dos cidadãos pelo autoritarismo implantado nessa época. Essa Constituição veio consolidar o regime democrático, defendendo um amplo rol de direitos e garantias fundamentais aos brasileiros.

Dentre eles, destaca-se o direito de acesso à justiça, preconizado no artigo 5º, inciso LXXIV desta Carta, em que se garante a prestação de assistência jurídica integral e gratuita para os necessitados de recursos financeiros. Em virtude dessa garantia, o Estado criou a instituição da Defensoria Pública no artigo 134 da Constituição Federal:

Art. 134. A Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbendo-lhe, como expressão e instrumento do





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados, na forma do inciso LXXIV do art. 5º desta Constituição Federal.

Mesmo já havendo certa proteção de direitos ao cidadão necessitado com a realização de algumas diretrizes, foi com a Constituição de 1988 que se consolidou essa preocupação, como detalha MOTA, et.al. (2006, p.5):

Um dos primeiros sinais correspondentes às ondas cappelletianas no contexto pré-constituente de 1988 foi criação do Juizado de pequenas causas pela Lei nº 7244 de 1984. Outro sinal foram as leis que estabeleceram novas diretrizes para o Ministério Público e o tornaram o principal agente responsável pela proteção de interesses coletivos e difusos: Lei nº 6938/81 e Lei nº 7347/85. Já na Constituição Federal de 1988 pode ser destacado: a elevação da Defensoria Pública à condição de instituição essencial à função jurisdicional do Estado, cabendo – lhe a orientação jurídica e a defesa, em todos os graus, dos necessitados (Art.134).

Em 1994 foi sancionada a Lei Complementar nº 80 que organiza a Defensoria Pública da União, do Distrito Federal e dos Territórios e prescreve normas gerais para sua organização nos Estados. A Defensoria Pública veio ganhando papel de destaque na sociedade. Afirma ALMEIDA (2009, p.38):

No Brasil, o sistema de advogados remunerados pelos sofrer públicos prevalece, alcançando a respectiva instituição constitucional, a partir de 1988, com o advento da CF em seu art.134, incumbindo – lhe a orientação jurídica e a defesa dos necessitados na forma do art.5, inc. LXXIV, do mesmo texto constitucional. A Defensoria Pública representa importante instrumento de cidadania tendo como papel principal por fim à opressão e a desigualdades social brasileira, em defesa dos necessitados, ou seja, de todos os cidadãos comprovadamente hipossuficientes, comprovada a insuficiência de recursos econômicos próprios.

Em 2014, houve a Emenda Constitucional Nº 80 que trouxe várias mudanças para a Defensoria Pública, principalmente, o seu desmembramento com a Advocacia Particular, tornando – a uma instituição autônoma. Como destaca RIOS e MAILIAR (2014, p.335):

O Congresso Nacional promulgou a Emenda Constitucional nº 80, em 04 de junho de 2014, com o objetivo de rechaçar a distorção até então vivente entre Estado – Juiz, o Estado – Acusação e o Estado – Defesa com um pronunciamento destacando dentre outras deliberações: a alocação de um Defensor Público onde houver um juiz para julgar e um promotor para acusar, estabelecendo simetria constitucional, autonomia administrativa, orçamentária e financeira, por meio de independência legislativa que afere iniciativa de lei aos Defensores Gerais, a inclusão do art.98 do ADCT (Atos das disposições constitucionais transitórias) que determinam o prazo de 08 anos para União,



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Estados e ao DF, lotar defensores públicos em todas as unidades jurisdicionais e estabeleceu seção específica (Seção IV) para a Defensoria Pública, reafirmando a autoridade e capacidade postulatória da DP, já prevista no art.4º, §6º da Lei Complementar nº 80/94, desvinculando o Defensor da OAB.

Ressalta – se ainda a mudança na redação do artigo 134, destacando a prestação jurídica extrajudicial, através das soluções alternativas de conflitos, como afirma RIOS e MAILIART (2014, p.338):

A cabeça do art.134 da Constituição Federal modificada para constitucionalizar previsões da Lei Complementar nº 80/94, agora dispõe que a Defensoria Pública na qualidade de função essencial à justiça e instituição permanente, incumbe, como expressão e instrumento do Regime Democrático, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita aos necessitados, na forma do inciso LXXIV do art.5º da Constituição Federal.

Além de atuar na postulação de ações comuns ao Poder Judiciário, a Defensoria Pública também é legitimada para propor Ação Civil Pública, citado por ALMEIDA (2009, p.37):

Em 15 de janeiro de 2007, veio a lume a lei federal nº 11.448, que modificando o inc. II do art.5º da Lei nº 7347/85 (Lei de Ação Civil Pública), conferiu legitimidade ativa concorrente à Defensoria Pública para a propositura de ação civil pública, objetivando a defesa dos interesses ou direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos aos necessitados – Aqueles com insuficiência de recursos.

Dessa maneira, a Defensoria Pública desenvolve um importante papel na sociedade, prestando amparo jurídico a população brasileira, que não tem recursos financeiros, na busca de ter seus direitos pleiteados garantidos, através da atuação direta de um Defensor Público.

PANORAMA ATUAL DA SAÚDE PÚBLICA NO ESTADO DO AMAZONAS

O Direito à Saúde foi garantido pela Constituição Federal como um direito social no seu artigo. Esse direito, pois, deve ser função do Estado prestá-lo, afirma SIMON (2015, p.3) “Com o advento da Constituição Federal, a saúde passou a ser, de maneira explícita, direito fundamental social, ficando estabelecido como de todos, indistintamente, constituindo – se em dever do Estado assegurar o acesso universal e igualitário”.

A Constituição Federal deu atenção especial para o assunto, criando a Seção II, inserida dentro do Título VII – Da Ordem Social. O artigo 196 da Constituição Federal conceitua o direito à saúde “A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”.

Apesar de ser um direito fundamental, a saúde vem sendo sucateada diariamente. Ao buscar um serviço público de saúde, vê-se a decadência da prestação desse serviço, pois faltam medicamentos, leitos, médicos, longa fila de espera na realização de cirurgias, dentre outros problemas. Relata esse problema SANT’ANA (2015, p.4):

A espera de atendimento no SUS incomoda, e muito o brasileiro. A frustração é especialmente presente na parcela mais pobre da população que, regra geral, depende exclusivamente do SUS para tratamento de qualquer agravo de saúde, dos mais simples aos mais complexos.

Em especial, o Governo do Estado do Amazonas e sua população vivem um momento de colapso na Saúde Pública Estadual. Com esse panorama, na tentativa de buscar uma solução para a crise instalada, o governo estadual reduziu o orçamento para a saúde, ajustando os gastos através da promoção de um reordenamento a partir de 20/05/2016. Esse reordenamento chegou a gerar grandes discussões, pois nele havia planos de fechamento de algumas unidades de saúde de Manaus, e transferência para outras já existentes, causando uma superlotação e precariedade do atendimento à saúde da população.

Em 31/08/2016, no DOE nº 33.357 foi estabelecido o Decreto nº 37.218 em que se decretou o Estado de Emergência Econômica no Sistema Estadual de Saúde, descrevendo os seguintes motivos que levaram a tomada dessa atitude: Quadro político e econômico pelo qual passa o Brasil, desde 2013 até os dias atuais, atingindo também o Estado do Amazonas que não tem orçamento para honrar com a totalidade do pagamento a seus fornecedores e prestadores de serviços; Estado do Amazonas investe em média 23% dos recursos do Tesouro Estadual para a área de saúde, enquanto que o previsto na legislação de regência da matéria é de 12%, ou seja, já ultrapassa o seu limite legal de gastos; A Zona Franca de Manaus sustenta a economia amazonense, houve a queda de 39,4% no período de janeiro de 2015 a junho de 2016 (Fonte IBGE); Estado do Amazonas é o penúltimo Estado brasileiro a ser remunerado no teto do SUS; Tentativas frustradas feitas pela equipe técnica de saúde do governo para solucionar a crise; Hierarquização do SUS, os Estados Brasileiros deveriam custear os serviços de Média e Alta complexidade (junto com União) e os Municípios a Atenção Básica.





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Assim, a população amazonense sofre com a falta da prestação da saúde adequada. Sendo a Defensoria Pública o meio de atingir o exercício pela via judicial, como afirma OLIVEIRA (2013, p.80) “Há uma lacuna entre o que expressa a Carta Magna e as demandas reais no cotidiano dos indivíduos, famílias e comunidades, sobretudo no tocante as necessidades de ações e serviços de saúde, levando o cidadão a procurar a via judicial para prevalecer o seu direito e obrigar o Estado a assegurá-lo”. Salienta também MAZZA (2015, p.3) sobre a ação das políticas de saúde pelo Estado:

As políticas de saúde devem garantir de forma universal e igualitária o acesso às ações e aos serviços para promoção, proteção e recuperação de todos, conforme explicitado no artigo 196 e 198 da Constituição Federal, entretanto, muitas vezes essas não conseguem contemplar a todos, fazendo que ocorra uma busca pelo poder judiciário no intuito de garantir a efetivação do direito à saúde.

De acordo com SLAIBI (2010, p.30), o cidadão escolherá o ente da federação que vai acionar pela via judicial:

Relevante parcela da população brasileira não tem condições de arcar com os custos envolvidos com saúde, restando a essas pessoas, então, recorrer aos entes públicos de forma gratuita, mas muitas vezes, não obtêm êxito, tendo de se socorrer da via jurídica para terem seu direito assegurado sob o fundamento constitucional do acesso à justiça para atingir seus objetivos. Estados, Municípios e entes públicos tentam se esquivar de suas responsabilidades. O federalismo cooperativo acolhido pela Constituição Federal de 1988 consagrou, no tema a saúde pública, a solidariedade das pessoas federativas, na perspectiva de que a competência da União não exclui a dos Estados e a dos Municípios (inciso II do artigo 23 da CRFB/88). É o que se extrai do disposto no art.196 e seguintes. O cidadão hipossuficiente poderá escolher qual dos entes da federação irá acionar para ver efetivado seu direito fundamental à saúde.

Como observa os autores CARVALHO e LEITE (2014, p.741/742), o acesso aos medicamentos são uma das mais recorrentes queixas da população do Estado de Amazonas:

A falta de informação clara sobre a forma de organização do acesso aos medicamentos parece ser um grave entrave para que ele se efetive no Amazonas. Além de não saberem como proceder para acessar, os usuários replicam a concepção de que tudo que é público é difícil e o que é de alto custo não é ofertado pelo SUS. O usuário acaba por ficar submetido aos ritos e à capacidade de organização dos serviços de saúde, sem condições de encontrar solução para seus problemas. É neste contexto que as pessoas partem para a busca de auxílio no poder judiciário. A peregrinação do usuário é geralmente individual e, no percurso, ele se depara com a possibilidade de receber o medicamento via ação judicial contra o Estado, ou seja, por meio de fenômeno da judicialização.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Ainda ressalta os mesmos autores CARVALHO e LEITE (2014, p.745/746) que os próprios profissionais de saúde encaminham a população a buscar os seus direitos:

Diante do desabastecimento e/ou da inexistência do medicamento nos protocolos e lista do SUS, assim como informações desconhecidas e, muitas vezes imprecisas, o usuário acaba recebendo orientação dos próprios profissionais de saúde, especialmente, médicos e assistentes sociais, para solicitar judicialmente o tratamento necessário. O caminho percorrido pelo beneficiário de uma ação judicial contra o Estado para recebimento de medicamento é difícil, extremamente sinuosos e, muitas vezes, lento, repleto de idas e vindas nas esferas administrativas do SUS e do judiciário, que não terminam, necessariamente, quando o Estado recebe a ordem judicial. Em muitos casos, o usuário tem de esperar muito, tempo até receber efetivamente o medicamento pleiteado.

Observa – se dessa maneira, que a saúde pública do Estado do Amazonas está em *deficit* por ocasião de vários motivos já explanados acima, em que o Estado não está conseguindo garantir ao cidadão brasileiro o direito à saúde, o dever de fornecimento de um Sistema de Saúde Pública adequado e capaz de atender a todas as pessoas necessitadas de atendimento na rede pública, pois não tem condições de arcar com custos particulares.

A CRIAÇÃO E ATUAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA ESPECIALIZADA EM DIREITO À SAÚDE NO ESTADO DO AMAZONAS

Com o intuito de atender à crescente demanda de ações públicas contra o Estado de casos relacionados com direito à saúde e dinamizar o acesso à justiça, a Defensoria Pública Estadual do Amazonas criou o Núcleo Especializado em Direito à Saúde do Estado do Amazonas através da Resolução 021/2014 CSDPE/AM publicado no DO eletrônico da DPE/AM nº 222 de 15/04/2016 em seu artigo 9º, inciso XVII. Inaugurada em 05 de maio de 2016 em Manaus, a Defensoria Pública Especializada tem a missão de promoção e defesa dos direitos relacionados à saúde dos cidadãos hipossuficientes da capital e interior do Estado.

Com a situação de caos da saúde no Estado do Amazonas, houve a procura maior das pessoas necessitadas em busca dos seus direitos, e assim veio a Defensoria Pública criar um núcleo especializado para atuar nesse fim. Conforme trata SANT'ANA (2015, p.5):

O poder judiciário passou a ser cada vez mais acionado para buscar a efetiva realização do direito à saúde garantido na Constituição de 1988. Nesse contexto, a demanda em juízo por acesso à saúde é ao mesmo tempo fenômeno recente e importante. Surge a relevante atuação da Defensoria Pública na garantia do direito à saúde dos cidadãos hipossuficientes, exatamente aqueles





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

mais excluídos e submetidos aos serviços de pior qualidade. A população antes excluída, encontrou na instituição da Defensoria Pública a chave para obter tanto o acesso à justiça, quanto o acesso à saúde.

A Defensoria é capaz de impetrar tanto ações individuais como coletivas em ajuda dos cidadãos hipossuficientes. Dessa questão tratou também SANT'ANA (2015, p.6):

O benefício da Defensoria Pública à população assistida é potencializado, pois, somado ao esforço pela garantia do direito à saúde individual, a Defensoria também atua pelo desenvolvimento e estruturação dos serviços de saúde. O desafio é perceber entre os casos concretos a existência de problema coletivo que deve ser enfrentado de forma diferenciada. Esse desafio que se coloca a frente da Defensoria Pública também é oportunidade, pois, a atuação com foco coletivo pode beneficiar muitos usuários do SUS, além daqueles que buscaram a assistência judiciária de um defensor público.

Além de atuar na forma judicial, foi previsto sua atuação na forma extrajudicial através das soluções alternativas de conflitos. Como destacam os autores OLIVEIRA E BELLATO:

Apesar das críticas da busca de cada vez maior pelo Judiciário para solução de conflitos relativos aos serviços de saúde, os conflitos de interesses devem ser entendidos como forma de acesso à justiça, pois induz o cidadão comum a exercer sua cidadania, conhecer seus direitos, prerrogativas, liberdades, visando a paz social em uma sociedade marcada pela concentração de bens e pela injustiça. Aponta – se a mediação, que se implementada e sistematizada adequadamente, como forma de solução de conflitos extrajudicial, com a participação dos interessados, certamente, seria um importante meio de solução de conflitos (OLIVEIRA, 2013, p.89).

O Ministério Público, as Defensorias Públicas e o Tribunal de Justiça, estâncias da esfera jurídica, tem atuado como mediadoras formais, modificando, em certa medida, os itinerários terapêuticos das pessoas, seja na obtenção do acesso à tecnologias e insumos, como medicamentos e exames, seja dando visibilidade às necessidades de saúde ainda não reconhecidas pelos serviços e profissionais de saúde (BELLATO, et. al., 2012, p.357).

JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE

O poder judiciário é acionado pelo cidadão brasileiro quando um direito seu é violado ou não foi cumprido adequadamente. No caso em tela, as pessoas hipossuficientes vão até a Defensoria Pública em busca de solução judicial. Observa SIMON (2015, p.7):

No momento em que existe uma lacuna por parte do Estado no que se refere à ausência de políticas públicas, ou mesmo quando estas existem, mas não são cumpridas o poder judiciário deve agir, mas dentro de uma linha de pensamento de saúde pública e sempre com a visão de que os recursos públicas são finitos, sendo imprescindível pensar na otimização.





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

A Defensoria Pública não realiza um estudo detalhado dos limites de recursos financeiros do Estado, apenas impõe a ele o pagamento de indenizações em nome do assistido, pelo não cumprimento do seu dever. Segundo entendimentos a seguir:

A busca pela efetivamente do direito à saúde, garantido constitucionalmente, é um assunto que sempre gerou muita discussão. A interferência do poder judiciário para concretizar certos direitos constitucionalmente garantidos, em específico, o direito à saúde, seja perfeitamente coerente, ocorre que muitas vezes o poder judiciário não observa as políticas que envolvem o direito à saúde, não seguem o planejamento orçamentário para que ocorra a responsabilidade na gestão fiscal conforme a exigência legal da Lei da Responsabilidade Fiscal (LRF). A consequência disto é a possível inviabilização da sustentabilidade financeira da política de saúde imprescindível para concretização de tal direito (MAZZA, 2015, p.3).

A canalização de recursos para situações individualizados, independente do valor a ser destinado, fere o espírito das normas constitucionais, que é o de propiciar o acesso universal e igualitário às ações e serviços de saúde previamente planejados de forma a satisfazer às necessidades da população. Desconhecedores da política nacional de saúde, instituída pela Lei Federal nº 8080 de 19 de setembro de 1990, os magistrados em suas sentenças acabam por legislar, determinando de maneira desordenada a aplicabilidade dos recursos limitados destinados ao atendimento integral da população pelo SUS (AMARAL e COSTA, 2015, p.6).

Em relação a intervenção judicial na seara da saúde, uma das medidas mais danosas à gestão da rede pública de saúde é a determinação de bloqueio de valores, pois, crendo estar garantindo o efetivo atendimento à demanda discorrida em juízo, sede judicial, o magistrado, em verdade, estará comprometendo valores previamente destinados à aplicação de políticas públicas de assistência à saúde, que findam por prejudicar o efetivo cumprimento das metas preestabelecidas pela administração (AMARAL e COSTA, 2015, p.12).

Dessa maneira, verifica – se que deve a Defensoria Pública aliar o interesse de prestação da assistência jurídica dos hipossuficientes em relação ao direito à saúde juntamente com os recursos orçamentários do Estado que são permitidos pela reserva do possível dos direitos sociais, visto estes não serem direitos ilimitados. Esclarecem diversos juristas sobre a questão:

Mesmo que exista previsão de acesso universal e igualitário do direito à saúde, este não pode ser concedido de forma ilimitada, irrestrita e irracional pelo indivíduo contra o Estado e em desconsideração da comunidade como um todo. Os recursos orçamentários obtidos são escassos, e as necessidades humanas a satisfazer são ilimitadas, o que leva a crer que o emprego do financiamento deve ser feito de modo eficiente a fim de que se possa atingir o maior número de necessidades pessoais com o mesmo recurso. O que leva a referir dois princípios indispensáveis em razão da peculiaridade do tema: o princípio da reserva do possível, o qual se fundamenta na ideia de que os recursos públicos necessários à efetivação dos direitos sociais não são ilimitados; e o princípio do mínimo existencial para o qual haveria um núcleo



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

básico de direitos sociais e econômicos garantidos e estes deveriam ser sempre e de imediato tutelador (SIMON, 2015, p.5).

Cumpra lembrar que saúde e orçamento convivem lado a lado, sendo o direito à saúde dependente, dentre outras, do orçamento para se efetivar. Há de haver um equilíbrio e proporcionalidade nas decisões por parte do poder judiciário nas questões que envolvam direito à saúde (MAZZA, 2015, p.6).

Observada a limitação da escassez de recursos, cabe ao poder executivo a definição da prioridade do gasto, de acordo com a capacidade financeira do Estado e as necessidades e saúde da população, garantindo maior efetividade à política de saúde e maior eficiência do gasto. Entretanto, este não parece ser o entendimento do poder judiciário. A integralidade para os tribunais está mais associada à noção de consumo, haja vista o deferimento de demandas sem ressalvas sobre a existência de política pública para tratar as doenças com VIEIRA (2008, p.2).

No entanto, mesmo o Estado tendo uma limitação quanto aos seus recursos financeiros capazes de dificultar tanto o oferecimento da saúde pública adequada a todos como o cumprimento judicial de todas as causas em que o Estado é réu da demanda condenado a pagar indenizações. É certo que as pessoas hipossuficientes não podem se desfazer do seu direito de recorrer a via judiciária em busca da garantia do direito à saúde.

A esse respeito, tratam diversos autores sobre o assunto:

Como ainda observa, é preciso reconhecer que a sociedade não pode abdicar da vida do poder judiciário para garantia dos seus direitos, entretanto, faz-se necessário ter limite de gastos: Por isso é mais do que urgente que o Judiciário reconheça que não há meios para garantia do direito à saúde tal qual previsto na Constituição Federal que não sejam os das políticas (VIEIRA, 2008, p.5).

É preciso que o poder judiciário avance em relação à incorporação da dimensão política que compões o direito à saúde, é preciso também que os gestores públicos avancem em relação à elaboração e implementação das políticas de saúde no Brasil, bem como em relação à organização administrativa da prestação dos serviços de saúde que muitas vezes, deixam os cidadãos sem a correta assistência médica e farmacêutica. Faz-se necessário, ainda, o avanço da ciência no sentido de analisar as diferentes variáveis do problema exposto e harmonizar o entendimento sobre o que se convencionou “Judicialização da Saúde” (MARQUES, 2008, p.7).

Assim, poder-se-á evidenciar, com base em dados significativos, os benefícios e prejuízos da atuação judicial na garantia do direito à saúde e sua relação com a política de saúde estabelecida. E por fim, garantir o direito à saúde de forma efetivamente integral e universal, com a equidade necessária e com o devido equilíbrio entre os sistemas jurídico e político do Estado (MARQUES, 2008, p.70).

Se, por um lado a crescente demanda judicial acerca do acesso a medicamentos, produtos para a saúde, cirurgias, leitos de UTI, dentre outras prestações positivas de saúde pelo Estado, representa um avanço em relação ao exercício efetivo da cidadania em por parte da população brasileira, por outro, significa um ponto de tensão perante os elaboradores e executores da política no Brasil, que passam a atender um número cada vez maior de ordens



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

judiciais, garantindo as mais diversas prestações do Estado. Prestações estas que representam gastos públicos e ocasionam impactos significativos na gestão pública da saúde no país (MARQUES, 2008, p.65).

Constata-se que a Defensoria Pública do Estado do Amazonas deve buscar a harmonia no relacionamento entre Estado e Justiça, garantindo o direito à saúde dos cidadãos hipossuficientes dentro das limitações orçamentárias do Estado, evitando o fenômeno da judicialização da saúde. O cidadão brasileiro hipossuficiente de modo geral deve ter a garantia da prestação de política pública da saúde pelo Estado, e apenas em casos específicos de descumprimento desse dever, o assistido teria capacidade de recorrer a Defensoria Pública pra postular o exercício do seu direito à saúde.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O direito permanentemente deve ser atualizado aperfeiçoado e adaptado para acompanhar as constantes mudanças sociais, atendendo aos novos anseios de uma sociedade em evolução.

O direito de acesso livre e gratuito à justiça deve ser preservado, garantindo a cidadania da população, em especial aos hipossuficientes, porém, em relação aos direitos de acesso à saúde pública deve-se seguir pelo caminho da mediação pacífica entre o interessado e o Estado, através da via judicial, quando acionada.

Deve-se aperfeiçoar a atuação do poder judiciário em relação a Judicialização da Saúde, inserindo a visão de políticas públicas de saúde aos juízes, promotores e defensores públicos, e por outro lado, o Estado deve gerir, organizar e implementar de modo mais eficiente a prestação dos serviços de saúde, assegurando uma melhor assistência aos cidadãos.

O Poder Judiciário e o Estado devem aprofundar o conhecimento a respeito da atuação de cada instituição em relação à saúde pública para buscarem um equilíbrio e entendimento visando o bem estar social, garantindo constitucionalmente, da população; respeitando tanto o limite de gastos quanto o direito universal e individual do cidadão à saúde.

De maneira prática, se a política de saúde pública no Brasil, incluindo nosso Estado do Amazonas, fosse implementada e gerenciada com mais eficiência poderiam ser evitados inúmeros acionamentos ao poder judiciário pelos cidadãos.





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

O Defensor Público pode atuar como fatos de mudança em todas as esferas dos entes federativos, exercendo papel fundamental na melhoria da qualidade da oferta dos serviços de saúde e na garantia do direito de acesso à justiça.

Pode-se inferir que, com base na literatura adotada que os desafios a enfrentar quando abordamos questões sobre judicialização da saúde no Brasil são: necessidade de alocação de mais defensores públicos nas capitais e interiores, aumentar os incentivos na formação de profissionais da área jurídica que atuam em defesa do cidadão hipossuficiente sobre o SUS, combater a má gerência de recursos para saúde, intensificar a qualificação dos gestores públicos de saúde a fim de garantir uma gestão mais racionalizada e eficiente dos recursos sempre norteada pela legislação vigente, garantindo assim a integralidade e universalidade da saúde no país.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, R.F.L. *Legitimidade da Defensoria Pública para ação civil pública: Inconstitucionalidade*. Revista CEJ, Brasília, ano XIII, n.44, p.36-44, jan./mar.2009.
- AMARAL, M.C.; COSTA, R.D.L.S. *Matérias de repercussão geral que impactam no Sistema Único de Saúde*. Para entender a gestão do SUS - Direito à saúde - CONASS, Ed.um, 2015.
- BARROS, F.P.C. *A saúde como direito: O difícil caminho de sua apropriação pelos cidadãos*. Para entender a gestão do SUS - Direito à saúde - CONASS, Ed.um, 2015.
- BELLATO, R.; ARAÚJO, L.F.S.; NEPOMUCENO, M.A.S., MUFATO, L.F.; CORRÊA, G.H.L.S.T. *Mediação do direito à saúde pelo tribunal de justiça: Análise da demanda*. Texto contexto Enferm, Florianópolis, Abr-jun, 21(2): 356-62,2012.
- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado, 1988.
- CARVALHO, M.N.; LEITE, S.N. *Itinerário dos usuários de medicamentos via judicial no estado do Amazonas, Brasil*. Interface, Botucatu, 18(51): 737-48,2014.
- MARQUES, S.B. *Judicialização do direito à saúde*. Revista de direito sanitário, São Paulo, v.9, n.2, p.65-72, jul/out.2008.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

MAZZA, F.F. *A vinculação da judicialização do direito à saúde à leis de responsabilidade fiscal (LRF)*. Para entender a gestão do SUS - Direito à saúde - CONASS, Ed.um, 2015.

MOTA, L.E.P.; RUEDIGER, M.A.; RICCIO, V. *O acesso à justiça como objeto de política pública: O caso de Defensoria Pública do Rio de Janeiro*. CADERNOS EBAPE, BR, v.4, n.2, jun.2006.

OLIVEIRA, M.R.M. *A judicialização da saúde no Brasil*. Ver. Tempus Actos Saúde Col. Brasília, v.7, n.1, 2013.

RIOS, B.C.; MAILLART, A.S.O. *O direito humano de acesso à justiça após a promulgação da emenda constitucional nº 80 de 2014*. ARGUMENTUM - Revista de direito, São Paulo, n.15, 2014.

SANT'ANA, R.N. *A relevante atuação da defensoria pública no desenvolvimento do SUS*. Para entender a gestão do SUS - Direito à saúde - CONASS, Ed.um, 2015.

SIMON, L.C. *Desafio: Concretização do direito à saúde pública no Brasil*. Para entender a gestão do SUS - Direito a saúde - CONASS, Ed.um, 2015.

SLAIBI, M.C.B.G. *O direito fundamental a saúde*. Direito a saúde, v.12, n.3, 2010.

VIEIRA, F.S. *Ações judiciais e direito à saúde: Reflexão sobre a observância aos princípios do SUS*. Rev. Saúde Pública, Brasília, 2008.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

A DINÂMICA DA URBANIZAÇÃO E A VULNERABILIDADE SOCIOAMBIENTAL PÓS-PONTE RIO NEGRO NO MUNICÍPIO DE IRANDUBA-AM.

THE DYNAMICS OF URBANIZATION AND THE SOCIO-ENVIRONMENTAL VULNERABILITY POST-PONTE RIO NEGRO IN THE MUNICIPALITY OF IRANDUBA-AM.

Adriana Uchôa da Costa¹
adriana_uchoaa@hotmail.com

Resumo:

O presente artigo procurou entender como funciona a dinâmica da urbanização e de que forma ela contribui para a vulnerabilidade socioambiental. Buscará analisar o agravamento dos impactos socioambientais decorrentes do processo acelerado de urbanização que vem ocorrendo no município do Iranduba pós-ponte Rio Negro. Procura-se entender a lógica de produção e apropriação do espaço urbano, desvelando os principais impactos gerados pela urbanização ao meio ambiente e a população local.

Palavras-Chave: Questão Socioambiental; Urbanização; Iranduba-Am.

INTRODUÇÃO

O presente artigo faz parte do projeto de pesquisa intitulado: Esperança Atravessada - a dinâmica da urbanização e a vulnerabilidade socioambiental pós-ponte Rio Negro no Município de Iranduba-Am. Neste artigo procurou entender como funciona a dinâmica da urbanização e de que forma ela contribui para a vulnerabilidade socioambiental.

A dimensão da vulnerabilidade usada incorpora a lógica da produção capitalista que produz simultaneamente as contradições, com efeito direto sobre o meio ambiente e a sociedade. No qual, o processos espaciais, infraestruturais, socioeconômicos e demográficos contribuem para a vulnerabilidade socioambiental. O aspecto mais visível é a má distribuição de serviço, segregação espacial, crescimento de favelas e exclusão social. Entendendo que a vulnerabilidade é um processo que envolve tanto a dinâmica social quanto as condições ambientais.

¹ Assistente Social, Mestranda em Sociedade e Cultura na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas - UFAM (Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES).



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

A dimensão desenvolvimento será embasada no conceito de desenvolvimento sustentável que diz “o desenvolvimento sustentável implica satisfazer as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem suas próprias necessidades”. Termo usado pela ONU em Abril 1987 no relatório “nosso futuro comum” da Comissão Brundtland como ficou conhecida. Para a ONU o desenvolvimento sustentável é um processo de mudança no qual a exploração dos recursos, o direcionamento econômico, tecnológico e institucional devem está em harmonia para que o futuro possa satisfazer as aspirações e necessidades humanas. Um futuro onde possa construir a resiliência dos menos favorecidos e daqueles em situação de vulnerabilidade, e reduzir a exposição e vulnerabilidade dos eventos extremos relacionados ao clima e outros choques e desastres econômicos, sociais e ambientais.

Observa-se que o processo de urbanização gera impactos imediatos ao meio ambiente que contribui para mudanças climáticas e outros problemas. A derrubada indiscriminada de árvores e vegetações nativas deixa o solo totalmente exposto, suscetível ao assoreamento, aumento de temperatura, deslizamentos e desabamentos das moradias localizadas nas encostas, potencializando cada vez mais os problemas sociais e ambientais.

A dinâmica de produção do espaço no município de Iranduba AM ocorre com a crescente urbanização, especulação imobiliária e a falta de planejamento que tem desencadeado processos que afetam toda a relação entre a sociedade e o espaço natural, causando uma série de impactos socioambientais e a degradação da qualidade de vida local, especialmente dos segmentos mais pobres da população. Neste contexto, enfoca a segregação espacial que exclui e afasta essas populações, no qual os espaços segregados costumam apresentar uma baixa disponibilidade de infraestruturas, serviços públicos, espaços de lazer, entre outros.

AMAZÔNIA URBANIZADA

A Amazônia possui a maior floresta tropical do mundo e uma rica biodiversidade, cortada pela maior bacia hidrográfica do planeta. Por vezes é vista apenas por esse fator, e pelo estereótipo do exótico, criando um imaginário de uma Amazônia pitoresca e única em relação a outros lugares. Entretanto, existem categorias de problemas que por vezes não são difundidos, como a grilagem, desmatamento, hidrelétricas, mineração, indígenas, queimadas, poluição, pobreza, conflitos ambientais entre outros. Poucos pensam em uma Amazônia urbana, ainda que mais de 60% de 25 milhões de habitantes vivam nas capitais e nas sedes dos municípios do interior





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

somente na Amazônia brasileira. Manaus é a cidade mais populosa dessa região, com mais de 2 milhões de habitantes.

Djalma Batista (2007) caracterizou a Amazônia enfatizando as características que são peculiares ao universo amazônico, descrevendo suas formas de ocupação, os ciclos econômicos, destacando o Ciclo da Borracha, os grandes projetos direcionados a região, as ideias de povoamento, as migrações, ressaltando a participação nordestina na configuração do povo amazonense, mas com enfoque para sua população tradicional, descrevendo o indígena, o caboclo e o ribeirinho entrelaçados com outra singularidade da região, sua biodiversidade.

O que traz ao entendimento sobre a Amazônia, não apenas de uma região fenotípada por ser demograficamente desértica ou como a última fronteira do desenvolvimento, mas como um espaço com uma floresta tropical rica em sociobiodiversidade, na qual a totalidade é compreendida nas interações e interações dos indivíduos históricos e culturais com o ambiente.

A história da ocupação da Amazônia é marcada por muitos acontecimentos, estes vão dos ciclos econômicos e como estratégia para não perder o território. Na visão de Becker a Amazônia teve uma ocupação europeia tardia em relação ao do Brasil. Além disso muito do processo de povoamento europeu da região nos séculos XVII e XVIII permanece mal estudado. Becker (2013, p. 23).

Bertha faz uma crítica a história do processo de ocupação na Amazônia, para ela ainda falta estudar mais profundamente o processo de povoamento europeu na região nos séculos XVII e XVIII. Entretanto, a história da ocupação não é diferente em sua essência à das outras regiões do Brasil. O que as diferem são as particularidades e os atores envolvidos nesse processo, como a exemplo do que aconteceram com o estado do Grão-Pará e Maranhão que estavam diretamente ligados as demandas internacionais e a metrópole, ficando a parte do Brasil. Neste contexto, encontram-se os curtos períodos econômicos que se instauraram na região, seguidos de longos intervalos de estagnação. Fatores esses que influenciaram na ocupação da região.

Dessa forma, o povoamento da região se deu maneira estratégica e influenciada pelos ciclos econômicos que não povoaram de maneira significativa a região. Como demonstra Becker (2013) ao dizer que em 1777 em Santarém havia uma população que contava com 737 habitantes (403 deles indígenas), e em Manaus no ano de 1786 tinha 300 habitantes (243 deles indígenas). A expansão da Amazônia não se fez mediante o único modelo, mas por múltiplos atores por quase dois séculos. O modelo que mais se assemelhou é a exemplo do modelo caribenho de povoamento, esse com as marcas da pirataria e da disputa de poder. Instaurado uma Amazônia para o mundo, um espaço de grande valor estratégico na economia mundial.





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Oliveira (2014) ao falar da Amazônia através de seus estudos sobre as cidades enfatiza que a região não era um vazio demográfico. A ocupação que se seguiu significou “uma forma peculiar de colonização que longe de acrescentar novos contingentes humanos à área, sangrava-os ininterruptamente em suas populações indígenas”. A região era habitada por milhares de indígenas, que durante o processo de colonização resultou no extermínio desses povos, mas não totalmente, pois ainda sobrevivem. A ocupação da região por Portugal tinha como finalidade demarcar e defendem o território conquistado, dessa forma era necessário ocupar os limites fronteiriços ao norte e oeste.

Se no sec. XVII e XVIII Amazônia era ocupada com a finalidade de proteger o território, no século seguinte entrar no cenário a economia da borracha, neste momento mais precisamente na metade do século XIX, a Amazônia passa a ser ocupada como fonte econômica. As populações neste momento vão para o interior da floresta no seringais, não se fixando nas vilas. As vilas e as pequenas cidades tinham como função o controle do território, mas não somente essa função imposta no início da ocupação, mas também como representação do Estado Nação Brasileiro. Nelas concentravam-se a representação do poder público para arrecadação de impostos sede das missões religiosas, base para a circulação de produtos extrativos para exportação e internação de produtos alimentícios básicos que vinham de lugares externos a Região e eram internalizados a partir de Belém e Manaus.

O período da borracha em seu apogeu levou ao interior da floresta milhares de pessoas vidas de varias regiões, em mais números os nordestinos que passavam por um período de grande seca. Tinham o sonho de obter ma vida melhor, mas ao contrario do que procuravam encontraram muitas dificuldades e a pobreza nos seringais.

Para Oliveira, é preciso rediscutir a crise da borracha, pois se pelo um lado arruinou a economia por outro lado significou a libertação dos seringueiros, e, também refluxo de parte dos migrantes para a região de origem, fazendo com que diminuísse a pressão sobre as fontes de alimentos, houve também a ampliação da diversidade da produção extrativista, especialmente a castanha e a madeira, também fez com que os seringueiros sem trabalho desenvolvessem a agricultura na área de várzea. Para o seringueiro significou uma melhoria de vida.

No que diz respeito dimensão socioespacial a borracha fez com que as populações adquirissem conhecimentos sobre a floresta, fazendo-as se fixarem e se adaptarem a região. Dessa forma, o período da borracha não trouxe somente destruição, mas também criou os mecanismos da resistência e de reconstrução. Fez surgir os núcleos urbanos na Amazônia.





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

É sabido que os surtos econômicos foram preponderantes para a ocupação da Amazônia. Estes de acordo com as demandas internacionais trouxeram a região pessoas de todas as regiões do Brasil e do mundo, com destaque para os nordestinos que vieram aos milhares, esses povoaram o interior da floresta. Ocasionalmente o surgimento de novas cidades e vilas no interior da Amazônia. Entretanto, esses surtos urbanos não dinamizaram a urbanização devido à natureza precária desses surtos, pois estava baseado em economia de exportação, com a finalidade de extrair as riquezas da floresta ao mercado internacional, não foram criados outros mercados que pudessem suprir a economia local.

Dessa forma, existe uma Amazônia urbanizada, pois os ciclos econômicos deixaram como legado as cidades, as vilas e os povoados dentro da floresta. Como demonstra as pesquisas do Núcleo de Estudos e Pesquisas das Cidades na Amazônia Brasileira (NEPECAB) ao estudar a rede urbana e a dinâmica das cidades na Amazônia. Afirmam que existiu uma rede urbana na Amazônia, mas se diferem em suas dinâmicas. No rio Solimões tem uma dinâmica local, possui uma infraestrutura precária, que ainda permanece distante da inserção na dinâmica do desenvolvimento regional e nacional. Possui vínculos com os países vizinhos da Colômbia e do Peru. A do rio Amazonas é mais privilegiada em termos de infraestrutura devido à proximidade com Manaus, esses núcleos urbanos fornecem mercadorias e outros serviços. O urbano é definido, entre outras formas, pelos serviços que caracterizam a cidade. O comércio e o setor de telecomunicações definem permeabilidades e conectividade das cidades com a rede, com a capital, com a região, nacional e em vários casos internacionalmente.

A dinâmica da urbanização ocorre mediante o processo de produção/reprodução do espaço, este ligado à expansão dos processos de urbanização e territorialização que ao mesmo tempo é parte e todo. Essa ocupação do espaço na Amazônia vem ocorrendo mediante processos de urbanização desencadeados pelos centros urbanos, tal como a capital Manaus para seu entorno e municípios adjacentes. Os municípios da região mesmo estando próximos a este centro urbano não sofrem diretamente as influências dos hábitos urbanos, pois apesar de próximos esses municípios não possuem as mesmas características e requisitos urbanos.

IRANDUBA: DO RURAL AO URBANO





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

O Iranduba possui singularidades e peculiaridades que começa antes mesmo da colonização da Amazônia pelos europeus e suas políticas de domínio do território. O município possui um grande legado para a história social da região com seus inúmeros sítios arqueológico, muito ainda desconhecido revelam a presença de populações há milhares de anos. Como relata os estudos feitos no escopo do Projeto Amazônia Central, ligado ao Museu de Arqueologia. Onde foram mapeados em torno de 100 sítios arqueológicos na região, que representam uma diversidade de grupos sociais distintos que ocuparam a área demonstrando a constante presença e intervenção humana nesta região.

Alem desse fator, essa é uma região que foi de grande importância para o desenvolvimento econômico da capital do Amazonas, pois seu desenvolvimento foi condicionado às demandas de Manaus. Com suas terras de várzea ricas, propiciou a agricultura, tornando-se o principal fornecedor de hortifrutí da região. Ao longo de sua história o desenvolvimento de Iranduba sempre esteve em função das demandas de Manaus. Alguns exemplos destas demandas são os projetos de colonização agrícola da década de 1940 e 1970, grandes obras de acessibilidade (p. ex. Ponte Rio Negro) e suporte à matriz energética da capital, além de ser o principal fornecedor de telhas e tijolos de cerâmica para a construção civil. Estes projetos exerceram e ainda exercem forte influência sobre a paisagem social e ambiental do município.

A história de Iranduba está atrelada à Manaus e as suas demandas desde o período da borracha até os dias atuais. A Capital do Estado vivenciou uma época de grande prosperidade com o auge da era da borracha entre 1879 e 1912. Passado o apogeu, Manaus experimentou período de estagnação e até retrocesso e sobrevida entre 1942 e 1945, durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

Com a implantação da Zona Franca de Manaus e do Distrito Industrial, reativou-se a economia do município, florescendo em sua periferia vários núcleos populacionais. Entre eles está Iranduba, que, sobretudo a partir de 1976, veio recebendo consideráveis melhoramentos urbanos.

O desenvolvimento econômico do município a partir dos anos 40 do século XX é voltado para agricultura, fato este que impulsiona a migração nipônica para o Amazonas. Com presença nipônica iniciou-se o princípio de uma ruptura com as práticas extrativistas e de cultivo de subsistência ligados à cultura indígena e ribeirinha, além de introduzir novas culturas com destaque para a pimenta do reino e a juta. A presença japonesa cresceu juntamente com o surgimento de outras colônias agrícolas incentivadas pelos projetos estatais. As principais atividades produtivas deste primeiro momento de colonização foram as culturas permanentes de





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

seringueiras, pimenta-do-reino, café, guaraná e frutíferas, e das culturas periódicas da banana, mandioca, arroz, abacaxi e hortaliças.

O desenvolvimento econômico do município responde as demandas de Manaus, pela proximidade com o grande centro consumidor de Manaus e pela sua localização privilegiada em relação às ricas terras das várzeas, a agricultura foi algo predominante. Mesmo com a emancipação definitiva do município em 1981, outorgada pelo então governador José Lindoso, o município de Iranduba continuou fortemente ligado à dinâmica da cidade de Manaus. Dessa maneira, continuou a ter seus destinos econômicos guiados pela lógica de produzir bens para o mercado da capital. Assim, nas suas duas primeiras décadas de existência, a principal atividade produtiva de Iranduba se manteve relacionada com a agricultura, em especial, a olericultura (alface, cebolinha, tomate, coentro) e fruticultura. Outra atividade econômica foi a produção de tijolos e telhas que impulsionara um grande crescimento para o mercado da construção, atendendo as demandas de Manaus que cresciam com a implantação da ZFM.

Estudos realizados pela fundação Vitoria Amazônica ressaltam que as políticas públicas desenvolvimentistas estão tendo importantes impactos sociais, econômicos e ambientais neste município. Pela sua proximidade de Manaus e por sua conectividade com a capital ampliada pela Ponte Rio Negro, o município de Iranduba é palco de um amplo processo de transformação de suas paisagens naturais e sociais. A dinâmica complexa e a rapidez com que este processo está se dando, prejudicam o entendimento mais acurado acerca dos efeitos e das implicações destas transformações socioambientais.

A constituição desse novo Iranduba é fruto consequente do surgimento de outro lugar, que deixa para trás sua aparência rural para dar lugar ao urbano, trata-se, portanto de um processo de construção e reconstrução do espaço a partir de um arruinamento, ressaltada aqui como a desconstrução de um local simbólico, contribuindo para a configuração de um novo espaço de reprodução social. (LEFEBVRE, 2006). Para Giddens (1991) fenômeno a envolver a ocupação humana e o crescimento urbano trata-se de um processo no qual o avanço sobre novas áreas tem por consequências a alteração do ambiente físico natural e social de forma significativa. Neste contexto, há um deslocamento das relações sociais de contextos locais de interação e sua reestruturação através de extensões indefinidas de tempo-espaço.

Harvey (2011), referi-se a relações socioespaciais, como ajustes promovidos pelo capitalismo que alteram as configurações do espaço e do tempo de vida social. Neste sentido, as transformações que vem ocorrendo no Iranduba se enquadram numa perspectiva capitalista que



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

incorpora novos espaços para o mercado, e estes são ajustados transformando também a vida e os modos da população local.

As grandes mudanças ocorreram nos anos 2000, quando o município passou por diversos processos de transformação advindos de grandes projetos de desenvolvimento com destaque para a construção do Gasoduto Coari-Manaus, da Ponte Rio Negro e a conseqüente proposta de duplicação da rodovia Manuel Urbano e da edificação da Cidade Universitária do Estado do Amazonas (UEA), além da participação do município nos contornos da Região Metropolitana de Manaus (RMM).

Diante de tantas transformações, questiona-se como será o futuro desse município e das pessoas. Pois, suas vidas serão afetadas por profundos impactos, que poderão se bons ou não. Pensar a sustentabilidade desse município torna-se um desafio para os seus governantes e população. Onde precisam pensar na complexidade e na singularidade desse município, em seu contexto histórico para vislumbrar o futuro, sem deixar de lado a qualidade de vida da sua população. Algo que implica um enorme compromisso e esforço para que não repitam erros como ocorridos em outros municípios. Devendo aliar o desenvolvimento econômico, social e ambiental. Como se trata de um município em desenvolvimento sugira muitos conflitos e impactos tanto na população quanto no meio ambiente.

O não planejamento de um município poderá desencadear diversos problemas, como demonstra o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE (2010) ao relatar que as ocupações sem planejamentos, resultam em formação de municípios sem quase nenhum modelo de organização do território e gestão urbana, onde na maioria dos municípios mostraram-se inadequadas. Tendo como resultado o surgimento de cidades sem infraestrutura e disponibilidade de serviços urbanos que sejam suficientes para atender o crescimento provocado pelo contingente populacional que migrou para as cidades. Ocasionalmente graves problemas nas cidades, que não consegue absorver a mão de obra populacional, há também o colapso do sistema de transporte coletivo, o aumento de ocupações irregulares, a depredação do meio ambiente desencadeando outros problemas, precariedade do saneamento básico, desemprego e violências entre outros.

Dessa forma, dependendo da localização, há o aumento da procura por espaços para habitação, aumentando também os conflitos sociais nas cidades, há também as contradições entre classes sociais, onde a maioria da população fica margem da sociedade nas áreas periféricas sem serviços básicos e infraestrutura, em áreas de risco. A periferia caracterizada por ocupações ilegais, que concentram grandes assentamentos urbanos e problemas socioambientais, tais como



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

poluição sonora, atmosférica e hídrica; destruição dos recursos naturais; desintegração social; desemprego; perda de identidade cultural e níveis alarmantes de violência.

Neste contexto, há uma preocupação com o que vem ocorrendo no Iranduba, com o processo de urbanização ocasionado pela construção da Ponte Rio Negro, esta mega obra despertou o interesse do setor imobiliário para a construção de residenciais. Essas construções de imediato geram impactos ao meio ambiente com o desmatamento, assoreamento de igarapés, formação de ilhas de calor, isolamento de espécies vegetais e animais. Por conseguinte com a urbanização vem à poluição e outros problemas.

A construção de grandes bairros planejados e condomínios ocasionam grandes áreas de derrubadas ao longo da AM 070, onde as obras estão a todo vapor. Apesar de serem planejados não há a preocupação de deixar áreas verdes, o que ocasiona um grande descampado que logo o efeito será o calor. Esses empreendimentos segundo o IPAAM possuem licença de instalação, e também possuem Plano de Controle Ambiental compostos por critérios para a instalação dos mesmos. Entretanto, nenhum dos empreendimentos precisou realizar Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e Relatório Impacto Ambiental (RIMA) por estarem abaixo do quantitativo de 100 hectares previstos pela legislação Ambiental.

O Relatório Impacto Ambiental (RIMA) da Cidade Universitária UEA prever grandes riscos para a fauna, pois a estimativa prevista era que os animais levassem até uma década para retornar ao espaço em torno da Cidade Universitária após a conclusão da obra. A ausência desses animais trará profundos impactos para o meio ambiente e para a população, pois com ausências de alguns animais aumentará a presença de insetos que ocasionam inúmeras doenças.

Para o Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), toda ocupação urbana proporciona impactos, mas estes poderão ser minimizados através do planejamento que preserve os elementos da natureza como arborização, parques, praças lençóis d'água. No caso do Iranduba as condições econômicas, políticas e legais propiciaram uma urbanização sem planejamento e preocupação com os impactos socioambientais que gerariam, pois os interesses iam além. A Ponte Rio Negro funciona como um vetor de ocupação, onde não há preocupações apenas com a economia ou mobilidade de pessoas e mercadorias, mas ela é um projeto político de fortalecimento da região metropolitana que força a ocupação usando como atrativos a Cidade Universitária, Turismo entre outros. Todos estes projetos exercem uma forte influência sobre a paisagem social, ambiental, econômica e cultural do município. Onde as realidades vividas pela população local, estão juntas e ao mesmo tempo separadas quando se trata de infraestrutura, acesso a serviços públicos e garantia de direitos básicos como saúde e educação.





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Dessa forma, pensar o processo que esse município vem sofrendo, permite olhar para o cenário atual da Amazônia e o processo de produção/reprodução do espaço, este ligado à expansão dos processos de urbanização e territorialização. Esses municípios sofrem diretamente as influências e as consequências oriundas desse processo. Algo que afetará suas vidas em aspectos, econômicos, sociais, ambientais e culturais.

São grandes os desafios do desenvolvimento, pois o mesmo ocasiona quadro de desigualdades, pois, ainda que não seja direta a relação entre pobreza, exclusão social e degradação ambiental, os seus efeitos indiretos são visíveis. Na qual a degradação social e ambiental segue um modelo de desenvolvimento aparado pelo Estado brasileiro, que subordinou os interesses do bem-estar social aos interesses de expansão do capital, na exploração dos recursos naturais. Tendo como resultado, as políticas de Estado que sustentaram um estilo de desenvolvimento voltado para determinados segmentos sociais e econômicos usando os recursos disponíveis na natureza.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As transformações no Iranduba ainda estão em processo, seria prematuro dizer se será bom ou ruim, este só o tempo dirá. Entretanto, se comparamos este município com a capital, podemos vislumbrar que tais transformações afetarão a vida da população local, que passa a conviver com as consequências que a modernização urbana traz. Deixando para trás seu passado rural e passando a conviver com um novo chamado urbano. O que vale ressaltar que essas mudanças não somente afetarão a vida da população, mas todo o meio ambiente também será transformado.

Essas transformações são estratégias do modelo capitalista aliado ao mercado e a programas de desenvolvimento, intensificando os conflitos pelo acesso e uso dos recursos naturais, degradação ambiental, crescimento populacional, migrações e urbanização, que aumentam a degradação do meio ambiente e transforma também as vidas das pessoas.

A crescente urbanização aliada à especulação imobiliária e a falta de planejamento no Iranduba, tem desencadeado processos que afetam toda a relação entre a sociedade e o espaço natural, causando uma série de impactos socioambientais e a degradação da qualidade de vida local, onde os mais afetados são os segmentos mais pobres da população. Na qual, a segregação espacial exclui e afasta essas populações, que passam a conviver com a insuficiência e a uma baixa disponibilidade de infraestruturas, serviços públicos, espaços de lazer, entre outros.





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Não se pode afirmar que o desenvolvimento chegará a todos como foi anunciado nos projetos. O que se pode dizer que esse desenvolvimento não pode ser tão rápido que não preserve a memória, mas também que não seja tão lento que nunca chegue.

Um crescimento urbano associado à falta de planejamento gera enormes impactos socioambientais e urbanísticos, como igarapés poluídos, redes de esgoto inadequado, sistema viário que não suporta a demanda de veículos, transporte insuficiente entre outros problemas. Esses problemas fazem parte da realidade de quase todas as cidades do Brasil. O desenvolvimento na Amazônia deverá ser planejado a partir de princípios ecológicos e com políticas públicas que proporcionem benefícios reais para a melhoria da qualidade de vida, respeitando as particularidades da região. Essas oportunidades são maiores para os municípios integrantes da região metropolitana de Manaus, do qual se encontra o município de Iranduba, que poderá usar os erros e acertos para o seu desenvolvimento sustentável.

REFERENCIAS

- BATISTA, Djalma. *O Complexo da Amazônia: análise do processo de desenvolvimento*. 2ed. Manaus: Ed. Valer, Edua e Inpa, 2007.408p.
- FREITAS, R. C. M.; NELSON, C. M.; NUNES, L. S. *A crítica marxista ao desenvolvimento (in)sustentável*. Revista Katálysis, Florianópolis, v.15, n.1, p. 41-51, 2012.
- GIDDENS, Anthony. *As Consequências da Modernidade*. Tradução Raul Fiker. São Paulo:UNESP, 1991.177 p.
- Governo do Amazonas. 2012. *Estudo Prévio de Impacto Ambiental: Cidade Universitária*. Disponível em: [http:// www.ipaam.am.gov.br/pagina_interna.php?cod=92](http://www.ipaam.am.gov.br/pagina_interna.php?cod=92). Acessado em: 21 de Julho de 2016.
- HARVEY, David. *O enigma o capital:e as crises do capitalismo*.São Paulo: Boitempo.2011
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Perfil dos municípios e indicadores sociais*. 2010
- OLIVEIRA, José Aldemir de.*As cidades da natureza, a natureza das cidades e o controle do território*. In: XIII Coloquio Internacional de Geocrítica, 2014, Barcelona. El control del espacio y los espacios de control. Barcelona: Universitat de Barcelona, 2014.)
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS.*RIO + 20 Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável*. Disponível em< <http://www.onu.org.br/rio20/sobre/>> acesso em: 25 de outubro de 2015.
- RODRIGUES, Marcelo da Silveira et al. *Irاندuba: características socioambientais de um município em transformação*. / Marcelo da Silveira Rodrigues; Camilo Tomazini Pedrollo; Sérgio Henrique Borges; Yara da Rocha Camargo; Marcelo Paustein Moreira; Graciele Sbízero Amaral; Diego Oliveira Brandão; Simone Iwanaga. – Manaus FVA, 2014.
- SCHOR, T.;OLIVEIRA, J. A. . *Reflexões metodológicas sobre o estudo da rede urbana no Amazonas e perspectivas para a análise das cidades na Amazônia brasileira* . Acta Geográfica (UFRR). 2011.
- SEPLAN.Iranduba.Disponível em: [www.seplan.am.gov.br/arquivos/download/.../folder_irاندuba\(1\).pdf](http://www.seplan.am.gov.br/arquivos/download/.../folder_irاندuba(1).pdf) > Acessado em 21 de Julho de 2016.
- SOUSA, Isaque dos Santos. *A ponte Rio Negro e a Região Metropolitana de Manaus: adequações no espaço urbano-regional a reprodução do capital*. Tese (Doutorado), Programa de Pósgraduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013, 249, fls.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
09, 10 e 11 de Novembro de 2016
Manaus - Amazonas

A EDUCAÇÃO SALESIANA E A MARCA DA CIVILIZAÇÃO OCIDENTAL NO COMPORTAMENTO DO INDÍGENA DE *YAIA POEWA* NO SÉCULO XX

LA EDUCACIÓN SALESIANA Y LA MARCA DE LA CIVILIZACIÓN OCIDENTAL EN EL COMPORTAMIENTO DEL INDÍGENA DE *YAIA POEWA* EN EL SIGLO XX

Joscival Vasconcelos Reis¹

Odenei de Souza Ribeiro²

Gláucio Campos Gomes de Matos³

RESUMO

Este artigo tem o objetivo abordar o processo civilizatório ocidental incrementado pelos salesianos aos povos indígenas de *Yaia Poewa*. A concepção de 'civilização' chegou à essa região com o não índio. Nesse longo período de contato com os povos indígenas se constata mudanças no *modus vivendis* indígena da região. Com avançar do contato e o processo de integração em curso, os indígenas de *Yaia Poewa* incorporaram transformações que estão presentes em suas realidades socioculturais. O enfoque é qualitativo, com pesquisa bibliográfica e ênfase na teoria do processo civilizador de Norbert Elias, a qual contribui para pensar as mudanças socioculturais ocorridas em *Yaia Poewa*, incrementadas pela Missão Salesiana Arcanjo São Miguel como instituição de modelação do comportamento do indígena nessa região. A experiência de campo, do *eu* Tukano, fruto dessas mudanças, contribui para dialogar com a teoria.

PALAVRAS-CHAVE: Processo civilizador. Psicogênese. Povos indígenas.

RESUMEN

Este artículo pretende abordar el proceso de la civilización occidental se incrementa en los Salesianos a los pueblos indígenas de *Yaia Poewa*. El concepto de "civilización" llegó a esta región con los no indios. En este largo período de contacto con los pueblos indígenas observa cambios en el *modus vivendis* indígena de la región. En anticipación del contacto y el proceso de integración en curso, *Yaia Poewa* de los cambios incorporados indígenas que están presentes en

¹ Mestrando do Curso de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas (PPGSCA/UFAM). Bolsista do Programa de Bolsas de Pós-Graduação voltado para o Interior do Estado do Amazonas da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (PROINT-FAPEAM). E-mail: joscivaltukano@yahoo.com.br

² Professor do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGSCA/PPGS/UFAM). E-mail: ribeiroode@hotmail.com

³ Professor da Faculdade de Educação Física e Fisioterapia da UFAM. Professor do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia (PPGSCA/UFAM). E-mail: glauciocampos@bol.com.br



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

sus realidades socio-culturales. El enfoque es cualitativo, con la investigación bibliográfica y énfasis en la teoría del proceso de civilización de Norbert Elias, que ayuda a pensar en los cambios socioculturales en Yaia Poewa, incrementados por la Misión Salesiana San Miguel como institución de modelización del comportamiento indígena en esta región. La experiencia de campo, del yo Tukano, el resultado de estos cambios, que contribuye al diálogo con la teoría.

PALAVRAS CLAVE: Proceso de civilización. Psicogénesi. Pueblos indígenas.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como temática central a psicogênese nas obras de Norbert Elias e a sua relação com as transformações socioculturais no processo civilizatório. O termo psicogênese se refere ao processo que ocorre de modo recíproco no interior dos processos históricos de longa duração e vai se relacionar as mudanças no comportamento dos indivíduos que vão se amoldando e se modificando de acordo com a mudança dos fatos histórico-sociais, realizadas no interior das sociedades.

Evidências sobre a psicogênese dos processos civilizatórios de Norbert Elias estão inicialmente explicitados nos dois volumes do seu livro *O Processo Civilizador*, nestas obras Elias têm como preocupação essencial em construir uma teoria tendo como base os dados empíricos apresentados no volume um e na primeira parte do volume dois, nestes trabalhos, buscando compreender, a partir de um paradigma teórico, como se desenvolve no curso da história humana o autor denominou de processo civilizador e como este processo altera o desenvolvimento do aparelho psíquico humano.

O pensamento de Elias constitui uma grande contribuição para uma sociologia abrangente. Pode ser sociologia da civilização, sociologia dos afetos, sociologia do esporte, sociologia dos costumes, sociologia da interação, sociologia do tempo e da solidão. No campo da história podemos dizer que a inovação principal em Elias diz respeito aos temas como o cotidiano, as atitudes em relação ao corpo, os costumes, as mentalidades, uma nova visão do poder agindo sobre o corpo, as maneiras de comer, amar, os gestos e os vestuários e os cerimoniais. Tratam-se de temas antes ignorados pela história e sociologia.

Embora Elias tenha deixado um vasto acervo de obras, que vão abarcar vários e diversos temas, no entanto, a psicogênese indígena não se encontra entre os temas abordados. Aparentemente pode ser uma dificuldade, mas acaba se tornando um desafio ao utilizar as teorias desenvolvidas pelo autor como um instrumento teórico que possa ajudar-nos a compreender o fenômeno do processo civilizatório salesiano sobre os povos indígenas.





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Por isso, o objetivo deste trabalho é compreender como o pensamento elisiano pode permitir pensar a ação missionária salesiana, a partir da teoria dos processos civilizadores, ressaltando a pertinência da Missão Salesiana Arcanjo São Miguel como agência de modelação do comportamento e das estruturas de personalidades (psicogênese) do ser indígena de *Yaia Poewa* no século XX.

2 A PSICOGENESE DE NORBERT ELIAS

A psicogênese é explicitado em várias obras de Elias, mas certamente com maior ênfase no livro *O Processo Civilizador* e diz respeito às transformações do comportamento humano e das estruturas de personalidade dos indivíduos.

A teoria dos processos civilizadores proposta por Elias, baseia-se na defesa de que, toda e qualquer transformação ocorrida na estrutura da personalidade do ser individual (psicogênese), produz uma série de transformações na estrutura social em que o indivíduo está inserido. Segundo Elias:

Embora os seres humanos não sejam civilizados por natureza, possuem por natureza uma disposição que torna possível, sob determinadas condições, uma civilização, portanto uma auto-regulação individual de impulsos do comportamento momentâneo, condicionado por afetos e pulsões, ou desvio desses impulsos de seus fins primários fins secundários, e eventualmente também sua configuração sublimada. [...] Dado que os seres humanos, diferentemente de muitos outros seres vivos sociais, não possuem uma regulação nativa dos afetos e pulsões, eles não podem prescindir da mobilização de sua disposição natural rumo à auto-regulação mediante o aprendizado social dos controles dos afetos e pulsões, no sentido de um modelo de civilização específico da sociedade, a fim de que possam conviver consigo mesmos e com os outros seres humanos. O processo universal de civilização individual pertence tanto às condições de individualização do ser humano singular com às condições da vida social em comum dos seres humanos (ELIAS, 2002, p. 21).

A temática da psicogênese no contexto dos processos de civilização tem como objetivo estudar a formação e as alterações da estrutura psicológica individual, ou processo de civilização individual, o qual, por sua vez, é fruto de um processo civilizador social operante durante muitos séculos, a que todos os jovens são automaticamente submetidos desde a mais tenra infância, em maior ou menor grau ou maior ou menor sucesso (ELIAS, 1994, p. 15).





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Atualmente, o círculo de preceitos e normas é traçado com tanta nitidez em volta das pessoas, a censura e pressão da vida social que lhes modela os hábitos são tão fortes, que os jovens têm apenas uma alternativa: submeter-se ao padrão de comportamento exigido pela sociedade, ou ser excluído da vida num “ambiente decente”. A criança que não atinge o nível de controle das emoções exigido pela sociedade é considerada como “doente”, “anormal”, “criminosa”, ou simplesmente “insuportável” do ponto de vista de uma determinada casta ou classe e, em consequência, excluída da vida (ELIAS, 1994, p. 146).

Mesmo na sociedade civilizada [...] nenhum ser humano chega civilizado ao mundo e que o processo civilizador individual que ele obrigatoriamente sofre é um função do processo civilizador social (ELIAS, 1994, p. 15). É nesse sentido que aponta a semelhança entre a estrutura dos sentimentos e consciência da criança com as das pessoas “incivis”, e, portanto, pressionada a se modelar conforme os padrões de comportamento exigidos pela sociedade civilizada. À medida que as sociedades caminha para um grau maior de pacificação interna, as pessoas acabem por se verem obrigadas a ter que conviver pacificamente com as outras, levando as pessoas a agir diante das pessoas de uma determinada maneira, sendo observados e observando o comportamento de outras pessoas, a partir do controle social, alterando o código de conduta, ou padrão de comportamento, das pessoas de uma maneira lenta, transformando o próprio policiamento do comportamento das pessoas e forçadas a conviver desta maneira, tiveram seus comportamentos modelados pela conduta das pessoas.

De acordo do Elias,

O estudo desses mecanismos de integração, porém, também é relevante, de modo mais geral, para a compreensão do processo civilizador. Só se percebermos a força irresistível com a qual uma estrutura social determinada, uma forma particular de entrelaçamento social, orienta-se, impelida por suas tensões, para uma mudança específica e, assim, para outras formas de entrelaçamento, é que poderemos compreender como essas mudanças surgem na mentalidade humana, na modelação do maleável aparato psicológico, como se pode observar repetidas vezes na história humana, desde os tempos mais remotos até o presente (Elias, 1993, p. 195).

Dessa forma, é possível, então, entender que a especificidade da teoria de Elias está na indissociabilidade entre o desenvolvimento das estruturas de personalidade e das estruturas



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

sociais, ou seja, não se pode entender as transformações sofridas pelas sociedades separadamente das alterações ocorridas nas estruturas de personalidade dos indivíduos que as formam. Os conceitos de indivíduo e de sociedade não são antagônicos.

2 OS MISSIONÁRIOS SALESIANOS NO ALTO RIO NEGRO

A Pia Sociedade de São Francisco de Sales, também conhecida como Congregação Salesiana ou Salesianos é uma congregação da Igreja Católica Apostólica Romana fundada em 18 de dezembro de 1859 por Dom Bosco (João Melchior Bosco), em Turim, Itália, foi sacerdote diocesano e educador. Desenvolveu a educação infanto-juvenil e o ensino profissional e criador do Sistema Preventivo em Educação. Devido a isso a congregação especializou-se em educar jovens operários rurais e dar assistência aos enfermos. Educavam os jovens utilizando o paradigma de civilidade urbana moderna, de formação integral e, desta forma, integrá-los à sociedade italiana. Foi com essa ideologia que a congregação salesiana chegou ao Brasil em 1883 (AZZI, 1983).

A ação missionária salesiana junto populações indígenas no Brasil iniciou em Cuiabá, Mato Grosso, em 1893, com os indígenas Bororos. Projetaram escolas agrícolas objetivando reunir os indígenas no intuito de ensiná-lo a desenvolver vários ofícios ligados à terra, modelar o seu corpo e espírito. Esse modelo também seria aplicado nas missões salesianas do Alto Rio Negro, noroeste do Amazonas, onde os missionários tomaram os indígenas da região como crianças desamparadas e consideraram ser uma missão educar esses povos com objetivo de integrá-lo ao estado nacional. Por isso, a educação escolarizada foi instrumento que serviu para diluir culturas, atendendo aos projetos do sistema liberal implícito na catequização desses povos indígenas. WEIGEL (2000, p. 109) afirma:

É neste sentido, da busca em aprofundar e consolidar entre os indígenas a produção de um estilo de vida e de um imaginário, adequados ao interesse dos grupos sociais dominantes, que o Estado Brasileiro acolhe, respalda e apóia a fundação da escola e de um vasto trabalho missionário no Alto Rio Negro, pelos religiosos salesianos na primeira década do século XX.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Para facilitar a educação dos alunos indígenas, as escolas salesianas gradativamente foram organizadas, instaladas e consolidadas em cinco pontos estratégicos na forma de grandes internatos e/ou centros missionários chamados de “núcleos de civilização” (WEIGEL (2000, p. 113) São Gabriel da Cachoeira, na sede do município, em 1915; Taracuí, no Baixo Rio Uaupés, em 1924; Pari Cachoeira, no Médio Rio Tiquié, em 1938; Iauaretê, no Médio Rio Uaupés, em 1929; Nossa Senhora da Assunção, Baixo Rio Içana, em (1953); Maturacá, no Rio Cauaburis, em 1958; e Marauíá, Rio Marauíá, em 1968. Estas duas últimas junto aos Yanomami. Ao mesmo tempo, foram também fundados escolas, hospitais e igrejas, incentivando nessas localidades um processo intenso de povoamento. Paula (2005) afirma que o objetivo principal dos missionários salesianos estava pautado na educação, saúde e catequese. Através destes centros missionários, os salesianos passaram a influenciar os mais diferentes aspectos da vida dos povos indígenas, especialmente daqueles situados próximo às missões.

Nos meados da década de 1920, a atuação salesiana é não só assegurada, mas mantida pelo próprio Estado brasileiro. A partir de 1960, a relação entre duas instituições passou a ser formalizada por meio de convênios e a educação escolarizada passa a ser dirigida pela Congregação Salesiana e pelas irmãs do Instituto das Filhas de Maria Auxiliadora (F.M.A.). O Instituto das FMA foi fundado no dia 5 de agosto de 1872, em Mornese, na Itália. Dom Bosco ansiava pela criação de um instituto feminino que pudesse realizar o trabalho educativo e evangelizador que já era promovido para meninos. Ao conhecer Maria Domingas Mazzarello e o trabalho que ela realizava, enxergou a possibilidade de tornar seu sonho realidade. Madre Mazzarello foi a co-fundadora e primeira diretora do Instituto. No Brasil vieram da Epistolia Santa Catarina do Rio de Janeiro no dia 10 de janeiro de 1923, chegaram na região em 16 de fevereiro de 1923 (AZZI, 1983).

A implantação da obra salesiana na Amazônia, na região do Alto Rio Negro, tinha como objetivo principal, segundo Silva (1977, p. 9) [...] incorporar os pobres silvícolas na civilização brasileira cristã”. Durante quase um século, a ação salesiana teve por objetivo explícito: a aculturação indígenas. Com essa finalidade buscou concentrar essas populações em determinados centros missionários, transformar gradualmente as moradias coletivas em individuais, estabelecer espaços domesticados para manifestação ritual e socializar as crianças indígenas em internatos visando interferir em muitos aspectos da organização sociocultural dos povos indígenas, considerada “incivilizada” e profana pelos missionários salesianos provocando esvaziamento das antigas aldeias, perda das tradições e valores culturais. “O incentivo dado ao aluno indígena para permanecer no internato salesiano era em detrimento a essas atividades” (FARIA, 2003, p. 30).



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

5 MISSÃO SALESIANA EM YAIA POEWA/YAIWI PANI/IAUARETÊ: A PSICOGÊNESE INDÍGENA

Yaia Poewa ou *Yawi Pani* é um povoado multicultural localizado na fronteira Brasil e Colômbia, às margens do Uaupés, um dos formadores da bacia do Alto Rio Negro, no noroeste amazônico. É um ponto de referência mito-histórico-sociocultural de grande relevância. Na língua Tukano e Tariana significa Cachoeira das Onças. Devido ao contato com a Língua Geral trazida pelos agentes da expansão colonial e do processo civilizatório no século XIX foi denominada de Iauaretê que significa somente “onça”. A Língua Geral foi difundida inicialmente pelos jesuítas e empregada pelos franciscanos na época do estabelecimento das aldeias indígenas no Alto Rio Negro. Yaia Poewa é um dos lugares míticos importante, pois trata da história do mundo e da origem dos diversos grupos indígenas que habitam a região do Uaupés, Papuri e Tiquié.

É uma região distinta demográfica e geograficamente de outras regiões do Brasil. Iauaretê localiza na confluência dos rios Papuri e Uaupés, no noroeste do Estado do Amazonas, no Município de São Gabriel da Cachoeira. O Rio Uaupés é o principal tributário do Rio Negro tem cerca de 1.375 km de extensão. Das cabeceiras até o limite Colômbia/Brasil são 845 km. Serve de fronteira com a Colômbia por mais de 188 km; daí até a foz – margem direita do Rio Negro – são mais 342 km em território brasileiro (CABALZAR&RICARDO, 2006, p. 06).

É povoada por grupos indígenas de diversas etnias da Família Linguística Tukano, Aruak e Maku. A primeira família é representada por Tukano, Desano, Tuyuka, Wanano, Kubeo, Waikhana e Arapaso; a segunda por Baniwa e Tariana; e a última por Hupdah. Essa diversidade sociocultural vivem de produção de subsistência como roça, coleta de frutos silvestres, caça e pesca. Convivem conforme a sua organização sociocultural. Todas as etnias estão dispostas de acordo com a sua organização sociocultural própria: um sistema hierárquico cosmologicamente justificado. Cada etnia hierarquiza também seus subgrupos, definidos em torno de um descendente ancestral masculino, respeitando o padrão exogâmico e patrilocal dos laços matrimoniais (FERREIRA, 2007).

O grupo Tukano seria constituído por grupos migrantes vindos do oeste – Napo e Putumayo – que passaram a ocupar a bacia do Rio Uaupés. O Aruak teria vindo do norte em sucessivas ondas migratórias que dispersaram no Alto Orinoco e Rio Guainia – na Venezuela – e uma parte do Uaupés. O grupo Maku teria sido formado por uma cultura rudimentar que desconheciam a lavoura, a cerâmica, a arte têxtil e a navegação (NIMUENDAJU, 1982).



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Ferreira (2007) salienta que os povos indígenas dessa região, tradicionalmente, vive da caça, pesca, coleta de frutos silvestres e atividades de subsistência na agricultura, a roça. A roça de mandioca faz parte do cotidiano indígena. A mandioca não é o único produto cultivado na roça, pois planta-se também o cará, a abóbora, a melancia, a cana, o milho, a cucura, o ingá, o abiú, o açaí, o cupuaçu e outros. Após décadas de introdução de novas técnicas de cultivos pelos não indígenas, a roça continuou a existir como essencial para a sobrevivência da cultura indígena.

Essas sociedades desenvolveram nessa região, a centenas de anos, formas sofisticadas de adaptação ao meio ambiente regional e práticas diversas e complementares de subsistência em ecossistemas tidos como os mais pobres da Amazônia, em virtude da baixa fertilidade de suas terras e pobreza dos rios em peixes. Apropriaram de plantas medicinais, desenvolveram técnicas de cultivo, pesca e de fabricação de utensílios domésticos pertinentes para a utilidade diária e para sua sobrevivência.

Em 1892 Manaus é elevada à categoria de Diocese. A Santa Sé, objetivando a evangelização na Amazônia, criou as Prefeituras Apostólicas e Prelazias, as últimas eram regiões menores, confiando-as às congregações religiosas. Em 06 de novembro de 1888, os Franciscanos deixaram o Rio Negro e a região recebia visitas esporádicas de missionários ligado à Diretoria Geral dos Índios. Em 1907, Dom Frederico Costa, segundo bispo da Diocese de Manaus, viaja no Rio Solimões e Rio Negro, chegando até Iauaretê. Dom Frederico encontrou a população indígena numa situação de miséria, de exploração e escravização, imposta pelos comerciantes e Diretores de Índios. Retornou para Manaus e fez o seu relatório de viagem. Em seguida viajou para Roma, a fim de relatar ao Papa Pio X a realidade da população da Amazônia. O resultado disso foi a criação da Prefeitura Apostólica do Rio Negro, em 19 de outubro de 1910, confiada à Congregação Salesiana em junho de 1914 (PAULA, 2005).

Em 29 de setembro de 1929 foi fundada a Missão Salesiana de Iauaretê, sob o nome de Arcanjo São Miguel. A fundação consistiu na escolha e benção do lugar, seguida pela celebração da Primeira Missa. A partir daí foi necessário e imprescindível utilizar mão-de-obra indígena para realizar aterro, construção da casa dos salesianos com internato para meninos, a casa das freiras com internatos para meninas, da igreja, do hospital e barracões para hospedagem, serraria e olaria. E em 22 de maio de 1930 chegam as primeiras freiras do Instituto Filhas de Maria Auxiliadora e no mesmo período o internato começou a funcionar (FERREIRA, 2007).

No internato os Missionário Salesianos e as Filhas de Maria Auxiliadora ofereciam conforme o gênero o ensino primário e elementar, cursos regulares de agricultura prática, aprendizagem profissional em oficinas de carpintaria, marcenaria, alfaiataria, ferraria e mecânica





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

elementar, olaria para os menores e cursos regulares de ensino doméstico e profissional para as meninas como costura, corte, bordado, chapéus e confecções, lavanderia e engomagem e princípios de higiene e enfermagem. Associado a educação, a assistência espiritual e o ensino religioso era uma das atividades desenvolvidas pelos missionários, assim, os preceitos do catolicismo iam aos poucos se alicerçando na mente dos alunos que posteriormente seriam os divulgadores desse programa de evangelização. A civilização inscreve-se no campo das ações e decisões humanas, comportando um olhar sobre os indivíduos como construtores e construídos pela sociedade ocidental, ou seja, é possível afirmar que a civilização comporta um projeto de ordenação do mundo, quer no presente, quer para o futuro, em que, no nosso entendimento, a infância tem um papel fundamental na construção da sociedade cada vez mais civilizada, à medida que “a vida delas tem que ser rapidamente submetida ao controle rigoroso e à modelagem específica que dão a nossa sociedade seu caráter e que se formou na lentidão dos séculos” (ELIAS, 1994, p. 145).

Distantes do seu grupo sociocultural, pais e família, crianças, moças e rapazes levados para o internato aprendiam a língua, a vida, os costumes e a cultura dos não indígenas, a cultura da sociedade ocidental. Eram obrigados a esquecer os seus atributos socioculturais, pois podiam ser severamente castigadas caso praticassem, pois vigorava na época a política indigenista do Estado Brasileiro na “integração dos índios à comunidade nacional”. Os missionários, todos oriundos da cultura ocidental foram formados no espírito dessa ideologia, pois difamaram a cultura indígena local, julgando-a como sendo coisa do mal, do demônio.

Os alunos indígenas eram preparados para formação cristã, intelectual e moral através de da imposição dos regimentos propostos pelos salesianos baseados na prática catequética de constante oração e serviço a Deus objetivando a salvação das almas. Isso consistia em destruir todos os elementos e símbolos étnicos e socioculturais dos povos indígenas da região. Antes de tudo era necessário batizar as crianças e posteriormente leva-las de suas casas, família e do seu convívio sociocultural para serem educadas rigidamente no internato e tornar “civilizadas”. Os missionários tinham convicção de que só mudariam os indígenas de maneira eficaz com ênfase ao sistema educacional “civilizador” voltado para as crianças e jovens indígenas. A igreja tinha o domínio absoluto sobre a escola e as práticas pedagógicas salesianas. Por isso, como educadores proibiam e perseguiram as línguas indígenas, a organização sociocultural de cada povo indígena e como missionário da Igreja Católica Apostólica Romana proibiam e perseguia os pajés, os rituais, as cerimônias e as danças. A [...] crença na onipresença punitiva ou premiadora de Deus teve sim um efeito “civilizador” ou de controle das emoções (ELIAS, 1994, p. 198).



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Isso é entendido como desenvolvimento do conjunto das normas, censuras, proibições, costumes, tensões e emoções que aos poucos vai transformando o comportamento e as estruturas das pessoas e da sociedade, fatos que acontecem respectivamente pela modelação e transformações do comportamento humano e do desenvolvimento do estado e das nações que estão entrelaçadas e são entendidas como aspectos que se interdependem no processo civilizatório (ELIAS, 1994, p. 15).

Os indígenas internos deviam seguir um rigoroso sistema de horário de trabalho, de estudo, de recreio, de merenda, de almoço, de cerimônias e celebrações católicas. Sobre o sistema de horário FERREIRA (2007) demonstra assim:

HORÁRIO DO INTERNATO			
DIAS ÚTEIS		DIAS SANTOS	
Horário	Atividade	Horário	Atividade
5:00	Levantar do salesianos	5:15	Levantar dos salesianos
5:30	Levantar dos alunos	5:45	Levantar dos alunos
6:00	Missa/mingau/recreio	6:15	Missa/oração/mingau/recreio
7:30	Trabalho	7:30	Estudo
9:15	Merenda/recreio	8:00	Missa/recreio/merenda
9:35	Canto/estudo	10:15	Aula/civilidade/cerimônias
10:05	Aula	10:45	Recreio
10:50	Recreio	11:00	Almoço/passeio/merenda
11:00	Almoço/recreio	16:00	Oração/catecismo/bênção
12:15	Banda	17:00	Jantar/recreio
12:45	Ginástica	19:00	Votos/repouso
13:15	Aula		
14:45	Merenda/recreio		
15:00	Trabalho		
16:30	Banho		
17:30	Jantar/recreio		
18:45	Catecismo/oração/repouso		

Fonte: Regimento do Internato (Missão Salesiana, 1933).

Para Elias (1994), o homem foi condicionado e adestrado para se comportar de tal maneira que pudesse agradar aos olhos da corte, da classe dominante estabelecida. Por isso precisaria deste processo de imposições sociais. A ideia de moralidade faz parte do processo civilizador. As normas são respeitadas, porém, esse respeito pode vir a acontecer através de muita dor e de imposições.

E o tempo é um símbolo social, construído pelo homem e apreendido em um longo processo de aprendizagem, como uma colocação social reguladora do indivíduo. O tempo foi elaborado para a civilização dos homens, numa configuração de relações sociais. O homem se impôs a um ritmo maior e mais complexo de atividades em suas relações de interdependências, regulando e



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

fortalecendo um autocontrole de seus costumes e emoções no tempo, pois “a individualização da regulação social do tempo tem consigo, de uma maneira quase paradigmática, as expressões de um processo civilizador” (ELIAS, 1998, p. 32)

Com o passar dos anos o indígena foi incorporando usos e costumes da sociedade ocidental.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As teorias de Norbert Elias permite compreender a forma como as transformações sociais ocorrem ao longo do tempo e perceber que determinadas condutas e instituições sociais são construções humanas e que não devem ser naturalizadas. Elas nos fazem refletir a respeito de nossos hábitos e costumes, transformando-nos de forma a permitir um melhor refinamento e mudanças em nossas estruturas de comportamento. Nesse sentido, ressaltamos a importância do estudo da história dos processos “civilizadores”, no sentido de formar uma consciência nas pessoas, para que entendam as transformações socioculturais do homem e seus hábitos, em cada momento da história humana.

A leitura das obras de Elias nos mostra que a mudança comportamental foi construído pelos homens ao longo do tempo, passando por diversas transformações, de acordo com as demandas do processo civilizatório e objetivos das respectivas sociedades. Por exemplo, a escola ou o processo da educação escolarizada vai assumir papéis de modelação do comportamento dos alunos em várias sociedades humanas por meio de disciplina, violência, civilidade, cortesia e outras temáticas relativas a educação escolarizada.

No caso da transformações que aconteceram e acontecem na estruturas comportamentais e nas realidades socioculturais dos povos indígenas de Yaia Poewa o pensamento de Elias pode contribuir para uma melhor compreensão do processo civilizacional, a partir da teoria dos processos civilizadores, destacando a Missão Salesiana como agencia de modelação do comportamento indígena no século XX.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

REFERÊNCIAS

- AZZI, Riolando. *Os salesianos no Brasil: à luz da história*. São Paulo: Ed. Salesiana Dom Bosco, 1983.
- CABALZAR, Aloisio e RICARDO, Carlos Alberto. *Povos Indígenas do Rio Negro, uma introdução à diversidade socioambiental do noroeste da Amazônia Brasileira*. São Gabriel da Cachoeira. FOIRN. ISA, 2006.
- ELIAS, Norbert. *Escritos e Ensaio I: Estado, Processo, Opinião Pública*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- _____, Norbert. *O processo civilizador: Formação do Estado e Civilização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.
- _____, Norbert. *O processo civilizador. Uma história de costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- _____, Norbert. *Sobre o tempo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- FARIA, Ivani Ferreira de. *Territorialidades Indígenas do Alto Rio Negro*. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, 2003.
- FERREIRA, Geraldo Veloso. *Educação Escolar Indígena: As Práticas Culturais Indígenas na Ação Pedagógica da Escola Estadual Indígena São Miguel Iauaretê (AM)*. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo: PUC, 2007.
- PAULA, Nilton Cezar de. *A Ação Missionária do Catolicismo e os Povos Indígenas do Rio Negro: Evangelização X Autodeterminação e sobrevivência cultural*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco, Recife: UFPE, 2005.
- NIMUENDAJÚ, Curt. *Textos Indigenistas*. São Paulo: Editora Loyola, 1982.
- SILVA, Alcionilio Brüzzi Alves da. *Uma explicação*. In: *A civilização indígena do uaupés: observações antropológicas, etnográficas e sociológicas*. 2. ed. Roma: Libreria Ateneo Salesiano: 1977.
- WEIGEL, Valéria Augusta Cerqueira de Medeiros. *Escolas de branco em malocas de índio*. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2000.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

A EFICÁCIA DA CONDENAÇÃO CRIMINAL TRANSITADA EM JULGADO NA PERDA DO MANDATO PARLAMENTAR FEDERAL

THE EFFECTIVENESS OF A FINAL CRIMINAL CONVICTION IN THE LOSS OF THE FEDERAL PARLIAMENTARY MANDATE

Taize Moraes Siqueira

taize.siqueira@hotmail.com *

Carlos Alberto de Moraes Ramos Filho

prof.calberto@hotmail.com **

RESUMO

Diante dos casos de corrupção que assolam o país, de malversação do erário, em que o sorrteiro desvio de recursos públicos é visto na falta de medicamentos, no sucateamento da saúde pública, na precariedade da educação, e nos mais diversos setores da sociedade, conclama-se que a resposta da justiça proporcional ao crime cometido seja eficaz. Assim, este artigo discutirá acerca da perda automática do mandato dos parlamentares federais tendo em vista a condenação criminal transitada em julgado, à luz das normas constitucionais e infraconstitucionais, para ao fim, evidenciar que se trata de um efeito automático. Para tanto, serão averiguados os direitos políticos, a partir das imunidades e prerrogativas decorrentes do mandato parlamentar. Além disso, analisar-se-ão os efeitos extrapenais da sentença penal condenatória, objetivando integrar o disposto no Código Penal aos dispositivos constitucionais sobre direitos políticos. Particularmente, será averiguada, ainda, a perda antecipada do mandato parlamentar decorrente de sentença penal condenatória transitada em julgado, com vistas a perquirir sobre a sua automaticidade. Por fim, serão analisadas as Ações Penais de números 470 e 565, objetivando averiguar se o entendimento dos tribunais superiores está de acordo com os princípios constitucionais atinentes aos direitos políticos. Cumprindo salientar que no presente artigo será utilizado o método Dialógico, tendo em vista a necessidade da integração entre o direito e outros ramos da ciência.

Palavras-chave: Direitos Políticos- Mandato Parlamentar- Perda Automática- Condenação Criminal- Corrupção.

* Autora: Acadêmica do 8º período do curso de Direito da Universidade Federal do Amazonas- UFAM.

** Coautor: Doutor em Direito Tributário pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo-PUC-SP. Mestre em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco. Mestre em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina- UFSC. Professor de Direito Constitucional e Direito Financeiro da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Amazonas-UFAM.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

1 INTRODUÇÃO

A Constituição Federal, em seu artigo 1º, estatui que o regime político adotado pelo Brasil é o Estado Democrático de Direito. Isso significa que o Estado brasileiro é regido por normas democráticas, as quais todos devem subordinação, inclusive os seus governantes. O parágrafo único do supracitado artigo expressa a democracia ao dispor que “Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”. Assim, a titularidade do poder pertence unicamente aos cidadãos, e são estes os legitimados a escolherem aqueles que exercerão o poder em seu nome.

Cumprе salientar que o atuar do mandatário da coisa pública deve sempre buscar a satisfação do interesse coletivo, e não privado. De forma que, ninguém é alçado ao poder para ficar rico, para beneficiar amigos ou prejudicar inimigos.

Todavia, o que se vê, é o constante agir improbo e contra os princípios do Estado Democrático de Direito dos delegatários da coisa pública, associado a isto, tem-se uma permanente sensação de impunidade, como se o jus puniendi estatal só alcançasse as classes mais pobres da sociedade.

Assim, cumprе analisar a perda do mandato dos parlamentares federais como um efeito automático da condenação criminal transitada em julgado, perpassando pela interpretação do artigo 55 e 15, ambos da Carta Magna. O artigo 55 disciplina sobre a perda do mandato de Senadores e Deputados Federais, condicionando à decisão da Casa Legislativa quando a perda do mandato se fundar em condenação criminal transitada em julgado. Porém, quando a perda do mandato for determinada pela perda ou suspensão dos direitos políticos, haverá mera declaração da Mesa. De outra via o artigo 15 ao listar os casos de perda ou suspensão dos direitos políticos, traz a condenação criminal transitada em julgado como uma delas.

Destarte, o julgamento pelo Supremo Tribunal Federal das Ações Penais de números 470 e 565 refletem o constante imbróglio, tendo em vista que em 1 ano, o Pretório Excelso dividiu-se sobre a perda automática ou não do mandato parlamentar fundada em sentença condenatória.

Por fim, em face do momento histórico vivido pelo país, de descrédito com as autoridades políticas, de sensação de impunidade, esse artigo trará a visão técnica do direito, mas também de cidadãos que almejam ver o país como uma legítima República Democrática, em que a lei é igual para todos, independentemente do cargo ocupado ou da classe social.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

2 ANÁLISE DOS DIREITOS POLÍTICOS, COM ENFOQUE NAS IMUNIDADES E PRERROGATIVAS DECORRENTES DO MANDATO PARLAMENTAR

O vocábulo “Política” possui diversos significados, alguns em tom positivo, como os ligados a ideia de cerimônia, tratamento interpessoal, da sutileza na abordagem de temas polêmicos. Outros, porém, em sentido pejorativo, consistente no emprego do ardid para obtenção dos resultados almejados, sem a mínima eticidade na ação do indivíduo.

Entretanto, um dos mais importantes significados da palavra política está relacionada a sua acepção científica, ou seja, a que liga política ao poder. Assim, nesse panorama, o Direito Político, consiste no conjunto de princípios e regras jurídicas que tutelam a aquisição e o acesso ao poder estatal, organizando o funcionamento do Estado.

Destarte, a exteriorização mais nítida dos direitos políticos se dá através do direito de votar e de ser votado, ou seja, no exercício do poder político, representado pela prerrogativa dada a um cidadão de dirigir o grupo social, e de participação da escolha desse representante.

Os direitos políticos nascem da substituição do absolutismo pela soberania popular, tendo, então, o povo como titular do poder, e para exercê-lo é necessário a delegação de este poder, sem prejuízo da titularidade, para que algumas pessoas exerçam em seu nome. Esta é a essência do mandato eletivo, a atribuição aos cidadãos da exclusiva titularidade do poder, máxima da democracia. O eleitoralista Djalma Pinto (2010, p. 95) confirma esse entendimento aduzindo que:

Pertencer o poder ao povo, ser exercido em seu nome, traduz algo sublime que exige altruísmo e educação trabalhada para a sua compreensão. É preciso esforço redobrado para disseminá-la entre os habitantes de países em que o egoísmo e a falta de sedimentação da igualdade impedem a percepção de sua essência, fragilizando a sua democracia.

É importante, ainda, considerar que o poder embora seja uno e indivisível, manifesta-se através de três formas de exercício, sendo elas, a função legislativa, a função executiva e a função de julgamento, é a chamada tripartição do poder, em que cada poder ou função é autônomo e independente em relação aos demais. Porém, as relações sociais modernas exigem coordenação e harmonia entre os poderes, de forma que além de suas próprias ou típicas, devem desempenhar



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

também funções atípicas, ou seja, aquelas que são próprias ou típicas de outro poder, é o chamado sistema de freios e contrapesos.

Como o presente artigo tem por escopo a análise do Poder Legislativo, apenas este terá as suas características examinadas. O Poder Legislativo federal é bicameral, exercido pelo Congresso Nacional, através de suas duas casas, a Câmara dos Deputados, os representantes do povo, e o Senado Federal, os representantes dos Estados e do Distrito Federal.

Destarte, por serem representantes do povo e do Estado-membro, o seu agir, como tal, deve ser livre e independente, para que as suas funções constitucionais sejam desempenhadas com fidelidade e coragem aos interesses do povo e do ente estatal, de forma que não existam ingerências dos outros poderes no Poder Legislativo.

Desta forma, a Carta Magna traça um conjunto de regras que estabelecem um conjunto de prerrogativas e proibições aos membros do parlamento, é o chamado Estatuto dos Congressistas. Tais prerrogativas dos parlamentares são normas de ordem pública, e, por conseguinte, irrenunciáveis, de modo que, qualquer ato do parlamentar tendente a renunciar as imunidades, não surtirá qualquer efeito jurídico.

A razão das imunidades é explicada pelo professor Gilmar Mendes (2013, p. 1030) “A imunidade não é concebida para gerar um privilégio ao indivíduo que por acaso esteja no desempenho de mandato popular; tem por escopo, sim, assegurar o livre desempenho do mandato e prevenir ameaças ao funcionalismo normal do legislativo”.

As imunidades dos parlamentares são de duas ordens, a primeira ligada a insusceptibilidade de punição por certos fatos, a imunidade material, e a segunda ligada à isenção de passar por certos constrangimentos previstos no ordenamento processual penal, a imunidade formal.

A imunidade material está inscrita no artigo 53 da Constituição da República, determinando a inviolabilidade civil e penal dos deputados e senadores por suas opiniões, palavras e votos. Essa espécie de imunidade está intimamente ligada aos crimes da palavra, tais como calúnia, injúria e difamação, de forma que a Constituição Federal preza pelo debate de ideias, assegurando que os interesses dos detentores do poder, qual seja o povo, será defendido da forma mais ampla possível e com todos os esforços do mandatário do poder.

Por sua vez, a imunidade formal consiste na garantia do parlamentar não ser preso, nem mesmo permanecer preso, bem como, a possibilidade de sustação do processo penal em curso contra ele. Frise-se que, a imunidade formal não afasta a ilicitude da conduta do parlamentar, apenas traz benefícios de ordem processual aplicadas no âmbito do júízo de acusação.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Pela leitura do artigo 53, § 2º, da Constituição Federal, as imunidades incidirão nos atos do congressista desde a expedição do diploma pela Justiça Eleitoral, ou seja, um ato anterior à posse. Assim, desde a diplomação, o parlamentar não será acometido de nenhum tipo de prisão processual ou penal, por crimes praticados antes ou depois do ato de expedição do Diploma.

O único caso de exceção a esta regra é o caso de flagrante de crime inafiançável, nesse caso o parlamentar poderá ser preso, mas a manutenção da prisão ficará condicionada a autorização da Casa Legislativa, se esta decidir pela liberdade do parlamentar, o Poder Judiciário não terá nenhuma gerência sobre tal ato, independente da gravidade da conduta criminosa do acusado.

De suma relevância é também considerar a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), entendendo que, a imunidade formal não proíbe a prisão do congressista quando determinada por sentença judicial transitada em julgado.

Além dessas prerrogativas decorrentes da prisão, a imunidade formal também recai sobre o processo de incriminação do congressista, possibilitando à Casa Legislativa sustar o andamento da ação penal perante o Supremo.

Desta maneira, analisados os direitos político, com ênfase na razão da instituição pelo constituinte das imunidades e prerrogativas que detém os mandatários do poder, deve-se analisar os efeitos da sentença penal condenatória, para entender quais as consequências disso no mandato parlamentar.

3 EFEITOS EXTRAPENAIIS DA SENTENÇA PENAL CONDENATÓRIA TRANSITADA EM JULGADO

O trânsito em julgado de uma sentença condenatória proporciona diversos fatos jurídicos. O principal deles é o cumprimento da pena imposta na sentença, ou seja, o submetimento do condenado à execução forçada. Entretanto, além dos efeitos penais, a sentença penal condenatória também possui os chamados efeitos extrapenais, que são os efeitos secundários, acessórios. Alguns doutrinadores dizem que muito se assemelham a outra pena. Os efeitos extrapenais encontram-se capitulados nos artigos 91 e 92 do Código Penal Brasileiro. Os efeitos inscritos no artigo 91 do CPB são os ditos efeitos extrapenais genéricos, não ensejando a necessidade de declaração expressa na sentença. Ao passo que, os inscritos no artigo 92 do CPB são os efeitos extrapenais específicos, aqueles que o juiz deve fundamentadamente declará-los na sentença.



3.1 Efeitos Genéricos

O primeiro efeito extrapenal genérico, inscrito no inciso I do artigo 91 do Código Penal, diz respeito a tornar certa a obrigação de indenizar o dano causado pelo crime.

Apesar das esferas cíveis e criminais serem independentes, a sentença penal transitada em julgado expressa de forma inequívoca o dano causado pelo agente ao perpetrar o delito, valendo, então como título executivo judicial, conforme disposto no inciso VI do artigo 515 do Código de Processo Civil, que poderá ser utilizada pela vítima, para que esta seja ressarcida pelo dano causado pelo delito. Cumpre salientar que o juízo cível vai apenas deliberar sobre o quantum da indenização, no podendo existir mais nenhum debate sobre a existência do fato ou sobre o seu autor.

Como segundo efeito extrapenal genérico, determina a lei penal no inciso II do artigo 91 do Código Penal, a perda em favor da União dos instrumentos e produtos do crime.

Dessa forma, a condenação criminal possibilita o confisco dos instrumentos ou produtos do crime em favor da União. E, pelo fato, de ser um efeito automático, aplica-se também aos crimes culposos, não se aplicando no, entanto, às contravenções penais, pelo fato do dispositivo legal fazer menção expressa a crime, e no direito penal ser proibido a interpretação extensiva *in malam partem*.

O professor Damásio de Jesus (2015, p. 617) assim dispõe sobre o confisco, “Com o confisco o Estado visa impedir que instrumentos idôneos para delinquir caiam em mãos de certas pessoas, ou que o patrimônio do crime enriqueça o patrimônio do delinquente”. Porém, é necessário resguardar o terceiro de boa-fé, este, não poderá ser prejudicado pelo confisco, tendo como direito a utilização de embargos de terceiro para defender o seu bem.

3.2 Efeitos Específicos

No tocante aos efeitos extrapenais específicos da condenação criminal encontram-se disciplinados no artigo 92, estes não podem ser confundidos com as penas restritivas de direito



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

previstas no artigo 47 do Código Penal, pois estas são sanções penais primárias da prática do delito e que substituem a pena privativa de liberdade, pelo mesmo tempo de sua duração.

Como já exposto, os efeitos extrapenais específicos, ao contrário dos genéricos, requerem motivação na sentença para poderem ser aplicados, sendo eles, a perda de cargo, função pública ou mandato eletivo, incapacidade para o exercício do pátrio poder e inabilitação para dirigir veículo, utilizado em crime doloso.

Em relação à incapacidade para o exercício do pátrio poder, deve-se fazer a ressalva de que com alteração do Código Civil, a expressão pátrio poder fora substituída por poder familiar. Pela leitura do dispositivo legal, qualquer crime doloso praticado contra filho, tutelado ou curatelado, sujeito à pena de reclusão poderá acarretar a incapacidade para o exercício do poder familiar, desde que declarado na sentença.

No que diz respeito à inabilitação para dirigir veículo quando utilizado como meio para prática de crime doloso, esse efeito específico da condenação ocorre nas situações em que o veículo é utilizado para fins ilícitos, isto é como meio para realizar o crime, o agente do delito sabe, quer, tem a vontade de praticar um delito utilizando-se do veículo.

E, como último efeito extrapenal específico, tem-se a perda do cargo, função pública ou mandato eletivo. Primeiramente, em linhas bem gerais, deve-se conceituar cargo, função pública e mandato eletivo. Nas lições de Celso Antônio Bandeira de Melo (2016, p. 660), “cargo é a denominação dada à mais simples unidade de poderes e deveres estatais a serem expressos por um agente”. Função Pública, por sua vez, é a realizada no interesse da administração pública, podendo ser exercida por servidores públicos ou por particulares. Mandato eletivo é aquele conquistado através voto popular, possuindo um tempo certo de duração.

Este efeito específico da condenação criminal está previsto no inciso I do artigo 92, bipartido em duas situações. A primeira diz respeito à condenação a pena privativa de liberdade igual ou superior a um ano por crime praticado contra a Administração Pública. Assim, penas de outras naturezas, como multa ou restritiva de direitos, bem como, privativa de liberdade, mas inferior a um ano, não será aplicado tal efeito.

No que tange ao mandato eletivo, Cezar Roberto Bittencourt (2014, p.850) assim dispõe:

A perda do mandato eletivo também poderá ser efeito específico da condenação, e não se confunde com a proibição do exercício do mandato, que



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

constitui pena restritiva de direitos (art. 47, I). Reabilitado, o condenado poderá vira exercer novo mandato, porém, não aquele que perdeu.

A segunda situação diz respeito aos crimes comuns, onde não há relação do fato criminoso com a Administração Pública, levando-se em consideração apenas o quantitativo da pena, sendo a condenação superior a quatro anos, gera o efeito da perda do cargo, função pública ou mandato eletivo.

4 PERDA ANTECIPADA DO MANDATO PARLAMENTAR DECORRENTE DE SENTENÇA PENAL CONDENATÓRIA TRANSITADA EM JULGADO

Analizados os direitos políticos, com ênfase no estudo das imunidades e prerrogativas decorrentes do mandato eletivo, perpassando pelo estudo dos efeitos decorrentes do da condenação criminal, cumpre agora investigar como é realizada perda antecipada do mandato parlamentar, tendo em vista ser um efeito da condenação criminal, se automática, após a motivação expressa na sentença, ou se ainda dependente de deliberação pelas casas legislativas.

O artigo 55 da Constituição Federal enumera as hipóteses de perda do mandato parlamentar Federal, assim dispendo:

Art. 55. Perderá o mandato o Deputado ou Senador:

- I - que infringir qualquer das proibições estabelecidas no artigo anterior;
- II - cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar;
- III - que deixar de comparecer, em cada sessão legislativa, à terça parte das sessões ordinárias da Casa a que pertencer, salvo licença ou missão por esta autorizada;
- IV - que perder ou tiver suspensos os direitos políticos;
- V - quando o decretar a Justiça Eleitoral, nos casos previstos nesta Constituição;
- VI - que sofrer condenação criminal em sentença transitada em julgado.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Os parágrafos do supracitado artigo disciplinam como se dará o procedimento da perda do mandato parlamentar, estabelecendo que nos casos dos incisos I, II e VI, a perda do mandato não será automática. Nesses casos temos um juízo político de conveniência a ser realizado pela respectiva Casa Legislativa a que pertence o condenado.

Cumprir salientar que a deliberação plenária sobre a perda do mandato parlamentar só ocorrerá se houver provocação da respectiva Mesa ou de partido político com representação no Congresso Nacional. Assim, sem a provocação, o mandato está mantido. Deve ainda ser assegurado o direito à ampla defesa do parlamentar.

No tocante aos casos inscritos nos artigos de III a V, a perda do mandato ocorre de forma automática, não cabendo nenhum juízo de conveniência da casa legislativa, trata-se de uma decisão de caráter meramente declaratório, podendo ser feito até mesmo de ofício.

O conflito de normas e, por conseguinte, a divergência doutrinária surge quando analisamos o artigo 15 da Carta Magna, no qual há as hipóteses de perda ou suspensão dos direitos políticos sendo uma delas, a condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem os seus efeitos, ou seja, até que ocorra extinção da punibilidade.

São estas as hipóteses de perda ou suspensão dos direitos políticos:

Art. 15. É vedada a cassação de direitos políticos, cuja perda ou suspensão só se dará nos casos de:

- I - cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado;
- II - incapacidade civil absoluta;
- III - condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos;
- IV - recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa, nos termos do art. 5º, VIII;
- V - improbidade administrativa, nos termos do art. 37, § 4º.

Assim, surge o conflito entre o artigo 55, VI, e § 2º e o artigo 15, III, todos da Constituição da República, na medida em que se a condenação criminal transitada em julgado é fator determinante de perda ou suspensão dos direitos políticos, e estes quando configurados, acabam por resultar na perda automática e não discricionária do mandato eletivo pela Casa Legislativa, estaríamos então na hipótese do § 3º do artigo 55, da CF/88.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Alguns doutrinadores entendem que ser o artigo 55, VI e § 2º norma especial e que prevalece sobre a norma geral constante do artigo 15, III. Por esse entendimento, é possível um parlamentar condenado criminalmente por sentença irrecorrível, permaneça no regular desempenho de suas atribuições congressuais até o termino do mandato.

Em oposição a esse entendimento, há doutrinadores que admitem a perda automática do mandato parlamentar decorrente de sentença condenatória criminal transitada em julgado proferida pelo Poder Judiciário, interpretando as normas constitucionais de forma a expressarem os valores morais e éticos que devem pautar a atuação daqueles que estão no comando da coisa pública. Aduzindo, em síntese, que a melhor interpretação de tais normas devem considerar os artigos 92, I, do Código Penal, combinando-se com o art.15, inciso III e art.55, incisos IV e VI, §§ 2º e 3º.

Por essa interpretação, as hipóteses de condenação criminal elencadas no inciso I do art.92, do Código Penal dão causa a suspensão dos direitos políticos bem como a perda do mandato como decorrência automática da decisão judicial. O que enseja, desta forma, a aplicação do art. 15, inciso III, CRFB/88 e do art.55, IV e §3º, da CRFB/88, que leva a conclusão de que nestes casos de maior gravidade, a perda do mandato independe de decisão política do Congresso Nacional, decorrendo exclusivamente de decisão do Poder Judiciário, que é o designado constitucional para julgar crimes cometidos por parlamentar durante o mandato. De outra via, o art.55, inciso VI possui aplicabilidade nas hipóteses de menor gravidade, em que não houver incidência dos efeitos extrapenais específicos constantes do art.92, inciso I, do Código Penal Brasileiro.

Como exposto, esses são os principais argumentos e formas de interpretação na visão dos mais renomados doutrinadores brasileiros, sendo necessário analisar os julgados do Supremo Tribunal Federal, o guardião da Constituição, para analisar qual é a doutrina que está sendo considerada na análise do caso concreto pelo Pretório Excelso.

5 ANÁLISE DAS AÇÕES PENAIS DE NÚMEROS 470 E 565 AMBAS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

A Ação Penal de número 470 pode ser considerada um marco do Poder Judiciário brasileiro, foi o julgamento do chamado “Mensalão”, de forma que também fora enfrentada a questão da automaticidade da perda do mandato parlamentar acarretada pela condenação criminal transitada em julgado.





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

O Pretório excelso, primeiramente, entendeu que por ser o competente para o julgamento de parlamentares no que tange aos crimes comuns, também é o competente para aplicação das penas, e pelo fato da perda do mandato parlamentar ser uma pena acessória à pena principal, deve ser decretada pelo órgão que exerce a função jurisdicional.

Analisando, particularmente, as normas constitucionais já mencionadas que geraram toda essa antinomia, o STF que a Carta Magna determinou os casos de perda e suspensão dos direitos políticos em norma de eficácia plena, razão pela qual, o condenado criminalmente, por decisão transitada em julgado, tem seus direitos políticos suspensos pelo tempo que durarem os efeitos da condenação.

Assim explicados (AP 470/MG, Rel. Min. Joaquim Barbosa):

A previsão contida no artigo 92, I e II, do Código Penal, é reflexo direto do disposto no art. 15, III, da Constituição Federal. Assim, uma vez condenado criminalmente um réu detentor de mandato eletivo, caberá ao Poder Judiciário decidir, em definitivo, sobre a perda do mandato. Não cabe ao Poder Legislativo deliberar sobre aspectos de decisão condenatória criminal, emanada do Poder Judiciário, proferida em detrimento de membro do Congresso Nacional. A Constituição não submete a decisão do Poder Judiciário à complementação por ato de qualquer outro órgão ou Poder da República. Não há sentença jurisdicional cuja legitimidade ou eficácia esteja condicionada à aprovação pelos órgãos do Poder Político.

Assim, retira-se a aplicação do §2º do art. 55 da Constituição Federal, quando a perda do mandato parlamentar for decretada pelo Poder Judiciário, como um dos efeitos da condenação criminal transitada em julgado, cabendo ao Poder Legislativo dar fiel execução à decisão jurisdicional. Saliendo que repugna ao regime democrático, de governo do povo, e, por conseguinte a nossa Constituição Cidadã, o exercício do mandato parlamentar quando recaia, sobre o seu titular, a reprovação penal definitiva do Estado, suspendendo-lhe o exercício de direitos políticos e decretando-lhe a perda do mandato eletivo.

Porém, um ano após o julgamento da Ação Penal de número 470, a Corte máxima do Poder Judiciário ao julgar outra ação penal, agora a de número 565, entendeu de outra forma no que tange a perda automática decorrente de sentença criminal transitada em julgado.

Na Ação Penal 565, o STF voltou a enfrentar o tema da perda do mandato parlamentar, tendo em vista ser um dos réus, Senador da República, na ocasião, o Senador pelo estado de



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Rondônia Ivo Cassol. A Suprema Corte entendeu que a perda do mandato eletivo deveria ser deliberada a sua conveniência ou não pela Mesa do Senado Federal, aduzindo em síntese que (AP 565, Rel. Min. Carmem Lúcia),

O caso de perda de mandato previsto no inciso IV do artigo 55 da Constituição não pode ter aplicação a parlamentares condenados em ação penal como se fosse automático, ou seja, os parlamentares que não perderam, não tiveram suspensos os seus direitos políticos tenha ressalva da possibilidade de inelegibilidade temporária prevista em alguns dos dispositivos do artigo 1º da Lei das Inelegibilidades, Lei Complementar 64/90, mas a suspensão da elegibilidade, em si, não implica perda nem suspensão dos direitos políticos para além da impossibilidade de eleger-se durante certo tempo. A situação de parlamentares condenados complica em face do inciso VI do mesmo artigo 55 que, pelo visto, prevê perda de mandato em consequência de condenação criminal transitada em julgado, mas, à vista do que dispõe a Constituição, este é um caso de cassação de mandato que não decorre pura e simplesmente da condenação, depende da decisão da Câmara, à vista do disposto no § 2º do citado artigo 55 da Constituição.

Por todo exposto, é fundamental que a interpretação da carta magna seja feita em conformidade com princípios republicanos, democráticos, de eticidade, de moralidade e probidade administrativa.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A solução da aparente antinomia de normas resolve-se pela interpretação do texto constitucional em conformidade com os princípios basilares do estado democrático de direito, com os deveres de probidade na administração da coisa pública e de legitimidade para o exercício do mandato parlamentar. Assim, tendo em vista que não há normas inúteis no ordenamento jurídico, é necessário conciliar a coexistência das normas constitucionais do art.15, inciso III, art.55, incisos IV e VI e a norma legal do art.92, inciso I, do Código Penal, permitindo que todas tenham eficácia. Logo, manter o mandato mesmo depois do trânsito em julgado da sentença condenatória não se adequaria às prerrogativas dos membros do Poder Legislativo, já que estas apenas incidem para garantir a representação popular, e não o próprio parlamentar. Desta forma, não há qualquer representação a ser preservada quando este representante sofre condenação criminal por infração perpetrada contra a administração a qual foi eleito para exercer.





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

7 REFERÊNCIAS

BITENCOURT, Cezar Roberto. *Tratado de Direito Penal: Parte Geral, 20ª ed.* São Paulo: Saraiva, 2014.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil. Coleção Saraiva de Legislação. 48 ed.* São Paulo: Saraiva, 2013.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação Penal Originária nº 470. Relator Min. Joaquim Barbosa, Data de Julgamento: 17/12/2012.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação Penal Originária nº 565. Relatora Min. Carmem Lúcia, Data de Julgamento: 08/08/2013.

JESUS, Damásio. *Direito Penal: Vol. 1. 36ª ed.* São Paulo: Saraiva, 2015.

MELO, Celso Antônio Bandeira de. *Curso de direito administrativo. 33ª ed.* São Paulo: Malheiros, 2016.

MENDES, Gilmar Ferreira; COELHO, Inocêncio Mártires; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. *Curso de Direito Constitucional. 9ª ed.* São Paulo: Saraiva, 2014.

PINTO, Djalma. *Direito Eleitoral: improbidade administrativa e responsabilidade fiscal-noções gerais. 5ª ed.* São Paulo: Atlas, 2010.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

A FORMAÇÃO DOS PROFESSORES INDÍGENAS DESAFIOS E PERSPECTIVAS NO CONTEXTO INTERCULTURAL.

Sebastião de Souza Lima, sslima@uea.edu.br¹
 Dayane Feitosa Lima, dflima@uea.edu.br²
 Nayandra Gomes Nery, nayandranery@hotmail.com³

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo verificar os programas de formação indígena: perspectivas e desafios no processo de educação. Justifica-se ao investigar um eixo temático ainda pouco explorado sob o enfoque acadêmico do Centro de Estudos Superiores de Tefé (CEST), a formação continuada para os professores que atuam na educação indígena, percebendo que o desafio e a complexidade, exigem que este profissional busque continuamente sua qualificação para atuar na docência. Culturalmente o desafio em torno de uma educação indígena diferenciada e de qualidade ainda não se efetivou no cenário tefeense. Raras são as oportunidades de cursos, seminários, capacitações pedagógicas voltadas para educação indígena. Assim, cabe ao próprio professor a iniciativa de buscar sua formação. A metodologia empregada na construção da pesquisa foram especificamente duas. A primeira bibliográfico-documental e de história oral, envolvendo o gestor; um professor indígena e outro professor não indígena que atuam neste ano de 2016 na Escola Municipal Indígena Santa Cruz localizado na comunidade da Barreira da Missão. Os resultados apontam que a formação continuada para todos os professores que atuam na referida escola é uma necessidade imediata, a partir da compreensão de que a educação de qualidade se conquista com formação e/ou capacitação contínua para o exercício docente em sala de aula.

Palavras-Chave Formação, Professor, Educação Indígena.

INTRODUÇÃO

A formação continuada para os profissionais que atuam na área da educação se encontra em evidência, são discussões, debates e principalmente pesquisas que indicam a formação continuada como uma importante etapa de qualificação para o exercício docente em sala de aula. Entretanto, a forma como deve ser realizada esta formação exige uma atenção especial quando, por exemplo, a formação para os professores que atuam na educação indígena. Nesse sentido, este trabalho, apresenta o tema: Perspectivas de uma

¹ Mestre, professor pela Universidade do Estado do Amazonas no Centro de Estudos Superiores de Tefé.

² Mestre, professora pela Universidade do Estado do Amazonas no Centro de Estudos Superiores de Tefé.

³ Graduada em Pedagogia pela Universidade do Estado do Amazonas no Centro de Estudos Superiores de Tefé. Ex Bolsista FAPEAM.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

formação: o caso dos professores que atuam na Comunidade da Barreira da Missão de Baixo no município de Tefé-AM.

Culturalmente o desafio em torno de uma educação indígena diferenciada e de qualidade ainda não se efetivou no cenário tefeense. Raras são as oportunidades de cursos, seminários, capacitações pedagógicas voltadas para educação indígena. Assim, cabe ao próprio professor a iniciativa de buscar sua formação. Outro aspecto determinante seria a instabilidade, tendo em vista que parcela significativa dos professores municipais hoje lotados nas escolas rurais possui vínculos empregatícios temporários.

A partir desta discussão, o objetivo principal desta pesquisa, foi verificar os programas de formação indígena: perspectivas e desafios no processo de educação. Os objetivos específicos apontam para, identificar os principais entraves enfrentados pelo professor indígena e não indígena em relação à formação continuada para atuação Ensino Fundamental I e II; conhecer os anseios em torno da qualificação mediante a formação continuada para o professor e descrever as perspectivas e sugestões dos professores sobre a formação continuada para atuar na Escola Municipal Indígena da Barreira da Missão de Baixo.

Com o advento das novas leis, ou seja, a partir do período denominado de re-democrático, no final da década de 1980, houve o reconhecimento de que os povos indígenas em todo o território brasileiro tinham a necessidade de políticas específicas, dentre as quais, de educação. Nesse sentido, foram criados dispositivos legais que ampararam esse modelo educacional diferenciado, vindo a contribuir para o resgate e a manutenção da cultura tradicional.

Justifica-se também ao investigar um eixo temático ainda pouco explorado sob o enfoque acadêmico do Centro de Estudos Superiores de Tefé (CEST), a formação continuada para os professores que atuam na educação indígena, percebendo que o desafio e a complexidade, exigem que o profissional busque continuamente sua qualificação para atuar na docência, sendo que, acentua-se mais esta necessidade quando se volta para a qualidade do processo de ensino e de aprendizagem em instituições educacionais indígenas. O professor precisa ter o domínio amplo dos valores da cultura tradicional e também do conhecimento epistemológico, entretanto, sem uma qualificação ou formação contínua, torna-se difícil conquistar este nível.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

A metodologia empregada na construção na pesquisa foi bibliográfico-documental e a subsequente de história oral. A abordagem bibliográfico-documental é de natureza histórica constitui-se uma fonte rica de dados, outra vantagem é o baixo custo e a desnecessidade de contato com os sujeitos pesquisados. O esforço deve ser grandioso, pois o pesquisador deve saber separar as fontes que realmente lhe interessam (LAKATOS & MARCONI, 1983). É elaborada a partir de material já publicado, exemplo: livros e periódicos dentre outros (CHIZZOTI, 1991).

O segundo método restringe-se a abordagem de história oral qualitativa, por se tratar de um tema específico onde a pesquisadora obtém a confiança do pesquisado no sentido de captar informações relevantes para a exposição dos resultados. Nesse sentido, Neves (2006, p. 266) argumenta: “A História Oral surgiu nos anos de 1950, de forma mais significativa”. A considerar os demais métodos, percebe-se que a existência da história oral como ferramenta de investigação é recente, tem um pouco mais de meio século de existência, contudo, é uma maneira menos formal para investigar, deixando tanto o pesquisador quanto o pesquisado mais a vontade, a partir de pressuposto de que seja, uma história oral temática, como a que apresentamos nesse projeto. O número de entrevistados foram 03 (três): 01 gestor, 01 professor indígena e 01 professora não indígena, que hoje estão atuando na Escola Municipal Indígena Santa Cruz, na Aldeia da Barreira da Missão de Baixo, zona rural de Tefé-Am.

Os resultados indicam que os programas de formação devem esta voltados para formação continuada dos profissionais docentes que estão atuando em sala de aula, como é o caso dos professores da Escola Municipal Indígena Santa Cruz, é uma necessidade imediata, dito isto, pelo fato de que a educação formal exige qualidade em todo o processo de ensino e de aprendizagem. Constatou-se ainda com esta pesquisa que os educadores indígenas, percebem de forma clara que a formação continuada é importante para que sejam trabalhados no ambiente escolar os valores da cultura indígena em consonância com o conhecimento não indígena. Entende-se então que a educação indígena tem todo um universo de aprendizagem diferenciado e, que será alcançado em sua plenitude com a realização de políticas públicas que valorizem a formação dos professores que atuem nesta área.

Percursos Históricos da Educação Indígena no Estado do Amazonas





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

É impossível dissociar o processo histórico da educação indígena no Estado do Amazonas da temática econômica. Isso porque a intenção real não era educar os nativos e sim em descobrir uma forma de dominá-los e de capacitá-los para o trabalho, que, sob o ponto de vista crítico, era escravo e humilhante, com base no seguinte argumento de Pessoa (2004, p. 27):

[...] Os índios não eram considerados seres humanos. Por isso eram submetidos aos maiores vexames, obrigados a trabalhar até a extrema exaustão, sem alimento, sem roupa, exposto ao sol e à chuva, doente, açoitado, queimado vivo, enfim, sem direito à vida.

Em nenhum momento o autor se refere a uma educação como princípio fundamental em reconhecimento a grandiosidade do Amazonas, tampouco das nações indígenas que habitavam desde sempre esta imensa região. Nota-se de imediato uma velada perseguição motivada pela implacável intenção de riqueza. Contudo, em nada se justifica a humilhação, tendo em vista que não só no Amazonas como em todo o Brasil, viviam sociedades indígenas estruturadas socialmente. Confirmando essa linha de pensamento com o seguinte fragmento de Gondim (2007, p. 84):

O processo de ocupação da região amazônica pelo colonizador europeu foi impulsionado tanto pela possibilidade de enriquecimento, por meio da atividade extrativa, como pela busca das ilusões criadas pela necessidade de defesa dos índios e pelo imaginário dos europeus sobre os ecossistemas aqui encontrados.

Portanto, jamais passou pelo imaginário do colonizador, explorador, viajante, seja lá o que for, educar os nativos em toda a Amazônia, incluindo-se principalmente os que habitavam o Amazonas, e que especificamente adotaram as margens dos rios como moradia. Buscava-se sim, um enriquecimento instantâneo com base no sistema extrativista, e quem melhor para extrair as riquezas da floresta do que o índio? Assim era a educação que se destinava aos índios, uma forte pressão, uma escravidão com perseguições e aculturação, da língua, hábitos, costumes e tradições. “[...] No entanto, a necessidade de utilização econômica da Amazônia para os interesses produtivos e de comércio da Europa estava para além do imaginário dos homens”... (GONDIM, 2007, p. 84).



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Com a expulsão dos missionários religiosos por volta do século XVII e XVIII a educação indígena que já era lá essa grande qualidade, voltava-se mais para a catequese e para a aculturação linguística, entrou no que podemos definir como período de adormecimento ou de esquecimento, sendo colocada em evidência com o final da Ditadura Militar. Buscando subsídios para fomentar essa história em torno dos pressupostos da educação indígena no estado do Amazonas, esbarrou-se em fontes, contudo, deduz-se que a educação que tanto almejavam as nações indígenas dessa região, foi uma utopia, ou foi completamente ignorada pelos legisladores brasileiros até o final da década de 1980, quando o país experimentou o período de redemocratização. Hoje, a demografia indígena no Estado do Amazonas constitui-se por uma população distribuída em aproximadamente 72 povos distintos, falantes de 27 línguas maternas, em que os legisladores, educadores dentre outros tentam que permaneça viva, daí a existência de uma política em educação indígena diferenciada como se observa no parágrafo seguinte (BARBOSA, 2008).

Desde 1988, quando da publicação da Constituição Brasileira, Decreto Presidencial 26/91, depois LDBN n.º 9.394/96, Parecer 14/99 do CNE/CEB, Resolução CEB 003/1999, Resolução CEE/AM 011/2001 e Plano Nacional de Educação 10.172/2001) que atribui aos Sistemas de Educação a responsabilidade pela oferta e execução da educação escolar aos povos indígenas, que o Estado do Amazonas vem implementando.

Percurso Histórico da Educação Indígena no Município De Tefé

O percurso histórico da educação indígena no município de Tefé, a princípio esbarra na quantidade e na qualidade de fontes confiáveis. Contudo, esse obstáculo não se consolida de maneira intransponível. Esse capítulo histórico se inicia com os primeiros contatos entre os exploradores portugueses e espanhóis, e mais especificamente com o trabalho catequético realizado pelos missionários franciscanos e jesuítas em toda essa região. É como Falhauber (1998, p. 78) salienta: “Os documentos históricos fornecem informações controvertidas sobre a fundação de aldeias no Solimões. Este espaço era disputado pelas Coroas de Portugal e Espanha”.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Portanto, sendo esta região amazônica, alvo de uma disputa territorial não havia uma preocupação voltada para a educação indígena e sim para a exploração econômica. Dessa maneira, não se comprova no início do século XVII qualquer intenção em educar e sim de escravizar a população indígena do médio Solimões, região onde se localizava os primeiros indícios da Tefé que hoje conhecemos.

Para outro conceituado historiador local, Pessoa (2004,pg.23) o processo de educação indígena começa com as denominadas Missões, que se mantinham ao longo das margens do rio Solimões, especificamente em pontos estratégicos, por volta do ano de 1688, quando o Padre Samuel Fritz, percorreu esta região com o objetivo de catequizar o maior número possível de indígenas.

Nas obras aqui consultadas não há uma estimativa aproximada nem tampouco exata acerca desse contingente populacional indígena, contudo, se deduz que era bastante significativo, tanto que, no ano de 1718, o carmelita Frei André da Costa, fundou o município de Tefé a partir de uma Missão, possivelmente onde está a Praia da Ponta Branca. Em meados de 1755, com a expulsão dos jesuítas e franciscanos das Missões onde atuavam, cessam o processo educativo do indígena tefeense. Processo este, que podemos argumentar de aculturação, tendo em vista que a primeira intenção era de eliminar todo e qualquer vestígio do dialeto materno indígena adotando a língua portuguesa como idioma oficial. Com isso, forma-se, um exercito de trabalhadores “voluntários”, para não dizer escravos a serviço da economia extrativista que se impôs em toda a região, especificamente em Tefé, por conter uma privilegiada localização geográfica. Nesse sentido, retoma-se a opinião de Faulhaber (1998, p. 81): “a expansão territorial portuguesa implicava relações de força (armada ou simbólica) com diversos povos indígenas”.

Seguindo esta mesma razão, Pessoa (2004, p. 30) indica: “[...] perderam a sua identidade, sua cultura, sua língua e foram destribalizados, desenraizados e desarticulados. Deixaram de existir como nação”... Portanto, educar propriamente dito não aconteceu. O que realmente se percebe é a intenção clara de aculturação de toda uma população. Para tanto, é preciso analisar o que descreve Faulhaber (1998) em relação as etnias que habitavam a região do município de Tefé a partir do ano de 1800, para que possamos compreender melhor, pelo menos sob o enfoque dedutivo o contingente nativo, bem como a complexa intenção de “educá-los”. Faulhaber (1998, p. 91) afirma: “[...]”



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

1813... aparecem listas de índios batizados... seguintes povos: Yuri, Pica-Flor, Miranha, Catuquina, Cocama, Pacé, Xama, Mura, Yupiua, Umaua, Lituana, Jucuna, Caiucena, Yuauna”.

Percebe-se eu esta população não era pequena e que o batismo realizado pelos religiosos, era na verdade, o primeiro passo para catequizá-lo, isto é educá-lo doutrinariamente nos ensinamento da fé cristã. Ainda sob este enfoque, e complementando o que diz Faulhaber (1998), procurou-se a mesma informação em Pessoa (2004, p. 22), que diz os nomes das seguintes etnias: “[...] Tupebas, Juris, Uainumas, Miranhas, Passés, Canamaris e Muras”. Portanto, são praticamente as mesmas etnias, o que muda é a forma como se escreve cada uma. Deduz-se a partir desse ponto de vista que o trabalho missionário educativo era complexo devido ao elevado número de nações, conseqüentemente de nativos.

Á frente, na obra “Missão de Santa Tereza D’Ávila dos Tupebas” (2004, p. 173), do pesquisador e professor tefeense, Protásio Lopes Pessoa, nota-se a existência de importantes informações acerca do percurso histórico da educação indígena no município de Tefé:

Desde o começo da colonização, houve escolas para ensinar os índios. Os missionários tinham a necessidade de aprender a língua deles e ensinar-lhes a língua portuguesa e os princípios da doutrina cristã. Pela Carta Régia de maio de 1757, Dom José, rei de Portugal, determinava que fossem criadas escolas para o ensino obrigatório da língua portuguesa aos índios, com o fim de erradicar a língua geral.

Verifica-se a clara intenção de aculturação linguística, étnica não só em relação à forma como deveria se desenvolver o ensino aos índios. Até mesmo quando se lê, por exemplo, que os indígenas eram obrigados, além disso, as escolas para índios foi uma forma para mantê-los sob a vigilância e controle lusitano, tendo em vista que a real intenção era de usá-los para o trabalho, e um dos obstáculos para essa dominação era a língua. Portanto, esse foi o primeiro elemento da cultura indígena verdadeiramente amputado de sua realidade. Daí em diante, seguiu-se:

[...] Os diretores criaram escolas em cada lugar ou aldeia. Porém as escolas aparecem claramente quando os espanhóis, chefiados



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

por Francisco Requeña, trouxeram para Ega o latim, francês, espanhol, entre outras matérias, em 1781. Permanecendo até 1790, quando foram expulsos de Ega por Lobo D'Almada.

Novamente, percebe-se que embora não sendo os portugueses e sim os espanhóis, a intenção em relação a educação indígena era a mesma, extirpar definitivamente o tronco linguístico materno das nações indígenas aqui existentes. Contudo, os espanhóis, também se preocuparam em ensinar outros idiomas além do próprio espanhol, e que esse tipo de educação indígena, persistiu até a expulsão, pelo então governador da província, Lobo D'Almada.

Dessa forma conclui-se este tópico que enfatizou os pressupostos históricos em torno da educação indígena no município de Tefé. Uma educação de aculturação linguística e de inserção dos hábitos e costumes europeus, além da criação de um contingente de trabalhadores nativos, trabalhando para economia extrativista.

A formação Indígena a partir dos resultados da pesquisa

Atualmente, com os avanços em torno da educação indígena no Brasil, legisladores definiram uma política específica em torno desse tema com base nas orientações contidas no Referencial Curricular Nacional Indígena, homologado no ano de 1998. Nesse sentido, este capítulo, tem como proposta específica discutir o citado documento sob a ótica crítica, expondo nossa opinião acerca de uma educação indígena que busca a qualidade do seu processo. É como afirma a citação abaixo:

A educação escolar indígena no Brasil vem obtendo, desde a década de 1970, avanços significativos no que diz respeito à legislação que a regula. Se existem hoje leis bastante favoráveis quanto ao reconhecimento da necessidade de uma educação específica, diferenciada e de qualidade para as populações indígenas, na prática, entretanto, há enormes conflitos e contradições a serem superados. Este documento foi escrito na expectativa de que possa contribuir para diminuir a distância entre o discurso legal e as ações efetivamente postas em prática nas salas de aula das escolas indígenas (BRASIL, 1998, p. 11)

Os avanços no campo teórico, em uma visão crítica, nem sempre se traduz na prática, é preciso muito mais que uma legislação bem fundamentada, é preciso oferecer as condições adequadas desde a formação do professor para atuar no processo de ensino



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

e aprendizagem em escolas indígenas. Daí é que se nota as constantes discussões, visto que, o Estado falha ao não dispor de mecanismos que na prática deveriam consolidar esse processo, que é complexo, dada a exigência, por exemplo, de ensinar em duas línguas, a materna e a portuguesa. Então, o professor indígena, hoje, desenvolve dois processos de aprendizagem, um para assegurar sua cultura e outro para inserir o indígena em todos os seguimentos da sociedade que o envolve.

Dessa forma, este capítulo está subdividido em dois momentos, assim como o próprio RCNEI Indígena (1998). O primeiro será abordado de maneira sintetizada revendo alguns fundamentos históricos, políticos e legais que norteiam a Educação Indígena no Brasil. E na sequência será abordada uma visão epistemológica acerca do currículo utilizado no processo de ensino nas escolas indígenas de forma geral.

O currículo e o processo de ensino e aprendizagem difundido para as escolas indígenas no Brasil

Tratando-se currículo intercultural, é preciso que se desenvolva todo um trabalho de pesquisa, para que possa ser determinado que tipo de conteúdo deva ser aplicado em cada uma das séries. Nesse sentido o Referencial Curricular Indígena (1998, p. 57), sugere que diariamente se façam alguns questionamentos:

Que assunto vou trabalhar hoje com meus alunos? Os alunos vão estudar em grupos ou individualmente? Que tempo vou dedicar ao assunto escolhido? Vamos fazer pesquisa na aldeia ou a aula vai ser apenas dentro da sala de aula? Como vou avaliar o que os alunos aprenderam com essa atividade?

A educação indígena indica uma exigência diária, tendo em vista que o processo de ensino é bilíngue, portanto, tem que considerar não só os conhecimentos epistemológicos como também o conhecimento do senso comum, do cotidiano, da vivência do índio, para que então, sejam definidas as estratégias e os conteúdos a ser ministrados em sala de aula. Verifica-se também que assim como o processo de ensino nas demais escolas exige constantemente a realização de pesquisas, esse mesmo princípio deve ser adotado em relação ao currículo e ao aprendizado escolar indígena.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

O currículo escolar indígena precisa de uma construção coletiva, onde se leve em conta os valores da cultura tradicional bem como a importância dos conteúdos que possam promover a inclusão social do indígena em qualquer dos níveis da sociedade em que hoje se vive. Dentro dessa ótica, traçar de forma clara os objetivos que se pretende alcançar torna-se uma tarefa complexa, contudo, o RCNE Indígena (1998, p. 60) salienta:

Os objetivos são, assim, como guias de orientação que o professor mesmo elabora para desenvolver sua prática, fazer suas escolhas curriculares, pensando as diversas aprendizagens que quer conseguir, definir que caminhos seguir sabendo que cada aluno vai aprender de forma e ritmo bastante diferenciado.

É necessário que os objetivos em relação ao currículo indígena atenda as exigências e prerrogativas inerentes ao processo de ensino e aprendizagem com qualidade, pressupondo que o aluno precisa ter o entendimento da sua cultura tradicional e da cultura que predomina fora dos limites geográficos da sua aldeia. Esse é sem dúvida o que se pode denominar que currículo indígena diferenciado. Mas onde seria o lugar para se construir coletivamente o currículo apropriado a cada realidade educacional indígena, com cuidado e atenção especial com o saber tradicional? Essa resposta, também pode ser obtida a partir do RCNEI Indígena (1998, p. 63)

[...] exige que o espaço físico da escola indígena compreenda outros locais de socialização e construção curricular: a vida social, com seus eventos cotidianos e extraordinários, passa a ser um importante fator de influência na seleção do currículo escolar. Uma pescaria coletiva...

Acredita-se que sem a construção de um currículo de qualidade não há como conquistar uma educação de qualidade. Portanto, o currículo é uma principal ferramenta no processo de ensino e aprendizagem, principalmente em educação indígena. Percebe-se, no entanto, que o referido currículo deve ser uma pescaria coletiva, ou seja, o resultado de discussões e de decisões que atendam aos anseios da maioria e não de um pequeno grupo isolado.

Perspectivas de uma formação: Professores da Escola Municipal Indígena da Barreira da Missão de Baixo





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Ao iniciar esta construção acerca das perspectivas em torno da formação dos professores da Escola Municipal Indígena, especificamente da que se localiza na Comunidade da Barreira da Missão de Baixo, zona rural do município de Tefé, entende-se que também seja relevante considerar sua história tendo em vista que hoje, destaca-se no cenário educacional local por buscar um padrão de qualidade no processo de ensino e aprendizagem do 1º ao 9º Ano do nível Fundamental, direcionado para os alunos de três etnias: Ticuna, Cambeba e Caixana (DSEI- MSA, 2012).

A Aldeia da Barreira da Missão de Baixo distante da cidade de Tefé, aproximadamente 30 minutos via terrestre, percurso este, em uma estrada urbanizada denominada de Estrada da Emade. A referida aldeia está no Km. 23, isto é, no fim. Ainda é necessário adentrar um ramal, por mais cinco minutos de automóvel. Também tem acesso fluvial, com aproximadamente 45 minutos de canoa motorizada.

Segundo Pessoa (2004, p. 59) o espaço geográfico da Barreira da Missão está dividido da seguinte forma: “Barreira da Missão de Cima, Barreira da Missão do Meio, Barreira da Missão de Baixo e Betel”. Começou a ser ocupado pelos índios das etnias Ticuna, Cambeba e Cocama no início da década de 1970, quando ocorreu o fluxo migratório indígena de diversos outros municípios, por exemplo, Fonte Boa, Jutaí, São Paulo de Olivença, Tonantins dentre outros. Ainda, para Pessoa (2004), ao chegar em Tefé, resolveram, mediante o apoio e a autorização da Prelazia Católica, se instalar no espaço da Barreira da Missão.

Em 1976, começou o processo de estudo para a homologação da referida área através de um cuidadoso trabalho antropológico, sob a guarda do Ministério da Justiça e da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Vencida esta etapa, os indígenas estavam assegurando a posse definitiva da área em que hoje se encontram.

Focando as discussões acerca do objeto de estudo deste trabalho de pesquisa, a perspectiva quanto à formação do professor para atuar na Escola Municipal Indígena Barreira da Missão de Baixo, detalha-se mais sobre a origem da referida instituição. A Escola Municipal Indígena da Barreira de Baixo foi fundada em 10 de março de 1979, e pelo Decreto nº. 015/1981, oficialmente, tem o nome de Escola Municipal Indígena Santa Cruz. Atua nos seguintes níveis da Educação Básica: Educação Infantil, Ensino Fundamental I e II e também Educação de Jovens e Adultos.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Considerações

Considera-se que os objetivos propostos para esta pesquisa foram alcançados, indicando as opiniões dos professores que lá atuam neste ano de 2016. Identificou-se que a formação continuada para os professores é uma necessidade imediata e, que pode contribuir significativamente com a qualidade do processo de ensino e de aprendizagem, constatou-se que há uma carência de políticas públicas em torno da formação continuada para professores que atuam em escolas indígenas no nível infantil e Fundamental I e II no município de Tefé, dentre estas, a Escola Municipal Indígena Santa Cruz, da Barreira da Missão de Baixo.

Comprovou-se também que mediante a necessidade da formação continuada os professores interpelados acabaram por criar expectativas e por fim, apresentaram suas sugestões, dentre as quais, a possível realização de convênios com instituições de ensino superior, por exemplo, UEA, UFAM e IFAM, para a ministração de cursos de aperfeiçoamento e capacitação na área de formação continuada para os professores que atuam diretamente na Educação Indígena. Viu-se também que possivelmente, um dos obstáculos seja a rotatividade de professores, tendo em vista que estes profissionais, em sua maioria têm vínculo empregatício por período determinado.

A formação continuada, de fato é importante, e quando não acontece, o professor indígena e não indígena é obrigado a buscar por conta própria esta capacitação, comprometendo parte de seus vencimentos. No entanto, este mesmo professor, entende que esta formação não precisa se limitar a educação indígena e sim ter como relevância a formação acadêmica do professor. Por outro lado, o gestor e também o professor indígena, sugeriram que a formação se volte para a área do conhecimento que se relacione com a realidade da comunidade, por exemplo, pesquisar na própria aldeia os conhecimentos relacionados à Geografia. Em outro momento, vimos que não há, um professor indígena para atuar na área da Educação Física, portanto, são diversas carências quanto a formação, sendo que todas hoje, impedem que a qualidade do ensino seja mais elevada. Assim, esta pesquisa, sugere a elaboração de políticas públicas na área de formação educacional continuada para professores que atuam na Educação Indígena, menor rotatividade de profissionais (professores), além da existência de um processo de ensino e aprendizagem que valorize com o mesmo patamar de igualdade o conhecimento tradicional indígena e



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

o conhecimento escolar não indígena. Ao unir ambos, junto com a formação continuada, as possibilidades de sucesso e de qualidade podem superar todas as expectativas.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Walmir de Albuquerque (coord.), **Políticas Públicas e Educação**, Manaus, Valer, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. **Referencial curricular nacional para as escolas indígenas/Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental**. - Brasília: MEC/SEF, 1998

CHIZZOTI, Antônio. **Pesquisas em ciências Humanas**. São Paulo: Cortez, 1991.

FAULHABER, Priscila. **O lago dos espelhos; etnografia do saber sobre a fronteira em Tefé-Amazonas**. Belém: Museu Emílio Goeldi, 1998.

GONDIM, Neide. **A invenção da Amazônia**. Manaus: Editora Valer, 2007.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos**. São Paulo: Atlas, 1983.

NEVES, Fernando Arthur de Freitas. **Faces da história da Amazônia**. Belém: Pakatatu, 2006.

PESSOA, Protásio Lopes. **História da Missão de Santa Teresa D'Ávila dos Tupebas**. Manaus. Ed. Novo Tempo, 2004



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

A INCUBADORA AMAZONAS INDÍGENA CRIATIVA – AMIC COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL NO MUNICÍPIO DE PARINTINS/AM

THE CREATIVE INDIGENOUS AMAZON INCUBATOR – AMIC AS A LOCAL DEVELOPMENT STRATEGY IN THE PARINTINS/AM MUNICIPALITY

Patrício Azevedo Ribeiro¹
patricioribeiro@ufam.edu.br

Mirian de Araújo Mafra Castro²
mirianaraujo2233@gmail.com

Wendell Lima Bandeira³
wendellbandeira@hotmail.com

Resumo: A economia criativa tem representado nos últimos anos um seguimento da economia em crescimento no Brasil. Neste sentido, a Incubadora Amazonas Indígena Criativa – AmIC, com sede em Parintins-AM, foi criada para atender a demanda da organização socioeconômica de empreendimentos criativos na região do Baixo Amazonas, visando o desenvolvimento local a partir de atividades produtivas relacionadas às raízes culturais indígenas. Assim, o objetivo deste trabalho é analisar as práticas da Incubadora AmIC como estratégia de desenvolvimento local, na perspectiva socioeconômica e sustentável, no município de Parintins/AM. A abordagem teórica baseia-se nas categorias de desenvolvimento local e economia criativa, entendidas como relação interconexa no contexto de crise do capital. Utiliza como aporte metodológico: 1) revisão bibliográfica, para alcance das informações teóricas e procedimentos técnicos; 2) pesquisa exploratória, para obtenção de dados de campo e concretização dos objetivos, a partir das experiências de trabalho realizadas pela AmIC junto aos empreendimentos assessorados. Os resultados apontam que a AmIC tem dado visibilidade à economia criativa, com ênfase na produção de artesanato entre quatro empreendedores da cidade e o turismo local na comunidade de Nossa Senhora de Nazaré, contudo, enfrenta desafios de recursos humanos, logísticos e financeiros, para alcançar os sete municípios que pertencem ao Baixo Amazonas. Ademais, as atividades já desenvolvidas, como oficinas de capacitação, elaboração de planos de negócios, assessoramento técnico, participação em feiras de empreendimento culturais, têm desvelado a contribuição da economia criativa para o desenvolvimento local de Parintins, tendo em vista oportunizar trabalho e renda para os empreendedores e suas famílias.

Palavras-Chave: Desenvolvimento local, Economia Criativa, AmIC, Parintins.





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

INTRODUÇÃO

O presente estudo pauta-se no objetivo de analisar as práticas da Incubadora AmIC como estratégia de desenvolvimento local, na perspectiva socioeconômica e sustentável, no município de Parintins/AM.

Para tanto, os questionamentos que sustentaram a existência deste trabalho são: Quais as estratégias de desenvolvimento local a Incubadora Amazonas Indígena Criativa vem desenvolvendo em Parintins-AM? Como as estratégias de desenvolvimento local empregadas pela Incubadora AmIC vem sendo desenvolvidas?

Assim, no intuito de responder aos questionamentos norteadores e ao objetivo proposto, este artigo encontra-se organizado em tópicos de discussão teórica relacionada as observações do campo de estudo, sendo: 1) Desenvolvimento Local e Economia Criativa: relação interconexa na atualidade; 1.1) Abordagem conceitual sobre desenvolvimento local; 1.2) A economia criativa em tempos de crise do capital; 2) A Incubadora Amazonas Indígena Criativa – AmIC como estratégia de desenvolvimento local no contexto de Parintins/AM. Por último, as considerações finais encerram por hora esta discussão.

Estratégia Metodológica

A presente pesquisa é de tipo qualitativo, pois valoriza o entendimento dos fenômenos estudados a luz de seus contextos bio-socio-culturais. O aporte metodológico fundamenta-se: 1) revisão bibliográfica, para alcance das informações teóricas e procedimentos técnicos; 2) pesquisa exploratória, para obtenção de dados de campo e concretização dos objetivos, a partir das experiências de trabalho realizadas pela AmIC junto aos empreendimentos assessorados.

A análise dos dados foi realizada com base na revisão de literatura atrelada aos dados coletados na pesquisa de campo, a Incubadora de Empreendimentos Amazonas Indígena Criativa, cujo projeto é direcionado a assessoria a empreendedores indígenas e não indígenas da região do Baixo Amazonas. Até o momento da pesquisa a referida Incubadora assessora 04 empreendimentos na cidade e 01 na área rural de Parintins no ano de 2016.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

1 Desenvolvimento Local e Economia Criativa: Relação Interconexa na Atualidade

Neste princípio do século XXI, torna-se cada vez mais evidente os efeitos da globalização e sua interconexão não apenas com a economia, mas com a natureza e suas redefinições nos diferentes territórios, frente os contextos políticos nacionais e internacionais.

Esse processo de transformação, aliado a incorporação e aceleração de novas técnicas de produção do mercado suscitaram no meio científico-técnico deste 1970 a emergência da questão ambiental como condição *sine qua non* para o desenvolvimento em escala global, regional e local, sendo mister pensar a Amazônia e seus territórios bio-socio-ambientais nessa atual conjuntura (BECKER, 2004).

A busca por outras dinâmicas de desenvolvimento socioeconômico, pautadas em economias mais sustentáveis torna-se imprescindível no limiar do século vigente. Neste contexto, a economia da experiência, economia do conhecimento, economia da cultura, indústrias criativas, como foi sendo denominada em diferentes momentos a Economia Criativa, vem se configurando como um novo paradigma na busca por alternativas aos problemas socioeconômicos que nos afligem em escala mundial. No cenário brasileiro a proposta de Economia Criativa como estratégia de desenvolvimento vem apresentando contornos mais precisos e características próprias, adaptadas ao contexto nacional (DEHEINZELIN; REIS, 2008).

Cada lugar tem suas potencialidades. A Amazônia e sua enorme riqueza em biodiversidade precisa ser transformada em qualidade de vida para os amazônidas, os recursos culturais e naturais necessitam ser pensados por meio de ações e políticas adequadas, focadas em desenvolvimento e sustentabilidade. Essas ações para serem efetivas devem contemplar não apenas o aspecto econômico, mas sobretudo as outras dimensões em que a Economia Criativa atua: o simbólico, o social e o ambiental; vinculada à inovação, à visão de futuro, para o desenvolvimento de modelos socioeconômicos mais adequados ao século XXI, e à construção do mundo que desejamos (DEHEINZELIN; REIS, 2008).

A necessidade de políticas públicas elaboradas com foco nas potencialidades locais e nas culturas de amazônidas indígenas e não indígenas é aspecto crucial para a implantação de novas estratégias de desenvolvimento local na Amazônia brasileira. A





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Economia Criativa enquanto atividade econômica, apresenta como diferencial a valorização das culturas, dos ecossistemas e da interação sócia, cultural e ambiental dos diferentes povos e suas transformações hodiernas.

1.1. Abordagem Conceitual Sobre Desenvolvimento Local

A emergência de problemas globais relacionados às questões socioambientais fez surgir uma nova discussão acerca de modelos de desenvolvimentos de espaços urbanos e rurais, onde a relação homem-natureza estão interconectados para o desenvolvimento diante ao consumo consciente dos recursos naturais, pois o desenvolvimento local está relacionado também com o desenvolvimento sustentável, trabalhando os mesmos princípios norteadores da sustentabilidade, visando o desenvolvimento socioeconômico local e melhorando a qualidade de vida da população sem degradar o meio ambiente (BRACERAS et al., 2004).

Cruz (2009) enfatiza o desenvolvimento local relacionado com o desenvolvimento sustentável, apontando para indiscutíveis convergências entre eles, posto que ambos têm em seu cerne o pressuposto de que o desenvolvimento tem de ser, antes de mais nada, humano, social e ambiental. Deixando de enxergar o desenvolvimento numa visão positivista, onde se analisa o desenvolvimento apenas como crescimento de taxas e indicadores econômicos.

A inclusão social como um dos requisitos desse processo visa à inserção da comunidade no método de transformação, no qual, segundo Mattos (2009, p. 305) “o envolvimento comunitário, se alicerça em relações horizontais e na noção de empoderamento das comunidades”. Esse envolvimento se baseia na participação da comunidade como protagonista do desenvolvimento da localidade onde está inserido, em que as pessoas devem participar ativamente e não serem apenas beneficiárias desse desenvolvimento.

Martins (2002, p. 52) reforça esse pensamento afirmando que “o verdadeiro diferencial do desenvolvimento local não se encontra em seus objetivos (bem-estar, qualidade de vida, endogenia, sinergias etc.), mas na postura que atribui e assegura à comunidade o papel de agente e não apenas de beneficiária do desenvolvimento”.

O desenvolvimento local trata de um esforço localizado de uma determinada localidade onde todos os atores locais (lideranças, instituições, empresas e habitantes) se





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

articulam objetivando encontrar atividades que venham fazer diferença positiva nas condições de produção e comercialização de bens e serviços proporcionando melhor qualidade de vida e criação de emprego para população local, tendo como ponto de partida a valorização e ativação dos recursos locais (JESUS, 2003).

Nesse contexto, a cidade de Parintins/AM abarca o desenvolvimento local baseado na exploração dos recursos naturais, culturais e sociais, onde a cultura empreendedora do povo da localidade corrobora para o seu desenvolvimento, atrelado a questões sustentáveis. O potencial de Parintins/AM é grande considerando todos esses fatores, que se bem trabalhados podem contribuir para que a cultura explorada na produção de bens e serviços, seja utilizada como fonte econômica e, conseqüentemente, de desenvolvimento da região.

Parintins/AM se destaca como potencial de cidade criativa, onde através de trabalhos ligados à setores da economia criativa, como artesanato, turismo, biojoias, etc., tem sido um novo canal promotor de inclusão social e desenvolvimento local através da exploração de sua diversidade cultural. A quantidade de empreendedores que trabalham desenvolvendo atividades ligadas nos setores da economia criativa, faz com que a cidade seja conhecida mundialmente pela criatividade e a capacidade de criação de sua população, baseado na diversidade cultural presente na região, fazendo dessa diversidade o cerne principal de suas obras.

Cabe destacar o trabalho desenvolvido pela Incubadora Amazonas Indígena Criativa - AmIC, como agente de fortalecimento de desenvolvimento local através de atividades realizadas juntos aos empreendedores criativos assessorados. Assim, mostra-se importante a percepção que os mesmos têm acerca de seu papel como atores diretamente ligados à colaboração para o desenvolvimento econômico, social e ambiental da cidade de Parintins/AM.

Diante disso, as atividades econômicas desenvolvidas por empreendedores criativos presentes em Parintins/AM, impulsionam a possibilidade de equalizar a geração de ocupações produtivas de renda, conservação ambiental, identidade cultural e a qualidade de vida através do desenvolvimento local. Essas atividades tornam-se fator fundamental na estratégia de desenvolvimento socioeconômico para as famílias que utilizam desse trabalho para geração de renda, da mesma forma que valorizam e disseminam a cultura amazônica.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

1.2 A Economia Criativa em Tempos de Crise do Capital

O cenário contemporâneo tem sido marcado por mudanças gigantescas, sobretudo nos planos ambiental, econômico e social. A base dos processos de mudança está ancorada no modo de produção capitalista que tem promovido mais desigualdade social, onde a riqueza material e econômica tem sido concentrada nas mãos de poucos, deixando parcela da classe trabalhadora sob mínimas condições de vida.

Netto (2012) diz que o sistema capitalista sobrevive por meio das crises. Elas são importantes para manter o poder hegemônico da classe burguesa. De um modo geral, desde os anos de 1990 em todos os continentes tem sido registrado crises financeiras, as quais são expressões localizadas na dinâmica contraditória do sistema capitalista contemporâneo.

No Brasil, as crises cíclicas do capital vão afetar as diversas conjunturas populacionais, sobretudo, a classe trabalhadora que, desprovida das parcas intervenções do Estado precisam se submeter, muitas vezes, a qualquer condição de trabalho.

Ao problematizar tal realidade, Antunes (2010) enfatiza que a década de 1990 é entendida como período central quanto às profundas transformações no mundo do trabalho sob a ótica do projeto neoliberal, que vai impactar diretamente a classe trabalhadora. Isso vai se intensificar no contexto contemporâneo, quando parcela da população brasileira passa a vivenciar a informalidade no trabalho e o desemprego. Este último, compreendido por Santos (2014) como a atual grande expressão da questão social.

Neste sentido, quando as crises do capitalismo acirram-se, especialmente no âmbito econômico, resulta para os trabalhadores a necessidade de busca por estratégias visando melhores condições e qualidade de vida. Assim, é nesse liame que se pode falar acerca da economia criativa na perspectiva do empreendedorismo.

Conforme Reis (2012), a eclosão do conceito de economia criativa emerge nos meados da década de 1990, na Austrália, tendo por base a expressão Creative Nation que imprimia uma proposta de triangulação convergente entre objetivos culturais, econômicos e sociais, tingida de uma preocupação com sustentabilidade.

No Brasil, Reis (2012) argumenta que a economia criativa tornou-se foco dos debates a partir de 2004, por ocasião da realização da 11ª edição do encontro quadrianual da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD).





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Contudo, houveram resistências por parte do governo e da sociedade, sobressaindo-se em 2009 quando o tema voltou à pauta do Ministério da Cultura, momento em que “Cultura e Economia Criativa” tornou-se um dos cinco eixos presentes nas conferências nacional, estaduais e municipais de cultura. Daí em diante, alavancou-se a discussão acerca da economia criativa, entendendo-a como de suma importância para o desenvolvimento local de um determinado território na perspectiva econômica, social e ambiental.

A concepção acima permite afirmar que a economia criativa é um conceito novo, em especial no Brasil, mas que vem ampliando-se no cotidiano. Alguns estudos já se debruçaram sobre o tema como Reis e Deheinzelin (2008), Reis (2012), Madeira (2014) entre outros, de modo que, conceitualmente a economia criativa pode ser definida como um conjunto de atividades econômicas, tendo por base o conhecimento nas suas diversas dimensões. Assim, o talento criativo é a raiz basilar desta forma de economia que incorpora técnicas e/ou tecnologias dando valor ao capital cultural e intelectual.

Para Madeira (2014, p, 24) a economia criativa “que resulta da soma da produção e do comércio de bens e serviços que possuem o conhecimento e a criatividade, ou seja, o conteúdo simbólico e intangível como elemento diferenciador, representa o conceito central e integrador [...]” das discussões que envolvem esta dimensão da economia.

Neste sentido, ela não visa apenas o crescimento econômico, mas, sobretudo, o desenvolvimento. “É um setor que reúne as atividades que têm a criatividade e a cultura como matéria-prima” (DEHEINZELIN, 2008, p. 24). Desse modo, uma vez desenvolvido o potencial dos trabalhadores, pode-se aferir recursos financeiros que contribuirão para melhores condições de vida nestes tempos de acirramento do capitalismo.

Percebe-se nas ponderações realizadas que a economia criativa tem se tornado um segmento de grande relevância para a classe trabalhadora num contexto em que se presenciavam mudanças, por vezes negativas, nas questões econômicas, sociais, culturais e ambientais. É nessa lógica que o presente trabalho assenta-se, ao abordar a AmIC como uma Incubadora de empreendimentos criativos que, ao efetivar-se junto aos empreendimentos assessorados, estes podem potencializar seus produtos e assim melhor situa-los no mercado de venda, porquanto, contribuindo para o desenvolvimento local de Parintins.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

2. A Incubadora Amazonas Indígena Criativa como Estratégia de Desenvolvimento Local no contexto de Parintins/AM

A Incubadora Amazonas Indígena Criativa (AmIC) é uma incubadora de empreendimentos criativos recém-criada pela parceria estabelecida entre o Ministério da Cultura e a Pró-Reitoria de Inovação e Tecnologia da Universidade Federal do Amazonas, onde atua no desenvolvimento socioeconômico local, potencializando e assessorando iniciativas empreendedoras criativas e inovadoras da região do Baixo Amazonas, sendo a décima quarta incubadora atuando nesse segmento no país, a qual está vinculada a Rede de Incubadora Brasil Criativo (BRASIL, 2016a).

Localizada no município de Parintins-AM, a Incubadora AmIC surgiu como estratégia de atuação no desenvolvimento socioeconômico na localidade. A atuação da AmIC se dá na região do Baixo Amazonas, que tem como abrangência uma área que correspondente cerca de 107.507,60 Km². Composto por 07 municípios: Barreirinha, Boa Vista do Ramos, Maués, Nhamundá, Parintins, São Sebastião do Uatumã e Urucará. A população total do território é de 242.180 habitantes, dos quais 103.711 vivem na área rural, o que corresponde a 42,82% do total. (BRASIL, 2016b).

Nesse cenário, a Incubadora AmIC configura-se como fator fundamental para o desenvolvimento da região do Baixo Amazonas, atuando na forma de fortalecimento de empreendimentos dos mais diversos setores da economia criativa presentes na região. Atualmente a AmIC desenvolve atividades junto à 05 empreendedores incubados, todos pertencentes ao município de Parintins/AM, na qual 04 empreendedores desenvolvem trabalhos relacionados a produção e comercialização de artesanato e 01 cooperativa com desenvolvimento de turismo de base comunitária sustentável na comunidade de Nazaré, zona rural do município, onde as atividades de assessoria na gestão, arranjos produtivos econômicos, fortalecimento de políticas e processos culturais desenvolvido pela incubadora mostra-se essencial no que tange o desenvolvimento local, interligado ao desenvolvimento socioeconômico e sustentável da cidade.

A incubadora AmIC busca o fortalecimento de empreendimentos no segmento da economia criativa visto o grande potencial existente na região, especialmente em Parintins/AM, reconhecida pela produção artística gerada, principalmente, pelo Festival Folclórico dos Bois Garantido e Caprichoso, valorizando esse potencial de



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

desenvolvimento através de estratégias na produção de bens e serviços utilizando os valores culturais presentes na região, como forma de desenvolvimento local sustentável. Uma vez que uma das principais características dos empreendimentos criativos do município, se dá na produção e comercialização de produtos com valores sustentáveis, onde as principais matérias-primas utilizadas são provenientes de reaproveitamento de biodegradáveis.

Formada por 14 membros que desempenham funções individuais e coletivas, a incubadora AmIC vem promovendo um novo olhar sobre os empreendimentos criativos locais, em especial do segmento do artesanato e turismo, atuando na perspectiva da economia criativa como uma estratégia para driblar a crise do capital e levar desenvolvimento local através do fortalecimento da produção que tem como características a exaltação da cultura amazônica e o desenvolvimento da criatividade dos empreendedores.

Diante disso, o papel da Incubadora AmIC como estratégia de desenvolvimento local se faz importante em face aos trabalhos de fortalecimento aos empreendimentos criativos que estão sendo assessorados no município de Parintins/AM, tais empreendimentos são essenciais para o desenvolvimento da tríade social, ambiental e econômico do município, visto que os trabalhos realizados não buscam somente crescimento econômico, mas também a questão social com as famílias que estão envolvidas no processo de trabalho e a conscientização ambiental e sustentável do processo produtivo, utilizando materiais biodegradáveis para a produção dos produtos. Desse modo, a AmIC mostra-se um importante fator de engrandecimento dos empreendimentos presentes no município de Parintins/AM, onde através das assessorias realizadas aos empreendimentos incubados os fortalece melhorando seus processos de produção e sua gestão para que se tornem mais competitivos no mercado consumidor e difundam a cultura Amazônica e o desenvolvimento local através da arte produzida pela sua capacidade de criação sustentável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou evidenciar como as práticas desenvolvidas pela AmIC tem contribuído para o desenvolvimento local do município de Parintins a partir do trabalho junto aos empreendimentos assessorados.





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Do ponto de vista teórico, é possível identificar que as categorias de desenvolvimento local e Economia Criativa emergem no Brasil na década de 1990, período das mudanças no mundo do trabalho e contra-reforma do Estado, de modo que o desemprego cresceu, sobretudo para as populações com menos acesso a informações e conhecimentos.

Desse modo, a economia criativa se coloca como uma estratégia de trabalho e renda para os trabalhadores e suas famílias que buscam na criatividade e inovação uma saída de renda financeira.

Neste sentido, o estudo identificou que a AmIC tem dado visibilidade à economia criativa, com ênfase na produção de artesanato entre quatro empreendedores da cidade e o turismo local na comunidade de Nossa Senhora de Nazaré, contudo, enfrenta desafios de recursos humanos, logísticos e financeiros, para alcançar os sete municípios que pertencem ao Baixo Amazonas.

Ademais, as atividades já desenvolvidas, como oficinas de capacitação, elaboração de planos de negócios, assessoramento técnico, participação em feiras de empreendimento culturais, têm desvelado a contribuição da economia criativa para o desenvolvimento local de Parintins, tendo em vista oportunizar trabalho e renda para os empreendedores e suas famílias.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?* ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- BECKER, Bertha K. (Bertha Koiffmann). *Amazônia: geopolítica na virada do III milênio*/ Bertha K. Becker. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- BRACERAS, Fidel Maria [et al] (org.). *Gestão do desenvolvimento local: experiências exitosas no Rio Grande do Norte/Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA*. Natal, RN. 2004. 140 p.
- BRASIL. *Rede incubadora brasil criativo*. Disponível em: <<http://culturadigital.br/brasilcriativo/rede-de-incubadoras-brasil-criativo>> acessado em: 10/10/2016.
- BRASIL. *Sistema de Informações Territoriais* (<http://sit.mda.gov.br>). Disponível em: <http://sit.mda.gov.br/download.php?ac=obterDadosBas&m=1303007>. Acessado em 28/10/2016.
- CRUZ, Rita de Cassia A. da. Turismo, produção do espaço e desenvolvimento desigual. In: *Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*/Roberto Bartholo, Davis Gruber Sonsolo, Ivan Bursztyrn, organizadores. Rio de Janeiro: Letra e imagem, 2009. 92-107.





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

DEHEINZELIN, Lala. Economia Criativa, Sustentabilidade e Desenvolvimento Local In: _____; REIS, A. C. F. (Org.). *Cadernos de Economia Criativa: Economia Criativa e Desenvolvimento Local*. Vitória: SEBAE & SECULT, 2008.

DEHEINZELIN, Lala; REIS, Ana Carla Fonseca (Org.). *Cadernos de Economia Criativa: Economia Criativa e Desenvolvimento Local*. Vitória: SEBAE & SECULT, 2008.

JESUS, Paulo. *Desenvolvimento Local*. In: CATTANI, A. D. A outra economia. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003. p. 72-75.

MADEIRA, Mariana Gonçalves. *Economia criativa: implicações e desafios para a política externa brasileira*. Brasília: FUNAG, 2014.

MARTINS, Sergio Ricardo Oliveira. *Desenvolvimento local: questões conceituais e metodológicas*. Revista internacional de desenvolvimento local. Vol. 3, N.5, p. 51-59, Set 2002.

MATTOS, Flávia Ferreira. *Ecoturismo e inclusão social na Resex Marinha do Delta do Parnaíba (MA/PI): tendências, expectativas e possibilidades*. In: Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras/Roberto Bartholo, Davis Gruber Sonsolo, Ivan Burszty, organizadores. Rio de Janeiro: Letra e imagem, 2009.

NETTO, José Paulo. Crise do capital e consequências societárias. In: *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 111, p. 413-429, jul./set. 2012.

REIS, Ana Carla Fonseca. *Cidades criativas: da teoria à prática*. São Paulo: SESI-SP, 2012. 236p.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

A INDIVIDUALIZAÇÃO DA PENA E A IDENTIDADE DE GÊNERO: A NECESSIDADE DE SUPERAÇÃO DO BINARISMO NO SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO

INDIVIDUALIZATION OF PENALTY AND GENDER IDENTITY: THE NEED TO OVERCOME THE BRAZILIAN BINARISM PENITENTIARY SYSTEM

NICOLE FARIAS RODRIGUES¹
 nfariasrodrigues@gmail.com.
 BERNARDO SILVA DE SEIXAS²
 seixas.bernardo@gmail.com.

RESUMO:

O sistema penitenciário brasileiro estabelece a separação entre o sexo feminino e masculino como parâmetros de controle e divisão da população carcerária. Ocorre que, tal binarismo ignora as diferenças existentes entre o sexo e a identidade de gênero, impondo-se aos apenados, presos provisórios ou internos, uma limitação da sua individualidade. Em verdade, o sistema penitenciário deveria adotar as medidas necessárias para garantir a igualdade material, a integridade física e moral, bem como a dignidade da pessoa humana, a fim de se prestigiar os princípios insculpidos na Constituição Federal de 1988. Desta feita, o presente trabalho tem a intenção de esclarecer acerca da limitação binarista do sistema penitenciário nacional. Além disso, procura-se informar acerca dos direitos inerentes ao cidadão, independentemente de qualquer inclinação sexual, identidade de gênero ou cometimento de ilícitos penais, bem como elucidar a questão sobre o gênero e sua diferença com relação ao sexo biológico, e por fim, situar as pesquisas no contexto brasileiro. A pesquisa será desenvolvida sob o enfoque crítico dialético, pelo método hipotético-dedutivo, proporcionando-se uma análise ampla sobre temática que envolve os direitos das minorias, identidade de gênero e o sistema penal. Ademais, contará com pesquisa bibliográfica, através de livros, artigos científicos, endereços eletrônicos, além de veículos de comunicação de massa, e ainda, através de consulta à Constituição e legislação infraconstitucional.

PALAVRAS-CHAVE:

Sistema penitenciário. Identidade de gênero. Igualdade material. Dignidade. Binarismo.

INTRODUÇÃO

O Brasil possui uma sociedade de raízes patriarcais, baseada em uma relação assimétrica de poder, onde o homem domina o centro das relações, bem como ocupa as posições superiores no âmbito social. Nesse sentido, tal conjuntura define o papel de cada

¹Graduanda do Curso de Direito da Universidade Federal do Amazonas- UFAM.

²Professor mestre em Direito Constitucional pela Instituição Toledo de Ensino - ITE/Bauru e professor do curso de graduação e pós-graduação em Direito da Universidade Federal do Amazonas- UFAM.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

gênero dentro da sociedade, de forma heterocêntrica, ou seja, através de uma restrição acerca do ideal de casal, o qual nesses moldes seria formado essencialmente pela união de um homem e uma mulher. Desse modo, qualquer dinâmica distinta caracterizaria a quebra da normalidade social.

Ocorre que, o desenvolvimento da sociedade e via de consequência, a quebra de antigos paradigmas e estereótipos, tornou possível a discussão acerca de novas orientações sexuais e identidade de gênero. Nesse passo, aquilo que antes era percebido como um “tabu” tornou-se uma contenda indispensável no seio social.

Em verdade, a percepção sobre as diferenças sexuais e de gênero, abriu espaço para uma ascensão do diálogo e respeito, bem como proporcionou uma efetiva luta contra a discriminação, o preconceito e a intolerância, de forma a permitir o empenho por tratamento isonômico, nos moldes estabelecidos pela Carta Magna brasileira.

Entretanto, apesar deste novo panorama brasileiro, ainda são evidentes os resquícios da cultura patriarcal e heterocêntrica nas legislações e organizações políticas.

Nesse quadro, entre as estagnações ainda presentes, cumpre-se destacar a problemática do binarismo ainda intrínseco ao sistema penitenciário brasileiro conforme definido na Lei de Execuções Penais, a qual define a segregação por meio do sexo.

Dessa forma, surge o questionamento: como enquadrar, no sistema carcerário nacional, pessoas que não se identificam com o seu sexo biológico a fim de lhe garantir seus direitos e garantias fundamentais durante o cumprimento da pena?

Ora, a fim de desconstruir o padrão binarista, o Poder Público deverá trabalhar com mecanismos que permitam a efetividade do princípio de individualização da pena, disposto na Constituição Federal de 1988, e que consagra a igualdade material, a qual assegura o tratamento igual aos iguais, assim como o tratamento desigual aos desiguais, na medida de sua desigualdade.

Nesse diapasão, o presente trabalho anseia fazer uma análise acerca da identidade de gênero, dissociando-a do sexo biológico e da orientação sexual, uma vez que tais terminologias ainda causam certa confusão conceitual. Ainda, pretende-se apresentar o panorama do sistema prisional brasileiro, ressaltando-se o seu binarismo intrínseco, através de detida análise da legislação pertinente. Além disso, será apresentada a problemática acerca da identidade de gênero e a dificuldade em se proteger a dignidade da pessoa humana e garantir a isonomia material nos estabelecimentos prisionais



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

brasileiros. Por fim, almeja-se demonstrar algumas mudanças e avanços já obtidos nesta seara, bem como, apontar a necessidade de maiores alterações para assegurar os direitos inerentes às pessoas que não se identificam como seu sexo biológico, dentro do sistema carcerário. Isto porque, todos os cidadãos estão sujeitos ao cometimento de ilícitos penais, de forma que é papel do Estado salvaguardar lhes um cumprimento de pena condizente com os princípios e direitos fundamentais insculpidos na Constituição Federal.

Para tanto, a pesquisa será desenvolvida sob o enfoque crítico dialético, pelo método hipotético-dedutivo, proporcionando-se uma análise ampla sobre temática que envolve os direitos das minorias, identidade de gênero e o sistema penal. Ademais, contará com pesquisa bibliográfica, através de livros, artigos científicos, endereços eletrônicos, além de veículos de comunicação de massa, e ainda, através de consulta à Constituição e legislação infraconstitucional.

SEXO, ORIENTAÇÃO SEXUAL E IDENTIDADE DE GÊNERO

A construção de uma sociedade mais tolerante com relação às minorias sexuais começa a partir do respeito à diversidade. O empoderamento feminino deu início às lutas pelo fim da sociedade patriarcal, antes inserida firmemente no contexto brasileiro, permitindo a promoção de uma autoderminação sobre o corpo e da liberdade sexual e por consequência, a superação do heterocentrismo.

Dessa forma, faz-se imprescindível a compreensão sobre os conceitos de sexo, orientação sexual e identidade de gênero, a fim de se estabelecer diferenças sobre as variadas formas de expressão da sexualidade.

Nesse contexto, Jaqueline Gomes de Jesus (2012, p. 5) assenta o significado de “sexo” de forma didática:

Relembre da sua formação pessoal: desde criança você foi ensinado (a) a agir e a ter uma determinada aparência, de acordo com o seu sexo biológico. Se havia ultrassonografia, esse sexo foi determinado antes de você nascer. Se não, foi no seu parto.

Por oportuno, percebe-se que o sexo está estritamente voltado à estrutura corporal, biológica, estabelecida desde a formação das genitálias, antes mesmo do nascimento. Dessa forma, Anthony Giddens (2004, p. 109) informa que “os sociólogos



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

utilizam o termo sexo para se referirem às diferenças anatômicas e fisiológicas que definem o corpo masculino e feminino”.

Ademais, a Coordenação de Políticas para a Diversidade Sexual do Estado de São Paulo através da cartilha intitulada “Diversidade Sexual e a Cidadania LGBT” (2014, p. 10) conceituou orientação sexual como sendo uma atração afetiva e/ou sexual que uma pessoa manifesta em relação à outra, para quem se direciona, involuntariamente, o seu desejo. Ou seja, dependendo da sua conduta sexual, o indivíduo pode relacionar-se íntima e afetivamente com pessoa de sexo biológico oposto, ou pessoa do mesmo sexo biológico, de forma que tais orientações sexuais são denominadas de heterossexualidade e homossexualidade, respectivamente. Ainda, há a opção de atração por ambos os sexos no caso da bissexualidade.

Quanto à identidade de gênero, esta não se confunde com os conceitos de sexo e orientação sexual. De maneira sintética, Anthony Giddens (2008, p. 139) afirma que “o sexo se reporta às diferenças biológicas entre o corpo masculino e o feminino, enquanto o gênero diz respeito às diferenças psicológicas, sociais e culturais entre homens e mulheres”.

Outrossim, o indivíduo que não se compatibiliza com seu gênero biológico exterioriza-se perante a sociedade de forma considerada diferente, por meio de comportamentos e características do sexo com o qual verdadeiramente identifica-se. Em razão disto é que se atribuiu o gênero a um contexto social e cultural, conforme aduz Jaqueline Gomes (2012, pág. 8): “Além disso, a sociedade em que vivemos dissemina a crença de que os órgãos genitais definem se uma pessoa é homem ou mulher. Porém, a construção da nossa identificação como homens ou como mulheres não é um fato biológico, é social.”.

Ainda, nesse sentido, a ideia é reforçada por Pamplona (1994, pág. 23) ao observar que o papel de gênero nada mais é que o nosso comportamento frente as demais pessoas e à sociedade como um todo.

Sobre a construção social do gênero, Ramon Silva e Adalberto Arcelo (2016, pág. 31) explicam sobre a necessidade de identificação nos meio sociais, de forma que agir diferente seria criar um entrave à expressão da própria dignidade humana:

Essa autonomia concedida a cada indivíduo é primordial em face de não se assimilar o gênero ao sexo biológico. Evita-se assim o menosprezo à





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

identificação social do indivíduo, a qual é condição essencial para a afirmação da existência de cada um. Logo, o fato de se restringir o gênero é algo que vai contra o direito fundamental à dignidade humana, que se expressa pela afirmação da subjetividade e da identidade em um contexto social.

Além disso, em outra passagem, Jaqueline de Jesus (2012, pág. 6) fala que “para algumas pessoas, a vivência de um gênero discordante do sexo é uma questão de identidade, é o caso das pessoas conhecidas como travestis, e das transexuais, que são tratadas, coletivamente, como parte do grupo chamado de “transgênero””.

Conforme observado, as pessoas que procuram viver conforme o sexo com o qual se identificam, seja o anatômico ou diferente a este, podendo ser denominadas como cisgênero e transgênero, respectivamente.

Dessa forma, pelo exposto, a identidade de gênero não está necessariamente interligada à orientação sexual, mas sim, à inteligência do corpo físico em relação à personalidade, ou seja, está relacionada a uma percepção íntima. Nesse sentido, quanto à orientação sexual, um transgênero, por exemplo, pode possuir atração pelo seu sexo biológico ou não. Ou seja, a conduta sexual independe do gênero identificado, podendo ser diferente quando comparada a outras pessoas em situação semelhante.

BINARISMO COMO CARACTERÍSTICA DO SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO

Na seara do Direito Penal, a execução da pena é regulada pela Lei de Execuções Penais (Lei n.º 7.210/84) a qual tem, entre outros, o papel de atribuir aos egressos, os estabelecimentos penais competentes ao cumprimento de cada tipo de pena.

Por oportuno, ao proceder a uma detida análise da legislação supracitada, nota-se a ausência de normatização, por parte do legislador, quanto à consideração da questão de gênero, uma vez que somente há referência ao sexo anatômico, conforme se observa na leitura dos artigos 77, §2º, 82, §1º, 89 e 90:

Art. 77. A escolha do pessoal administrativo, especializado, de instrução técnica e de vigilância atenderá a vocação, preparação profissional e antecedentes pessoais do candidato.

§ 2º No estabelecimento para mulheres somente se permitirá o trabalho de pessoal do sexo feminino, salvo quando se tratar de pessoal técnico especializado.

(...)

Art. 82. Os estabelecimentos penais destinam-se ao condenado, ao submetido à medida de segurança, ao preso provisório e ao egresso.





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

§ 1º A mulher e o maior de sessenta anos, separadamente, serão recolhidos a estabelecimento próprio e adequado à sua condição pessoal.

(...)

Art. 89. Além dos requisitos referidos no art. 88, a penitenciária de mulheres será dotada de seção para gestante e parturiente e de creche para abrigar crianças maiores de 6 (seis) meses e menores de 7 (sete) anos, com a finalidade de assistir a criança desamparada cuja responsável estiver presa.

(...)

Art. 90. A penitenciária de homens será construída, em local afastado do centro urbano, à distância que não restrinja a visitação.

Além dos supramencionados, o art. 37 do Código Penal e o art. 766 Código de Processo Penal reforçam os mandamentos acerca do estabelecimento destinado às mulheres:

Art. 37. As mulheres cumprem pena em estabelecimento próprio, observando-se os deveres e direitos inerentes à sua condição pessoal, bem como, no que couber, o disposto neste Capítulo. (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

(...)

Art. 766. A internação das mulheres será feita em estabelecimento próprio ou em seção especial.

Vale lembrar que a Lei de Execuções Penais foi elaborada no ano de 1984, não devendo considerar a falta de normatização da questão como uma omissão intencional. Isto porque, neste período não se discutia sobre a diversidade sexual como nos dias atuais. Entretanto, apesar de alguns dispositivos terem sido incluídos ao longo dos anos, nada foi acrescentado com relação a um estabelecimento e regras próprias ao apenado ou internado que não se identificasse com seu sexo biológico.

Assim, sobre a necessidade da implantação de espaços reservados, o presidente da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transsexuais, o Sr. Carlos Magno Silva Fonseca, em entrevista ao Jornal Estadão, afirma que “é importante (*a medida*), pois quando uma travesti e uma transexual são presas, elas são obrigadas a cortar o cabelo, a conviver com pessoas homofóbicas, e o nível de vulnerabilidade é maior.”.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Nesse contexto, como se observa, de acordo com a Lei de Execução Penal, o cumprimento da pena definitiva, da pena provisória e da medida de internação somente poderá ser realizado em estabelecimentos prisionais destinados à homens ou mulheres, em uma limitação do sexo definido no nascimento, biológico, em exclusão à dignidade e autodeterminação das pessoas transgêneros.

Portanto, a definição de dois sexos como sendo o parâmetro para a segregação carcerária demonstra-se ultrapassada, uma vez que os transgêneros, grupo formado por travestis e transexuais, e até mesmo os homossexuais, sofrem violências físicas e psicológicas, hostilidades, devendo ter seus direitos fundamentais preservados independente de sua situação de cárcere.

O PANORAMA ATUAL DA NORMATIZAÇÃO

Em seu célebre livro *Vigiar e Punir*, Michel Foucault (1998, pág. 14) realiza uma análise da evolução das punições no âmbito penal, destacando que antes do período de “humanização da pena”, o corpo era visto como o alvo principal da repressão penal:

O sofrimento físico, a dor do corpo não são mais elementos constitutivos da pena. O castigo passou de uma arte das sensações insuportáveis a uma economia dos direitos suspensos. Se a justiça ainda tiver que manipular e tocar o corpo dos justificáveis, tal se fará à distância, propriamente, segundo regras rígidas e visando a um objetivo bem mais “elevado”.

Dessa forma, nota-se que impor aos apenados, que não se veem em seu sexo biológico, uma denominação segundo aquele, e ainda, forçar uma convivência subversiva com pessoas de sexo apostado ao que se identificam, caracteriza-se como uma punição corporal e moral, em contramão do respeito à vida, integridade física e psíquica, além de inobservância do princípio da dignidade da pessoa humana, instituídos pela Constituição Federal de 1988:

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e **tem como fundamentos:**

(...)

III - a dignidade da pessoa humana;

(...)

Art. 3º Constituem **objetivos fundamentais** da República Federativa do Brasil:

(...)





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

(...)

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, **sem distinção de qualquer natureza**, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do **direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade** (...) sem grifos no original.

Quanto ao princípio da dignidade, Ingo Wolfgang Sarlet (2012, p. 62) aduz:

(...) temos por dignidade da pessoa humana a qualidade intrínseca e distintiva de cada ser humano que o faz merecedor do mesmo respeito e consideração por parte do Estado e da comunidade, implicando, neste sentido, um complexo de direitos e deveres fundamentais que asseguram a pessoa tanto contra todo e qualquer ato de cunho degradante e desumano, como venham a lhe garantir as condições existenciais mínimas para uma vida saudável, além de propiciar e promover sua participação ativa e co-responsável nos destinos da própria existência e da vida em comunhão com os demais seres humanos.

No âmbito internacional, tendo em vista esta situação degradante, no ano de 2006 foi realizada, na Indonésia, uma conferência a fim de discutir acerca de princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero. Nessa conferência internacional, foi aprovada uma carta de princípios, denominados Princípios de Yogyakarta.

Nesta Carta, o nono princípio estabelecido dispôs sobre o direito ao tratamento humano durante a detenção, de forma orientar os Estados a oferecer às pessoas transgêneros e homossexuais, as quais estão em situação de privação de liberdade, tratamento digno, em respeito aos seus direitos fundamentais. Vale destacar algumas das deliberações:

Princípio 9º: Toda pessoa privada da liberdade deve ser tratada com humanidade e com respeito pela dignidade inerente à pessoa humana. A orientação sexual e identidade de gênero são partes essenciais da dignidade de cada pessoa. Os Estados deverão:

a) Garantir que a detenção evite uma maior marginalização das pessoas motivada pela orientação sexual ou identidade de gênero, expondo-as a risco de violência, maus-tratos ou abusos físicos, mentais ou sexuais;

(...)

c) Assegurar, na medida do possível, que pessoas detidas participem de decisões relacionadas ao local de detenção adequado à sua orientação sexual e identidade de gênero;

d) Implantar medidas de proteção para todos os presos e presas vulneráveis à violência ou abuso por causa de sua orientação sexual, identidade ou expressão de gênero e assegurar, tanto quanto seja razoavelmente praticável, que essas medidas de proteção não impliquem maior restrição a seus direitos do que aquelas que já atingem a população prisional em geral;



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

e) **Assegurar que as visitas conjugais**, onde são permitidas, sejam concedidas na base de igualdade a todas as pessoas aprisionadas ou detidas, independente do gênero de sua parceira ou parceiro;

Apesar do Brasil ser signatário dos Princípios da Yogyakarta, não se observa no ordenamento jurídico pátrio, leis federais preocupadas em modificar a situação de pessoas transgêneros, inclusive no que se refere à preservação de cidadania no cumprimento da pena privativa de liberdade, em dissonância ao disposto no 3º princípio, letra “c” da Carta em comento:

Art. 3º: Os Estados deverão: b) Tomar todas as medidas legislativas, administrativas e de outros tipos que sejam necessárias para respeitar plenamente e reconhecer legalmente a identidade de gênero autodefinida por cada pessoa;

Em verdade, em âmbito nacional somente foram aprovadas resoluções e certas medidas visando a consideração e o respeito à comunidade LGBT quando em situação de cárcere, como por exemplo a Resolução conjunta n.º 01 do ano de 2014, do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP) e Conselho Nacional de Combate à Discriminação (CNCD), a qual inclusive leva em consideração os princípios da Yogyakarta para estabelecer os parâmetros de acolhimento da população composta por lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em privação de liberdade no Brasil. Nesse passo, a Medida n.º 7, constante da “Parte II” do Plano Nacional de Política Penitenciária, entre outras disposições, procura implementar a resolução supracitada.

Ainda, a Lei n.º 12.847/2013 instituiu o Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, órgão integrante da estrutura da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, é responsável pela prevenção e combate à tortura, tratamentos ou penas cruéis, segundo seu Art. 8º. Além disso, este órgão elabora recomendações aos responsáveis pelos locais de privação de liberdade, e em 2016, foi divulgado relatório anual, no qual consta a preocupação em realizar visitas visando fiscalizar as condições de privação de liberdade da população LGBT.

Dentro desta realidade brasileira, somente há normatização, específica, da situação de transgêneros e homossexuais em âmbito estadual, através de resoluções que estabelecem diretrizes para tratamento da população LGBT no sistema penitenciário do



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

respectivo estado da federação, como por exemplo, a Resolução n.º 558, de 29 de maio de 2015 do Estado do Rio de Janeiro, a qual dispõe acerca do direito ao tratamento pelo nome social, visitas íntimas, espaços de convivência específicos, entre outros.

Data vênia vale salientar que segundo levantamento mais recente, divulgado pelo Ministério da Justiça, relativo aos meses de outubro de 2014 a maio de 2015, sobre o sistema carcerário brasileiro, existem 1.425 estabelecimentos prisionais espalhados pelo país, entretanto, há, aproximadamente, 63 estabelecimentos que declararam a existências de celas ou alas exclusivas para população LGBT, espalhadas em somente 18 estados, são eles: Acre, Alagoas, Bahia, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Pará, Paraíba, Pernambuco, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e Santa Catarina.³

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de o ambiente carcerário ter a finalidade de efetivar o cumprimento da pena definida em decisão criminal, é cediço que os demais direitos inerentes ao indivíduo, compatíveis com a limitação da liberdade, não lhes poderão ser negados.

Com efeito, não obstante o desinteresse social acerca das condições dos apenados no Brasil, o Estado tem o dever de garantir a proteção à dignidade da pessoa humana a todo o cidadão independente do cometimento de ilícitos penais.

Data vênia, a ampliação do conhecimento acerca de novas sexualidades deve permitir uma visão voltada à efetivação de direitos, com a superação de antigos estigmas e preconceitos incrustados na sociedade brasileira de raízes paternalistas. Aliás, nesse contexto, as discussões acerca do sexo, orientação sexual e gênero mostram-se necessárias, inclusive no que se refere ao cumprimento da pena, onde as regras predominantes são essencialmente binaristas, ou seja, voltadas apenas para os sexos masculino e feminino, em contraposto às diversidades sexuais.

Nesse contexto, as questões de gênero, portanto, não podem ser ignoradas. A percepção íntima sobre o corpo, desenvolvida a partir do contexto social e cultural, vão

³Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – INFOPEN. Base de dados: Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/seus-direitos/politica-penal/transparencia-institucional/estatisticas-prisional/base-de-dados-infopen-csv.csv>>. Acesso em: 05.11.2016



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

além das meras definições de sexo e orientação sexual, definidas simplesmente em razão da estrutura biológica e atração sexual, respectivamente. O gênero, por ser questão de identidade, não pode ser imposto, uma vez que tal subjugação o causaria danos imensuráveis à dignidade. Ocorre que, as pessoas que não se identificam com seu gênero anatômico, quando inseridas no ambiente prisional são submetidas, em regra, a tratamento em conformidade com este, em desconsideração à identidade social, de gênero.

Tendo em vista que a Lei de Execuções Penais não trata sobre a diversidade sexual, bem como, as demais legislações infraconstitucionais em matéria penal, desconhecem acerca da identidade de gênero quando da individualização da pena, faz-se necessária uma imediata normatização do cumprimento da pena considerando o gênero, ressaltando-se a problematização do enquadramento de transgêneros nos estabelecimentos prisionais.

Em verdade, os transgêneros devem ser tratados com respeito, protegendo-os de tratamentos discriminatórios, sexistas e homofóbicos, tutelando sua integridade moral e física, contra abusos sexuais e psicológicos, em cumprimento à máxima da igualdade material e em respeito à dignidade da pessoa humana, princípios estabelecidos na Constituição Federal. Além disso, deve-se resguardar a construção corporal desenvolvida de acordo com a personalidade, como por exemplo, o respeito às vestimentas em correspondência com a identidade de gênero. Ainda, faz-se necessária a individualização dos locais destinados ao cumprimento de pena, de modo a estabelecer alas destinadas a grupos LGBT's, ou até mesmo, celas específicas, se não houver outro modo de imprimir tal dinâmica no estabelecimento prisional.

Por derradeiro, acima da imprescindibilidade de uma legislação especial a fim de colocar em prática as recomendações internacionais e garantir os direitos aos transgêneros no sistema prisional, resta evidente a necessidade de divulgação de informações pedagógicas para a superação da discriminação, uma vez que, a educação é o mais perfeito instrumento para desenvolvimento social, de forma a contribuir para a libertação de padrões de rejeição ao diferente. Com efeito, uma sociedade inclusiva é aquela que respeita e assegura os subsídios necessários à vida digna das diversidades, de forma que, o binarismo sedimentado na execução penal brasileira, não pode ser óbice para a efetivação de direitos à população transgênera brasileira em situação de cárcere.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA MINAS GERAIS. *Ala LGBT de penitenciária celebra o Dia Nacional da Visibilidade Trans*. Disponível em: <<http://www.agenciaminas.mg.gov.br/noticia/ala-lgbt-de-penitenciaria-celebra-o-dia-nacional-da-visibilidade-trans>>. Acesso em: 05 de novembro de 2016.

ALEXY, Robert. *Teoria dos direitos fundamentais*. Tradução de Virgílio Afonso da Silva, São Paulo: Malheiros Editores, 2011.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*, promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 25 de agosto de 2016.

_____. *Cartilha de Diversidade Sexual e Cidadania LGBT*. Governo do Estado. Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania. Coordenação de Políticas para a Diversidade Sexual. São Paulo: SJDC/SP, 2014. Disponível em: <http://www.recursoshumanos.sp.gov.br/lgbt/cartilha_diversidade.pdf> Acesso em: 03 de novembro de 2016.

_____. CNJ. *Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura*. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2016/06/4b63892a5643662be57c9faf221ac9d0.pdf>>. Acesso em: 05 de novembro de 2016.

_____. *Lei n.º 7.210, de 11 de julho de 1984*. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 05 de novembro de 2016.

_____. *Lei n.º 12.847, de 02 de agosto de 2013*. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 05 de novembro de 2016.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

_____. *Ministério da Justiça. Censo das unidades prisionais e dados agregados.* Disponível em: <<http://dados.gov.br/dataset/infopen-levantamento-nacional-de-informacoes-penitenciarias/resource/d2d3b792-49fe-4e30-84cd-38c81b000a2c>>. Acesso em: 05 de novembro de 2016.

_____. *Plano Nacional de Política Criminal e Penitenciária.* Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/seus-direitos/politica-penal/cnpcp-1/imagens-cnpcp/plano-nacional-de-politica-criminal-e-penitenciaria-2015.pdf>>. Acesso em: 05 de novembro de 2016.

_____. *Resolução Conjunta n.º 01, de 15 de abril de 2014.* Disponível em: <http://justica.gov.br/seus-direitos/politica-penal/politicas-2/diversidades/normativos-2/resolucao-conjunta-no-1-cnpc-e-cncd_lgbt-15-de-abril-de-2014.pdf> Acesso: 05 de novembro de 2016.

_____. *SEAP-RJ. Resolução n.º 558, de 29 de maio de 2015.* Disponível em: <<http://www.riosemhomofobia.rj.gov.br/files/pdf/70efdf2ec9b086079795c442636b55fb.pdf?1477444519>>. Acesso em: 06 de novembro de 2016.

COSTA, Ronaldo Pamplona Da. *Os onze sexos: as múltiplas faces da sexualidade humana.* São Paulo. Editora Gente, 1994.

FILHO, Luciano Bottini. Gays, lésbicas, travestir e transexuais terão espaço exclusivo em prisões. *Estadão.* Disponível em: <<http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,gays-lesbicas-travestis-e-transexuais-terao-espaco-exclusivo-em-prisoas,1155269>>. Acesso em: 05 de novembro de 2016.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*; tradução: Raquel Ramallete. Edição 18ª. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

GIDDENS, Anthony. *Sociologia.* Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 6ª Ed., 2008.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos. *Guia técnico sobre pessoas transexuais, travestis e demais transgêneros, para formadores de opinião.* 2ª Ed. Brasília, 2012.

KIEFER, Sandra. Homossexuais contam abusos que sofriam em prisões sem separação. *O Estado de Minas.* Divulgado em 25.11.2014. Disponível em: <http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2014/11/25/interna_gerais,593189/uma-questao-de-respeito.shtml>. Acesso em: 05 de novembro de 2016

NOTÍCIA EXTERNA. RJ regulamenta direitos da população LGBT no sistema prisional. *Sistema Prisional.* Disponível em: <<http://sistemaprisional.com.br/2015/06/02/rj-regulamenta-direitos-da-populacao-lgbt-no-sistema-prisional/>>. Acesso em: 05 de novembro de 2016.





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

RIOS, Roger Raupp. A homossexualidade e a discriminação por orientação sexual no direito brasileiro. In: *Revista Direito e Democracia*, vol. 2. Número 2. Ano 2011. Disponível em: <www.ulbra.br/direito/files/direito-e-democracia-v2n2.pdf>. Acesso em: 04 de novembro de 2016.

SARLET, Ingo Wolfgang. *Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988*. 9. Ed. São Paulo: Livraria do Advogado, 2012.

SILVA, Ramon Alvez; ARCELO, Adalberto Antonio Batista. Heteronormatividade e sistema carcerário no Brasil contemporâneo. *Revista Eletrônica da Faculdade de Direito da PUC-RS: Sistema Penal & Violência*. Número 1, Vol. 8. Porto Alegre, 2016.

SPRESSO SP. *Transexuais e travestis terão ala em penitenciárias de SP*. Disponível em: <<http://spressosp.com.br/2014/02/06/transexuais-e-travestis-terao-ala-em-penitenciarias-de-sp/>>. Acesso em: 05 de novembro de 2016.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

A LITERATURA COMO MEIO DE AQUISIÇÃO DE CONHECIMENTOS: UM EXEMPLO DE MÁRCIO SOUZA

Saturnino José Valladares Lopéz¹

Neste artigo, intitulado “A literatura como meio de aquisição de conhecimentos”, vou falar sobre como se servir da literatura para outros tipos de aprendizagem, não só para despertar o íntimo prazer que a poesia tem em si mesma, senão para mostrar como a partir de um texto literário podemos adquirir conhecimentos culturais, sociais, históricos, pedagógicos, etc., e, com certeza, literários.

Com a intenção de alcançar estes objetivos, decidi partir do exemplo de Ajuricaba –o chefe dos índios Manau, “o qual liderou as tribos do Rio Negro na guerra contra os colonialistas portugueses na terceira década do século XVIII”– e a pessoal versão literária que desta personagem histórica fez Márcio Souza na tragédia *A paixão de Ajuricaba*.

A paixão de Ajuricaba situa sua ação no Rio Negro, Amazonas, no ano de 1727. Na cena segunda do ato primeiro, o coro comunica aos espectadores o contexto histórico no que se desenvolve a peça:

Durante os primeiros anos do século XVIII, os portugueses preocuparam-se em firmar a conquista, penetrando nos grandes territórios amazônicos. Depois da viagem de Pedro Teixeira, sucessivas expedições alargaram a fronteira da colônia. Mas os gentios não aceitavam pacificamente a invasão de suas terras. Aliavam-se contra os portugueses e enfrentavam as bem armadas Tropas da Guerra. Os Manau, povo de Ajuricaba, habitavam neste País romântico que era o vale do Rio Negro. Invadido por portugueses, ingleses, espanhóis, franceses e holandeses, este País romântico passou a ver seus habitantes espoliados e escravizados pelos europeus, preados desumanamente pelos exploradores de droga de sertão. Se bem que o índio já fora considerado pela Igreja Católica como um ser humano digno de receber a graça de Deus e um tratamento mais elevado por parte dos cristãos, ele era invariavelmente trucidado, caçado, combatido ou contaminado por doenças até então desconhecidas pelos curandeiros (SOUZA, 2005: 26-27).

¹ Professor no curso de Letras: Língua e Literatura Espanhola da Universidade Federal do Amazonas. Doutor em Humanidades e Serviços Culturais, pela Universidade de Santiago de Compostela (Espanha)



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Em síntese, esta tragédia transmite conhecimentos históricos sobre a presença dos colonizadores portugueses nos territórios amazônicos no século XVIII e seus enfrentamentos com os habitantes legítimos destas terras. Este parágrafo também informa que “o índio já fora considerado pela Igreja Católica como um ser humano digno de receber a graça de Deus”. Por tanto, num passado recente a Igreja Católica não considerava humanos os índios, apenas animais, o que justificou sua exploração e a crueldade infernal com as que eram tratados, tal e como se lê em *A paixão de Ajuricaba*, o índio “era invariavelmente trucidado, caçado, combatido ou contaminado por doenças até então desconhecidas pelos curandeiros”. Ademais, esta frase adianta um futuro imediato a história que se narra: os africanos se converterão forçosamente nos novos escravos das colônias, pois a Igreja Católica acreditava que os negros não tinham alma. Houve que esperar até o século XX para que um Papa, João Paulo II, se desculpasse pelos erros históricos cometidos pela Igreja Católica.

Sobre a escravidão do seu povo fala o herói Ajuricaba em outros momentos da peça –“Mas que importa o sacrifício da luta, ou de mergulharmos em nossos abraços, se o ferro quente marca a pele de irmãos aprisionados, com uma palavra que desconhecíamos: escravo!” (SOUZA, 2005: 20)–, assim como sobre os perigos da aguardente e as novas doenças que portam os colonizadores e que dizimam a população índia –“Vê, Inhambu, as mulheres cubéia apodrecendo de doenças do mundo. E seus antigos amantes destruídos pela aguardente” (SOUZA, 2005: 38)–. Além destas terríveis realidades históricas que trouxe a colonização, Ajuricaba se queixa da desconsideração pelo mais essencial, a destruição da floresta que equivale a todo o seu mundo, “Vê, Inhambu, como os brancos não respeitam a floresta” (SOUZA, 2005: 38).

Do mesmo jeito, *A paixão de Ajuricaba* apresenta preconceitos que existiam entre as distintas etnias, como quando Manau explica para Inhambu que o pai desta vendia pessoas da tribo dos macu pros portugueses, e ela, ainda que se nega a aceitar essa realidade, expressa que, “Os macu não prestam para nada, são preguiçosos. Não sabem comer um peixe, se lambuzam todos e são pitiús. Os macu não são índios, são quatás” (SOUZA, 2005: 31). Indignado, numa atitude que, posteriormente, conciliara os povos indígenas amazônicos diante da ameaça do inimigo comum, Manau sentencia, “Os macu são nossos irmãos e não fedem mais que você, princesa dos Xirianá” (SOUZA, 2005: 31).



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Dum jeito similar, Teodósio, na cena segunda do ato segundo, explicita diferenças socioculturais entre as etnias que povoavam o Rio Negro, “Mas os homens são diferentes. Entre os Tukano não se podia casar com a própria irmã. Mas os Parintintim permitem o casamento entre irmãos” (SOUZA, 2005: 53).

Curiosamente, hoje se fala do índio como se fosse um único grupo humano, quando em realidade se tratava (e, afortunadamente, ainda se trata) de centenas de etnias social e culturalmente bem diferenciadas. Nos olhos dos invasores europeus essa rica multiculturalidade foi singularizada ao ser comparada com a própria, tão diferente. Essa visão limitadora e limitada chega até nossos dias.

A tragédia também mostra hábitos culturais hoje perdidos, que nestes anos conservavam alguns povos amazônicos, como a antropofagia, tão criticada pelos europeus, que não compreendiam seu caráter ritual. Assim, na cena terceira do ato primeiro, Inhambu fala para Manau, “tu comeu as cinzas do meu pai com mingau de banana” (SOUZA, 2005: 26-27). Posteriormente, também o comandante português mencionará esta prática, ainda que com um visor de cruel ironia, dirigindo-se ao preso Ajuricaba, “Receberás uma sentença justa... e garanto que os juízes do rei não se dão ao hábito da antropofagia” (SOUZA, 2005: 50).

Também o texto faz referência a hábitos que previverão até a época dourada da borracha (entre 1890 e 1920). Estou me referindo, por exemplo, aos encontros sexuais no rio ou nos igarapés. Assim na cena terceira do ato primeiro, Ajuricaba explica com naturalidade a Inhambu, “Um dia, tua mãe tomava banho e Boocépinó apareceu de acanitara, arcos e flechas, pintado de jenipapo. Boocépinó é moço formoso quando quer, e boiou perto de tua mãe. E tua mãe se engraçou de Boocépinó e uniu seu corpo ao dele” (SOUZA, 2005: 33).

Além de informar sobre o contexto histórico, como já se viu, o coro tem outras funções na peça, como a de anunciar o enredo da obra dramática. Como exemplo, vou mostrar um parlamento incluído na cena sexta do ato primeiro:

Mas os portugueses não podiam tolerar por muito tempo a resistência de Ajuricaba. Eles precisam fincar suas tropas na área do Rio Negro, sob pena de perderem o domínio para os outros europeus. Ajuricaba impedia o avanço de qualquer tropa lusitana e guerreava os índios traidores. O nome de Ajuricaba logo foi conhecido na capital da província. Era preciso destruir o orgulhoso caudilho da



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

selva. Um processo é organizado em Belém para promover a guerra a Ajuricaba. Ajuricaba é acusado de manter aliança com os holandeses hereges. Ajuricaba deve ser preso e imediatamente julgado. O Rio Negro deve pertencer o rei de Portugal (SOUZA, 2005: 42).

Não escolhi este parágrafo por acaso. Prestem, por favor, atenção a inteligente intervenção do autor no pretendido discurso objetivo do coro. Ajuricaba “guerreava os índios traidores” e “deve ser preso e imediatamente julgado”, pois “O Rio Negro deve pertencer o rei de Portugal”. Esta técnica narrativa se nomina “estilo indireto livre” e consiste em inserir na voz do narrador –neste caso o coro– enunciados próprios de um personagem –neste caso, usando uma personalização, o colonialismo português–. Ironicamente, Márcio Souza legitima a visão política e justiceira dos opressores com a intenção de que o espectador ou leitor responda a provocação com uma postura crítica. As pessoas que defendem suas tradições sociais e culturais, o território onde já moravam os avós dos seu avós, são os traidores porque não reconhecem sobre eles a soberania do rei de Portugal? Ante esta afirmação, o leitor / espectador é obrigado a contradizer energicamente a história escrita pelos vencedores, e a identificar-se com Ajuricaba, “Eu quero meu povo súdito de suas próprias leis. Não conheço este rei de Portugal tão poderoso e nem dele pedimos proteção contra o herege. Meu povo quer a terra que sempre lhe pertenceu e quer continuar vivendo com Jurupari e seus antepassados” (SOUZA, 2005: 49-50).

Em outras ocasiões o coro se serve de um tom solene, transcendente, mítico que afasta a Márcio Souza de jeito radical de outros dramaturgos brasileiros de um passado relativamente recente, como meu admirado Nelson Rodrigues, e estabelece parentesco com os grandes trágicos gregos: Sófocles, Esquilo e Eurípides. Desta forma fala o coro na cena quinta do ato primeiro:

De braços valorosos vamos agora cantar, e do homem que primeiro manteve livre o nosso País romântico. Ó gênios da floresta. Ó justos combatentes. Descei agora Musa, que tímida perdurais pelos tempos, abri a nossa boca como um vulcão em lavas e sem medo entonai por nossos corpos os gritos que clamam secos na garganta atrofiada. Ó Musa de povos que jamais se rendem. Ó Musa de povos que morrem de pé. Ó Musa de povos que resistem com coragem. Ó Musa de povos que defendem a liberdade. Escapa de tua prisão, doce inspiradora, vem agora presidir por entre a trovoadas do inverno, a luz que acende no abismo (SOUZA, 2005: 40).



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

A influência da tragédia grega nesta peça já foi advertida por outros críticos, como Marcos Frederico Krüger, quem relaciona *A paixão de Ajuricaba* com a *Medéia* de Eurípedes, e Maria Balduino da Costa no ensaio *Personagens e Identidades em A Paixão de Ajuricaba*, de Márcio Souza.

Em ocasiões, Márcio Souza desliza parlamentos breves e repetitivos na língua dos protagonistas que fazem com que a cena se envolva num ambiente mítico e misterioso, pois, evidentemente, o autor é consciente de que a grande maioria dos espectadores / leitores não conhecem esta língua e não saberão o que as personagens estão falando. Este uso da palavra tem evidentemente uma função poética. Deste jeito acontece no final da terceira cena do ato primeiro:

Inhambu começa a arranhar o corpo com espinhos de tucumã insultando Ajuricaba.

[INHAMBU]

- Arépé Aiuricaua oén encoiçauêpê. Nô-aitêc noaitêc-ô. Oi potocai iréun-né. Arépéc Aiuricaua oén encoiçauêpê Nô-aitêc noaitêc-ô. Oipotocai Iréun-né.

[AJURICABA]

- Noá manapi aiunhá bascana noline. Noá manapi aiunhá bascana noline (SOUZA, 2005: 35).

Minha intenção ao falar da função poética neste trecho –construído sobre paralelismos–, sobre algumas figuras da linguagem no parlamento anterior e sobre o estilo indireto livre é mostrar que a literatura não é escrita para eruditos ou para um grupo específico de aficionados, ainda que depois desta explicação possa parecer o contrário. Os grandes textos literários são aqueles que portam múltiplas cargas de significação, mais possibilidades de leitura, mais sentidos possíveis. Porém, um leitor pode curtir um texto e adquirir conhecimentos históricos, culturais, sociológicos, etc., sem ter uma formação literária. A incorporação deste tipo de ciência provoca a imersão em outras capas de significação, enriquece nossa leitura, mas não é imprescindível para disfrutar da literatura e adquirir conhecimentos de âmbitos bem diferenciados, inclusive e óbvios os literários.

Ajuricaba é também um modelo de aspiração a um ideal ético de vida, um exemplo de dignidade, um símbolo da liberdade do ser humano, “Somos hoje obrigados a esta obstinação de que nos acusas. É a nossa razão de viver. Se não vale a pena viver por isto, então viver não é imprescindível” (SOUZA, 2005: 46), fala ao comandante português. O



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

guerreiro luta para salvar seu povo, nem sequer quando está derrotado, preso na cadeia dos portugueses renuncia aos seus ideais, ao respeito pelas tradições dos antepassados, ao seu orgulho que os invasores não podem magoar. Na cena oitava do ato segundo, intitulada “A morte do tuxaua Ajuricaba”, assim se expressa o herói:

Eles pensam que me escravizarão (...) Mesmo que os pajés tivessem adivinhado por entre a fumaça do cigarro de ipadu o que viria acontecer, nos deveríamos ter feito exatamente a mesma coisa que fizemos, se nos importássemos minimamente com as tradições de nossos antepassados e com o julgamento de nossos descendentes. Sei que me consideras um derrotado, mas se houvéssimos entregado nossa terra sem luta, uma terra acovardada ante os invasores, nós que sempre preferimos os perigos da liberdade à acomodação vergonhosa... como poderíamos enfrentar a voz de nossas consciências? Como poderíamos suportar o olhar de nossos filhos? No futuro os filhos desta terra poderão dizer com orgulho: nossos avos não nos deixaram a vergonha como herança (SOUZA, 2005: 70).

Consciente de que sua vida e o exemplo de sua morte serão um protótipo para os seus, sentencia, “meu povo lutará até morrer” (SOUZA, 2005: 71). De novo, o texto adianta uma série de fatos históricos que terão como resultado o genocídio dos Aruaque em mãos dos europeus.

Na mesma página da frase anterior, um soldado português é quem comunica as circunstâncias da morte de Ajuricaba, “Era muito rebelde, meu comandante. Debatia-se como um louco. Fizemos tudo o que era possível para mantê-lo a bordo. Jogou-se como um insano e quase nos leva a todos para a morte. Seu corpo não foi encontrado. Que Deus tenha piedade” (SOUZA, 2005: 71-72).

O labor de Ajuricaba é continuado pelo aculturado índio Teodósio, quem na cena segunda do ato segundo se apresenta como segue, “Nasci tukano em Wapui-Cachoeira e me chamaram Dieroá. Fui catequizado pelos irmãos carmelitas e me batizaram Teodósio, hoje não sou mais índio” (SOUZA, 2005: 52). Convertido em carcereiro do seu próprio rei e sabedor da sua morte, reflete com amargura sobre a falsa identidade com a que o vestiram os colonizadores e toma a firme decisão de entrar na luta armada para libertar seu povo, “E olhei para mim mesmo e vi a miséria que era. Um homem sem família e sem tradição. Um homem sem mortos e sem raça. Eu então corri e tirei minhas roupas de branco (...) Meu nome é Dieroá, antigo assimilado de nome Teodósio, guerreiro e flagelado dos portugueses” (SOUZA, 2005: 74-75). Com este parlamento, termina A



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Paixão de Ajuricaba: Teodósio apresenta o passado, criticando o presente e adianta o que acontecerá no futuro.

Em relação com o contexto histórico no que a tragédia estreia, no ano de 1974, também pode se pensar que Márcio Souza está anunciando a luta do povo brasileiro e o fim da ditadura. Convém lembrar que *A Paixão de Ajuricaba* foi a primeira peça que o escritor amazonense escreveu para o Tesc, e a primeira de muitas que abordaram “a história ou crônica e a mitologia dos povos amazônicos” (BALDOINO DA COSTA, 2012: 12).

Sintetizando, *A Paixão de Ajuricaba* conta a história dum jovem guerreiro, o chefe dos Manau, que preferiu se jogar nas águas do rio antes que ser escravo dos portugueses. Esta peça apresenta uma série de fatos históricos, que constituem um fragmento da trágica história dos Aruaque nos séculos XVII e XVIII e, desde uma visão mais ampla, da realidade dos índios amazônicos a partir da colonização. Com extremado lirismo, Márcio Souza narra a tortura e a aniquilação dos indígenas em um momento, o ano de 1974, que propiciou que os espectadores brasileiros sentissem a tragédia do guerreiro como própria. Isto se deveu a que o país se encontrava sob uma férrea ditadura militar por dez anos, pelo que os reprimidos estudantes, intelectuais e prisioneiros políticos encontraram na obra grandes significados e representações da atualidade daqueles dias. Por tanto, nesta obra Márcio Souza critica a história que os colonizadores e os seus descendentes tinham silenciado e, implicitamente, critica a falta de liberdade do Brasil na década dos setenta.

Meu propósito nesta palestra foi mostrar como se podem adquirir conhecimentos, e despertar a curiosidade, a partir da leitura das grandes obras literárias, neste caso, *A Paixão de Ajuricaba*, de Márcio Souza.

REFERÊNCIAS

- BALDOINO DA COSTA, Mariana (2012): *Personagens e Identidades em A Paixão de Ajuricaba*, de Márcio Souza. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia). Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia. Universidade Federal do Amazonas. Manaus.
- SOUZA, Márcio (2005): *A paixão de Ajuricaba*, São Paulo, Valer Editora / Edua.
- SOUZA, Márcio (2006): *Ajuricaba. O caudilho das selvas*, São Paulo, Ed. Callis.





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

A ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DOS PESCADORES NO ESTADO DO AMAZONAS

Maria Francenilda Gualberto De Oliveira¹

Elane Cristina Lima Da Silva²

Celia Oliveira De Carvalho³

RESUMO

A história de luta e de organização social dos pescadores na região Amazônica marca a luta pelo direito do uso dos recursos pesqueiros e o acesso a bens e serviços sociais. Assim, os pescadores, principalmente, os ribeirinhos passam a se organizar para a possibilidade de defesa das áreas de pesca e direitos sociais. Nesse contexto, destaca-se a necessidade de potencializar a organização política como instrumento unificador de forças políticas. Assim, este artigo integra as reflexões desenvolvidas no doutorado iniciado em 2015 na Universidade Nacional de Rosário. A primeira fase dos estudos centra-se em pesquisas bibliográficas e exploratória de campo para Estudar a Educação como instrumentalidade para organização política dos pescadores ribeirinhos no município de Tabatinga, Tefé e Manaus no Estado do Amazonas; Caracterizar a dinâmica de organização política dos pescadores ribeirinhos; caracterizar o perfil educacional dos pescadores ribeirinhos e, por fim, analisar a educação como instrumentalidade para o processo de organização política dos pescadores ribeirinhos. Destaca-se que a organização política dos pescadores tem possibilitado acesso a diversos bens e serviços sociais, os quais abrangem os serviços públicos coletivos na condição de direitos universalizados, tais como saneamento básico, energia, saúde, educação, equipamentos de uso comunitário, outras formas de assistência e de direitos sociais e trabalhistas no que concerne ao exercício da atividade pesqueira. Além disso, os pescadores passam a encontrar na organização política uma estratégia de acesso aos recursos pesqueiros, a partir da implantação de acordos de pesca e políticas para o setor pesqueiro.

Palavras-chave: organização política, educação e pescadores

INTRODUÇÃO

¹ Assistente Social Docente Uninorte, doutoranda pela Universidade Nacional de Rosário – UNR Argentina

² Assistente Social, Doutoranda em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo-PUC-SP

³ Assistente Social Docente Uninorte, doutoranda pela Universidade Nacional de Rosário – UNR Argentina





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Os pescadores ribeirinhos constituem parte de um conjunto diversificado de segmentos sociais na Amazônia, os quais possuem características próprias a partir de suas crenças, mitos, costumes etc, constituindo uma identidade singular, que mesmo desenvolvendo uma pluralidade de atividades produtivas, possui como identidade, a de pescador.

O desenvolvimento sócioeconômico do setor pesqueiro na região Amazônica possui uma importância central em virtude de proporcionar uma fundamental estratégia de reprodução social e cultural de um vasto segmento da população regional. Nesse contexto, destaca-se que a história de luta e de organização social e política dos pescadores na região Amazônica marcam a luta pelo direito do uso dos recursos pesqueiros em decorrência da grande intensificação da pesca e inserção de novos atores sociais na atividade pesqueira. Com isso, os pescadores, principalmente, os ribeirinhos passam a se organizar para a possibilidade de defesa das áreas de pesca, bem como acesso aos benefícios.

Os estudos sobre a história dos movimentos sociais dos indicam que independente das fragilidades, desmobilizações, desarticulações entre outros fatores, a busca por juntar forças no sentido de encontrar alternativas para solução dos problemas de forma coletiva, tem encontrado na organização política um instrumento unificador de forças, buscando lutar para construir uma ordem social e política em que a conflitualidade permanente da sociedade encontre formas de resolução que favoreçam sua democratização sem gerar sua ingovernabilidade.

Nessa direção, apresenta-se as colônias de pescadores dos municípios de Tabatinga, Tefé e Manaus no Estado do Amazonas, as quais sendo as principais rotas dos pescados no Amazonas, no que pese os desafios de organização política, tem se configurado como espaços representativos e de luta dos pescadores.

Destaca-se que a organização política dos pescadores tem possibilitado acesso a diversos bens e serviços sociais, os quais abrangem os serviços públicos coletivos na condição de direitos universalizados, tais como saneamento básico, energia, saúde, educação, equipamentos de uso comunitário, outras formas de assistência e de direitos sociais e trabalhistas no que concerne ao exercício da atividade pesqueira. Com isso, os pescadores passam a encontrar na organização política uma estratégia de acesso aos recursos pesqueiros, bem como acesso a bens e serviços sociais. Nesse contexto, a educação se configura como mecanismo fundamental, pois com base em estudos finalizados no mestrado em 2007, indica-se a educação formal como forma de



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

capacitar os pescadores para o processo de diálogo com os agentes externos, especialmente, os organismos governamentais.

Desta forma, este artigo integra as reflexões iniciadas no mestrado, tendo continuidade no doutorado iniciado em 2015 na Universidade Nacional de Rosário-Argentina. A primeira fase dos estudos centra-se em pesquisas bibliográficas e pesquisa exploratória de campo com o objetivo de: Estudar a Educação como instrumentalidade para organização política dos pescadores ribeirinhos no município de Tabatinga no Estado do Amazonas, bem como: Caracterizar a dinâmica de organização política dos pescadores ribeirinhos no município de Tabatinga/AM; Caracterizar o perfil educacional dos pescadores ribeirinhos na comunidade ribeirinha no município de Tabatinga e, por fim, analisar a educação como instrumentalidade para o processo de organização política dos pescadores ribeirinhos na comunidade no município de Tabatinga.

A partir de estudos preliminares, ressalta-se que, a organização política dos pescadores ribeirinhos apresenta um elemento fundamental para seu fortalecimento: a educação. Porém, segundo os pescadores a inexistência de educação formal, se apresenta como um dos limitadores para melhor organização política, tendo em vista que essa possibilita melhor diálogo e negociação com os agentes externos representantes do poder público, em especial, especialmente, quando se trata de definição de acordos de pesca.

1. ORGANIZAÇÃO POLÍTICA X EDUCAÇÃO: INSTRUMENTO UNIFICADOR DE FORÇAS POLÍTICAS.

A educação como instrumentalidade para organização política para ser entendida, faz-se necessário percebê-la no processo de desenvolvimento do sistema capitalista, de forma a se compreender as contradições existentes no seu contexto interno e externo no conjunto das relações sociais, econômicas e políticas da sociedade brasileira. Pois, entende-se que a construção da organização política dos pescadores, seus conflitos internos e externos é resultado do processo histórico que estes estão inseridos.

Segundo Aurélio (1999), a história da sociedade brasileira é marcada pela articulação das forças políticas, as quais defendem interesses políticos deixando, para segundo plano, propostas que garantam resultados positivos de melhoria da qualidade de vida da população. Nesses termos, vale enfatizar a necessidade de pensar o papel do Estado, em sua dimensão democrática,



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

de forma a possibilitar a construção de um projeto de sociedade, fundada numa nova relação estado e sociedade, o que exige a compreensão.

Dessa forma, a organização política, se apresenta como questão significativa no conjunto das discussões teóricas que se fazem no contexto da academia, mais especificamente, relacionados com a organização política como instrumentalidade para o fortalecimento de organizações sociais no processo de tomada de decisão e conquistas de políticas públicas.

Segundo Campos, até meados de 1985 o movimento da pesca caracterizava-se de forma não autônoma, mas a partir desse período dá-se início a uma organização dos pescadores mais independente. Nesse período, os pescadores que ora tomavam a liderança do movimento tinham clareza da necessidade de maior organização, no sentido de não perderem a oportunidade que o momento permitia. Para tanto, o desafio era se *firmar como categoria de trabalhadores e, demonstrar sua força organizativa* (1993, p.241).

Mello (1995) afirma que os pescadores enquanto classe trabalhadora tem se articulado para se posicionar contra um conjunto de situações adversas, extremamente conflituosas compreendendo perdas consideráveis que vão desde a posse de áreas tradicionais de pesca até a concorrência de métodos mais modernos de apreensão e monopolização do mercado de pescado por comerciantes *não-pescadores* que se instalam no conjunto da atividade pesqueira.

Nesse processo, o pescador enquanto agente social é reconhecido como sujeito detentor de direitos e deveres, porém esse reconhecimento ainda apresenta fragilidades. Assim, faz-se mister debater sobre como se estabelece a relação Estado e Sociedade Civil, tendo em vista que é nesta relação que se estabelece a correlação de forças, bem como se estabelece as relações de poder no processo de tomada de decisão.

1.2 Organização Política: relação Estado e Sociedade Civil

Para tratar da organização política na atualidade, faz-se necessário contextualizar as problemáticas e desafios que se apresentam na sociedade. Nesse sentido, destaca-se a argumentação de Morin (2003) que afirma que a sociedade vivencia um quadro de imprevisibilidade diante dos grandes acontecimentos no mundo global, o qual carrega em seu processo histórico um conjunto de contradições que delineia um quadro ainda mais conturbado para o futuro.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Dessa forma, há significativa dificuldade em estabelecer uma previsão de futuro, uma vez que vivemos um mundo de ordem e desordem, mas que, no entanto nos exige esforços para o desenvolvimento de estratégias de ação face aos grandes acontecimentos catastróficos ocorridos no mundo globalizado, o que vai exigir dos pescadores a apropriação de uma linguagem própria, da legislação da pesca por exemplo, bem como se apropriar do modo de organização que possibilite reconhecimento político e social.

Morin (2003) enfatiza que uma forma de sinalizar questões importantes no que se refere ao esforço de pensar estratégias de enfrentamento das problemáticas que atingem o contexto global da sociedade é a organização política. Pois, esta se configura como um instrumento de luta centrada na possibilidade de construção e consolidação da cidadania, uma vez que, é inimaginável pensar em mudança social sem de fato haver a consolidação da cidadania. Nessa perspectiva, a educação se processa como possibilidade de participação ativa e efetiva.

Partindo dessa premissa, Demo (2001), aponta a necessidade de trabalhar a organização política como um ponto decisivo no confronto entre sociedade e Estado, já que este último direciona sua atuação para manutenção do seu papel controlador, manipulando a primeira em favor de seus interesses. Assim, a organização política como um canal de luta pela conquista de direitos, se constitui como questão fundamental para compreender os processos de luta por direitos, bem como o modelo de organização estabelecida em nossa sociedade, o qual se configura como modelo centralizador, despolitizante, burocrático, em que os próprios espaços de luta, bem como os participantes desses espaços são definidos a partir da força que o Estado consegue exercer até mesmo no bojo dos movimentos sociais.

Vale destacar, que esse modelo ocasiona um quadro em que as organizações sociais (entendida do ponto de vista de organização política) se apresenta de forma fragilizada, principalmente, em decorrência da dificuldade da educação formal dos líderes dos movimentos sociais, a exemplo dos pescadores ribeirinhos. Nesse contexto, ressalta-se que a educação se constitui como um instrumento de possibilidade de fortalecimento da democracia, possibilitando acesso e conquista de espaços políticos de tomada de decisão para reivindicação de direitos.

Ademar Borgo (2005), tratando dessa questão, considera que, atualmente, vivencia-se uma apatia política nas organizações de classe, resultado da crise que estabeleceu no instrumento condutor dos processos revolucionários - a queda do socialismo - dificultando o estabelecimento de pontos de referência que firme as convicções de caráter revolucionário, o que afeta os diversos movimentos sociais de forma global, principalmente. Porém, para o autor:



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

É preciso retomar as lutas de massas, reconstruir as convicções voltadas para os desafios de nosso tempo, respeitar a cultura local, formular métodos adequados, multiplicar lideranças, reafirmar princípios interligados com a ética revolucionária, estabelecer valores a serem praticados e desenvolver uma mística que alimente e unifique a vontade de chegarmos do outro lado das crises, vitoriosos. (2005, p.10)

Nessa perspectiva, a organização é marcada pela história em que classes sociais se organizaram na luta pela solução das problemáticas vivenciadas forçando o próprio Estado a reconhecer e assumir legalmente os direitos reivindicados.

Ademar Borgo (2005), ressalta que a fragilidade dos movimentos se dá pela falta de capacidade política, a qual se configura como uma das principais dificuldades das organizações representativas, havendo, a necessidade da luta pela capacidade de organização das classes desprovidas de direitos, de forma que estas possam ter conhecimento e apropriação desses direitos para o acesso de fato a direitos. Porém, enfatiza Borgo, que o processo organizativo é um processo lento e árduo, mas que *possui potencial para fortalecer-se e tornar-se forte e*, portanto, reconhecido como tal. É nesse sentido, que a instrumentalização via formação educacional formal e não formal dos agentes sociais faz-se imprescindível nesse processo de organização para que esta ganhe unidade e coesão interna para possibilitar articulações, alianças e mobilizações no contexto de luta externa.

Reis (2000) em consonância com Borgo (2005) destaca que uma problemática vivenciada no processo de organização dos movimentos refere-se à questão prática, sendo percebida como algo inerente à própria atividade política. Pois, no que se refere a questão prática, a organização política abrange apenas a cidadania civil, a qual reside exclusivamente no voto, em que outras formas de participação são excluídas, ou muita das vezes desencorajadas.

Nessa perspectiva, Reis (2000) levanta a discussão da representação política, desencadeando a problemática da democracia representativa em que os representados na maioria das vezes ficam à margem das decisões, sendo que os interesses defendidos não atendem às suas reais demandas, mas sim a dos seus representantes de associações e organizações legítimos, uma vez, que nesse jogo os interesses particulares ganham mais importância.

Na perspectiva gramsciana, destaca-se a problemática social fundada no antagonismo existente na relação entre representante e representado, onde o caráter econômico de interesses particulares se sobressai, estimulando conflitos internos e externos – de uma dada organização. Gramsci tratando mais especificamente da luta de classes, afirma que *á disputa de classes fica*



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

assim explicada como um fenômeno multívoco, cujas diversidade e complexidade aumentam com a diversidade e a complexidade das sociedades. (CAMPIONE, 2003)

Seguindo essa percepção, o Estado, como aparelho ideológico hegemônico de poder e dominação, explicaria a fragilidade das organizações políticas, pois ao mesmo tempo em que este viabiliza políticas para atender a demanda social, ao não se responsabilizar, ocasiona a *despolitização voluntária* de setores sociais. Assim, as organizações vivenciam conflitos diversos. Campione (2003) enfatiza que uma das questões inerentes:

...à reconstrução de uma práxis efetivamente de esquerda repousa na necessidade de incorporar, à visão do mundo, as mudanças estruturais produzidas nos últimos anos, extrair plenas conseqüências delas e submeter ao crítico (e não a recusa unilateral). (p.60)

Diante de tal questão destaca-se a problemática da formação de *intelectuais orgânicos* com capacidade de *protagonizar uma grande mudança político-cultural, que expanda da esquerda radical a um campo mais vasto de pensamento e ação crítica, estreitamente vinculado às organizações populares e aos movimentos sócias* a partir de um processo educativo (CAMPIONE, 2003, p.60)

Campione (2003) destaca que o Estado prega a subalternidade, porém afirma que a sociedade possui liberdade e capacidade de organização, o que pode se dá por meio de uma educação plena, ou seja, a partir de uma educação que extrapole o ler e escrever, mas que possibilite leitura e interpretação do mundo. Pois, do contrário, o Estado, numa correlação de forças com a sociedade civil, se empenha para proporcionar a desmobilização política das organizações e da população como um todo, uma vez que, para o Estado, tal desmobilização é fundamental como estratégia de legitimação.

Referente essa questão, Demo afirma que o Estado, como um espaço de contradições, em sua história nos apresenta a questão política como um “*espaço de poder, onde se administra as discriminações sociais. É o cerne da desigualdade, porque não há poder que não tenha em si a marca da desigualdade: um lado que está por cima, outro que está por baixo*” (2001, p.15). Na dinâmica das relações de poder “as reivindicações de segmentos populares são (re) interpretadas, secundarizadas diante das alianças com o poder econômico. Todavia, as instituições, para serem legitimadas socialmente, incorporam certas demandas que traduzem as necessidades dos segmentos empobrecidos”.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Souza (2003) afirma, que nesse processo, o Estado define formas de controle político como mecanismos de manter e estabilizar a ordem dos regimes políticos, controlando, por sua vez, grupos sociais através da coerção econômica, estabelecendo ainda *as regras do que é permitido ou é proibido existir como organização social*. Tratando assim, de organizar e desorganizar a sociedade civil a partir dos interesses das classes dominantes.

Segundo Jacobi (1989), o esclarecimento do que se entende por organização política, inserido num conjunto de co-relação de força entre o Estado e sociedade, especificamente, as classes desfavorecidas que no seu sentido amplo incorpora a participação e a liderança, enquanto elementos-chave do processo organizativo. Assim, é nesse contexto de luta por direitos (legitimidade de representação/participação, acesso a direitos sociais de base entre outros), que nascem novas formas de organização, com conteúdos e formas diferenciadas de mobilização e articulação que conquistam espaços de poder fora ou dentro do Estado, tendo a democracia como um pólo catalisador, unificador dessas organizações.

Souza (1991), afirma que a organização política deve ser compreendida como uma *articulação consciente*, em defesa de necessidades e interesses comuns, *percebidos coletivamente, que alimentam ações coordenadas e que buscam satisfazer a esses interesses coletivos*, em que a consciência se constitui como um elemento imprescindível na condução da organização. Vale enfatizar, portanto, que a história é testemunha de que tal processo não se efetiva apenas como fruto da boa vontade de algumas lideranças, mas demanda um esforço contínuo e uma árdua mobilização dos agentes sociais.

Dessa forma, a organização constituindo-se como uma dimensão de *articulação consciente*, em defesa de necessidades e interesses comuns, *“percebidos coletivamente, que alimentam ações coordenadas e que buscam satisfazer a esses interesses coletivos”*, necessita ser apreendida no contexto global da sociedade. (SOUZA, 1991, p.93)

Chaves (2003) argumenta que no plano da tomada de decisões, alguns segmentos sociais, diante dos segmentos com maior poder de organização e força política na esfera econômica e política, intensificam sua participação na defesa de interesses particulares. A autora aponta a necessidade de discutir a questão da participação, uma vez que esta se consubstancia em fio condutor da práxis nas organizações. Tendo em vista que a participação é o próprio processo de recriação do homem ao pensar e agir sobre os desafios com os quais se defronta.

2 ORGANIZAÇÃO POLÍTICA COMO INSTRUMENTALIDADE PARA LUTA POR DIREITOS





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Para tratar da organização política como instrumentalidade para luta de direitos, faz-se necessário destacar o debate sobre a participação, a qual nos últimos anos, ganha força nos discursos políticos, bem como elemento fundante para tomada de decisão no âmbito das políticas públicas.

A necessidade de participação da sociedade civil organizada, tem exigido sujeitos participantes desses processos apropriação de novos valores, hábitos e costumes no que tange ao modo de se organizar e participar. Há, portanto, que se criticar a forma como vem se caracterizando a participação sob a regência de determinadas políticas públicas. Pois, na maioria das vezes, estas não passam de vagas consultas à população como forma de legitimar interesses dissociados dos referidos agentes que servem muito mais como massa de manobra que como cidadãos. O que exige clareza e rearticulação políticas dos sujeitos para que sua participação se dê de forma efetiva. (DEMO, 1999)

Vale enfatizar que a participação se constitui num processo, de caráter essencial para a mudança da qualidade de vida das populações empobrecidas pelo sistema, que possibilita a transformação do crescimento econômico em desenvolvimento. Na condição de processo, a participação demanda uma construção gradual, contínua – *um constante vir-a-ser* (Demo, 1999) que depende do potencial organizativo dos envolvidos, mas também dos mecanismos e estratégias de enfrentamento adotado ante o poder dos opositores, enfim da correlação de forças vigentes. Portanto, além de processo, a participação tem caráter relacional em razão de apresentar-se em meio a um jogo de forças políticas e sociais.

Para Chaves (2003), a participação que conduz a construção da cidadania, requer a atuação de todos os agentes sociais envolvidos, onde as lideranças assumem uma mediação da ação. Nessa perspectiva, a *liderança* - como aquele agente reconhecido por seu grupo - compete agir em direção a busca de soluções coletivas. Esta visão representa uma crítica às práticas daquelas lideranças que atuam em direções incompatíveis com os interesses e necessidades do grupo ao qual representa. Pois, no jogo da luta e defesa de interesses é perceptível que estes interesses não são defendidos de fato, conforme já sinalizado.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Todavia, entende-se que as práticas organizativas não se alinham sempre na mesma direção, apresentam a mesma forma de manifestação ou conteúdo político, ao contrário, denotam uma pluralidade de experiências sociais e mesmo de ambigüidades.

Diante do exposto, a discussão que permeia acerca da construção da história da organização política dos pescadores ribeirinhos no contexto amazônico nos remete a informar que este processo de organização, tem como um dos elementos importantes a destacar o processo de colonização que é marcada pela exclusão e discriminação da população existente no continente.

Outro fator importante, se pauta na caracterização do processo da atividade pesqueira e as mudanças ocorridas no bojo de sua organização, a qual destaca-se os conflitos desencadeados dos rebatimentos a partir das diversas políticas de desenvolvimento para a Amazônia, que contribuíram para o acirramento de diversas problemáticas vivenciadas pela população amazônica, entre estas os pescadores.

A história de luta e de organização dos pescadores na região Amazônica marcam a luta pelo direito de uso e gestão dos recursos pesqueiros os quais passam a se organizar para a possibilidade de defesa das áreas de pesca, haja vista que ainda há grandes problemas referente a falta de organização e de regulamentação no setor da pesca. Nesse contexto, vale destacar que a organização política dos pescadores é resultado de um conjunto de mudanças ocorridas ao longo da história da região nos aspectos sociais, culturais, econômicos e políticos, provenientes da dinâmica social interna das comunidades, mas também das dinâmicas dos contextos sócio-econômicos e políticos da região e do país.

Assim, a organização política construída coletivamente, apesar de muitas vezes de forma conflituosa, tem possibilitado as populações terem acesso no mínimo de direitos sociais. E para possibilitar essa organização os pescadores se associam nas Colônias de Pescadores, Associações e outras organizações para terem acesso aos benefícios sociais como “seguro defeso” entre outros benefícios da previdência, bem como financiamentos.

Destarte, compreende-se que tal organização tem sido importante para que os pescadores articulem um conjunto de lutas para garantir de direitos, seja no que se refere à garantia de direitos sociais, seja no direito de apropriação e gestão dos recursos pesqueiros. E tem sido notório a inserção política dos pescadores nos fóruns de tomada de decisão para a proposição de políticas adequadas, havendo maior interesse, por parte





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

do Estado, da participação dos movimentos de pescadores nesse processo para legitimarem as políticas voltadas para o setor, principalmente, no que concerne o manejo do recurso pesqueiro.

Pois, ao longo dos últimos 30 anos, os movimentos sociais da pesca vem construindo sua história de luta que se dá a partir da: luta contra as adversidades enfrentadas no cotidiano; resistência ao modelo de gerenciamento das colônias de pescadores, as quais eram comandadas por não pescadores; luta pelo direito de uso dos recursos pesqueiros; e, de acesso a bens e serviços sociais.

Os movimentos sociais de pescadores, apesar de não aparecer na história dos movimentos sociais na região, apresentam momentos importantes na história de participação de pescadores nos movimentos políticos ocorridos no Brasil desde o período colonial até o processo de *constituição da sociedade brasileira, destacadamente o seu envolvimento em movimentos políticos mais amplos.* (MELLO, 1995, p. 23)

CONSIDERAÇÕES

A reflexão que permeia acerca da construção da história da organização política dos pescadores ribeirinhos nos municípios de Tefé, Manaus e Tabatinga nos remete a compreender que o processo de organização destes se configuram a partir do acirramento de diversas problemáticas e conflitos no uso dos recursos na região amazônica. A história de luta e de organização dos pescadores na região Amazônica marcam a luta pelo direito de uso e gestão dos recursos pesqueiros os quais passam a se organizar para a possibilidade de defesa das áreas de pesca, haja vista que ainda há grandes problemas referente a falta de organização e de regulamentação no setor da pesca.

Nesse contexto, vale destacar que a organização política dos pescadores é resultado de um conjunto de mudanças ocorridas ao longo da história da região nos aspectos sociais, culturais, econômicos e políticos, provenientes da dinâmica social interna das comunidades, mas também das dinâmicas dos contextos sócio-econômicos e políticos da região e do país. Assim, a organização política construída coletivamente, apesar de muitas vezes de forma conflituosa, tem possibilitado as populações terem acesso no mínimo de direitos sociais. E para possibilitar essa organização os pescadores





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

se associam nas Colônias de Pescadores, Associações e outras organizações para terem acesso aos benefícios sociais como “seguro defeso” entre outros benefícios da previdência, bem como financiamentos.

Destarte, tem sido notório a inserção política dos pescadores nos fóruns de tomada de decisão para a proposição de políticas adequadas. Os movimentos sociais de pescadores, apesar de não aparecer na história dos movimentos sociais na região, apresentam momentos importantes na história de participação de pescadores nos movimentos políticos ocorridos no Brasil desde o período colonial até o processo de constituição da sociedade brasileira, destacadamente o seu envolvimento em movimentos políticos mais amplos. (MELLO, 1995, p. 23)

REFERENCIA

BOGO, Ademar (org.). Teoria da Organização Política: escritos de Engels – Marx – Lênin – Rosa – Mão. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

CAMPIONE, Daniel. Hegemonia e contra-hegemonia na América Latina. IN: COUTINHO, Carlos Nelson, TEIXEIRA, Andréa de Paula. Ler Gramsci, entender a realidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (pgs. 51-66)

CAMPOS, Antônio João Teixeira. Movimentos Sociais de Pescadores Amazônicos. IN: FURTADO, Lourdes. LEITÃO, Wilma. MELLO, Alex Fiúza de, (orgs). Povos das Águas: realidade e perspectivas na Amazônia Belém: Museu Paranaense Emílio Goeldi, 1993. (p. 231 – 242).

CHAVES, Ma, do P. Socorro R. Uma experiência de Pesquisa-ação para gestão comunitária de tecnologias apropriadas na Amazônia: o estudo de caso do Assentamento de Reforma Agrária Iporá. Campinas – São Paulo, tese de Doutorado – UNICAMP/CIREC, 2003.

CAMPOS, Antônio João Teixeira. Movimentos Sociais de Pescadores Amazônicos. IN: FURTADO, Lourdes. LEITÃO, Wilma. MELLO, Alex Fiúza de, (orgs). Povos das Águas: realidade e perspectivas na Amazônia Belém: Museu Paranaense Emílio Goeldi, 1993. (p. 231 – 242)

DEMO, Pedro. Pobreza Política:. 6ª ed. Campinas/SP: Coleção Polêmicas do nosso tempo; v.27), 2001

MELLO, Alex F. De Movimentos Sociais na Pesca: breve balanço bibliográfico; novos





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

desafios teóricos. IN: SILVEIRA, Isolda Maciel da. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Vol. 11, Nº1, Julho. Série Antropologia. Museu Paraense Emílio Goeldi: Belém, 1995. (p. 19 – 39)

MELLO, Alex Fiúza de, (orgs). Povos das Águas: realidade e perspectivas na Amazônia Belém: Museu Paranaense Emílio Goeldi, 1993.

MORIN, Edgar. Terra-Pátria. Traduzido por Paulo Azevedo Neves da Silva. 4ª ed. Porto Alegre: Sulina, 2003.

SOUZA, Maria Luiza de. Desenvolvimento de Comunidade e Participação. 3a ed., São Paulo: Cortez, 1991.





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

A POÉTICA ERÓTICO GALAICA DE CLAUDIO RODRÍGUEZ FER¹

Saturnino José Valladares Lopéz²

*Ti es símbolo de vida e signo de natureza
 Galicia
 enteira vida plena e total compañeira.*
 CLAUDIO RODRÍGUEZ FER

O objeto deste estudo é o livro *Amores e clamores*, a obra poética completa de Claudio Rodríguez Fer. Desta obra interessa, principalmente, o ciclo *Vulva* – formado por cinco livros de poemas que escreveu em Galiza de 1973 a 1987: *Poemas de amor sen morte*, *Tigres de ternura*, *História dá lúa*, *A boca violeta* e *Zebra*–. Por tanto, ainda que ocasionalmente possa fazer-se referência a alguns versos significativos de outros livros, estes terão um protagonismo anedótico neste estudo por se acharem afastados da temática do mesmo. Convém lembrar que a poesia galega tem uma raiz linguística e literária comum com o Brasil: as cantigas galego-portuguesas medievais, que em tantos momentos Rodríguez Fer homenageia na sua obra. Pela proximidade linguística, as citações em língua galega não serão traduzidas ao português.

O principal objetivo deste trabalho é realizar uma análise aproximativa sobre a poesia de temática erótico galaica de Claudio Rodríguez Fer e refletir sobre as manifestações mais habituais da mesma.

A presença de Galiza, como motivo poético ou como lugar de aparecimento da palavra, é uma constante na produção literária do vate, principalmente no ciclo *Vulva*. No entanto, ainda que apareça desenvolvida de diversos modos orgânicos, podem assinalar-se três grandes eixos sobre os que gira esta temática: a Galiza material, a Galiza relacionada com os mitos celtas, e a referência à lírica medieval galaico-portuguesa.

¹ Claudio Rodríguez Fer (Lugo, 1956) é um escritor galego, autor de uma trintena de obras poéticas e de narrativa em língua galega, assim como de outra trintena de livros de estudo literário em galego e castelhano. É professor na Universidade de Santiago de Compostela, onde dirige a Cátedra José Ángel Valente de Poesía e Estética e a revista filológica *Moenia*.

² Professor no curso de Letras: Língua e Literatura Espanhola da Universidade Federal do Amazonas. Doutor em Humanidades e Serviços Culturais, pela Universidade de Santiago de Compostela (Espanha)



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Não deve estranhar, por tanto, que o autor inaugure sua obra literária com o poema “Máis alá dá saudade”, incluído em *Poemas de amor sen morte*, onde confluem a Galiza física e a figura de Breogán, rei celta e pai mitológico do povo galego:

Eles virán.

Virán ergueitos

pola escura brétema

onde levita Galicia (...)

Un será un cabaleiro,

traguera fouce de bronce,

e no porte mítico ollaredes

que descende de Breogán.

O tom profético e sacramental deste texto, de evidente conotação libertária e revolucionária, desenvolve seu erotismo através da múltipla identidade que proporciona o contato com os corpos femininos –“fun tantos homes / como mulleres tiven”– e da imagem do cervo, um dos símbolos mais assinalados do erotismo, o desejo carnal e o encontro amoroso nas cantigas galaico-portuguesas da Idade Média:

Xuntos cazaremos todos os cervos pardos

e voltaremos cubertos por pelexos de lobo.

Despois nos perderemos nos cavorcos,

ceibando cadeas,

prendéndonos de femias cabeleiras,

ata consumir o ciclo,

alá,

onde non hai estado, nin deus, nin poder.

No excelente artigo “O celtismo na poesía galega”, Xosé Luis Axeitos determina que o celtismo significou na cultura galega a busca de uma idade longínqua, forte; nostalgia de uma idade dourada, do perfeito, do eterno; com o propósito de explicar-se a si mesma e diferenciar de outras culturas e, em consequência, de se dotar de personalidade (AXEITOS, 2011 [1993], p. 95). Rodríguez Fer viu no celtismo literário uma possibilidade de desenvolver o conhecimento e o autoconhecimento, “Creo nos efectos das crenzas inventadas por quen quere crer nelas” (RODRÍGUEZ FER, 1991). Este explícito atrativo pelo legado de invenção mítica pode ler-se também em sua produção



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

lítica, como em “Dende a nada” –“Ti ves brotar en min reconfortante / espirais da violeta en castro celta” (Rodríguez Fer, Amores e clamores, 2011: 73)– ou em “O enigma arborescente”, ambos textos pertencentes a *A boca violeta*:

ocultan quizais baixo as raíces

o castro primixenio do enigma de Galicia:

canto lique adorme colgando

das ponlas que temos máis dentro (Rodríguez Fer, Amores e clamores, 2011: 84).

O fruto independente que apresenta maiores evidências deste interesse do autor é o livro *Meus amores celtas*, publicado em 2010. Nesta obra, estruturada em seis partes, o poeta reflete sobre sua íntima relação com este povo e explica como esta foi ganhando protagonismo em sua produção literária. No primeiro capítulo fala de Galiza e das nações celtas:

A neboenta historiografía sobre os celtas é sen dúbida unha demostración ostentosa dos límites do coñecemento do ser humano, pero tamén da súa capacidade de invención e de interpretación. Poucos fenómenos históricos foron vistos de maneira tan misteriosa e controvertida como a propia existencia e as supostas características dos celtas (Rodríguez Fer, Meus amores celtas, 2010: 11).

Axeitos assinalou que Rodríguez Fer aborda a temática celta nos seguintes poemas de *Vulva*: "Máis alá da saudade" (Rodríguez Fer, Amores e clamores, 2011: 11), "Noite de transición" (ibid.: 23), "A volta de Ossián" (ibid.: 45), "As fillas de Morgana" (ibid.: 46), "E os aneis en sortella das mareiras castrexas" (ibid.: 54), "A néboa" (ibid.: 58), "A nube" (ibid.: 59), "Bosque milenario" (ibid.: 83), "O enigma arborescente" (ibid.: 84), "Carballeira de Cartelos" (ibid.: 85) e "A cabeleira" (ibid.: 90). Além de em estes, a referência celta também pode se encontrar em outros poemas, como em “Unión libre” (ibid.: 14-17) –“poñéndote de arpa celta”–, em “A palabra” (ibid.: 56) –“Escóitase no luar do castro celta / onde quizais me habito”–, em “Dende a nada” (ibid.: 73) –“Ti ves brotar en min reconfortante / espirais da violeta en castro celta”– ou em “A melura” (ibid.: 62-63):

Nena de signo celta a túa melura

doce se compenetra coa brétema mariña

e a túa mirada infinda é horizonte

do mar que se nos perde á fin do mundo.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

A origem desta estrofe encontra-se na fascinação que a capacidade material da escritura oghâmica provocou no poeta, como ele mesmo assinala: “As inscrições oghâmicas conservadas abundam em Irlanda, pero a súa virtualidade corporal tiña para min unha dimensión erótica como a espiral, o labirinto, o tríscele e outros símbolos presentes nos meus poemas” (Rodríguez Fer, *Meus amores celtas*, 2010: 12).

Não obstante, esta sedução pela cultura castreja e o mito da Galiza celta aparece registada desde seu primeiro livro, *Poemas de amor sen morte*, como reflete o poema “Noite de transición”:

Pois non hai alba de ouro sen a noite de estaño
 nin arpa celta sen quina de tensísimo cabalo
 e cultura castrexa de pedra (Rodríguez Fer, *Amores e clamores*, 2011: 24).

Um dos castros mais frequentados pelo autor é o de Viladonga, próximo de Lugo, localidade onde vive o escritor: “nalgunhas ocasións me parece estar dando voltas por él, nunha especie de eterno retorno” (Rodríguez Fer, *Meus amores celtas*, 2010: 12). No âmbito de suas muralhas compôs o poema “E os aneis en sortella das mareiras castrexas”, o qual começa:

O castro fecundado pela choiva de lique
 agroma doces musgos sobre as pedras circulares
 e vellos espectros vidriados de célticos aneis
 concéntranse sen número polos leitos da herba (Rodríguez Fer, *Amores e clamores*, 2011: 54).

Anos mais tarde, a lembrança das primeiras sensações que acordou este povoado suscitou o texto “A fada das caracolas”, incluído em *A unha muller descoñecida*:

Aneis en Sortella das Mareiras Castrexas enchen do necesario mar a Inmensa Cabeleira Prolongada do Bris, extrema europa, fermosa como unha vella (Rodríguez Fer, *Amores e clamores*, 2011: 216).

Outros castros galegos, como o de Praia dois Castros, o de Baroña ou o de Borneiro estimularam a escritura poética de Rodríguez Fer. Em *Á mote vermella*, por exemplo, pode ler-se este saudoso e amatório dístico, cujo título é sem equívoco “Borneiro”: “Saudade de amavros / fêmeas da prehistoria” (Rodríguez Fer, *Amores e clamores*, 2011: 168). Por tanto, como se anunciou na introdução deste estudo, ainda que neste apartado vai se tratar principalmente a temática celta desenvolvida em *Vulva*, em



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

ocasiões abordaremos outros textos que fazem parte de livros posteriores por seu especial conteúdo, como nestes últimos dois casos.

Em vez de realizar uma análise individual de cada poema, este estudo vai acercar-se ao celtismo de Rodríguez Fer assinalando, além de aspectos lexicais significativos, certos argumentos poéticos que o autor tem desenvolvido e que hoje podem se ler como tópicos literários.

Inicialmente, deve chamar-se a atenção sobre o léxico constituído pelos nomes próprios e os topónimos vinculados às raízes culturais celtas: Piornedo, Pontevedra, Cartelos, Fisterra, etc. Como mostra paradigmática, pode se assinalar a presença de Erín, Alba e Cymru em "Noite de transición"; de Ossián, Nyard, Sibyla e Morgana em "A volta de Ossián"; de Morgana em "As fillas de Morgana"; de Birman em "A néboa"; de Artur em "A nube"; etc. Ainda, deve assinalar-se o emprego de outras palavras vinculadas a duas figuras características da sociedade celta tradicional –o bardo e o druida– e às baladas. Estas últimas apresentam-se tanto em forma de verso, “nin baladas acedas a cantiga de uza” (Rodríguez Fer, Amores e clamores, 2011: 23), como no propio título de alguns poemas, “Balada dos amantes nómades” (Rodríguez Fer, Amores e clamores, 2011: 227), incluído em *Unha muller descoñecida*, e “Balada dos cabalos do mar” (Rodríguez Fer, Amores e clamores, 2011: 275), incluído em *Unha tempada no paraíso*. Do mesmo modo, são abundantes as referências ao bardo–“O bardo verdadeiro / e o século vivido en poucos días / lonxe das horas lentas / da súa nubenta patria...” (*ibidem*: 45), “Houbo tan só o amor de quen dixo algún día / añorando un porvir concibido en silencio: / saberao ela cando coñeza ao bardo” (*ibidem*: 81), “Aínda que todos os menhires do corazón abandonen os seus aliñamentos en círculos de cinza mentres se desmoronan as mámoas baixo o peso dos bardos” (*ibidem*: 229), “o bosque sagrado que cantaran os bardos / agromará algún día sobre a pedra de gran” (*ibidem*: 103)–, e ao druída –“os druídas veneraban o acivro ritual” (*ibidem*: 103), “Aínda que o que quede da patria adormente na caixa do vento toda vez que os druídas se conservan en latas repletas de caramillos, cornamusas e troncos de col” (*ibidem*: 230), ou em um breve poema intitulado precisamente “Celta” que reúne a ambas personagens: “Nin bardo / nin druída, / celta por ti” (*ibidem*: 246)–.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

A maior parte dos poemas assinalados assentam-se numa natureza de imaginativa raiz celta, tendo em conta a descrição que sobre esta pintura faz Florentino López Cuevillas:

Temos pois que maxinármonos a paisaxe galega dos nosos tempos da cultura celta como enfeitada por un opulento decorado vexetal... Temos que maxinármola, sempre grave, melancónica e misteriosa, baixo as nubes ou as brétemas, constantemente verde, e como amolecida palas continuas choivas, e teremos que matinar tamén no bosque, no ermo e na gándara asentados nos vales e nas enfestas dos grandes ríos e nos poboados cercados de muros e de fosos... nunha vida dada ó perigo e á aventura (Riego, 1955).

Os elementos próprios desta paisagem são os relacionados de modos diversos com o mar, as árvores, principalmente os robles –“Carballos milenarios e galaicos” (ibid.: 58), “carballos venerables” (ibid.: 83)– e os abedules –“O bosque de abidueiras que habitamos / parécese a Galicia hai xa mil séculos (...) abidueiral florido: bosque de alba” (ibid.: 83)–; a névoa sobre as montanhas –“Ti, / que tantos homes tes sido, / non fuches aínda aquel / que subiu comigo / ás montañas neboentas, onde está escrito: `Eles virán. / Virán ergueitos / pola escura brétema / onde levita Galicia’” (ibid.: 11), “A néboa non transixe cos opacos / e os corpos disfrazados non levitan” (ibid.: 58), “Inútil é subir as montañas neboentas” (ibid.: 84)–; as nubes –“Eu sei que a nube que envolve permanente a miña terra / deixaría que levitases coa tua maxia de femia” (ibid.: 59); a chuva –“Que senlleira visión que plenitude / debeu ser aquel tempo previo ao home: / unha selva azuralba e verdecete / povoada por sombras baixo a chuvia” (ibid.: 84); o vento –“as mans atrávesanos e os troncos non as senten / e desfáñse coa néboa ou co vento que pasa”–; os ríos, as lagunas, as fontes, os bosques –“As fadas encantadas / dos ríos / das lagoas / das fontes / e das fragas / amencen no crepúsculo” (ibid.: 46), “Vagar vago por ti bosque de Birman” (ibid.: 58), “as orixes boreais e azulísimas / do bosque profanado polo home letal” (ibid.: 84)–; a gándara –“Baixarán pola gándara / namorando as doncelas” (ibid.: 11)–, os castros –“longuíssimo fósil da pedra dos castros” (ibid.: 23), “O castro fecundado pola choiva de lique / agroma doces musgos sobre as pedras circulares” (ibid.: 54), “o castro primixenio do enigma de Galicia” (ibid.: 85)–, o dólmen, como em um poema com o mesmo título –“Falaba de antes de ser dolmen. / E elas de antes de ser ninfas. / E eu de antes de ser home. / E todo era lume, auga e nada” (ibid.: 269)–; a palhoça –“falarán dos homes das pallozas vellas” (ibid.: 12) ou no poema “Espazo”: “Ti es / pazo / e palloza. / Eu o lume.”–; as mámoas –“Poderás non ser meu / máis alá dos sentidos / cinza mámoa ou fósil” (ibid.: 20), “aínda que cada un sexa artífice da súa propia desgraza / e nas



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

mámoas da historia estea xa escrita / a chegada do tempo de vivir sen verdade” (ibid.: 24), “Galopan Cabalos que as Anceian por Cuiña e a que Tende os Seus Fíos Glutinosos ata o altar esplendorosamente estendido polo pasto da pelve foi mámoa dos holocaustos” (ibid.: 219), “Ti viñas verme dende a mámoa das orixes primixenias pero eu aínda estaba máis dentro” (ibid.: 228), “Aínda que todos os menhires do corazón abandonen os seus aliñamentos en círculos de cinza mentres se desmoronan as mámoas baixo o peso dos bardos” (ibid.: 229)–; a brétema –“Virán ergueitos / pola escura brétema / onde levita Galicia” (ibid.: 11), “coma lapa falo en nube falo en brétema” (ibid.: 17), “Da túa nación de néboa que comparto / quedoume esta fondura verde e húmida / quedoume este silencio estas palabras / que hoxe che dirixo dende a brétema” (ibid.: 49), “Carballos milenarios e galaicos / liberan vellas lendas polas fragas / e as follas ultimísimas do outono / a leve ingravidez de tanta brétema” (ibid.: 58) ou no poema titulado precisamente “A brétema”, “A brétema que vén da mar batida / afinca en mondoñedo néboa macia” (ibid.: 62)–; as tebras –“estou contra ti na luz, / mais contigo nas escuras tebras” (ibid.: 12)–; etc.

A beleza desta natureza celta suscita no autor un vínculo intenso e original que o liga com uma época anterior à Pré-história:

Non hai mámoa ou menhir nin castro celta tan ancestral en min tan primixenio como esta vella engrela de labirintos patrios (Rodríguez Fer, *Amores e clamores*, 2011: 85).

O poeta de *Amores e clamores* serviu-se assim mesmo destes espaços míticos – “os castros chegaron a ser para min unha especie de morada mítica do ser” (Rodríguez Fer, *Meus amores celtas*, 2010: 13)– para refletir sobre os sentidos da vida e de sua própria poesia, vinculada à poética do silêncio, num texto intitulado “A palabra”:

A sombra da linguaxe
 proxéctase na seiva milenaria.
 Escóitase no luar do castro celta
 onde quizais me habito.
 Eu quixera visitar con ela
 restos arqueolóxicos de cimeiras gregas
 e atopar acaso un lirio
 salvado da catástrofe do tempo
 a través dunha palabra intocada polos séculos



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

no claro dun bosque.

E quixera intuír un monte boreal

lindante só coas súas entrañas

e ser como esa néboa que agarima

a soidade radical o amor a natureza

o silencio inefábel da palabra (ibid.: 56).

O celtismo na obra de Rodríguez Fer, além de um estímulo temático ou político, alça-se sobre uma sensibilidade liberadora, solidária e criativa que vive em harmonia consigo mesmo e com os outros, principalmente nos livros de poemas que compõem *Vulva*. Assim, o poema “O enigma arborescente”, de *A boca violeta*, conclui com os versos: “Soamente cos que viven a harmonía / é posible sentir que están connosco” (Rodríguez Fer, *Amores e clamores*, 2011: 85).

Seu interesse não se deteve na sua própria labor poética, senão que lhe levou a realizar importantes ensaios sobre as manifestações do imaginário céltico na literatura galega, como a que desenvolveu sobre a poesia de Ricardo Carballo Calero ou Xosé María Díaz Castro, incluídos em *Poesía galega* e *Acometida atlántica* respectivamente; o estudo sobre o hino “Keltia” ou “Celtia”, que o grupo Ultreya cria durante a II República, e que Rodríguez Fer publica em *Acometida atlántica*; etc.

Além do pai Breogán e seus descendentes, o autor prestou atenção à medieval matéria de Bretaña através do ciclo do Rei Artur e, principalmente, de suas personagens femininas, que desejava ver encarnadas na mulher galega (RODRÍGUEZ FER, 2010, p. 15), como “sideral paixón” (RODRÍGUEZ FER, 2011, p. 78) e “como fada faxeira e albariña” (RODRÍGUEZ FER, 2011, p. 65). Claudio viu na fada Morgana “un potente e liberador feminismo inmanente, portador da maxia da terra e do ardor do desexo” (RODRÍGUEZ FER, 2010: 16).

No poema “As fillas de Morgana”, identifica às mulheres de sua juventude com estas supostas filhas “desterradas do día”, “boreais como as illas / desertas do poder”, e em um texto posterior, “Fillas de Luz”, incluído em *Extrema Europa*, o próprio poeta sente-se transformado num deus celta ao contato desta luz erótica, “Viñeste trocar-me nun deus celta / no castro en que viñeste da luz”. Assim mesmo, se transmuta no bardo e guerreiro irlandês Ossián –espécie de álder ego poético do autor– e acompanha-se das



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

fadas das fontes e os bosques e de outras figuras fantásticas femininas no poema “A volta de Ossián”, de *Historia da lúá*, num universal instante de prazer interminável:

Eu vireime Ossián
 no laio
 polo amor non vivo.
 Todo cambiara.
 A fada Nyard
 –espida–
 non estaba
 e tampouco o segredo
 de non percibir o cambio (Rodríguez Fer, Amores e clamores, 2011: 45).

Por outra parte, como se assinalou ao início deste estudo, uma das constantes na poesia de Rodríguez Fer é a alusão à lírica medieval galaico-portuguesa que, se recorde, conheceu um extraordinário esplendor literário desde o século XII até o século XV motivado tanto pela chegada, o conhecimento e a adaptação do lirismo provençal como pelas composições autóctones que descobrem uma tradição popular de carácter oral muito anterior. Os três gêneros principais desta lírica são a *cantiga de amigo* (relacionada com o lirismo primitivo), a *cantiga de amor* e a *cantiga de escarnio e maldizer* (relacionadas com a lírica provençal). A este último tipo de composição, de carácter satírico, mal-intencionado e na que inclusive podem aparecer palavras obscenas, não lhe dedicou nosso poeta nem uma linha, pois nunca entregou sua palavra às agressões verbais nem às mesquinhas ofensas veladas ou descobertas.

Da filosofia amorosa provençal e a concreção literária do amor cortês interessou-se pela visão do encontro erótico como experiência mística de acordo com seu vitalismo existencial, mas não com a concepção platónica que exigia total submissão do amante à amada –como reflexo das relações sociais do feudalismo–, e a obrigatoriedade de que esta fosse sempre distante, de condição aristocrática e, em geral, de disposição inacessível.

As *cantigas de amigo* denominam-se assim por ser “amigo” a palavra com a que se designa ao amado. Os traços mais chamativos da tradição lírica autóctone, anterior ao trovadorismo, são que uma mulher apaixonada expressa seus sentimentos amorosos –em geral, sua queixa pela ausência do amado– e que a natureza não se apresenta unicamente



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

como uma paisagem senão que aparece com frequência com um forte valor simbólico no que abundam as insinuações eróticas.

Desde o ponto de vista formal, Rodríguez Fer não se serviu estritamente do paralelismo, o traço mais distintivo deste tipo de composição, tal e como se desenvolve nas *cantigas de amigo*: procedimento repetitivo que enlaça as estrofes de dois em dois, fazendo com que os versos da segunda estrofe sejam uma pequena variante dos versos da primeira, como na seguinte canção de Pero Meogo, o poeta dos cervos e as cervas:

Enas verdes ervas

vi andá'las cervas,

meu amigo.

Enos verdes prados

vi os cervos bravos,

meu amigo.

Não obstante, em alguns de seus poemas sim se percebe uma aproximação formal ao paralelismo das cantigas, como nas duas últimas estrofes do poema “Verbo carnal”, pois os quatro versos da segunda estrofe são uma pequena variante dos quatro versos da primeira:

dáme ti muller galega

dáme o teu corpo carnal

para que eu na anoitecida

diga miña arte verbal

dáme ti muller amada

dáme o teu verbo carnal

que depois da anoitecida

direi miña arte verbal.

No entanto, Rodríguez Fer sim serve-se frequentemente desta figura retórica, entendida do modo hoje convencional: o paralelismo é uma “Estruturação de vários conjuntos seguindo o mesmo esquema gramatical, de forma que os elementos equivalentes coincidam nos mesmos lugares de suas sequências respectivas” (Rodríguez



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Fer, 1991: 69), como nos três últimos versos dos tres estrofes de “Vaivén” que, como em “Verbo carnal”, foram construídos com mínimas variantes:

(...) que vén e vai suspensa no vaivén

e vai e vén o corpo no vaivén

e vai e vén o verbo no vaivén.

(...) que vai que vén meneo no vaivén

e vai e vén o peito no vaivén

e vai e vén o bico no vaivén.

(...) retén pálpebra queda ante o vaivén

e vai e vén o ventre no vaivén

e vai e vén o pube no vaivén.

As homenagens explícitas e implícitas à literatura trovadoresca são abundantes em *Poemas de amor sen morte*. Basta recordar, por exemplo, o poema “Unión libre”, onde se alude em seus primeiros versos ao pergaminho Vindel, o qual conserva as sete cantigas de amigo do xograr Martim Codax, quem canta às ondas do mar de Vigo:

Ondas do mar de Vigo,

se vistes meu amigo!

E aí, Deus!, se verrá cedo!

O galego inicia “Unión libre” mencionando indiretamente a Martim Codax - “Sedíame só no grande mar / e cercáronme as ondas / que cantara o xograr”- e continua citando abertamente a outro excelente trovador, Nuno Fernandes Torneol, quem decia que “tódalas aves do mundo de amor cantaban”.

Porém, provavelmente são “Cantiga do cervo solitario” e “Onde vai o mar” os textos onde Rodríguez lhe rende uma homenagem mais explícita ao gênero das *cantigas de amigo* em *Poemas de amor sen morte*. No primeiro, além de apresentar elementos comuns simbólicos destas composições –como o cervo solitário, a alva, o bosque ou as montanhas–, inclusive chega a nomear as variedades temáticas principais destas canções: dançadas, marinhas ou barcarolas, pastorelas, de romaria e alvas ou alvoradas:

Que xuntos sintades ao baixar das montañas

barcarolas nas ondas das praias





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

pastorelas tristes como serenas albas

e en romaxes e feiras vos distendan bailadas.

Em definitivo, Rodríguez Fer reside na Galiza e Galiza reside na palavra material, celta e galaico-portuguesa do Claudio.

REFERÊNCIAS

- Axeitos, X. L. (2011 [1993]: 95-106). “O celtismo na poesía galega”. Santiago de Compostela: Anuario de Estudos galegos. Reediación en poesiagalega.org. Arquivo de poéticas contemporáneas na cultura. <<http://www.poesiagalega.org/arquivo/ficha/f/1340>>.
- Carvalho Calero, R. (1989). *Estudos e ensaios sobre literatura galega*. Edicións do Castro.
- Fernández del Riego, F. (1955). *Paisaxe e cultura*. Vigo: Galaxia.
- Rodríguez Fer, C. (1996). *Acometida atlántica: (por un comparatismo integral)*. Sada-A Coruña, Edicións do Castro, (Ensaio Edicións do Castro).
- Rodríguez Fer, C. (2010). *Meus amores celtas*. Santiago de Compostela: Unión libre. Cadernos de vida e culturas. Núm. 15.
- Rodríguez Fer, C. (2011). *Amores e clamores*. Santiago de Compostela: Edicións do Castro.
- s selvas*, São Paulo, Ed. Callis.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO FEMININO NO MUNDO CONTEMPORÂNEO

LA PRECARIEDAD DEL TRABAJO FEMENINO EN EL MUNDO CONTEMPORÂNEO

Francélia de J. U. Paiva¹

Izabel Valle²

RESUMO

Este artigo examina o processo de precarização do mercado de trabalho e das relações de trabalho no mundo contemporâneo, destacando para análise o trabalho feminino. A partir dos anos 1980 se instala o terceiro espírito do capitalismo, expressão cunhada por Boltansky e Chiapelo (2009) para indicar a reestruturação das estruturas capitalistas em âmbito mundial. O processo de globalização faz emergir uma nova classe, o precariado, cujas características, além da insegurança de vínculo empregatício e da perda de proteção trabalhista, têm-se a falta de perspectiva de carreira e de identidade profissional. As mulheres encontram-se como parte significativa do contingente de trabalhadores que experimentam a precarização representada pela terceirização, flexibilização do mercado de trabalho e desregulamentação do contrato de trabalho.

Palavras-chave: Trabalho Feminino. Flexibilização. Precarização.

RESUMEN

En este artículo se analiza el proceso de precariedad de las relaciones laborales y del mercado de trabajo en el mundo contemporáneo, destacando el análisis de mano de obra femenina. A partir de 1980 se instala el tercer espíritu del capitalismo, expresión acuñada por Boltansky y Chiapelo (2009) para indicar la reestructuración de las estructuras capitalistas en todo el mundo. El proceso de globalización es la aparición de una nueva clase, el precariado, cuyas características, así como la inseguridad en el empleo y la pérdida de la protección laboral, han sido la falta de perspectivas de carrera y profesional. As de identidad se encuentran las mujeres como parte significativamente el número de trabajadores que experimentan la precariedad representado por la externalización, flexibilización del mercado laboral y la desregulación del contrato de trabajo.

Keywords: female labour force, flexibility, precarization.

INTRODUÇÃO

Ao longo dos trinta anos gloriosos do capitalismo (1945 e 1973, as sociedades ocidentais modernas experimentaram o crescimento econômico, a expansão da industrialização e da urbanização associados ao estabelecimento do Estado de Bem-Estar

¹ Doutoranda do Programa Sociedade e Cultura na Amazônia (PPGSCA), da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Doutora em Ciências da Educação pela Universidad Tres Fronteras (UNINTER-Assuncion-PY). Mestre em Direito Público pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Advogada, professora universitária em Manaus.

² Doutora em Sociologia e Antropologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Líder do grupo de pesquisa Trabalho e Sociedade na Amazônia, do CNPq.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

social, o que permitiu o crescimento da classe assalariada, a garantia do pleno emprego e o emprego estável, enfim, a reprodução regulada pelos direitos da cidadania.

O fordismo/keynesianismo, modelo no qual se assentava o desenvolvimento, sobretudo das economias europeia e também norte-americana, apresenta sinais de esgotamento no início da década de 1970. Em resposta à crise, um novo padrão de acumulação tem lugar, identificado como acumulação flexível, favorecido pelas novas tecnologias e as novas formas de organização do trabalho, estas orientadas pelo modelo japonês ou toyotista e pelo paradigma da especialização flexível irão transformar de maneira irreversível o local de trabalho, o mercado de trabalho, o perfil da classe trabalhadora, as relações de trabalho e a natureza do contrato de trabalho. Terceirização, quarterização, subcontratação, trabalho temporário, trabalho parcial, polivalência, multifuncionalidade, todas estas são expressões da nova configuração do mundo do trabalho pautada pela flexibilização: flexibilização do contrato de trabalho, do mercado de trabalho, flexibilidade funcional, entre tantas outras formas.

A sociedade global e as suas consequências, apontam para a formação de uma nova estrutura de classe em âmbito global: o precariado. As mulheres passam a ocupar uma proporção significativa de todos os empregos e sua forte presença no mercado de trabalho aponta para uma tendência global de feminização do trabalho, sendo que sua crescente participação no mercado de trabalho coincidiu com o crescimento do precariado. Mais mulheres empregadas em mais empregos do tipo precário e flexível, isto é, em empregos de baixa remuneração, temporários ou parciais, de curta duração em substituição ao trabalhador masculino.

Com o apoio da literatura nacional e internacional especializada, vamos analisar, em primeiro lugar, as grandes transformações ocorridas no mundo do trabalho como resultado da reestruturação do capitalismo em escala global para, em seguida, deter o olhar sobre o trabalho feminino na era do paradigma da flexibilidade.

TRANSFORMAÇÕES CONTEMPORÂNEAS NO MUNDO DO TRABALHO

As sociedades industriais do Ocidente estiveram até a década de 1970 sob o domínio do modelo taylorista-fordista. A alienação do trabalhador frente às máquinas, o ritmo frenético de produção, as longas jornadas de trabalho, a enorme quantidade de trabalhadores ocupando o chão de fábrica, a desqualificação, a fragmentação e a divisão do trabalho, sociedades em redes, são alguns dos aspectos destacados para análise de



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

estudiosos de diversas áreas do conhecimento como, a título de exemplo, Harry Braverman (1981), Antonio Gramsci (1968) Davyd Harvey (1989), Eric Hobsbawn (1995), José Mattoso (1994), Ricardo Antunes (2000) e Castel(1999).

A partir da década de 1970, a crise desse modelo de acumulação, provocada pela alta do preço do petróleo, excedente de capital-dinheiro, ascensão das lutas operárias e sindicais, entre outros elementos, deu início a um novo regime de acumulação baseado na flexibilidade da produção, dos mercados de trabalho, dos processos e das relações de trabalho.

Para Boltansky e Chiapelo (2009.p.240), a flexibilidade apresenta-se como um dos fatores cruciais da nova estratégia empresarial, sobretudo a partir da década de 1980. Por meio da flexibilidade foi possível repassar aos assalariados, aos subcontratados e aos demais prestadores de serviços o fardo das incertezas do mercado. Tais autores consideram que a flexibilidade se desdobra em: Flexibilidade interna, fundada na intensa transformação da organização do trabalho e das técnicas usadas (polivalência, autocontrole, desenvolvimento da autonomia, dentre outros), e, em flexibilidade externa, que pressupõe o que se denomina de organização do trabalho em rede.

Interessante é a filologia do termo flexibilidade, introduzida na língua inglesa do século XV. Sua gênese provém da mera observação de que, “embora a árvore se dobrasse ao vento, seus galhos sempre voltavam à posição normal. ‘Flexibilidade’ designa essa capacidade de ceder e recuperar-se da árvore, o teste e restauração de sua forma” (SENNETT, 1999, p. 53). Por analogia, este autor consigna que idealmente o comportamento humano flexível deve ter a mesma “força tênsil”, ou seja, adequar-se a circunstâncias variáveis, porém sem ser quebrado por elas. Com fundamento no esboço analítico sobre os pontos nevrálgicos da crise contemporânea no mundo do trabalho feito por Antunes (2000, p. 35), resumidamente pode-se apontar as seguintes tendências: 1) O padrão produtivo taylorista e fordista vem sendo crescentemente substituído ou alterado pelas formas produtivas flexibilizadas e desregulamentadas, das quais a chamada acumulação flexível e o modelo japonês ou toyotismo são exemplos; 2) O modelo de regulação social-democrático, que deu sustentação ao chamado estado de bem estar social, em vários países centrais, vêm também sendo solapado pela (des) regulação neoliberal, privatizante e anti-social.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Boltansky e Chiapelo (2009, p.241) ponderam que, sobretudo, nas indústrias de base se constata as principais rupturas em relação ao taylorismo, quando se observam-se grupos polivalentes com base no alargamento do campo e do nível de competências, envolvendo-se funções, de fato, ‘técnicas’. Outros setores, como o de vestuário e construção, seriam marcados, ao contrário, pelo fortalecimento da taylorização.

No plano externo das empresas, constata-se um aumento da transferência da malha produtiva como reflexo das medidas de *outsourcing*, redução do porte dos estabelecimentos e filialização. O *Outsourcing* ocorre quando a empresa contratante opera a transferência da execução das atividades produtivas ou prestação de certos serviços (antes desenvolvidos por ela nas suas próprias instalações) para uma terceira parte (empresa contratada), via contrato. A filialização é entendida como a “criação de uma filial encarregada das atividades não lucrativas, que admite funcionários com salários mais baixos e menores encargos sociais.” (BOLTANSKY e CHIAPELO, 2009, p. 242). Cabe, ainda, registrar o processo de flexibilização da jornada de trabalho, com diferentes trabalhadores operando em distintos horários dependendo do seu contrato de trabalho.

No novo processo industrial vislumbram-se modalidades de desconcentração industrial para se atingir novos padrões de gestão da força de trabalho, dos quais “os Círculos de Controle de Qualidade (CCQs), a ‘gestão participativa’, a busca da ‘qualidade total’”. O toyotismo é absorvido, misturando-se ou mesmo substituindo o modelo fordista predominante, em várias lugares do capitalismo globalizado (ANTUNES, 2000, p.24). Identificamos quatro fases que formataram o método toyotista: 1) A adaptação do ramo têxtil à indústria automobilística. Neste momento, a parte do trabalhador é realizada ao mesmo com várias máquinas; 2) Proposta da indústria à crise financeira com o fito de aumentar a produção e não aumentar o número de trabalhadores; 3) O uso das técnicas de gestão implementadas pelos supermercados americanos, com vistas à reposição dos produtos à medida que estes saem da prateleira (método *Kanban*); 4) o prolongamento desse método (*kanban*) para as empresas contratadas ou fornecedoras. (Idem, p.31-32).

Nesse quadro merece atenção a questão do estoque mínimo, estimulado pelo consumo e, pelo maior e melhor aproveitamento do tempo de produção (transporte, controle e estoque). Sobressai-se, também, a horizontalização da empresa, isto é, a diminuição do escopo de produção da montadora e sua extensão às subcontratadas (



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

terceiras e/ou terceirizadas) que abastecem a produção de insumos básicos. Essa horizontalização da produção, se propaga pela rede de fornecedores, disseminando os ingredientes que compõem esse sistema, quais sejam, *Kanban*, *just in time*, flexibilização, terceirização, subcontratação, CCQ, controle de qualidade total, fim dos desperdício, gerência participativa e, no plano sindical, os sindicatos por empresa, dentre outros. Esses métodos japoneses de organização do processo de trabalho geram intensa racionalização do trabalho vivo, forjando novas condições que suscitam favoravelmente um domínio e um controle maior do processo de trabalho pelo capital.(VALLE, 2007, p. 63).

Para Hirata (1993) e Abreu (1994) o trabalho e a qualificação de homens e mulheres produzem consequências diferentes nesse novo paradigma. Para os homens a especialização flexível pode corresponder à “reprofissionalização, novas carreiras profissionais e novas oportunidades de treinamento”. Em contrapartida, para as mulheres “pode significar precarização das condições de trabalho, contratos de trabalho, temporários ou parciais, justaposição de tarefas, diminuição de salários, menores benefícios sociais, etc. (VALLE, 2007,63).

Como assinalado anteriormente, as mulheres representam parte significativa nesse processo de precarização, conforme verificaremos a seguir.

PRECARIADO, TERCEIRIZAÇÃO E TRABALHO FEMININO

Uma das características do mundo contemporâneo é o surgimento de uma nova classe, em processo de formação, identificada por Standing (2013, p. 24-25) como “precarizado”. Este processo se faz acompanhar de maiores desigualdades, mercado de trabalho aberto e flexível e fragmentação das estruturas de classe nacionais. Este autor distingue sete grupos: uma “elite”, composta por um número reduzido de cidadãos globais extremamente ricos e poderosos; os “assalariados”, com emprego estável e de tempo integral, concentrados em grandes corporações e administração pública; um grupo menor de *proficians*, portador de habilidades que são vendidas no mercado por um alto preço na condição de consultores ou trabalhadores autônomos; um “núcleo” retraído de trabalhadores manuais (velha classe trabalhadora que estiveram no âmago da construção do Estado do bem-estar social e dos sistemas de regulamentação do trabalho); o “precarizado”; os desempregados e os socialmente desajustados.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Embora detenha características de classe, o precariado é *sui generis* posto que concerne a pessoas que “não tem nenhuma das relações de contrato social do proletariado, por meio das quais as garantias de trabalho são fornecidas em troca de subordinação e eventual lealdade, o acordo tácito que serve de base para os Estados de bem-estar social. (STANDING, 2013, p. 25). A insegurança e a incerteza são os elementos presente na vida do precariado constituído, sobretudo, por aqueles grupos que se encontram em empregos temporários, empregos de meio período, os estagiários e os trabalhadores das centrais de atendimento, com o agravante de que estão numa posição que não oportuniza “nenhum senso de carreira, nenhum senso de identidade profissional segura e poucos, se alguns, direitos aos benefícios do Estado e da empresa que várias gerações de trabalhadores dos que se viam como pertencentes ao proletariado industrial ou aos assalariados passaram a esperar como algo que lhes era dado”. (STANDING, 2013, p. 47).

Harvey (1993) já havia observado quanto a reorganização do mercado de trabalho promovida pela acumulação flexível, uma “dualidade” expressa nos polos “centro” e “periferia”. No centro encontram-se os trabalhadores em tempo integral, estáveis, que gozam de algumas vantagens trabalhistas e que respondem às expectativas de adaptabilidade, flexibilidade e mobilidade geográfica. Na “periferia” situam-se dois subgrupos: Um, composto por trabalhadores de tempo integral, porém menos especializados e o outro, por trabalhadores de tempo parcial, temporários, com contrato de trabalho por tempo determinado. Os trabalhadores do centro são cada vez mais reduzidos, enquanto os da periferia, cada vez mais numerosos. Ambos, no entanto, apresentam alta vulnerabilidade frente às flutuações do mercado, especialmente das décadas de 1970 em diante mediante o alargamento dos trabalhadores excluídos, isto é, além dos negros e minorias étnicas, tradicionalmente excluídos, aparecem os jovens e os trabalhadores masculinos brancos.

No Brasil, a partir dos anos 1980, segue-se a tendência mundial, com a ampliação das desigualdades no mundo do trabalho e o estabelecimento de uma nova hierarquia entre os trabalhadores, através das várias modalidades de contratação. A polivalência e a multifuncionalidade do trabalhador é apropriada pelo capital que transforma os trabalhadores em “colaboradores” da empresa em que trabalham. Os demais passam a integrar o grande contingente de trabalhadores disponíveis aos contratos parciais, temporários e sujeitos à subcontratação ou terceirização (VALLE, 2007). No Brasil,



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

“[...] na terceirização, essa relação de trabalho precário, muitas vezes, é camuflada pela justificativa de que se trata de serviços especializados”. (TEIXEIRA; PELATIERI, 2009, p. 20). Até mesmo a sua própria mensuração é dificultada, pois se alargou exageradamente as atividades de prestação de serviço, antes limitados às áreas de apoio como limpeza, segurança e restaurante. Ademais, elas apresentam um tom acintosamente individualizado como a contratação de Pessoas Jurídicas – PJ’s, por exemplo.

O perfil do trabalhador terceirizado na década de 2000 apresenta como características: expressiva diminuição de trabalhadores de cor branca; redução relativa dos trabalhadores de menor escolaridade, expansão do peso dos trabalhadores com escolaridade centrada no ensino médio e também daqueles com nível superior; crescimento da participação dos ocupados na faixa etária entre 25 a 49 anos e forte rotatividade, com o tempo de permanência no posto de trabalho terceirizado entre 15 a 23 meses (POCHMANN, 2012). Neste novo perfil do mercado de trabalho o aumento do trabalho feminino em condições de precarização e desregulamentação é favorecido por fatores como a maior escolaridade em comparação com os homens, a baixa fecundidade e os novos valores concernentes à inserção das mulheres na sociedade brasileira, em seus diferentes ambientes.

Araújo e Ferreira,(2007, p. 130) a diminuição ou estagnação do emprego masculino são contrabalançadas aumento do emprego feminino. Ocorre, nessa inversão, um grande paradoxo da globalização: “o incremento da participação feminina tem se apresentado na forma de empregos precários e vulneráveis” (idem, ibidem). A utilização do trabalho feminino em substituição ao trabalho masculino, favorece a exploração da força de trabalho na medida em que as mulheres recebem menores salários que os homens e são mais vulneráveis ao desemprego. Como diz Hirata(1993) as mulheres são as ‘cobaias’.

Araújo e Ferreira (2007) consignam ainda que, no Brasil, a terceirização tem seu lado virtuoso quando consiste em um instrumento de melhoria da qualidade, da produtividade e da competitividade, quando as inovações tecnológicas e organizacionais são transferidas para as empresas subcontratadas e se difundem ao longo da cadeia, como ocorre nas subcontratações equivalentes, aquelas que abrangem empresas de porte semelhante, redes de contratação horizontal determinada pela especialidade e qualidade na produção de certa peça ou insumo; e nas subcontratações completas, em que a contratante transfere à terceirizada a



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

fabricação completa do produto, restando à contratante somente a etiqueta e embalagens, a exemplo do que se sucede no setor de telecomunicações, embora haja pagamento de salários mais baixos, redução dos benefícios sociais e ausência de representação sindical. Com efeito, as “maravilhas da ciência e da técnica não se traduzem necessariamente na redução ou eliminação das desigualdades sociais entre grupos, classes, coletividades ou povos. Ao contrário, em geral preservam, recriam ou aprofundam as desigualdades (IANNI,1999, p. 195-196).

De outra banda, reconhece-se a existência da terceirização perniciosa, quando esta se apresenta na versão tupiniquim (Araújo; Ferreira, 2007), focada na redução de custos e na transferência dos gastos, dos riscos e do custo da mão de obra, sendo que a pressão pelos preços baixos deixa a desejar quanto à qualidade do produto. Esse tipo ocorre nas subcontratações assimétrica e parcial. A primeira congrega empresas de portes diferentes e relações desiguais de poder e subordinação, cujo modelo piramidal é prevalente no Brasil e América Latina: no ápice, encontram-se as grandes empresas; no meio para baixo a pirâmide se distende com as médias empresas. Já na segunda _parcial_ a empresa contratante transfere parte da produção a uma outra empresa, responsável pelo fornecimento de: a) matérias primas e/ou produtos semimanufaturados necessários; b) algumas vezes, fornece até o maquinário. Portanto, a empresa terceirizada só realiza parte do processo, pois, em geral, ao término da sua tarefa ainda exige-se um processamento final na firma contratante. Ressalta-se que a terceirização perniciosa pode ocorrer até mesmo na subcontratação completa. O que se vê são formas de terceirização, que hoje têm sido ressignificadas como ‘modernas’ nos Arranjos Produtivos Locais (APL’s) e nas cadeias locais e globais.

Sem embargo, a terceirização tupiniquim acarreta aos trabalhadores e trabalhadoras relações de emprego individualizadas e instáveis; condições de trabalho degradantes, com comprovados aumentos de acidentes de trabalho e doenças profissionais. A propósito, Braga (2012, p. 190-191), ao tratar da indústria *do Call center* reforça, com base em pesquisa feita pelo Ministério do Trabalho que, o adoecimento no referido setor é consequência de uma associação de fatores, dentre outros: “treinamento inadequado, estresse decorrente das metas, negligência com a ergonomia e temperatura do ambiente de trabalho, exíguos intervalos durante a jornada, folgas insuficientes, forte taxa de enquadramento do teleoperador”, além da intensificação dos ritmos de trabalho gerados



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

pelo constante processo de renovação tecnológica. Inegavelmente as mulheres são o principal público-alvo desse processo de adoecimento.

Convém, numa rápida síntese, pontuar que o predomínio das mulheres, no panorama do mercado de trabalho, se dá nos seguintes espaços: 1) Nas grandes empresas (setor industrial e de serviços(públicos) que terceirizam para as pequenas/ micros/ trabalho em domicílio; 2) em atividades produtivas ou de serviços : mais complexos, com maquinário sofisticado, de base microeletrônica ou c/ tecnologia de informação ou as que envolvem profissionais altamente qualificados , como por exemplo, injeção de plástico, indústria de embalagens, montagem de subconjuntos de peças pequenas no setor eletroeletrônico ou de autopeças. Também estão presentes na manutenção de máquinas e de ferramentaria (setores metalmeccânico, químico e petroquímico); 3) Nos anos 2000: terceirização do trabalho altamente qualificado como: profissionais da área da saúde subcontratados como autônomos, cooperativas de professores (colégios e universidades privadas), profissionais da área de tecnologia de informação subcontratados como pessoa jurídica individual ou limitada (PJ's) ou por meio de cooperativas.

Atentemos para o fato de que a relação entre trabalhadoras e habilidades necessárias, em regra são adquiridas por meio do processo de socialização e de formação de gênero no espaço doméstico, o que implica em afirmar que não são pagos, e quando pagos não são considerados como trabalho qualificado. A exceção são as trabalhadoras da educação e da saúde que desenvolvem 'tarefas da mãe e profissionais no lar'.

Todo esse panorama gera um grande estímulo à terceirização da mão de obra feminina, quando se constata que elas recebem os salários mais baixos , embora seja mão de obra mais escolarizada possuindo, em “média, dois anos a mais de estudo que os homens, ou seja, enquanto as mulheres estudam 8,9 anos, os homens têm somente 6,9 anos de estudo” (Guerra et al., 2007, p.84); tem reduzido ou eliminados seus direitos trabalhistas, diante da informalização de tais atividades nas pequenas e micro empresas, no trabalho em domicílio e nas cooperativas. O serviço de tele-atendimento também reforça esse viés feminino, devido às habilidades atribuídas às mulheres como paciência, disponibilidade para ouvir e suavidade da voz.

O que se observa é que há a construção de novos ou renovados espaços de confinamento da mão de obra feminina, por meio da superposição de novos e antigos mecanismos de segmentação de gênero. No entanto, tais nichos revestem-se de formas



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

precárias de trabalho, ampliando as bases de exploração e dominação do trabalho. Nos tempos atuais, o paradoxo da terceirização se torna cada vez mais forte, uma vez que para as mulheres, ou pelo menos para a maioria, essas formas precarizadas de trabalho representam a única possibilidade de inserção no mercado de trabalho e de sobrevivência. Já as empresas disseminam tais formas como prática ‘moderna’, que asseguram condições de concorrência com outras empresas do ramo por meio da eliminação de encargos e impostos, transferência de riscos, como por exemplo, no caso das costureiras, o pagamento por peça, a cobrança dos insumos básicos, o estabelecimento de prazos curtos para entrega, dentre outras exigências.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Insegurança e incerteza estão presentes no mundo do trabalho contemporâneo com sua parcela expressiva de homens e mulheres, pelo trabalho temporário, parcial e sem garantias dos direitos trabalhistas. A partir dos anos 1980, observa-se em escala global, a fragmentação da classe trabalhadora e a formação de uma nova classe, o precariado, sendo que as mulheres constituem parte expressiva deste. Para o capital, a especificidade da mão de obra feminina e sua eficácia reside nas habilidades naturais ou ‘corporais’ das mulheres adquiridas ‘naturalmente’ nas tarefas domésticas. Torna-se necessário descortinar esse conjunto de representações sociais apropriados pelo capital que serve de fundamento para a desvalorização e para a subremuneração das tarefas executadas pelas trabalhadoras. A observância das relações de gênero é imprescindível para a compreensão da terceirização, pois para as mulheres, e, sobretudo para as mulheres negras, ela apresenta-se como uma forma de extrema precarização de trabalho e das relações de trabalho.

Frente às formas de desregulamentação, fundamental e urgente é o estabelecimento do diálogo envolvendo a sociedade civil e o Estado para regulamentar as relações de trabalho, em especial a terceirização, uma vez que esta dissimula as formas de precarização de que se reveste o trabalho. O ponto central do debate deve partir do entendimento de que a atividade-fim não pode ser passível de terceirização por parte da tomadora do serviço. Por sua vez, os setores, áreas e atividades que compõem a atividade-fim em cada segmento de atividade deveriam ser alvo de negociação entre empresas e representações sindicais, pois se, em muitas situações, a terceirização é um processo sem



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
09, 10 e 11 de Novembro de 2016
Manaus - Amazonas

volta, a mesma deve orientar-se por indicadores, como por exemplo, especialização, qualificação e ganhos de escala, e não pela diminuição de salários, aumento de jornadas e degradação das condições de trabalho, como ocorre hoje em dia em todas as sociedades do mundo moderno.

A precarização do trabalho da mulher, sobretudo a partir da década de 1980, assegura no mundo do trabalho a permanência da reprodução das diferenças e desigualdades sociais e de gênero ao reservar para as trabalhadoras os postos de trabalho que requerem menos qualificação, com salários mais baixos, longas jornadas de trabalho, contratos de trabalho temporários ou parciais e assim sucessivamente. Preservar e ampliar direitos, eis uma tarefa que a todos desafia, diante do amoldamento do mercado de trabalho em que a formalidade tende a continuar caminhando lado a lado com outras formas de inserção e modalidades de contratação. Daí impondo-se como grande desafio a compreensão dessa dinâmica que suscita políticas de inclusão e ampliação da rede de proteção social dos trabalhadores, sem descuidar-se da garantia de um desenvolvimento econômico sustentável.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Alice. Especialização flexível e gênero: debates atuais. *São Paulo em perspectiva* (38), São Paulo, 1994.
- ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?* Campinas: Cortez, 2000.
- ARAÚJO, Angela. M. C.; FERREIRA, Verônica. C. Terceirização e Relações de Gênero. In : DAU, Denise M., RODRIGUES, Iram J. e CONCEIÇÃO, Jefferson J. (Orgs.). *Terceirização no Brasil: do discurso da inovação à precarização do trabalho* (atualização do debate e perspectivas). São Paulo : Annablume, 2009.
- BRAGA, Ruy. *A política do precariado : do populismo à hegemonia lulista*. São Paulo : Boitempo, 2012.
- BOLTANSKY, Luc; CHIAPELLO, Ève. *O Novo espírito do capitalismo*. São Paulo: Martins Fontes. Tradução: Ivone c. Benedetti. Revisão técnica Brasília Sallum jr., 2009.
- BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e capital monopolista*. A degradação do trabalho no século XX. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. A era da informação: economia, sociedade e cultura; v. 1. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- HIRATA, Helena. *Sobre o modelo japonês* (Org.). São Paulo: Edusp, 1993.
- HOBSBAWN, Eric. *A era dos extremos*. O breve século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- GRAMSCI, Antonio. Americanismo e Fordismo. In: *Maquiavel – a política e o Estado moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

- GUERRA, Alexandre et al. *Trabalhadores urbanos: ocupação e queda na renda*. São Paulo: Cortez, 2007. – (Atlas da nova estratificação social no Brasil; v. 2).
- IANNI, Otávio. *A sociedade global*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- MATTOSO, Jorge. *O mundo do trabalho*. Crise e mudança no final do século. São Paulo: Página Aberta, 1994.
- NEVES, Magda de A. Transformação do mundo do trabalho: as consequências para o trabalho feminino. In: *Cenários, transformações, desafios e perspectivas no mundo do trabalho*. Autonomia e gestão do trabalho. HORTA, Carlos R.; COSTA, Cândida da (Orgs.). Manaus: Edua, 2013.
- PELIZARO, Inês. O trabalho precarizado e o sofrimento psíquico: um estudo a partir dos trabalhadores têxteis de Blumenau. In: *Dynamis. Revista tecno-científica*. V. 10, nº 41. Out/dez 2002. (Edição especial Saúde da família). Blumenau-SC: FURB, 2002, pp.28-38.
- POCHMANN, Marcio. *Nova classe média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira*. São Paulo: Botempo, 2012 (Mundo do Trabalho).
- SENNETT, Richard. *A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record. (1999).
- STANDING, Guy. *O precariado: a nova classe perigosa*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.
- TEIXEIRA, Marilane; PELATIERI, Patrícia. Terceirização e precarização do mercado de trabalho brasileiro. In: DAU, Denise M. D.; RODRIGUES, Iram. J.; CONCEIÇÃO, Jefferson J. *Terceirização no Brasil: do discurso da inovação à precarização do trabalho* (atualização do debate e perspectivas), 2009.
- VALLE, Izabel. *Globalização e reestruturação produtiva: um estudo sobre a produção offshore em Manaus*. Manaus: EDUA, 2007.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

A PRODUÇÃO E A (RE) PRODUÇÃO DAS CIDADES NA AMAZÔNIA: DIMENSÕES DO ESPAÇO VIVIDO. PRODUCTION AND REPRODUCTION OF THE CITIES IN THE AMAZON: DIMENSIONS OF LIVED SPACE.

Cinthyia Martins Jardim¹ E-mail: cinthyajardim@hotmail.com

Nara Maciel Falcão Lima² E-mail: nmfalcao@yahoo.com.br

RESUMO: Este trabalho reúne estudos desenvolvidos nas disciplinas “A cidade e o urbano na Amazônia” do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia ministrada pelo professor Dr. José Aldemir de Oliveira e “Cidades e Rede Urbana na Amazônia” do Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia ministrada pela professora Dra Tatiana Schor. O artigo propõe uma reflexão, a partir dos processos históricos que influenciaram na organização da rede urbana na Amazônia, sobre o espaço que é produzido e (re) produzido na Amazônia a partir do cotidiano das pessoas que os constrói, afinal, a cidade é o lugar do vivido. O propósito principal voltou-se para a compreensão das dimensões do espaço vivido nesta imensa Amazônia, como um espaço que é produzido, (re) produzido e recriado, não apenas como lugar das perdas, mas também como possibilidade de uma nova vida. O caminho metodológico se construiu por meio das leituras propostas nas disciplinas, e dos debates desenvolvidos em sala de aula, foram produzidos resumos a cada sessão, de onde originou-se este artigo. Como parâmetro para a análise, dada a abrangência da temática, foi feito um recorte, a partir de um estudo comparativo entre o processo histórico vivenciado no vale do rio Madeira e a historicidade vivenciada no rio Jaú, afluente do Rio Negro, onde se encontram as ruínas de Velho Airão, cujo lugar se tornou o pilar para os estudos realizados por Victor Leonardi e sua obra: Os historiadores e os rios: natureza e ruína na Amazônia Brasileira (1999).

PALAVRAS - CHAVE: Espacialidade. Modo de vida. Cidades amazônicas.

INTRODUÇÃO

Atualmente, o padrão de organização das cidades reflete as transformações ocorridas no advento da globalização e a necessidade de criar espacialidades que reduzam o tempo de circulação e o transporte de mercadorias. Porém, no caso da Amazônia, é importante perceber como a historicidade encontrada nos lugares refletem o padrão de organização que influenciou na formação das singularidades encontradas em sua rede urbana.

¹Doutoranda em Sociedade e Cultura da Amazônia. Mestre em Sociedade e Cultura da Amazônia. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM). Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas das Cidades da Amazônia Brasileira – NEPECAB.

² Doutoranda do Programa Sociedade e Cultura na Amazônia. Mestre em Educação pelo PPGE/UFAM. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM). Docente do Instituto de Saúde e Biotecnologia – UFAM/Coari.





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Na Amazônia, as relações entre sociedade e natureza sempre foram muito intensas. Um olhar superficial lançado sobre a região denota a ideia da rusticidade vivenciada em um meio natural pouco povoado, marcado pelo calor escaldante encontrado em uma floresta fechada e úmida, entrecortada por inúmeros rios. A fim de compreender melhor essa dinâmica que marca a relação dos habitantes que constroem essa espacialidade no tecer dos seus cotidianos, é que se elegeu um debate a partir do ponto de vista de alguns autores que discutem a temática das cidades. De modo específico, parte-se da leitura e discussão da obra de Victor Leonardi intitulada: *Os historiadores e os rios: natureza e ruína na Amazônia brasileira* (1999). Sobre essa espacialidade, Leonardi (1999, p. 15) afirma que: “[...] nesse labiríntico mundo aquático e florestal, é difícil separar cultura e natureza, ou não incorporar, a nossa (dos historiadores) noção de tempo [...]”.

O contato entre colonizador e povos tradicionais foi sempre marcado por conflitos, de um lado, os indígenas que lutavam pela preservação de seus costumes e crenças, e de outro, os portugueses que impunham um plano de colonização todo ele baseado no modo de vida europeu desconsiderando os aspectos regionais da realidade amazônica, tão bem conhecidos pelos nativos que já possuíam inúmeras técnicas desenvolvidas para utilização dos recursos naturais oferecidos pela natureza (OLIVEIRA, 2014).

A exploração das riquezas na Amazônia sempre exigiu um modo próprio de trabalho ao qual não estavam familiarizados aqueles que vieram em busca de coletar os produtos da floresta e demais riquezas que muitos viajantes afirmavam possuir esta região. Neste caso, não somente os meios de transporte, sendo os mais utilizados aqueles do tipo fluviais, seriam necessários como também a força de trabalho e o conhecimento daqueles que habitavam a região.

Oliveira (2000) assinala que a expansão da fronteira na Amazônia se dá a partir de um processo contraditório, baseado num tripé: a destruição das formas espaciais existentes, a criação das resistências e a reconstrução de formas e conteúdos espaciais dotados de novas dimensões e significados. Por isso, a compreensão das dimensões do espaço vivido, no caso específico da Amazônia, precisa abarcar esse espaço como sendo produzido, reproduzido e recriado com vistas à superação da visão da carência e a atitude da espera, para além disso, é preciso visualizar as possibilidades que a partir das relações desiguais, podem ser pensadas para o combate das formas de exploração que ainda hoje persistem na sociedade.

Sobre os rios e a formação das cidades na Amazônia

Para o entendimento da rede urbana na Amazônia, é preciso conhecer a essência do ritmo de vida que foi firmado com o lugar desde a chegada dos europeus nesta região. Dois aspectos históricos e econômicos precisam ser resgatados: a exploração das drogas do sertão e a exploração gumífera, uma vez que esses ciclos marcaram momentos de exploração que foram vivenciados



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

na região. Isto adquire importância para a demonstração do quanto os aspectos naturais determinaram a reprodução espacial que hoje se encontra refletida nas cidades amazônicas, resultantes de um processo dialético constante entre o velho e o novo, que marca as lutas de resistência dos povos que habitam a região. Porro (1990, p. 16) indica que a concentração demográfica nas cidades amazônicas ao longo dos rios deve-se a

[...] conquista europeia, a rede hidrográfica condicionou a penetração e a fixação do branco e, conseqüentemente, a dizimação da população nativa. Já em fins do século XVIII as tribos de várzea haviam praticamente desaparecido; em seu lugar ia se reconstituindo um novo povoamento a partir de índios *descidos* dos médios e altos cursos dos rios de portugueses e de mamelucos das mais variadas origens.

Esta afirmativa também é encontrada em Leonardi (1999) quando assevera que desde o processo de colonização regional, os rios na Amazônia sempre foram determinantes para estabelecer as atividades extrativistas, as vias de circulação de mercadorias, a criação de aldeamentos indígenas e as espacialidades onde foram fixadas as missões religiosas geopoliticamente pensadas e articuladas para atender os interesses dos europeus no lugar.

Embora a presença dos portugueses tenha sido marcante nos processos de colonização resultando nas mudanças econômicas, religiosas, sociais e principalmente culturais, é importante ressaltar que tais mudanças, não ocorreram ao mesmo tempo e com a mesma intensidade em todas as regiões, mas foi a partir disso que se implantaram novas relações sociais responsáveis por originar outras formas e conteúdos espaciais, criando povoados, modificando modos de vida, estabelecendo novos olhares e intensificando a relação dos laços historiográficos com o rio.

No caso do rio Madeira, Letizia (2000, p. 14-16) assinala que,

[...] o objetivo espiritual intenso de reduzir o paganismo detendo-se na conversão dos nativos ao catolicismo foi exacerbadamente praticado pelos missionários nessas áreas, possibilitando gradativamente que se efetivasse o processo de lusitanização e propiciando, a penetração e a expansão do Estado português em toda a Amazônia.

Segundo esta autora, as informações históricas relativas às primeiras fases de conquista no rio Madeira durante o período colonial são limitadas e escassas, acreditando-se que esse fato seja



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

o resultado do distanciamento da área do Madeira em relação ao litoral atlântico, fato este que dificultou a ação das expedições de reconhecimento nessas áreas.

Para Loureiro (1978, p. 149), informações sobre a origem das cidades amazonenses localizadas no vale do Madeira “[...] são frutos da concentração da população indígena em torno de fortificações ou de igrejas missionárias, entre elas a Missão Trocano, primeira vila do Amazonas, atualmente conhecida como cidade de Borba”. Embora não fosse de interesse dos colonizadores se fixarem definitivamente na área do Madeira, as atitudes de desbravamento ao novo território deram origem a constantes conflitos entre os grupos indígenas e as expedições exploratórias.

Os Mura, Torá, Mundurucu, Trocano, dentre outros, passaram a ser afugentados ou induzidos à paz pela ação dos jesuítas na região a partir de 1669. Entre os religiosos que atuaram na área do Madeira, destaca-se a figura do padre Mestre João de São Paio, fundador das primeiras missões no médio Madeira, conhecido na região como padre Sampaio, o Apóstolo do Madeira.

Os esclarecimentos históricos encontrados sobre o rio Madeira resultaram das observações feitas por missionários que serviam de escrivães e de testemunhas oculares durante as primeiras viagens de reconhecimento, descrevendo com detalhes a paisagem local, o curso percorrido pelos rios, as riquezas e potencialidades da região e, principalmente, o modo de vida da população indígena que ali se encontrava. Entre esses documentos, merecem destaque as informações organizadas por Cristóbal de Acuña durante as viagens de reconhecimento de Pedro Teixeira e os relatos do Padre Sampaio durante a viagem de Francisco de Melo Palheta em 1723, que ficou conhecido como o desbravador do rio Madeira em virtude de ter organizado novas e minuciosas informações sobre esse rio.

Levantamentos elaborados por Letícia (2000) apontam que o rio Madeira foi uma via muito procurada pelos portugueses por estabelecer contato entre o Mato Grosso e o Pará e por constituir um verdadeiro empório de drogas do sertão e de almas por cristianizar, incitando os ânimos aventureiros a realizar inúmeras viagens a fim de alcançar reputação e fortuna junto às águas do grande rio.

Na margem esquerda do Rio Negro, o processo de lusitanização começou em 1693 depois das queixas expedidas pelo Conselho Ultramarino, que alegavam a falta da ação de missionários nessas áreas. Assim, segundo Leonardi (1999) foi realizada a criação do povoado de Santa Elias do Jaú, com atividades extrativas das drogas do sertão, de pesca e principalmente os trabalhos religiosos dos Mercedários e Carmelitas, responsáveis pela catequização e aldeamentos dos povos



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

indígenas do baixo rio Negro: Aroaqui, Manaó, Tucum, Tarumã e Baré. Sobre o processo inicial de organização histórica de Velho Airão, Leonardi (1999, p. 29) afirma que,

[...] essa foi a fase inicial da história do Velho Airão, ligada aos Tarumã e aos missionários carmelitas, fase em que a coragem e a aventura ainda se misturavam com o extrativismo; diplomacia e escambo com o mundo distante do Caribe. Fase de construção de uma igreja de pedra em plena selva, em homenagem a Santo Elias, um dos profetas de personalidade mais enigmática de todo o Antigo Testamento [...] Santo Elias do Jaú foi crescendo lentamente, chegou a ter sobrados, além da igreja, onde se comemorava, com muita pompa, a festa do Divino Espírito Santo, nas primeiras décadas do século XVIII.

De acordo com os relatos do Frei Vitoriano Pimentel, Santo Elias do Jaú foi considerado nessa época a “boca do Sertão”, em virtude de estar localizada muito distante de São Luiz do Maranhão, com a finalidade de impedir o comércio das drogas do sertão que os holandeses oriundos do Suriname tentavam realizar naquela área. Assim, Santo Elias do Jaú, se tornou a área povoada mais antiga do Rio Negro, visto que na época, a cidade de Barcelos ainda não tinha sido fundada.

Mesmo assim, somente em 1759, a aldeia de Santo Elias do Jaú foi elevada à categoria de lugar recebendo o nome de Airão, envolvida no processo geopolítico implantado pelo Marques de Pombal na Amazônia, para demarcação das fronteiras, o qual consistia em atribuir topônimos portugueses aos povoados encontrados em toda região. No entanto, os relatos apontados por Leonardi (1999), indicam as tendências, daquilo que o autor classifica como “arruinamento do lugar”, desde os fins do séc. XVIII, avaliando os fatores históricos que contribuíram para o estabelecimento da crise e do abandono dos moradores da cidade.

Segundo Oliveira (1988), o segundo momento histórico de exploração econômica realizada na área do Madeira, ocorreu a partir de 1845, com o crescimento da comercialização da borracha no mercado mundial e as novas medidas governamentais implantadas na região, contribuindo para o povoamento da Amazônia e incentivando para o surgimento de uma nova fase de ocupação na região. Esse processo expansionista, resultante da dependência econômica amazonense ao capitalismo monopolista internacional, carrou para a região amazônica grande leva de migrantes nordestinos que rumaram em direção aos altos rios do Amazonas em busca de áreas abundantes em seringueiras, concentrando-se principalmente nos vales do Juruá, Purus e Madeira. Oliveira (1988, p. 95-96) considera que,



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

[...] com a procura cada vez maior da borracha e o seu comércio, houve um incremento demográfico na região, padrões de vida foram alterados e o isolamento em que a mesma vivia foi rompido [...]. Vinham principalmente do Nordeste. Pernambucanos e cearenses fixaram-se no Baixo Purus que, até então, só tinha sido penetrado por droguistas-do-sertão e por pescadores [...]. A partir de 1870, as migrações que se originavam no Pará, Maranhão e todo o Nordeste em direção aos altos rios do Amazonas continuaram em expansão. Os locais mais explorados, por causa da abundância de seringueiras, foram os vales dos Juruá, Purus e Madeira.

A produção gumífera extraída do Xingu, Tapajós, Javari, Juruá, Madeira e principalmente Purus, originou a intensa procura do produto amazônico no mercado americano e europeu na tentativa de atender a comercialização do látex no mercado mundial, ao mesmo tempo que, modificou o ritmo de vida e o uso do tempo na região, motivou a realização de uma economia centrada no aviamento da produção, que consistia em um crédito concedido aos seringueiros para a aquisição de mercadorias e na circulação de mercadorias extraídas da floresta como a borracha, os óleos e as madeiras, as quais eram realizadas pelos barcos a vapor que passaram a cortar os rios amazônicos. Leonardi (1999, p. 122-123) afirma que o novo ritmo de vida instaurado com a expansão da borracha e o início da navegação a vapor no rio Negro originou,

[...] o estabelecimento de uma linha pelo rio Negro, 1854, que ia até Santa Isabel, com escalas em Airão. Essa navegação regular tirou os brancos do Jaú de seu isolamento secular. [...] Quando Tenreiro Aranha veio, de Belém para Manaus, em dezembro de 1851, no vapor Guapiassu, gastou apenas 17 dias, o que era uma verdadeira revolução nos transportes e nas comunicações. Poucos anos depois, esse mesmo percurso passou a ser feito em dez dias. Com isso, um serviço de correio começou a funcionar regularmente, não só entre Manaus e Belém, como também entre as vilas e povoações do interior do Amazonas e a capital dessa província [...]. De Airão até Moura, povoação vizinha a montante do rio, gastavam-se 7 horas e vinte minutos a montante do rio, 1861.

No caso de Airão, a partir de 1870 nos seringais do Jaú, esse processo de exploração gumífera se intensificou gradativamente chegando a atingir uma produção de três mil quilos de borracha em 1880, estimulando assim a dinamização do comércio e a entrada de migrantes nordestinos vindos do Ceará, Paraíba e demais estados. Esses migrantes serviram de mão de obra nos seringais e foram gradativamente sendo inseridos em um poderoso sistema de exploração e controle pelo monopólio da borracha na região, organizado pelas casas aviadoras de Manaus e Belém, que estabeleceram um sistema de redes comerciais articuladas para o controle do comércio da borracha em todos os rios amazônicos (LEONARDI, 1999).





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Embora o ciclo econômico gumífero tenha possibilitado a circulação de muito dinheiro na Amazônia e contribuído principalmente para a criação do espaço urbano na cidade de Manaus, conhecida como a “Paris dos Trópicos”, por exaltar a riqueza e o luxo com a construção de um moderno teatro no meio da floresta com a finalidade de implementar a ideia do progresso na região, para Leonardi (1999, p. 152-153), é preciso refletir sobre o real significado da ideia de progresso na região, pois o caráter ideológico que envolve essa ideia serviu para camuflar as mazelas nacionais impostas pelo regime republicano em todo país, pois,

[...] essa ideia unilateral de “progresso”, ou de progresso entre aspas – que é aquela que não percebe os aspectos destruidores e tenatológicos da submissão do planeta ao capital financeiro – acabou sendo criticada pelos historiadores de diferentes tendências. Alguns desses autores, por incompreensão ou proselitismo, formularam críticas tão contundentes do conceito de progresso, que acabaram anulando por completo a possibilidade apreender e analisar, em suas pesquisas, fenômenos objetivos do crescimento real das “forças produtoras”[...]

Para Leonardi (1999) a ideia de progresso é dupla e implica no estabelecimento de um juízo de valor que aponta rumos a permear os caminhos da subjetividade, podendo conduzir a um racionalismo exagerado ou a negação da possibilidade da mudança. É importante perceber na construção histórica da organização espacial das cidades amazônicas o espírito de negação sistemática desse processo e as mudanças que foram vivenciadas na região que, na maioria das vezes não permitiram, principalmente para uma minoria da população que vivia nos seringais, usufruir do acúmulo de riquezas centralizadas em Manaus, as quais não geraram mudanças e transformações profundas na educação, na saúde, na alimentação, na cultura e no lazer dos povos da Amazônia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível perceber que a articulação entre passado e presente, contextualizando os principais fatores históricos que influenciaram na organização espacial das primeiras cidades amazônicas, envolve os sentimentos e os conflitos daqueles que viram seus sonhos frustrados e condenados à estagnação. Isto leva ao entendimento de como um episódio de euforia econômica pode influenciar na vida da população local e na reprodução de seu espaço urbano, contribuindo para o surgimento de novas espacialidades ou de um isolamento econômico na região.

A análise sobre os elementos contextuais que se articulam na produção do espaço, não deixa de ser uma oportunidade de reflexão sobre o modo próprio de vida experimentado pelos



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

moradores das diversas localidades dessa imensa Amazônia. Dentro dessa ótica, é preciso reconhecer que nem sempre os olhares daqueles que aqui habitam conseguem alcançar a profundidade que cada lugar, cada cidade, cada contexto, esconde para além daquilo que é aparente, ou melhor, daquilo que pode ser caracterizado como cidade, visto que, a cidade resulta de uma sucessão de momentos históricos e sua produção está em constante renovação, propiciando o surgimento de novas formas e funções, à medida que esta mesma sociedade e seus respectivos interesses também se modificam.

Da forma como assinala Oliveira (2000), o processo de produção do espaço não ocorre apartado da vivência dos sujeitos nele inseridos e da relação destes com a natureza. É preciso não perder de vista que a Amazônia de hoje é um lugar bem diverso do que era no início do século XX, “[...] não só porque a floresta, os rios e o solo foram profundamente modificados, mas principalmente, porque a cultura mudou [...] a partir da transformação de hábitos e costumes, sobretudo, no decorrer das últimas cinco décadas” (OLIVEIRA, 2000, p. 21).

Um fator indispensável na análise do processo de desenvolvimento na Amazônia e na compreensão das dimensões que perpassam o espaço vivido, é a questão da degradação do homem e da natureza, que nem sempre é levado em consideração por aqueles que projetam ou se apropriam dos espaços, sejam moradores, viajantes ou exploradores de determinados recursos existentes nas localidades desta região. E sobre isso, é válido chamar a atenção para o fato de que esse processo de degradação se ampliou com a inserção das inovações tecnológicas nos meios de produção.

O próprio homem amazônico demorou a perceber que embora tudo parecesse infinito na natureza, inevitavelmente, o processo de desenvolvimento somado ao uso indevido dos recursos e/ou equipamentos, num dado momento, causaria a degradação. O mito da produtividade ilimitada e de todas as iniciativas levadas a cabo em nome do desenvolvimento da região determinaram novas mediações nas relações sociais, modificando não apenas aspectos da natureza, mas, sobretudo, alternando os modos de vida dos seus habitantes.

Os lugares possuem especificidades, por isso, o modo como as inovações atingem cada lugar e de como as pessoas vão se relacionar com o novo, vai ser diferente. Essas novas relações, implantadas, principalmente, pela expansão do capital, mediadas pelos usos e costumes de cada lugar, vão determinar a forma de produção do espaço, compreendido este na articulação entre o local, o nacional e o global.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

REFERÊNCIAS

LEONARDI, Victor. *Os historiadores e os rios: natureza e ruína na Amazônia brasileira*. Brasília: UNB, 1999.

LETIZIA, Maria Eva. *A identidade étnica e sócio-cultural dos habitantes do vale do rio Madeira, radicados no município de Humaitá, Estado do Amazonas – Brasil*. Grenoble – França: Crelit – Universite Stendhal – Grenoble III, 2000.

LOUREIRO, Antônio José Souto. *Síntese da História do Amazonas*. Manaus: Imprensa Oficial, 1978.

OLIVEIRA, Adélia Engrácia de. Amazônia: modificações sociais e culturais decorrentes do processo de ocupação humana (séc. XVII ao XX). *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*. Belém, 1988. 65-115.

OLIVEIRA, José Aldemir de. Dimensões do espaço vivido. In.: OLIVEIRA, José Aldemir de. *Cidades na selva*. Manaus: Valer, 2000

_____. A invenção geográfica da Amazônia. *GeoUECE – Programa de Pós-Graduação e Geografia*. v. 3, n. 5, julho/dezembro, 2014.

PORRO, Antônio. Os povos indígenas da Amazônia à chegada do europeu. In: *História da Igreja na Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1990. 11-48.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

A TRANSPARÊNCIA TEMPESTIVA DOS ATOS ADMINISTRATIVOS DE OBRAS PÚBLICAS PARA O EFETIVO CONTROLE SOCIAL, EM FACE DA LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO

THE TEMPESTIVE TRANSPARENCY OF THE ADMINISTRATIVE ACTS OF PUBLIC WORKS FOR THE EFFECTIVE SOCIAL CONTROL, ACCORDING TO THE INFORMATION ACCESS LAW

MEIRA, Fernando da Rocha¹

rocha.meira@gmail.com

BENTES, Dorinethe dos Santos²

dorinethebentes@gmail.com

RESUMO

O objetivo deste trabalho é demonstrar que a Lei de Acesso à Informação veio para ampliar e permitir um maior controle social tempestivo das obras públicas, ou seja, os recursos públicos recebidos e à sua destinação devem ser registrados e divulgados em tempo hábil para a sociedade. Neste estudo será realizado uma revisão bibliográfica comparando a legislação, doutrina e jurisprudência vigentes, cartilhas e orientações de órgãos técnicos que permeiam a transparência de atos administrativos referentes a obras públicas, além de observar a efetividade e a tempestividade de tais informações para o controle social. Os resultados desse estudo são informar e transparecer a sociedade que a partir da Lei de Acesso à Informação é possível cobrar do Estado uma maior disponibilidade de informações envolvendo obras públicas de grande valor.

Palavras-chave: Acesso à Informação; transparência; controle social; obras públicas.

INTRODUÇÃO

Uma obra pública dependendo do seu valor, tamanho e relevância apresenta um grande impacto social, principalmente para os moradores próximos a ela. Os atos administrativos envolvendo uma obra de construção de passarelas para pedestres, asfaltamento, recapeamento, construção de hospitais, creches, dentre outras, a priori, construídas pelos representantes do povo, o governo, deveriam ser de fácil acesso, ampla transparência para que a sociedade afetada, no mínimo, efetue um controle sobre atos e gastos públicos. A indisponibilidade de tais atos inviabiliza o controle social.

¹ Graduando do quarto período de Direito na Universidade Federal do Amazonas. UFAM.

² Professora orientadora do Curso de Direito na Universidade Federal do Amazonas. UFAM.





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Para isso, o presente artigo visa verificar se a legislação internacional e nacional, garantem a transparência oportuna e permite o controle social dos atos administrativos envolvendo uma obra pública. Além disso, visa verificar alguns atos administrativos de obras públicas que devem ser de domínio público conforme a legislação brasileira.

Vale demonstrar, também, que no âmbito internacional através do tratado (Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção) o Brasil obrigou-se a transparecer seus atos públicos. Por meio da Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção, os Estados visam o máximo de transparência como forma preventiva de combate a corrupção, essa transparência representa o respeito a coisa pública (Republica) e ao estado democrático (alternância de governos), possibilitando a sociedade em geral fiscalizar e controlar os atos dos governos.

A Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011) vem de forma inovadora, obrigar a Administração a publicar seus atos e amplia e/ou regula os direitos de qualquer cidadão de obter informações perante os órgãos públicos.

A metodologia utilizada foi o estudo qualitativo, que tem elementos descritivos, visou a compreensão do fenômeno pesquisado, que no caso é o Acesso à Informação de licitações de obras públicas. As fontes de pesquisa foram bibliográficas, com base em cartilhas, revistas, manuais, orientações normativas, ademais. Além da análise da legislação, doutrina e jurisprudência de normas pertinentes ao Direito Administrativo e ao Direito Constitucional e demais assuntos relacionados ao tema de acesso à informação e licitações públicas. Ressalta-se, inclusive, a análise na legislação internacional.

A referente pesquisa utilizou o método Dedutivo (que corresponde à extração do conhecimento a partir de conceitos gerais aplicáveis nas hipóteses em concreto) partindo da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527 de 2011) para estudar as obras públicas na Lei de Licitações (Lei nº 8.666 de 1993).

Este estudo é importante em decorrência da Lei de Acesso à Informação ser uma lei nova que contribui para a informação sobre a obrigatoriedade ou não da disponibilização de atos vinculados a projetos de engenharia no âmbito da Administração Pública, tendo como base a Lei de Acesso à Informação 12527/2011.

Quanto a importância acadêmica, esse estudo envolve a nova transparência de atos administrativos de obras públicas que a Lei de Acesso à Informação exige da Administração, visto que a lei de acesso é recente no âmbito jurídico.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Em razão de ser o pesquisador um estudante de direito, tal artigo fomentará o conhecimento (a respeito da minha formação) do Direito Administrativo, principalmente na área do direito de acesso de informação que o cidadão adquiriu para fiscalizar uma obra pública.

A relevância social deste artigo é cientificar a sociedade da possibilidade de obter informações dos atos administrativos, visto que é obrigatório a Administração Pública transparecer seus atos numa obra pública, para possibilitar o controle e a accountability social, que é o dever de prestar contas do gasto público.

O presente artigo versará no seu primeiro tópico sobre o direito comparado no âmbito internacional e nacional, visando qual tratado rege a transparência pública internacional (no que couber) e apontando seus principais artigos que obriga o Brasil a transparecer seus atos. Além disso abordará a orientação técnica do IBRAOP (OT - IBR 001/2006) ao qual verifica documentações pertinentes a obras públicas, essenciais na contratação e que devem ser publicadas.

Portanto, neste estudo, foi possível examinar as inovações e a efetividade do controle social que a Lei de Acesso à Informação trouxe na transparência de atos administrativos, em face das obras públicas.

Transparência Pública Internacional

Enfatizando a transparência pública no âmbito internacional, tem-se, além de outros tratados internacionais, a Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção. Nesta Convenção o Brasil assinou o tratado, porém, o tratado só passou a ter força de lei após a promulgação e publicação do Decreto 5687/2006, que ocorreu em 31 de janeiro de 2006. É de ressaltar, de início, que apesar da Convenção ter como ênfase o combate a corrupção, ela enfatiza bastante o tema da transparência pública, obrigando a implementação deste tema pelos Estados signatários. Seguindo o pensamento, temos pontos jurídicos enaltecidos nos artigos da Convenção e a seguir expostos.

A Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção, no seu artigo 13, garante à sociedade como um todo a participação ativa na prevenção e combate à corrupção. Esse combate é enaltecido através da adoção de medidas relativas a transparência pública, como: “a) Aumentar a transparência e promover a contribuição da cidadania aos processos de adoção de decisões; ” e “ b) Garantir o acesso eficaz do público à



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

informação; ”. Tais medidas visão garantir as sociedades um controle maior da transparência e da gestão pública. Ressalta-se, inclusive, que na tomada de decisões é necessário que o tomador da decisão respeito a opinião ou a contribuição dos seus cidadãos.

Corroborar para a ideia de transparência como medida preventiva de combate a corrupção, o fato do Artigo 5, ter como título “Medidas Preventivas” e obrigar os Estados a terem políticas e práticas, dentre outras, que visem a participação social, a transparência e a prestação de contas - tudo com intuito de combater a corrupção.

No artigo 9 da Convenção (a seguir) é registrado a obrigatoriedade da transparência das contratações públicas, licitações, adjudicações públicas e entre outras documentações (item 1 alínea “a”). Além disso, no item 2, alínea b, obriga a apresentação oportuna dos ingressos e gastos do governo. A apresentação é oportuna (tempestiva ou atualizada) para a sociedade, para ela pode questionar e/ou opinar, em tempo hábil, sobre gastos e ingressos.

Artigo 9: Contratação pública e gestão da fazenda pública

1. Cada Estado Parte, em conformidade com os princípios fundamentais de seu ordenamento jurídico, adotará as medidas necessárias para estabelecer sistemas apropriados de contratação pública, baseados **na transparência**, na competência e em critérios objetivos de adoção de decisões, que sejam eficazes, entre outras coisas, para **prevenir a corrupção**. Esses sistemas, em cuja aplicação se poderá ter em conta valores mínimos apropriados, deverão abordar, entre outras coisas:

a) A **difusão pública de informação** relativa a procedimentos de **contratação pública e contratos, incluída informação sobre licitações** e informação pertinente ou oportuna sobre a **adjudicação** de contratos, a fim de que os licitadores potenciais disponham de tempo suficiente para preparar e apresentar suas ofertas;

2. Cada Estado Parte, em conformidade com os princípios fundamentais de seu ordenamento jurídico, adotará medidas apropriadas para promover a **transparência** e a obrigação de **render contas** na gestão da fazenda pública. Essas medidas abarcarão, entre outras coisas:

b) A apresentação **oportuna de informação sobre gastos e ingressos**. (**Grifo do autor**).

Portanto, em âmbito internacional, inicialmente, o Brasil se obrigou legalmente a transparecer, difundir, render contas e difundir as suas contratações (inclusive obras públicas), verifica-se também a transparência oportuna de informações relativas aos gastos dessas obras.

Tais garantias, além de outras firmadas em outros artigos ou tratados, revelam a preocupação da comunidade internacional sobre a gestão da coisa pública, tentando



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

fortalecer a sociedade e combater a corrupção. Dentre a forma destacada de prevenção da corrupção existe a transparência pública. Destacam-se as obrigações, em obras públicas, de:

- Informar oportunamente os gastos;
- Difundir as suas contratações, inclusive aquelas de grande relevância social e valor (obras públicas);
- A participação cidadã na tomada de decisões (por exemplo, saber se a comunidade atingida geograficamente pela obra tem interesse que o Estado realize tal empreendimento); e
- A render contas (ter o devido cuidado, transparência e gestão da coisa pública).

Transparência Pública no Âmbito Nacional

No âmbito interno (nacional), hodiernamente, a Constituição de 1988, primazia do ordenamento jurídico, garante a transparência e acesso as informações públicas em três artigos:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

XXXIII - todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado;

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

§ 3º A lei disciplinará as formas de participação do usuário na administração pública direta e indireta, regulando especialmente:

II - o acesso dos usuários a registros administrativos e a informações sobre atos de governo, observado o disposto no art. 5º, X e XXXIII;

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

§ 2º Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.

Observa-se no Artigo 5º, inciso XXXIII que o acesso a informação é um direito ou garantia fundamental, ressalvando, entretanto, o sigilo imprescindível à segurança da



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

sociedade e do Estado. E este artigo garante, também, que a informação pública será prestada dentro de um prazo legal.

Já o Artigo 37, § 3º, inciso II a Constituição garante o acesso a todas as informações de atos do governo, inclusive da administração direta e indireta, porém ressalvando, no Artigo 5º, inciso X (informações de foro íntimo, vida privada, honra e imagem das pessoas são resguardada em sigilo). No Artigo 216, § 2º, verifica-se a consulta de documentos governamentais voltados ao patrimônio cultural brasileiro.

Vale ressaltar que os três artigos, citados anteriormente, são normas constitucionais de eficácia limitada (conceito feito por José Afonso da Silva). Elas necessitam, portanto, de uma lei para mediar sua aplicação. A lei atual, que media a aplicação da norma limitada, é a lei 12.527, publicada em 18 de novembro de 2011.

A lei de Acesso à Informação vem, como forma garantista, regulamentar a Constituição nos aspectos de acesso a informação e transparência pública. Como regra, a LAI visa o acesso a informação pública (a publicidade dos atos, ou seja, a transparência dos atos), sendo exceção o sigilo da informação (as ressalvas dos casos previstos anteriormente na Constituição).

Ressalta-se inicialmente, que a lei tem abrangência nacional, destinada a todos os poderes, a toda a administração pública direta ou indireta, a União, aos Estados e aos Municípios. Inclusive, qualquer pessoa que receba de alguma forma benefícios ou dinheiro público. No site Acesso à Informação do governo federal cita alguns aspectos relevantes da LAI no seu site oficial (2016):

- **Acesso é a regra**, o sigilo, a exceção (divulgação máxima);
- Requerente **não precisa dizer por que e para que** deseja a informação (não exigência de motivação);
- **Hipóteses de sigilo são limitadas e legalmente estabelecidas** (limitação de exceções);
- Fornecimento **gratuito** de informação, salvo custo de reprodução (gratuidade da informação);
- **Divulgação proativa** de informações de interesse coletivo e geral (transparência ativa);
- Criação de **procedimentos e prazos** que facilitam o acesso à informação (transparência passiva). (**Grifo do autor**).

Muitos desses aspectos são claramente identificados ao longo da leitura da lei, sendo assim, alguns aspectos serão identificados a partir dos artigos a seguir, objetivando, assim, examinar a obrigatoriedade da transparência documental de obras públicas. Vale aqui distinguir primeiramente, dentre os aspectos citados pelo site, a transparência ativa



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

(quando o próprio Estado divulga de ofício as informações) da transparência passiva (quando um membro da sociedade solicita informações do Estado).

Prosseguindo, a questão de contratação de obras públicas é evidenciada mais expressamente nos artigos 7º e 8º da LAI (abaixo), eles trazem quais informações (ou tipos de documentos) são de transparência obrigatória, as principais características e qual o meio de divulgação preferencial a administração pública deve usar:

- Os incisos II, VI, VII (alínea “a”) do artigo 7º e incisos III, IV e V do § 1º do artigo 8º e seu caput afirmam que todas as informações referentes a programas, contratos, editais, licitações (englobando Projeto Básico), bem como suas despesas e acompanhamento de programas, ações, projetos, obras devem ser divulgadas independentemente de requerimento (de ofício, transparência ativa), ratificando, portanto, que essa regra se aplica a qualquer obra pública;

- O inciso IV do artigo 7º e o inciso VI do § 3º do artigo 8º levam ao entendimento de que a informação relativa a obra pública deve ser atualizada, portanto, a informação é oportuna (tempestiva), onde no momento em que ela for produzida, obrigatoriamente deve ser divulgada (transparecida) ao público;

- O inciso IV do artigo 7º e o § 2º do artigo 8º levam ao entendimento de que as informações ou os documentos relativos as obras públicas devem ser publicadas na internet, de preferência estas informações devem ser primárias, íntegras e autênticas.

Art. 7º O acesso à informação de que trata esta Lei compreende, entre outros, **os direitos de obter:**

II - informação contida em registros ou documentos, produzidos ou acumulados por seus órgãos ou entidades, recolhidos ou não a arquivos públicos;

IV - informação primária, íntegra, autêntica e atualizada;

VI - informação pertinente à administração do patrimônio público, utilização de recursos públicos, licitação, contratos administrativos; e

VII - informação relativa:

a) à implementação, acompanhamento e resultados dos **programas, projetos e ações** dos órgãos e entidades públicas, bem como metas e indicadores propostos;

Art. 8º É dever dos órgãos e entidades públicas promover, **independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso**, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas.

§ 1º Na divulgação das informações a que se refere o **caput**, deverão constar, no mínimo:

III - registros das despesas;

IV - informações concernentes a procedimentos licitatórios, inclusive os respectivos editais e resultados, bem como a todos os contratos celebrados;



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

V - dados gerais para o **acompanhamento de programas, ações, projetos e obras** de órgãos e entidades; e

§ 2º Para cumprimento do disposto no **caput**, os órgãos e entidades públicas deverão utilizar todos os meios e instrumentos legítimos de que dispuserem, sendo obrigatória a divulgação em sítios oficiais da rede mundial de computadores (**internet**).

§ 3º Os sítios de que trata o § 2º deverão, na forma de regulamento, atender, entre outros, aos seguintes requisitos:

VI - manter **atualizadas as informações disponíveis** para acesso; (**Grifo meu**).

Todas estas normas obrigam o Estado, de ofício, a divulgar seus atos, documentos e gastos, principalmente as obras públicas, as quais geralmente são de grande valor. Tais atos administrativos (documentos) necessitam de justificativas e comprovações da sua aplicabilidade (constatados no seu conteúdo), portanto, desde o início do gasto público até a sua aplicação devem ser, prioritariamente, justificados e comprovados à sociedade.

Esta transparência dos atos permite, ademais, que caso ocorra alguma prática de corrupção do dinheiro público, a sociedade tenha o direito de acessar a documentação e fazer denúncias (inclusive anônimas) aos órgãos competentes ou usar a ação popular (no que for cabível) com o objetivo de que os corruptos sejam responsabilizados civil, penal ou administrativo. Resguardando, assim, o patrimônio público e possibilitando um controle social preventivo ou repressivo do gasto público.

Atos administrativos e documentos comprobatórias numa obra pública

Em resumo, observou-se que todos os documentos relativos a obra pública devem ser, a priori, divulgados de ofício pela administração pública, conforme dita as normas internacionais, a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Acesso a Informação.

Porém, até agora, não está claro quais são os possíveis documentos técnicos de obras públicas, exigíveis legalmente ou infra legalmente, que devem ser difundidos conforme os ditames da LAI.

Para responder a esta lacuna, dentro da legislação, selecionou-se, de modo exemplificativo, as exigências documentais da lei 8666/1996 e da Orientação Técnica do Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas relativa ao Projeto Básico de Obra Pública.

Ressalta-se, primeiro, que o IBRAOP tem como um dos objetivos emitir orientações técnicas (não obrigatórias) na área de auditoria de obras públicas de modo a uniformizar o entendimento técnico ou legal.





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
09, 10 e 11 de Novembro de 2016
Manaus - Amazonas

Continuando no aspecto legal, nos ditames da Lei Federal 8.666/93 existe a definição de Projeto Básico no Artigo 6º inciso IX, englobando as contratações de obras:

Art. 6º Para os fins desta Lei, considera-se:

IX - Projeto Básico - **conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado**, para caracterizar a obra ou serviço, ou complexo de obras ou serviços objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos **estudos técnicos preliminares, que assegurem a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento**, e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução, devendo conter os seguintes elementos: **(Grifo do autor)**.

Já no IBRAOP destaca-se a Orientação Técnica OT - IBR 001/2006 que tem como objetivo: “visa uniformizar o entendimento quanto à definição de Projeto Básico especificada na Lei Federal 8.666/93 e alterações posteriores”.

A Orientação Técnica OT - IBR 001/2006, seguindo o mesmo raciocínio da lei, detalha mais a parte técnica de obras pública e define Projeto Básico como:

Projeto Básico é o conjunto de desenhos, memoriais descritivos, especificações técnicas, orçamento, cronograma e demais elementos técnicos necessários e suficientes à precisa caracterização da obra a ser executado, atendendo às Normas Técnicas e à legislação vigente, **elaborado com base em estudos anteriores que assegurem a viabilidade e o adequado tratamento ambiental do empreendimento**.

Deve estabelecer com precisão, através de seus elementos constitutivos, **todas as características, dimensões, especificações, e as quantidades de serviços e de materiais, custos e tempo necessários** para execução da obra, de forma a evitar alterações e adequações durante a elaboração do projeto executivo e realização das obras.

Todos os elementos que compõem o Projeto Básico devem ser elaborados por **profissional legalmente habilitado**, sendo indispensável o registro da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica, **identificação do autor e sua assinatura em cada uma das peças gráficas e documentos produzidos**. **(Grifo do autor)**.

Vale destacar que numa visão restrita de obras públicas, o IBRAOP, vislumbra estudos, antes de iniciar o Projeto Básico de obra pública ou antes da licitação. Tais estudos devem existir e são necessários para justificar a execução da obra: “os estudos anteriores que assegurem a viabilidade e o adequado tratamento ambiental do empreendimento”. A lei denomina tais estudos de: “estudos técnicos preliminares, que assegurem a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento”.

Outros detalhamentos importantes do projeto que a lei assegura: “conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar a obra ou serviço” na visão da lei federal 8666. Já o IBRAOP define o detalhamento do



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Projeto Básico de obra como: “estabelecer com precisão, através de seus elementos constitutivos, todas as características, dimensões, especificações, e as quantidades de serviços e de materiais, custos e tempo necessários para execução da obra”.

A OT - IBR 001/2006 enuncia documentos técnicos, mínimos, suficientes, precisos e detalhados de forma a melhor caracterizar o Projeto Básico (vale ratificar que tais documentos são exigidos pela lei 8666/1993), em resumo temos:

- Desenho – representação gráfica que permite dimensionar e especificar a obra;
- Memorial Descritivo – Descrição escrita e detalhada do objeto a ser executado, complementando o Desenho;
- Especificação Técnica – Texto que fixa e detalha regras de como executar a obra ou serviço de engenharia;
- Orçamento – Valor total da obra, orçando como preço base: o preço de mercado. A partir da caracterização de insumos e servidos e de suas quantidades levantadas no Desenho, Memorial Descritivo e Especificação Técnica. O orçamento é composto de Planilha de Custos e Serviços e da Composição de Custo Unitário de Serviço;
- Planilha de Custos e Serviços – Referencia, em suma, as quantidades dos serviços com os seus respectivos preços de mercado;
- Composição de Custo Unitário de Serviço – Detalha a composição do preço unitário de cada serviço (produtividade, consumo e aproveitamento do insumo).
- Cronograma físico-financeiro – Dispêndio planejado durante a execução da obra, valor financeiro despendido durante o tempo.

Destaca-se por fim, os elementos técnicos por tipo de obra, os quais apresentam quais os conteúdos técnicos mínimos: Desenho, Memorial Descritivo e Especificação Técnica que cada tipo de obra deve ter. A título de exposição, temos por exemplo, a Tabela 6.1 (adaptada), a seguir, retirado da OT - IBR 001/2006 que relaciona documentos necessários em obras que tenham Instalações Hidráulicas e Elétricas:



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Tabela 6.1 – Edificações (Adaptada)

Especialidade	Elemento	Conteúdo
Projeto de Instalações Hidráulicas	Desenho	<ul style="list-style-type: none"> • Planta baixa com marcação da rede de tubulação (água, esgoto, águas pluviais e drenagem), prumadas e reservatório; • Esquema de distribuição vertical.
	Especificação	<ul style="list-style-type: none"> • Materiais; • Equipamentos.
	Memorial	<ul style="list-style-type: none"> • Cálculo do dimensionamento das tubulações e reservatório
Projeto de Instalações Elétricas	Desenho	<ul style="list-style-type: none"> • Planta baixa com marcação dos pontos, circuitos e tubulações; • Diagrama unifilar.
	Especificação	<ul style="list-style-type: none"> • Materiais • Equipamentos
	Memorial	<ul style="list-style-type: none"> • Determinação do tipo de entrada de serviço; • Cálculo do dimensionamento.

Vale citar que tais documentos técnicos mínimos, elaborados de forma precisa (bem como suas modificações ou atualizações), devem ser, hodiernamente, transparentes em toda a administração pública, a fim de controle social.

Pode-se observar um potencial no controle social sobre obras públicas, ressaltando que toda a documentação envolvendo uma obra pública (envolvendo licitação, projeto básico, acompanhamento e pagamento, bem como suas alterações) deve ser publicada conforme exigência da legislação tempestivamente (oportuna, no momento de sua produção).

Citando inicialmente os estudos técnicos preliminares, envolvendo ações ou programas de governo, tais estudos asseguram a viabilidade da obra (recursos disponíveis e benefícios e impedimentos que uma obra pode causar a uma região).

A possibilidade de acessar estes estudos técnicos pela população atingida permitirá questionar da gestão se a obra é necessária, se o recurso a ser utilizado poderia ser investido em outro tipo de empreendimento, se no final da obra trará mais malefícios que benefícios (exemplos: mudança de fluxo terrestre em uma avenida ou desapropriações de muitos imóveis na região). Ajuda população estar ciente do custo estimado total da obra.

Na concepção e publicação tempestiva do Desenho, do Memorial Descritivo, da Especificação Técnica e do Orçamento possibilitam, à população, verificar o desenho da obra como um todo e, também, detalhadamente; verificar se as quantidades de insumos projetados correspondem aos orçados (cálculos de quantidades); verificar a presença ou não de projeto técnico condizente com o tipo de obra; verificar se os preços de mercado



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

dos insumos ou serviços estão condizentes com a realidade (bem como as justificativas para os preços).

Do cronograma físico-financeira, possibilita o acompanhamento da execução concomitante da obra, verificar se a obra tem atrasos, e verificar o cumprimento do prazo estipulado da obra. Verificar qual parcela, normalmente mensal, a construtora está recebendo pela execução parcial da obra.

Dentro os documentos de acompanhamento da obra, tem-se os pagamentos e as medições. Com esses documentos é possível verificar se o fiscal realizou medição condizente com a obra executada e se houve pagamento antecipado.

Verifica-se, portanto, a garantia (pela legislação) de controle social, desde que a transparência tempestiva dos documentos de obras seja na prática, realmente, efetuada pela administração pública.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo visou verificar se a legislação internacional e nacional, garantem a transparência oportuna e permite o controle social dos atos administrativos envolvendo uma obra pública. Todo o embasamento jurídico explanado neste estudo, garante que a sociedade (a não ser ressalvas de segurança nacional e questões íntimas e pessoais) obtenham acesso as informações públicas sobre obras geridas pelo Estado, inclusive com garantia e respaldo internacional.

Este estudo visava verificar, também, alguns atos administrativos de obras públicas que devem ser de domínio público (exigência legal). Portanto, verificou-se que a Lei 8666/1993 e a Orientação Técnica do IBRAOP (OT - IBR 001/2006) listam diversos documentos técnicos de engenharia que devem ser de domínio público e tempestivo, a fim de a sociedade questionar e controlar, dentre outras coisas, a importância da obra pública, a efetiva comprovação dos gastos na obra, o prazo temporal da obra e outros.

Observou-se, durante o trabalho, que o controle preventivo ou repressivo feito pela sociedade só pode ser efetuado (numa obra pública), se houver a transparência tempestivas dos documentos administrativos envolvendo as obras. E que, isso é uma garantia do ordenamento jurídico brasileiro. Ressalta-se que essas informações devem ser publicadas na internet, sem necessidade de requerimento. Além disso é possível analisar



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

a documentação produzida pela administração a fim de fiscalizar e combater a corrupção, inclusive em obras públicas.

REFERÊNCIAS

ACESSO À INFORMAÇÃO. *Lei para Cidadãos. Conheça seu Direito. Principais Aspectos*. Disponível em: <<http://www.acessoainformacao.gov.br/assuntos/conheca-seu-direito/principais-aspectos>>. Acesso em: 28 set. 2016.

BRASIL. *Decreto nº 5.687, de 31 de janeiro de 2006 – Promulga a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, adotada pela Assembléia*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5687.htm>. Acesso em: 29 set. 2016.

BRASIL. *Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Lei Geral das Licitações*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L8666cons.htm>. Acesso em: 29 fev. 2016.

BRASIL. *Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. – Lei de Acesso à Informação*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm>. Acesso em: 03 mar. 2016.

CONDEIXA, Fábio. *Comentários à Acesso à Informação*. Jus Navigandi, Teresina, ano 17 (revista edições 2012), n. 3199. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/21436>>. Acesso em: 31 jan. 2016.

CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO. HAGE SOBRINHO, Jorge. *Manual da Lei de Acesso à Informação para Estados e Municípios*. BRASIL. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE AUDITORIA DE OBRAS PÚBLICAS. *Orientação Técnica OT - IBR 001/2006 Projeto Básico*. 2006. Disponível em: <http://www.ibraop.org.br/wp-content/uploads/2013/06/orientacao_tecnica.pdf>. Acesso em: 27 fev. 2016.

MASSUDA, Arthur Serra. *Entendendo a Lei Geral de Acesso à Informação*. Artigo 19 Brasil. São Paulo, SP. Livre acesso. Disponível em: <http://artigo19.org/doc/entenda_a_lei_final_web.pdf> acesso em 26 jan. 2016.

SILVA, José Afonso; *Aplicabilidade das Normas Constitucionais*; Ed. Malheiros; 8ª edição; 2012



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

A UTILIZAÇÃO DE ELEMENTOS DA TEORIA DA ATIVIDADE DE LEONTIEV NO ENSINO MUSICAL

THE ELEMENT USING THE THEORY LEONTIEV ACTIVITY IN MUSICAL EDUCATION

ALVES¹, Clarice Gonçalves Rodrigues;

ÁVILA², Flávia;

MENDOZA³, Héctor José García

¹ clarice.duarte@ifrr.edu.br

² fas77@yahoo.com.br

³ hector.mendoza@live.com

RESUMO

O objetivo deste trabalho é apresentar a Teoria Psicológica da Atividade de Leontiev e suas contribuições para o processo de aprendizagem musical do Projeto Madrigal, desenvolvido na Universidade Federal de Roraima (UFRR). Valendo-se de reflexões de autores da Psicologia Histórico-cultural, pretende-se relacionar política, didática e aprendizagem. A música é uma linguagem que transcende a comunicação oral e percebe-se ainda pouca aplicação das teorias da educação formal para o ensino musical, que deve primar por elementos fundamentais como: profissionalismo, estudo, pesquisa e aplicação responsável de pressupostos teóricos, afinal, a prática musical envolve aspectos físicos e psíquicos dos indivíduos que se submetem a aprendê-la ou desenvolvê-la. A Teoria da Atividade foi apresentada por Aleksei Nicolaevitch Leontiev (1903-1979) e tem sua origem na teoria sociocultural de Vigotski. Sua teoria explica que, se o significado social da atividade não corresponde a um sentido pessoal do sujeito, cria-se uma situação favorável à perda de sentido pessoal e coletivo. Segundo a teoria, através da atividade ocorre um processo de internalização da atividade externa que resulta num reflexo psíquico da realidade: a consciência. Os conteúdos, o motivo, o contexto, o aluno e o professor são percebidos como agentes ativos na construção de saberes. A Psicologia Histórico-cultural, ao valorarem a escola, os saberes historicamente construídos e a prática social, divergem de tendências pedagógicas que visam o individualismo e o esvaziamento do papel dos docentes, das instituições e da comunidade escolar na eleição de suas prioridades educativas, o que corrobora para a adaptação e aceitação de valores sociais vigentes. A Teoria da Atividade reúne três elementos fundamentais: motivo, necessidade e objeto que são facilmente aplicáveis no ensino musical. A utilização destas teorias educacionais no Projeto Madrigal permitiu a construção de uma experiência educacional integradora e significativa que poderá servir como embasamento teórico e metodológico para futuros trabalhos.

Palavras-chave: Teoria atividade, Música.





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

INTRODUÇÃO

O presente trabalho traz reflexões sobre o uso da Teoria de Atividade de Leontiev no Projeto Madrigal, desenvolvido na Universidade Federal de Roraima (UFRR), a partir da orientação teórica e didática de Pedagogia Histórico-crítica e da Pedagogia Histórico-cultural com o intuito de contribuir para o processo de ensino-aprendizagem musical. Este estudo foi realizado a partir das atividades realizadas durante o ano de 2014.

As metodologias referentes ao ensino musical ainda estão centradas na experiência do professor, em sua capacidade de diálogo, na interação com os alunos e nas metodologias vivenciadas por ambos em sala de aula. Percebe-se uma falta de aplicabilidade de teorias de aprendizagem que potencializem o aprendizado escolar. A Pedagogia Histórico-crítica e Psicologia Histórico-cultural, por empregarem tanto conceitos teóricos quanto didáticas que favorecem o processo de assimilação dos conteúdos, podem contribuir significativamente para o processo educativo, assinalando um caminho de mudança. Ambas percepções se opõem ao modelo de ensino tradicional e reprodutivista e à escola da sociabilidade que não ensina o aluno a pensar e transformar sua realidade.

PROJETO MADRIGAL (UFRR) E ENSINO MUSICAL

O ensino musical deve primar por elementos fundamentais como: profissionalismo, teoria, estudo, pesquisa e aplicação responsável, afinal, a prática musical envolve aspectos físicos e psíquicos dos indivíduos que se submetem a aprendê-la ou desenvolvê-la. Também deve buscar uma educação integral que conecte teoria e prática, estudo individual e coletivo. Num projeto musical coletivo como o Madrigal da UFRR, que é um grupo vocal reduzido de, no máximo, quinze pessoas, é preciso ter o *feeling* necessário para perceber as peculiaridades dos sujeitos que o compõem, ou melhor, o educador musical deve desenvolver percepções que perpassem características individuais e coletivas, para que a identidade de grupo seja construída.

Quando falamos sobre percepção do individual, abordamos o conjunto de características específicas de cada participante que servirá como potencial de desenvolvimento ou de aprimoramento e que está presente desde o processo seletivo,





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

quando a habilidade para a atividade do canto é averiguada. Não é essencial estar pronto, mas ter a aptidão auditiva minimamente desenvolvida, descartando casos graves de desafinação e monotonia, em função da produtividade, uma vez que o resultado deve ser apresentado em um ano. Casos isolados são aceitos, quando da necessidade de composição de *naípe* específico de voz, por exemplo. Neste caso, um trabalho individualizado é realizado com o componente em questão, até que este desenvolva a habilidade auditiva necessária à atividade.

Os aspectos mais valiosos sobre a coletividade serão desenvolvidos durante as aulas-ensaio, como são chamadas. Dentro destes aspectos estão: a capacidade de ouvir o todo e não competir, respeitar a voz com a linha melódica, ter postura, comunicar com o corpo e a expressão dentro da proposta que a letra da música sugere, interagir para compor o figurino, sugerir detalhes produtivos na música, “tirar outras vozes” que não estejam na partitura, etc.

As atividades teóricas do projeto contabilizaram cerca de 160 horas/aula, entre ensaios e apresentações. Durante o ano de execução do projeto músicos regionais (Neuber Uchoa, Nilson Chaves, Alfredo Rollins, etc.), nacionais (Villa Lobos, Joevan Caitano, Tom Jobim, etc.) entre outros e internacionais foram estudados e interpretados por diferentes estudantes. Como resultado final da proposta, cabia aos partícipes organizarem durante o mês de novembro a Semana da Consciência Negra/2014 e realizar apresentações artísticas em instituições culturais do Estado de RR, uma vez que os espetáculos eram o resultado da própria atividade educativa.

A proposta incluía apresentar os repertórios nas programações agendadas pela UFRR, bem como, desenvolver um repertório específico para a montagem de um musical regional que contasse a história do surgimento da vitória-régia sob a ótica indígena, no aniversário de 25 anos da UFRR. Embora o repertório fosse previamente escolhido durante a pesquisa, para fins de organização, nada impediria a mudança de tal repertório mediante sugestões e apontamentos dos membros da equipe.

A técnica vocal foi aplicada em cada aula, ouvindo cada indivíduo e o grupo como um todo, obedecendo às características vocais de cada um, sanando dúvidas e resolvendo problemas musicais como: afinação, ritmo, dinâmica, extensão vocal e interpretação. A fim de atrelar teoria e prática, a proposta fez uso das teorias da Pedagogia Histórico-crítica e da Psicologia Histórico-cultural, pois ambas possibilitam



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

ao educador – e nesta proposta, aos alunos também – uma visão crítica sobre a educação, que se opõe à desvalorização e a falta de socialização dos saberes sistematizados pela humanidade.

PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA E EDUCAÇÃO

A Pedagogia Histórico-crítica não restringe a prática educacional à pedagogia, uma vez que esta é influenciada por elementos sócio-políticos. A economia, o contexto social, as leis que a orientam, têm um objetivo e são permeadas de valores. Também não dissocia educação de fatores políticos e questiona modismos e tendências que minimizam o papel do educador, dos conteúdos e das práticas sociais do processo educativo. “A educação não é apenas um processo institucional e instrucional, seu lado visível, mas fundamentalmente um *investimento formativo do humano*, seja na particularidade da relação pedagógica formal, seja no âmbito da relação social coletiva” (SEVERINO, 2006, p.621). Demerval Saviani nos esclarece como se deu este processo e porque optou por denominá-la “Pedagogia Histórico-crítica”:

[...] a expressão histórico-crítica traduzia de modo pertinente o que estava sendo pensado. Porque exatamente o problema das teorias crítico-reprodutivistas era a falta de enraizamento histórico, isto é, a apreensão do movimento histórico que se desenvolve dialeticamente em suas contradições. A questão em causa era exatamente dar conta desse movimento e ver como a pedagogia se inseria no processo da sociedade e de suas transformações. Então, a expressão histórico-crítica, de certa forma, contrapunha-se a crítico-reprodutivista. É crítica, como esta, mas diferentemente dela, não é reprodutivista, mas enraizada na história. Foi assim que surgiu a denominação. Assim, atendendo à demanda dos alunos, ministrei, em 1984, a disciplina pedagogia histórico-crítica e, a partir desse ano, adotei essa nomenclatura para a corrente pedagógica que venho procurando desenvolver (SAVIANI, 2008, p.140-141).

O pleno desenvolvimento dos indivíduos é incompatível à adaptação aos modelos da sociedade dominante. Portanto, deve haver um direcionamento pedagógico que atrele processos psíquicos e relações sociais e que perceba a transformação dos objetos e dos seres humanos como processos indissociáveis. Esta proposta é um exemplo didático de como usar a Teoria da Atividade no contexto educativo da música.

A Pedagogia Histórico-crítica reitera a importância dos conteúdos, do conhecimento historicamente construído, da formação profissional de professores e





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

alunos (agentes da mudança) e da escola enquanto espaço – não de mera socialização, mas de trocas sociais e culturais necessárias ao desenvolvimento das capacidades cognitivas humanas. Critica o ensino tradicional reprodutivista assim como os modelos escolanovistas. Ao aplicar-se uma pedagogia centrada somente na teoria ou no método, corre-se o risco de desqualificar o ato de ensinar. A expressão “ninguém educa ninguém”, por exemplo, tornou-se popular no discurso de muitos professores, no entanto, colabora para esvaziar o significado da partilha, da troca e da interação que o processo de ensino-aprendizagem requer. “Os conteúdos são fundamentais para que o aluno aprenda e sem conteúdos relevantes, conteúdos significativos, a aprendizagem deixa de existir, ela se transforma em um arremedo, ela transforma-se numa farsa” (SAVIANI, 2009, p.50).

A falta de conteúdos, de dados, de debates, pesquisa, entre outros, impedem que o aluno reflita criticamente sobre sua temporalidade, fato que resulta em comodismo e indiferença com sua realidade pessoal, profissional e social. No extremo oposto, existe as escolas reprodutivistas, tecnicistas, tradicionais, que utilizam a memorização, o método explicativo-ilustrativo sem ou com pouco diálogo, e que pouco contribuem para a criatividade e criticidade dos estudantes.

PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL E PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA

Quanto à Psicologia Histórico-cultural, Lev Semenovich Vigotski (1896-1934) foi o precursor. O autor concebe o homem enquanto ser histórico e pontua a importância tanto do meio social quanto do ambiente biológico para analisar o processo de ensino-aprendizagem. Propõe a construção social do conhecimento – o socioconstrutivismo – onde a relação do educador com o educando e entre os próprios educandos passam a compor a formação deste conhecimento, bem como a interação com a cultura.

Todas as funções superiores constituíram-se na filogênese, não biologicamente, mas socialmente. Sua composição, gênese, função (maneira de agir) – em uma palavra, sua natureza, são sociais. Mesmo sendo, na personalidade, transformadas em processos psicológicos – elas permanecem ‘quase’ sociais. O individual, o pessoal – não é ‘contra’, mas uma forma superior de sociabilidade (VIGOTSKI, 2007, p.26-27)





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
09, 10 e 11 de Novembro de 2016
Manaus - Amazonas

Vigotsky estabelece relações entre pensamento e linguagem, ressaltando a necessidade de avaliar os indivíduos pelo que está aprendendo em não pelo que já aprendeu, assim, busca entender os processos mentais envolvidos na compreensão do mundo. Percebe que é na interação com o outro, realizada através da linguagem, que ocorre a individualização, a construção e a internalização do conhecimento, ou seja, quando ocorre a internalização, a aprendizagem se completa.

A Teoria da Atividade foi apresentada por Aleksei Nicolaevitck Leontiev (1903-1979) e tem sua origem na teoria sócio-cultural de Vigotski. Conforme Leontiev, a atividade é um sistema de ações com operações para alcançar um objetivo que deve coincidir com a motivação do sujeito. Sua teoria explica que, se o significado social da atividade não corresponde a um sentido pessoal do sujeito, cria-se a uma situação favorável à perda de sentido pessoal e coletivo.



El análisis de la actividad constituye el punto decisivo y el método principal del conocimiento científico del reflejo psíquico, de la conciencia. En el estudio de las formas de la conciencia social está el análisis de la vida cotidiana de la sociedad, de las formas de producción propias de esta y del sistema de relaciones sociales; en el estudio de la psiquis individual está el análisis de la actividad de los individuos en las condiciones sociales dadas y en las circunstancias concretas que les ha tocado en suerte a cada uno de ellos. (Leontiev, 1978, p. 17)

Segundo a teoria, através da atividade ocorre um processo internalização da atividade externa que resulta num reflexo psíquico da realidade: a consciência. Assim, a atividade não é vista como uma reação, mas enquanto um sistema que tem estrutura, transições, desenvolvimento e transformações próprios. Para que haja atividade, três elementos devem existir: objeto, necessidade e motivo. O primeiro, dá a clareza do ponto a se percorrer; ele pode ser independente ou pode ser o resultado da atividade. A atividade requer uma necessidade, ou seja, este é o fator que a orienta e leva os indivíduos a agir e, por fim, temos o motivo. “Por atividade, designamos os processos psicologicamente caracterizados por aquilo a que o processo, como um todo, se dirige (seu objeto), coincidindo sempre com o objetivo que estimula o sujeito a executar esta atividade, isto é, o motivo” (LEONTIEV, 2014, p.68).

Em seu movimento, a atividade depende do motivo, as ações dos objetos e as operações das condições. *Sujeito, objeto, objetivos, motivações, ações,*



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

operações, condições, meios e produto, no contexto da atividade exigem-se reciprocamente, de tal modo que em certos aspectos podem se confundir, mas têm suas especificidades”. (LONGAREZI Y PUENTES, 2005, p.104)

Neste sentido, a educação deveria promover a passagem do saber espontâneo para o sistematizado através de conteúdos e não de técnicas de ensino. E a atividade, entendida aqui como atividade pedagógica, permitiria que os sujeitos estabelecessem contatos com o mundo circundante por meio do desenvolvimento de seu psiquismo, pois: “a atividade essencial de uma escola é assegurar a relação cognitiva do aluno com a matéria, ou seja, a aprendizagem dos alunos, com a ajuda pedagógica do professor” (LIBÂNEO, 2001, p.22).

O ENSINO DA MÚSICA E AS TEORIAS DE APRENDIZAGEM

A Música é um fenômeno artístico-cultural rico em detalhes sociais e históricos. Suas constantes transformações, sua circulação, sua textualidade e as diferentes construções estilísticas podem embasar questionamentos do passado e do presente. Repleta de aceitações, recusas, apropriações e interesses advindos de sujeitos de diferentes estratos sociais, a Música pode – e deve – ser utilizada para que os sujeitos compreendam a si mesmos e o meio circundante. PARANHOS (2011, p.2) afirma que “a canção não carrega, em si um sentido unívoco, congelado no tempo, que exprimiria sua essência (...) é historicamente situada, submetendo-se a um fluxo permanente de apropriação e reapropriação de sentidos”. Os significados culturais, as críticas sociais e a textualidade de uma canção variam em diferentes períodos históricos, assim como os sujeitos. Para NAPOLITANO (2002, p.91):

Por estar relacionada ao processo de modernização, a música popular brasileira, acaba concentrando expectativas e objetivação histórica de superação de um determinado passado, cujo sentido é fruto dos projetos culturais e ideológicos em jogo.

Assim, relacionar o ensino musical com teorias de aprendizagem é de grande valia no contexto atual. Tanto a Psicologia Histórico-cultural quanto a Pedagogia Histórico-crítica ressaltam a importância do estudante como o sujeito que valora, opta, cria e se expressa; a instituição de ensino como espaço de criatividade e transmissão de





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

conhecimentos historicamente construídos pela humanidade e o educador enquanto mediador indispensável no processo de ensino-aprendizagem. Corroborando neste sentido, FREIRE (1982, p.43) aponta que: “A educação, qualquer que seja o nível que se dê, se fará tão mais verdadeira quanto mais estimule o desenvolvimento desta necessidade radical do ser humano: a expressividade”.

CONCLUSÃO

A Teoria da Atividade reúne três elementos fundamentais: motivo, necessidade e objeto. Ao traçarmos paralelos entre a música e os princípios de Leontiev percebe-se o aumento do interesse por parte dos universitários no aprendizado da música como fonte de conhecimento por uma razão muito simples, ela é fonte de prazer. A estética desenvolvida no processo gera prazer. O motivo gira em torno do conhecimento musical e uma questão social que é a divulgação da história indígena, no que concerne ao preparo do musical com temática própria. Isso une os propósitos e traz maior sentido à aprendizagem. O objeto do aprendizado, embora todas as questões envolvidas, é a voz. A voz é um instrumento complexo, pois demanda alto controle no uso do corpo.

Ao relacionarmos tais reflexões teóricas com a Pedagogia Histórico-crítica, pode-se constatar como é necessário observar e planejar a prática a partir de conteúdos historicamente construídos e a importância do professor e do aluno na construção de propostas a partir de suas necessidades reais. Ao aplicar estes pressupostos teóricos, percebe-se uma inter-relação entre aprendizagem e desenvolvimento social assim como entre a formação dos processos mentais e os processos do conhecimento. Assim, lemas tão comuns no contexto escolar como “ninguém educa ninguém” ou “todos se educam juntos” são vistos de forma negativa.

Aprender, neste contexto, é aprender a pensar e atuar com conceitos, com conteúdos e a partir da realidade, fato que exige uma intervenção intencional dos professores para assegurar mudanças nos processos mentais dos alunos através de uma mediação didática que objetive atitudes reflexivas e que promova suas capacidades através dos conteúdos. Assim, ao invés de memorização, a aquisição do conhecimento ocorre através de um processo gradual. A mediação do educador é vista como um fator



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

essencial para a construção de significados, pois este pode ser o provocador de análises e interações mais aprofundadas entre os sujeitos e entre estes e seu meio social.

Num projeto como este, as observações da prática e da teoria acontecem simultaneamente. A experimentação é imediata e a mente é instigada e desafiada a questionar a maneira com até então realizava uma atividade automática como respirar, por exemplo, e os processos vão se transformando mediante a aplicação das teorias do canto. Certamente, o ensino musical só tem a ganhar com estas referências teóricas, pois a música colabora enormemente para a compreensão do próprio corpo, do próprio sentimento e estimula o respeito ao sentimento do outro. Afinal, quando compreendemos que somos seres com potencialidades e deficiências, mais fácil será superarmos obstáculos e desenvolvermos habilidades em olhar o próximo como um igual, com as mesmas características e possibilidades. Como análise final do projeto Madrigal/ 2014, pode-se perceber que os envolvidos na proposta conseguiram construir uma experiência integradora e significativa.

Ao relacionarmos Teoria Psicológica da Atividade de Leontiev com Pedagogia Histórico-crítica, podemos verificar o quanto a dimensão didática da educação precisa considerar elementos intrapsíquicos e sociais para promover a aprendizagem. Os conteúdos, o motivo, o contexto, o aluno e o professor são percebidos como agentes ativos na construção de saberes. A Pedagogia Histórico-crítica e a Psicologia Histórico-cultural, ao valorarem a escola, os saberes historicamente construídos e a prática social, divergem de tendências pedagógicas que visam o individualismo e o esvaziamento do papel dos docentes, das instituições e da comunidade escolar na eleição de suas prioridades educativas, o que corrobora para a adaptação e aceitação de valores sociais vigentes.

REFERÊNCIAS

- DUARTE, N. **A individualidade para si: contribuição a uma teoria histórico-social da formação do indivíduo**. Campinas: Autores Associados, 2013.
- FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p.43.





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

_____. LEONTIEV, A. N. **Actividad, conciencia y personalidad**. Buenos Aires: Ed. Ciências del Hombre, 1978.

_____. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. 13ª ed. São Paulo: Ícone/Edusp, 2014.

_____. **O desenvolvimento do psiquismo**. Lisboa: Livros Horizonte, 1978.

LIBÂNEO, J. C. **Pedagogia e pedagogo**. Curitiba, Editora da UFPR: Educar, n. 17, p. 153-176. 2001. Editora da UFPR.

LOMBARDI, José Claudinei & SAVIANI, Demerval (orgs). **Marxismo e educação: debates contemporâneos**. Campinas: Autores Associados: HISTEDBR, 2005.

LONGAREZI, Andréa Maturano; PUENTES, Roberto Valdés (org). **Ensino Desenvolvimental: vida, pensamento e obra dos principais representantes russos**. Uberlândia: EDUFU, 2015.

NAPOLITANO, Marcos. **História & Música**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002, p.91.

PARANHOS, Adalberto. **A música popular e a dança dos sentidos: distintas faces do mesmo**, dez/2011. Disponível em: <<http://www.hist.puc.cl/historia/iaspmla.html>>. Acesso em: 27 fev. 2014

SAVIANI, **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. Campinas: Autores Associados, 2008

SEVERINO, Antônio Joaquim. **A busca do sentido da formação humana: tarefa da Filosofia da Educação**: Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 32, n3, set/dez, 2006.

VIGOTSKY, L.S. **Obras escogidas**. Madrid: Editora Visor, 1991.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

ACESSO E DESAFIO DE INDÍGENAS AO ENSINO SUPERIOR ACCESS AND CHALLENGE OF INDIGENOUS EDUCATION

Joyce Karoline Pinto Oliveira Pontes¹

Artemis de Araujo Soares²

RESUMO

No final do século XX e início do século XXI, houve crescimento rápido de escolas em Terras Indígenas, em especial tendo a cooperação dos professores pertencentes às comunidades a que se reservam, abrindo propostas curriculares diferenciadas e materiais didáticos específicos e bilíngues, exibindo uma mudança de adaptação de uma instituição com alto grau ocidental em sua linhagem, mas que aos poucos toma a cor do povo indígena que a interpreta. O ingresso de indígenas no ensino superior público no Brasil, atualmente tem se dado com maior impacto através de dois vieses de experiências: cursos específicos e diferenciados, além de vagas especiais ou suplementares em cursos regulares. As demandas por formação em ensino superior por parte dos povos indígenas e suas organizações podem ser identificadas há pelo menos três décadas no Brasil. O acesso de indígenas ao ensino superior tem sido encarado muitas vezes como uma questão de transferência de capacidades para o empoderamento, desses segmentos da população diante dos setores dominantes, a educação básica e os territórios etnoeducacionais precisam ser vistos como espaços que possibilitem essa ascensão social e o empoderamento desses povos.

Palavras-Chave: Educação Indígena; Povos Indígenas; Interculturalidade.

ABSTRACT

At the end of the 20th century and at the beginning of the 21st century, there was a rapid growth of schools in Indigenous Lands, especially with the cooperation of teachers belonging to the communities to which they are reserved, opening differentiated curricular proposals and specific bilingual teaching materials, Adaptation of an institution with a high western degree in its lineage, but which gradually takes on the color of the indigenous people who interpret it. The entry of indigenous people into public higher education in Brazil has now been most impacted through two bundles of experiences: specific and differentiated courses, as well as special or supplementary courses in regular courses. The demands for training in higher education by indigenous peoples and their

¹ Jornalista. Especialista em Informática Aplicada à Educação, pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Doutoranda e Mestra do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM/PPGSCA). E-mail: joycekarolinepontes@gmail.com (Manaus-AM- Brasil).

² Doutora em Educação Física. Vice-Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia. Diretora da Faculdade de Educação Física e Fisioterapia – Universidade Federal do Amazonas (Manaus-AM, Brasil). E-mail: artemissoares@yahoo.com.br





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

organizations can be identified for at least three decades in Brazil. Indigenous access to higher education has often been viewed as a matter of transferring capacities for empowerment, of these segments of the population vis-à-vis the dominant sectors, basic education and ethno-educational territories need to be seen as spaces that enable such social and the empowerment of these peoples.

KEYWORDS: Indigenous Education; Indigenous Peoples; Interculturality

INTRODUÇÃO

Na contemporaneidade, o índio é visto como uma atração turística para quem visita a Amazônia. Essa ideia precisa ser deixada de lado, uma vez que eles representam as primeiras civilizações locais. Logo, sua cultura, tradições e costumes devem ser valorizados a partir do respeito. A partir do momento em que não se queira modificar seus hábitos nem sua cosmologia, e se um ensino fundamental, médio ou superior for dado pelas escolas e universidades tradicionais, estes devem promover um ensino bilíngue, para que se preserve a língua.

É recente essa direção que se deu à discussão a propósito da política indigenista nacional. Por isso, toda vez que se fala de índio, não se está diante de um problema, mas, sim, de uma questão política, antes de ser educacional. O Ensino Básico é responsabilidade dos Estados e Municípios, desde a Constituição de 1946³. O Ministério da Educação (MEC) institucionalmente, não toma conta dessa situação, porque a responsabilidade do órgão é o Ensino Superior⁴.

A ideia de educação para o indígena que se adotou no Brasil, após a educação jesuítica, passou a ser laica, mas ela é dada pelo índio integrado, aculturado. Porém, em muitos casos, continua a ser feita por organizações religiosas. No caso da Amazônia, os Carmelitas, que sempre foram mais dóceis ao sistema de Governo, exercem relevante

³ Art. 171 - Os Estados e o Distrito Federal organizarão os seus sistemas de ensino. BRASIL, CONSTITUIÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL (DE 18 DE SETEMBRO DE 1946) - **CAPÍTULO II - Da Educação e da Cultura.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm> Acesso em 07 ago. 2014.

⁴ A Secretaria de Educação Superior (SESu) é a unidade do Ministério da Educação responsável por planejar, orientar, coordenar e supervisionar o processo de formulação e implementação da Política Nacional de Educação Superior. A manutenção, a supervisão e o desenvolvimento das Instituições Públicas Federais de Ensino Superior (Ifes) e a supervisão das instituições privadas de educação superior, conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), também são de responsabilidade da SESu.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

papel nesse campo. O que, no caso brasileiro, contribui para manter a concepção política de integração do índio à sociedade.

Havia muita cantoria de hinos e penduricalhos religiosos, porém menos catequização e disciplina moral. Pelo pouco que sabemos, as aldeias carmelitas eram lugares tranquilos e até alegres. Cada frade era bastante independente, tinha permissão de comerciar ativamente e de empregar índios para enriquecer a si e a sua missão. [...] Quase todas as cidades ou vilas atuais dos rios Negro e Solimões foram, em seus inícios, aldeias carmelitas. (HEMMING, 2007, p.659).

No Estado Amazonas, a educação superior indígena tem avançado? O estudo limita-se ao campo da formação superior do professor indígena, pois cada etnia tem práticas culturais diferenciadas. Diante do exposto, é perceptível que os valores, conhecimentos e riquezas sejam levados em consideração dentro do Sistema Educacional de cada povo indígena.

Constituem princípios para a elaboração de projetos de escola em áreas indígenas a efetiva participação das comunidades indígenas, a partir do desenvolvimento de currículos específicos, com calendários escolares que respeitem as atividades tradicionais dos diferentes grupos, com metodologias de ensino diferenciadas, com a incorporação dos processos próprios de aprendizagem de cada povo e com a implementação de programas escolares e processos de avaliação de aprendizagem flexíveis⁵.

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), referentes ao censo de 2010, o Brasil possui uma população indígena estimada em 896.917, composta por 305 etnias, falantes de 274 idiomas, espalhados em todas as regiões brasileiras, porém, há uma concentração maior na região Amazônica. Deste total, 517.383 estão vivendo em Terras Indígenas, enquanto 379.534 pessoas vivem fora destas Terras. É importante ressaltar que, apenas na década de 1990, o índio brasileiro passou a ser inserido na educação superior. Eles ainda lutam pelos seus direitos junto ao Ministério da Educação (MEC), Fundação Nacional do Índio (FUNAI), entre outras entidades.

Nesta pesquisa, pontuaremos brevemente a evolução da educação superior indígena, tendo como marco a Constituição Federal Brasileira de 1988, para, em seguida,

⁵ BRASIL. Ministério da Educação. **O Governo Brasileiro e a educação escolar indígena**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/gbeei.pdf>> Acesso em: 22 jun. 2014.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

nos determos no contexto do Estado do Amazonas, onde se realizou o Programa de Formação do Magistério Indígena (PROIND), na Universidade do Estado do Amazonas (UEA), em Manaus. O curso é vinculado à Escola Normal Superior (ENS), onde são oferecidos, além deste, outros cursos de formação de professores, organizados segundo as Diretrizes nacionais para o Curso de Pedagogia⁶. As aulas são desenvolvidas através do ensino presencial mediado por tecnologia, no qual se tem como ferramenta a *Internet Protocol Television* (IP.TV), onde os ensinamentos são televisionados, com o acompanhamento de professores assistentes, que são considerados como multiplicadores, e os professores efetivos, visitantes e/ou colaboradores que são denominados titulares. Estes eram locados em um estúdio para gravações internas de TV na capital amazonense, e contavam com o apoio da coordenação do Curso.

Inicialmente, adotou-se a concepção da Pedagogia Intercultural Indígena porque, desde o seu início, o curso foi pensado para preservar a identidade cultural de cada povo. Tanto é que as apostilas, os livros e todo o material cada módulo⁷ obedeceram a uma metodologia do ensino e da pesquisa adaptada à necessidade do programa, na linha da interculturalidade. Todos os alunos estudavam no período de férias escolares: janeiro, fevereiro e julho. Após o encerramento de cada módulo, voltavam às suas aldeias e/ou escolas no qual tinham alunos indígenas, onde atuavam como professores ou desenvolviam alguma atividade educacional, atendendo aos estudantes do ensino básico que ali se encontravam.

O material pedagógico que, no caso, eram os livros de cada módulo, foi produzido pelos professores titulares da UEA, a Coordenação Geral e a Coordenação Pedagógica do Curso para assegurar que o exercício do ensino venha a ser executado conforme as características culturais de cada povo indígena. Somente após essa etapa, as disciplinas concernentes aos estudos de Língua Portuguesa, Matemática, História, Geografia e Ciências foram adaptadas à matriz curricular do curso. Devido à especificidade da concepção de Pedagogia Intercultural, além da carga horária dedicada à promoção da

⁶ Resolução CNE/CP n.º 1, de 15 de maio de 2006, onde há 586 indígenas de 31 diferentes etnias, de acordo com dados da Universidade do Estado do Amazonas (UEA).

⁷ Quanto aos materiais didáticos necessários ao desenvolvimento de cada componente curricular, estes se constituirão de livros impressos e aulas organizadas pelos professores titulares, os slides elaborados pelos professores titulares serão disponibilizados a cada acadêmico, de preferência, no início de cada disciplina do módulo via IPTV. (PPC PROIND, s.d., p.47).



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

interação, destinava-se um tempo, durante as aulas, para que o resumo desta fosse realizado em quatro línguas indígenas: *Tukano, Tikuna, Sateré - Mawé e Nheengatu* (Língua Geral), porém, nem todos os 52 municípios foram beneficiados. E os quatro tradutores recebiam as dúvidas dos acadêmicos e respondiam via *chat* na Internet Protocol Television (IP.TV) nas quatro línguas em que as aulas eram ministradas.

METODOLOGIA

A partir dessa compreensão, as análises nos instigaram a pensar como esse curso repercutiria entre os acadêmicos indígenas de Manaus. Por isso, empreendemos uma análise bibliográfica e documental relacionadas à temática. Pelo fato de esse curso ter sido finamente delineado, questionamentos políticos e ideológicos ocorreram com frequência em sala de aula. No mesmo período, no ano de 2009, foi criada a Secretaria dos Povos Indígenas do Amazonas (SEIND)⁸. A partir desse contexto, realizamos uma análise quali-quantitativa. É importante ressaltar que os sujeitos das pesquisas terão suas identidades preservadas. Apenas sua etnia será divulgada. Desta forma, a pesquisa se torna interessante por estudar o olhar do indígena na produção acadêmica científica.

Este tipo de pesquisa tem como característica a restrição da coleta de dados a fontes documentais, isto é, a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias. “Estas podem ser recolhidas no momento em que o fato ou fenômeno ocorre, ou depois” (MARCONI; LAKATOS, 2008: 48-49). Além disso, consta, na investigação, a pesquisa bibliográfica, de fontes secundárias, de notícias jornalísticas, livros, documentos oficiais e publicações avulsas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A área geográfica selecionada – o Alto Solimões – é a parte da Amazônia sobre a qual incide a maior parte dos relatos dos viajantes” (OLIVEIRA FILHO, 1987, p.101).

⁸ A Secretaria de Estado para os Povos Indígenas (Seind) foi criada por meio da Lei nº 3.403, de 7 de julho de 2009, com base na política de etnodesenvolvimento e como um dos marcos do Governo do Estado dentro do Programa Amazonas Indígena. As atividades do órgão começaram no dia 8 de setembro de 2009.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Os viajantes, cronistas e pesquisadores que visitaram a Amazônia no período colonial foram, em sua maioria, espanhóis, ingleses e franceses. Durante esse período, diversos povos indígenas foram descobertos. Destes, alguns foram submetidos reiteradamente ao trabalho escravo; outros facilitaram a prospecção europeia da região, ao mostrar e trocar as riquezas da fauna e flora amazônica. Muitos foram extintos, ocasionando o desaparecimento de numerosas culturas e línguas nativas.

Os povos indígenas, antes de os portugueses se estabelecerem nas terras brasileiras, possuíam um sistema social próprio e bem peculiar, logo, tinham uma forma de educar seus filhos a fim de torná-los cidadãos capazes de sobreviver em seu meio e dar prosseguimento ao sistema social vigente. Por isso, faz-se necessário diferenciar, neste momento da reflexão, o que é a educação indígena e o que é a Educação Escolar Indígena (SIMAS; PEREIRA, 2012, p.45).

Por conseguinte, ao pensar em uma educação do índio, é necessário criar uma metodologia de ensino específica, na qual se leve em consideração os elementos desses povos. Atualmente, a formação de professores indígenas é vista como um projeto político, uma vez que existem elementos que auxiliam no fortalecimento de suas organizações através da luta pela diversidade cultural.

Sociedade e educação indígena

Para refletir acerca da organização do ensino superior para os indígenas, dirigimos um olhar sistemático aos pressupostos que tornam possível a atitude do docente. Tais pressupostos enraizam-se em um contexto histórico cuja compreensão situa-se no domínio do pensamento social brasileiro. Dele partimos para alcançar o pensamento social amazônico, onde se elabora o conhecimento da realidade aqui investigada.

Estudiosos do Brasil agregam ao conhecimento produzido sobre o pensamento social brasileiro recortes que são consequência dos interesses da construção da realidade por abordagens sociológicas, ou por aquelas que, mesmo fora do quadro clássico da reflexão das ciências sociais, apresentam contribuições de enorme importância para a afirmação do campo de influência dessas ciências. (BASTOS; PINTO, 2007, p.32).



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

No Amazonas, um dos marcos iniciais desse esforço encontra-se nas concepções do cientista social José Francisco de Araújo Lima, surgidas em 1924, aproximadamente, quando iniciou seu mandato como Prefeito de Manaus. O referido autor foi um dos primeiros a questionar e estudar a Sociologia da Amazônia, com a preocupação de articular os conhecimentos sobre educação, saúde, sociologia e política. Se a sociedade e a cultura na Amazônia são hoje um objeto de estudo bastante pesquisado e com um grande avanço, podendo ser compreendida pela identificação de autores, ideias e conceitos, no movimento de formação do pensamento brasileiro, isso se deve, em grande parte, ao pioneirismo daquele eminente intelectual.

É com esses pensamentos dos intelectuais do passado que se constituiu o desenvolvimento da região amazônica, em todos os âmbitos e, principalmente, no ensino, com os recursos didáticos utilizados desde os jesuítas, nas escolas indígenas, até o uso atual das tecnologias nos cursos de licenciatura indígena. “O pensamento social da Amazônia não é um eco de vozes que emudeceram. Nas vozes dos autores passados o tempo dilata-se na projeção das relações sociais do presente” (RIBEIRO, 2012, p.17).

Em Manaus, há quatro escolas de Ensino fundamental, que funcionam em comunidades indígenas e para preservar a cultura dos povos tradicionais, foi estabelecido pelo Prefeito Arthur Neto, o Decreto Municipal 1.394/201, que assegura aos indígenas a prerrogativa de definir as nomenclaturas das escolas situadas em comunidades tradicionais. A alteração dos nomes das escolas foi publicada no Diário Oficial do Município de Manaus (DOM), na edição 3.456, de 23 de julho de 2014⁹.

A decisão foi tomada após várias reuniões com as diversas comunidades e a mudança tem o intuito de preservar a cultura indígena. O Decreto 1.394, artigo 2, diz que “a escola indígena adotará o nome a partir da definição do povo ou da comunidade a que se destinar”.

Mudaram de nome as escolas municipais São Thomé, na comunidade de Paraná do Samaúma, que passa a se chamar Escola Indígena Municipal Kunya Taputira; Aleixo Bruno, na comunidade Terra Preta, que passa a se chamar Escola Indígena Municipal Yayumbwewa

⁹ MANAUS. Diário Oficial do Município de Manaus (DOM), 23 jul. 2014 - Edição 3.456. Disponível em: <<http://dom.manaus.am.gov.br/pdf/2014/julho/DOM%203456%2023.07.2014%20CAD%201.pdf/vie>> Acesso em: 08 mar. 2015.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Rendawa Maku Arú Waimi; Três Unidos, na comunidade Três Unidos-Rio Cuieira, que passa a se chamar Escola Indígena Municipal Kanata T-Ykua; e Boas Novas, na comunidade Viva Nova Esperança, que passa a se chamar Escola Indígena Municipal Puranga Pisasú (SEMED: 2014).

As escolas, com a nova denominação, de acordo com o projeto de Lei, estão incluídas na estrutura básica da Secretaria Municipal de Educação (Semed).

Dados da Educação Indígena

Em 2012, o Ministério da Educação (MEC) realizou o Censo Escolar de Educação Básica, onde se dá um panorama da Educação Indígena no Brasil. O crescimento do número de escolas com educação indígena, nos últimos quatro anos, vem se estabilizando. Entre os anos de 2009 a 2012, o crescimento do número de escolas foi de apenas 9,7%. A região Sudeste ainda apresentou uma queda no número de escolas de 10,2%. A maioria das escolas indígenas se concentra nas redes estaduais e municipais de educação, tendo, respectivamente, 46% e 52% do total.

As escolas indígenas localizam-se em áreas rurais, demonstrando a forte ligação da educação indígena com as questões da terra. Ressalta-se que, quando analisamos os dados de localização diferenciada da escola, 92% das escolas encontram-se em terras indígenas. Conforme o Parecer do Conselho Nacional de Educação CNE/CEB nº 13, editado no ano de 2012, os Estados devem estruturar, nas secretarias de Educação, instâncias administrativas de Educação Escolar Indígena com a participação de indígenas e de profissionais especializados, destinando-lhes recursos financeiros específicos. Tal medida, contudo, ainda figura apenas no plano legal. Na esmagadora maioria dos casos, isso decorre do desrespeito, demonstrado por alguns Estados e municípios, a premissas já consolidadas como a de que as escolas indígenas são unidades próprias, autônomas e específicas, e que podem, portanto, criar projetos pedagógicos próprios, organizar grades curriculares e calendários que considerem as culturas de cada povo¹⁰.

¹⁰ Conferir em: RANGEL, Lúcia Helena Vitalli. **Relatório de Pesquisa 2012 - Violência contra os Povos Indígenas no Brasil**, 2013. p.108. Disponível em: <<http://www.cimi.org.br/pub/viol/viol2012.pdf>> Acesso em: 25 jun. 2014.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

No dia 27 de março de 2014, a Lei 12.960/2014, alterou a Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - LDB, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para fazer constar a exigência de manifestação de órgão normativo do sistema de ensino para o fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas.

Art. 1º O art. 28 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

“Art. 28.

Parágrafo único. O fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas será precedido de manifestação do órgão normativo do respectivo sistema de ensino, que considerará a justificativa apresentada pela Secretaria de Educação, a análise do diagnóstico do impacto da ação e a manifestação da comunidade escolar.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação¹¹.

Ainda que tenha se tornado possível, mediante a consulta aos Conselhos Municipais e Estaduais de Educação, o fechamento das escolas indígenas somente pode se dar após a consulta aos Povos Indígenas, segundo determinação da Convenção 69 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que se tornou lei no Brasil. Todavia, esse dispositivo continua a ser ignorado em muitos lugares do País.

Essa forma de ensino requer o envolvimento do estudante e da sociedade. Ela se deflagra pela elaboração de atividades artísticas e culturais a partir das práticas inerentes às próprias comunidades indígenas. Nas décadas de 1980 e 1990, educadores trabalharam e conviveram com povos indígenas, partilhando de suas alegrias cotidianas, apreensões e dores em face de um mundo dominador cada vez mais presente. Eles também incorporaram aos seus conhecimentos saberes, sabores e sensações muito além dos encontrados em seus estudos acadêmicos¹². No mesmo período, um conjunto de medidas legais fez com que as questões que envolvem a Educação Escolar Indígena passassem a fazer parte do rol de responsabilidades do Estado. Atualmente, vários Programas de

¹¹ BRASIL. Lei nº 12.960, de 27 de março de 2014. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 28 de março de 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L12960.htm> Acesso em: 28 jun. 2014.

¹² Verificar na Resenha da obra de GUIMARÃES, Susana Martelletti Grillo. **A aquisição da escrita e diversidade cultural: a prática de professores Xerente**. Brasília: FUNAI/DEDOC, 2002. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/arquivos/conteudo/cogedi/pdf/Revista-Estudos-e-Pesquisas/revista_estudos_pesquisas_v1_n2/Resenha.pdf> Acesso em: 22 jun. 2014.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Formação de Professores Indígenas são conduzidos, mas, conforme destaca Grupioni (2006), foi na década de 1970 que realmente tiveram o início os cursos de formação voltados para o professor indígena.

A percepção da importância de que a escolarização formal de alunos indígenas fosse conduzida pelos próprios índios começou a se instalar, no Brasil, somente a partir da década de 70, época em que os primeiros Programas de Formação de Professores Indígenas foram implementados por organizações não-governamentais (GRUPIONI, 2006, p.23).

A partir de 1910, segundo Souza Lima e Barroso-Hoffman (2007), foi criado o Serviço de Proteção aos Índios (SPI), que implantou uma rede de escolas para ensinar-lhes as primeiras letras. A partir de 1967, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) substituiu o SPI, e transformou as escolas das comunidades indígenas em uma rede de escolas bilíngues, com alguns professores índios ministrando aulas da língua e algumas tradições. No ano de 1988, a Constituição Federal Brasileira assegurou aos povos indígenas alguns direitos fundamentais, especificamente relacionados à educação, como o direito à diversidade cultural. No ano de 1991, surgiu o primeiro marco legal, conhecido como Decreto Presidencial nº 26/1991, que conferiu ao Ministério da Educação (MEC) a competência para integrar a educação escolar indígena aos sistemas de ensino regular. No mesmo passo, retirou-se da FUNAI o encargo de organizar e executar as ações relacionadas à educação no seio das comunidades indígenas.

Em 1993, o MEC produziu o primeiro documento sobre educação escolar indígena, que falava da construção de currículos para a alfabetização e de 1ª a 4ª série, além de destacar a formação de professores de nível médio. Em 1994, foi constituída uma coordenação no Ministério da Educação para cuidar da educação indígena; ela recebeu o nome de Coordenação Geral de Apoio às Escolas Indígenas – nome que caracteriza bem qual o trabalho a ser desenvolvido. (SOUZA LIMA; BARROSO-HOFFMANN, 2007, p. 91).

Para dar suporte à educação que ora está em sala de aula, fazendo uso do método tradicional de ensino, o qual, em muitas situações, se faz na própria comunidade indígena – ou espaço não-formal -, foi iniciado, em 1995, no Brasil, um projeto de formação de professores falantes da língua indígena, tanto nas etapas presenciais como nas não-presenciais: era o projeto *Yanomami*. Em seguida, surgia a Lei de Diretrizes e Bases da





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Educação (LDB), Lei N° 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que abraçou o princípio de que os objetivos, currículos e calendários escolares, nas escolas indígenas, seriam definidos por cada comunidade. No que diz respeito à educação superior, a Lei pontua que deve ser estimulada a criação cultural, o desenvolvimento do espírito científico e o do pensamento reflexivo; além disso, nas suas disposições gerais, ressalta:

Art. 78. O Sistema de Ensino da União, com a colaboração das agências federais de fomento à cultura e de assistência aos índios, desenvolverá programas integrados de ensino e pesquisa, para oferta de educação escolar bilíngue e intercultural aos povos indígenas, com os seguintes objetivos:

I - proporcionar aos índios, suas comunidades e povos, a recuperação de suas memórias históricas; a reafirmação de suas identidades étnicas; a valorização de suas línguas e ciências;

II - garantir aos índios, suas comunidades e povos, o acesso às informações, conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e demais sociedades indígenas e não-índias.

Art. 79. A União apoiará técnica e financeiramente os sistemas de ensino no provimento da educação intercultural às comunidades indígenas, desenvolvendo programas integrados de ensino e pesquisa.

§ 1º Os programas serão planejados com audiência das comunidades indígenas.

§ 2º Os programas a que se refere este artigo, incluídos nos Planos Nacionais de Educação, terão os seguintes objetivos:

I - fortalecer as práticas socioculturais e a língua materna de cada comunidade indígena;

II - manter programas de formação de pessoal especializado, destinado à educação escolar nas comunidades indígenas;

III - desenvolver currículos e programas específicos, neles incluindo os conteúdos culturais correspondentes às respectivas comunidades;

IV - elaborar e publicar sistematicamente material didático específico e diferenciado.

§ 3º No que se refere à educação superior, sem prejuízo de outras ações, o atendimento aos povos indígenas efetivar-se-á, nas universidades públicas e privadas, mediante a oferta de ensino e de assistência estudantil, assim como de estímulo à pesquisa e desenvolvimento de programas especiais. (Incluído pela Lei nº 12.416, de 2011).



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Com as discussões e os movimentos indígenas em torno da temática da educação, foi criado, em 1998, o Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas. Com este documento e a Resolução nº 03/99, da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CEB/CNE), as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Escolar Indígena foram aprovadas, em 14 de setembro de 1999, tendo como fundamento o Parecer nº 14/99¹³ do CNE. Dessa forma, ficou determinado que os professores das escolas indígenas sejam, prioritariamente, membros de suas próprias comunidades, ou seja, índio ensinando índio, através das Políticas Públicas estabelecidas pelo MEC. Mas, para isso, é necessária a formação superior. Surgiu então, em julho de 2001, a primeira licenciatura indígena do Brasil, através da Universidade do Estado do Mato Grosso (UNEMAT). A Universidade Federal de Roraima (UFRR) também implantou cursos específicos para formar professores índios, em dezembro do mesmo ano.

Porém, em 2004, houve mudanças no MEC, com a criação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) e, dentro dela, passou a existir uma Coordenação Geral de Educação Escolar Indígena (CGEEI). Nesse Período, em 2004, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) realizou uma consultoria para a Secretaria de Educação Superior (SESU), que faz parte do MEC, com o objetivo de aperfeiçoar o ensino básico indígena, através da formação e da capacitação de professores índios. Neste contexto, foi lançado, em 29 de junho do ano de 2005, o Edital do Programa de Formação Superior e Licenciaturas Indígenas (PROLIND), cujo objetivo era promover a elaboração de Projetos de Cursos de Licenciaturas específicas com a finalidade de graduar professores indígenas em nível superior¹⁴.

(...) mobilizar e sensibilizar as instituições de ensino superior, com vistas à implantação de políticas de formação superior indígena e de Cursos de Licenciaturas específicas; mobilizar e sensibilizar as instituições de educação superior, com vistas à implantação de políticas de permanência de estudantes indígenas nos Cursos de Graduação;

¹³ BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer 14/99**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/leis2.pdf>> Acesso em: 22 jun. 2014.

¹⁴ Ver Edital N° 5, de 29 de junho de 2005, publicado no D.O.U. de 30 de junho de 2005, seção 03, página 49.





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

promover a participação de indígenas como formadores nos cursos de licenciaturas específicas.¹⁵

Oito universidades públicas foram as primeiras a oferecer, em 2005, cursos de licenciatura intercultural, a partir do edital do PROLIND - SESU/SECAD. No primeiro momento, participaram do certame oito universidades, ofertando licenciaturas interculturais indígenas com habilitações em áreas como Línguas, Literatura e Arte, Ciências da Natureza e Matemática, Ciências Sociais e Humanidades. Dados disponibilizados em 2014, pela Coordenação Geral de Educação Escolar Indígena da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (CGEEI/SECAD/MEC), mostram que 18 Instituições de Ensino Superior (IES) (vide Quadro 01) oferecem curso PROLIND¹⁶.

A Fundação Nacional do Índio (FUNAI)¹⁷ esclarece que a ampliação da oferta do Ensino Fundamental e do acesso ao Ensino Médio resultou no crescimento da demanda pelo Ensino Superior. Cada comunidade indígena tem sua própria organização, além dos costumes e tradições. O acesso à educação promove o diálogo intercultural assim como beneficia as crianças e os jovens indígenas para cursarem o Ensino Fundamental nas aldeias e em escolas direcionadas a este público. Guimarães e Villardi declaram:

O grande desafio que se apresenta às instituições brasileiras é como viabilizar o acesso de estudantes indígenas à educação superior. A conclusão do ensino médio já é, em si, uma conquista obtida com grande sacrifício pelos jovens e suas famílias. Além das questões de ordem econômica [...]. Estudantes indígenas enfrentam, nas escolas, discriminação e preconceito. Estudantes indígenas enfrentam o despreparo até mesmo de gestores e docentes das escolas, regulares ou supletivas, nas quais o direito à diferença é simplesmente ignorado. (GUIMARÃES & VILLARDI, 2010, p.45).

¹⁵ Conferir os objetivos do PROLIND. BRASIL. Ministério da Educação. **PROLIND**. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17445&Itemid=817 > Acesso em: 12 mai. 2014.

¹⁶ Os dados foram fornecidos pela Coordenação Geral de Educação Escolar Indígena da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (CGEEI/SECAD/MEC), via *e-mail* da pesquisadora em: 02 jul. 2014.

¹⁷ FUNAI - Fundação Nacional do Índio. **Educação Escolar Indígena**. Disponível em: < <http://www.funai.gov.br/index.php/educacao-escolar-indigena> > Acesso em: 25 abr. 2014.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

O primeiro curso de Licenciatura Intercultural aconteceu na Universidade Estadual de Mato Grosso (UNEMAT), no ano de 2005. Atualmente, o Ministério da Educação (MEC) descreve que são 20 universidades públicas que oferecem Licenciaturas Interculturais específicas, que estão previstas pela Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001¹⁸.

Um currículo intercultural é fundamentado no contexto das comunidades indígenas, e o professor indígena será formado para responder a esta realidade específica, a qual se modifica de acordo com os aspectos do tempo e do espaço. Entende-se que essas devem planejar a formação de seus educandos a partir de projetos específicos de cada comunidade e o professor licenciado deverá estar preparado para exercer docência nessas escolas. (CARDOSO; CABRAL, 2012, p. 36).

Deste modo, a educação intercultural apresenta-se como um processo, ou seja, um caminho aberto, complexo e multidimensional, pois envolve uma multiplicidade de fatores e dimensões: a pessoa e o grupo social, a cultura e a religião, a língua e a alimentação, os preconceitos e as expectativas.

CONSIDERAÇÕES

Neste sentido, as culturas não existem abstratamente, são saberes de grupos e de pessoas históricas, das quais jamais podem ser completamente separáveis. As pessoas são formadas em contextos culturais determinados, mas, são as pessoas que fazem cultura. Nesta concepção, a estratégia intercultural do ensino e a metodologia a ser aplicada durante um curso superior ao indígena consiste antes de tudo em promover a relação entre as pessoas, enquanto membros de sociedades históricas, caracterizadas culturalmente de modo muito variado, nas quais são sujeitos ativos.

¹⁸ Plano Nacional de Educação. Capítulo 9 - Educação Indígena - meta 17: “Formular, em dois anos, um plano para a implementação de programas especiais para a formação de professores indígenas em nível superior, através da colaboração das universidades e de instituições de nível equivalente”. Ver em: BRASIL. Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 10 de janeiro de 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/10172.htm> Acesso em: 25 jun. 2014.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

REFERÊNCIAS

BARRETO, Maria da Graça de Carvalho. **Educação, Diversidade, Multiculturalidade e Interculturalidade**, 2014.

BANIWA, Gersem dos Santos Luciano. **O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje**. Brasília: MEC/SECAD; Rio de Janeiro: LACED/Museu Nacional, 2006.

BARBOSA, Walmir de Albuquerque; RAMOS, José Ademir Gomes. **Proformar e a Educação no Amazonas**. Manaus: UEA Edições/Editora Valer, 2008.

BASTOS, Élide Rugai; PINTO, Ernesto Renan M. F. (orgs.). **Vozes da Amazônia. Investigação sobre o pensamento social brasileiro**. Manaus: Editora da Universidade Federal da Amazônia, 2007.

BARROSO, Regina Barroso; BETTIOL, Célia Aparecida; AZEVEDO, Claudina Maximiano. **Retratos da Diversidade no Programa de Formação do Magistério Indígena (PROIND) da UEA**. In: XXI EPENN, 2013, Pernambuco, PE. ANAIS DO XXI EPENN. PERNAMBUCO (PE), 2013. p. 1-7. Disponível em: <http://www.epenn2013.com.br/EPENN_DISCO/Posterres/GT08/GT08_RETRATOS_DA_DIVERSIDADE.pdf> Acesso em: 15 abr. 2014.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

_____. Ministério da Educação. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>> Acesso em: 01 jan. 2015.

_____. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação**. Brasília: MEC/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2001.

_____. Ministério da Educação. RCNEI - **Referencial Curricular Nacional Educação Indígena**. Brasília: MEC/Coordenação Geral de Apoio às Escolas Indígenas, 1997.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J. C. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. (Recensão de Ana Paula Rosendo). Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2009.

CARVALHO FILHO, Benedito Jose de. ; OLIVEIRA, Márcia Maria de. **Sociologia da Educação I: Sociedades Indígenas e Não Indígenas**. Manaus: UEA Edições, 2011.





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

CARDOSO, Fábio Coelho; CABRAL, Romy Guimarães (Org.). **Pedagogia intercultural v.8**. Manaus, AM: UEA Edições, 2012. v. ISBN 9788578832063.

FUNAI - Fundação Nacional do Índio. **Educação Escolar Indígena**. Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/index.php/educacao-escolar-indigena>> Acesso em: 25 abr. 2014.

GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (Org.). **Formação de professores indígenas: repensando trajetórias**. Brasília, DF: MEC/SECAD, 2006.

GUIMARÃES E VILLARDI, Susana M. G; Raquel. **Educação Indígena**. FGV On line.2010. Disponível em: <<http://moodle.fgv.br/>>. Acesso em: 16 dez. 2013.

IBGE. **Censo: População em 2010**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/censo2010/dados_divulgados/index.php?uf=13>. Acesso em: 01 jan. 2014.

MANAUS (AM). **Diário Oficial do Município de Manaus (DOM), 23 jul. 2014 - Edição 3.456**. Disponível em: <<http://dom.manaus.am.gov.br/pdf/2014/julho/DOM%203456%2023.07.2014%20CAD%201.pdf/view>> Acesso em: 08 mar. 2015.

MASETTO, M.T. 2003. **Competência pedagógica do professor universitário**. São Paulo, Summus.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração e análise e interpretação de dados**. – 7.ed.-São Paulo: Atlas, 2008.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. **Sociedades Indígenas e Indigenismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Marco Zero, UFRJ, 1987.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

AGROECOLOGIA: PONTE ENTRE O SABER LOCAL E O SABER FORMAL

AGROECOLOGÍA: PUENTE ENTRE EL SABER LOCAL Y EL SABER FORMAL

Igor Alexandre Pinheiro Monteiro¹

igorapmonteiro@gmail.com

Resumo: O presente trabalho se debruça sobre questões teóricas e práticas da agroecologia buscando demonstrar a dialogicidade existente entre a ciência formal e a ciência informal, ou saber local. Para tanto, foi realizada revisão bibliográfica crítica acerca do tema, sendo seguido de duas experiências de sistemas agroflorestais no nordeste paraense as quais puderam demonstrar o quão imbricadas estão as duas ciências em prol do conhecimento.

Palavras-chave: Agroecologia; Saber Local; Diálogo dos saberes; Conhecimento.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca ressaltar a relevância do diálogo entre os conhecimentos locais e os conhecimentos formais nas experiências de transição agroecológica. Primeiramente buscou-se explorar a agroecologia enquanto ciência inovadora e a relação que esta ciência estabelece com as mais variadas áreas do saber. Em um segundo momento discutiu-se sobre o saber do campo e a influência que este exerce diante da interdisciplinaridade desta ciência.

Como exemplo de experiências ricas em conhecimento local e que foram aprimoradas ao estabelecerem contato direto com o conhecimento formal, foram destacados dois SAFs (Sistemas Agroflorestais), sendo um no município de São Domingo do Capim, com o Sr. Pedro e a Sra. Zinalva, e um segundo em Tomé-açu, na área do Sr. Manoel.

¹ Bacharel em Direito. Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará (PPGDSTU/NAEA/UFPA).



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Por fim, buscou-se relacionar o a teoria entrelaçada na agroecologia com a experiência vivenciada de forma a demonstrar a influência e dependência da agroecologia do saber local. Como afirma Caporal (2009, p. 95), “a agroecologia lança mão do conhecimento histórico de determinados arranjos ou sistemas de produção para compreender as estratégias de sustentabilidade de diferentes povos e civilizações”.

OS SABERES NA AGROECOLOGIA

Na busca por modelos de desenvolvimento alternativos e menos danosos ao meio ambiente aliado à melhoria da qualidade de vida dos seres vivos surge a agroecologia, uma ciência que se funda no diálogo dos diversos saberes, disciplinas e culturas, aliando o saber local, ou popular, ou tradicional ao saber formal com enfoque no agroecossistema (PIRAUX, 2010), sendo integrada por três dimensões, sendo a) ecológica, que diz respeito à questão técnico-produtiva, b) socioeconômica e cultural, relativa ao desenvolvimento endógeno local e b) política, com preocupação com a transformação socioambiental (SERVILLA GUZMÁN, 2013).

A prática agroecológica requer - quando o enfoque recai somente sobre a dimensão ecológica, geralmente a mais perceptível - estratégias interdisciplinares de modo a criar um novo conhecimento, bem como, em razão da complexidade das disciplinas envolvidas. Quando tem-se as três dimensões juntas a transdisciplinaridade se faz necessária para construir uma visão una do conhecimento (SÁ; SILVA, 2014).

McCune et al (2014), lembram na pedagogia de Paulo Freire e no diálogo dos saberes, são possíveis maiores assimilações entre aqueles. O diálogo dos saberes pressupõe que existem vários tipos de conhecimento e que devem estar em constante dialogicidade, tais como os saberes indígenas, camponeses, feminista, que são postos em pé de igualdade com os saberes científicos eurocêntricos e cartesianos nesse conceito, por exemplo. O diálogo de saberes complementa o pensamento de Freire enquanto pedagogia, em razão de este defender um pensamento crítico no processo de formação educacional dos oprimidos.

Para Paulo Freire, segundo Caporal et al (2009, p. 17),





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

os científicos “não têm sido verdadeiramente capazes de ouvir o que os agricultores têm a dizer, porque as premissas filosóficas da ciência convencional não conferem legitimidade aos conhecimentos e às formas de aprendizagem dos agricultores” e, com isso, não são capazes de romper com a suposta superioridade da ciência convencional.

A agroecologia, portanto, trabalha com vistas a romper com esse paradigma da ciência convencional ao legitimar o saber empírico campesino e integrar em um diálogo constante entre os saberes. O saber local influencia e ensina em diversas frentes a ciência acadêmica, bem como esta lapida aquele, buscando melhores práticas na produção agroflorestal.

SABER LOCAL E A INFLUÊNCIA NA AGROECOLOGIA

Toledo (2005), ensina que o termo “saber local” se refere a uma gama de conhecimento obtido através de observação e experimentação de um determinado grupo ou indivíduo que se perpetua através da tradição oral muito peculiar às formas de vida de comunidades tradicionais, povos indígenas e camponeses. Estes agricultores, tradicionais ou não, têm desenvolvido seu modo de plantio há gerações, tal como na seleção de espécies cultiváveis, de modo que a relação simbiótica entre ser humano e natureza, própria de suas culturas, molda os sistemas biológicos a seu em singular co-evolução através de tecnologias, organização social e valores (NOGAARD, 1987). Do mesmo modo Sá e Silva (2014) lembram que “no trabalho com a terra, o agricultor modela o ecossistema de acordo com suas necessidades, e esse ecossistema, transformado por sua ação, condiciona as possibilidades futuras”.

Os conhecimentos locais, fruto da memória tradicional representa grande parte do modo de vida dos povos e comunidades tradicionais amazônicas, que têm seus conhecimentos valorizados na agroecologia. A ciência se insere no papel de apenas para aprimorar os conhecimentos já existentes reforçando a importância da manutenção dos mesmos com implementação de novas tecnologias e organização social (SÁ; SILVA, 2014).

Sá e Silva (2014), reforçam ao afirmar que





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

o reconhecimento da agroecologia como próxima às práticas da agricultura tradicional, praticada antes da modernização, está presente em diversas falas dos agricultores, sobretudo para os que viveram a mudança de perto, desde a ocupação do assentamento, como diz em entrevista Maria Raimunda, uma das assentadas: “Aprendi sobre as plantas com minha mãe de pegação, que me deixou um livro de orientação e ensinou as práticas desde criança. Agora isso tem nome de agroecologia. Tudo é orgânico” (Entrevista, D. Maria Raimunda – Assentada).

O modo de vida de comunidades tradicionais e camponesas dificilmente serão seguidos pelo restante da sociedade, dado seu nível de consumo e a produção industrial, porém muito pode ser aprendido com suas culturas com vistas a buscar um modelo de desenvolvimento menos predatório (CAPORAL, et al, 2009). A agroecologia, é a ciência capaz de visualizar as grandes contribuições que os saberes locais têm quando se busca um modelo alternativo de desenvolvimento e desencadear “um processo de inovação agroecológica no sentido da construção de novas práticas produtivas, ambientais e institucionais” (PIRAUX, 2010, p. 17).

A agroecologia enquanto ciência é capaz, portanto, de reconhecer a complexidade dos conhecimentos acerca da biodiversidade – abrangendo relações entre os elementos da natureza, os processos dinâmicos e naturais e o potencial de utilização de cada um desses elementos – que, segundo Toledo (2005), se assemelha a um catálogo mental dos recursos naturais na mente do agricultor.

Toledo (2005, p. 99), lembra um

error en el que reiteradamente se incurre al intentar un análisis de los saberes locales, es el querer encontrar en su *corpus* propiedades y significantes similares a los de la ciencia contemporánea. Ello significa desconocer la existencia de una “racionalidad” diferente en las culturas rurales, reduciéndolas, de paso, a meras extensiones o a formas incipientes del racionalismo científico. Por ello debe intentarse un esclarecimiento mínimo acerca de las formas que toman estos saberes, para lo cual debe adoptarse una perspectiva epistemológica.

Nogaard (1987) nos lembra que a agroecologia não rechaça o conhecimento formal em detrimento do conhecimento local, pelo contrário, é a ciência que busca construir pontes que fomentem o diálogo, ou seja, a agroecologia é capaz de entender as experiências agrícolas convencionais ajudam a entender os sistemas tradicionais, e a recíproca é verdadeira.





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Os saberes locais auxiliam, substancialmente, a agroecologia ao facilitar a identificação de unidades de espaço cultiváveis, atividades prováveis ao local, períodos de colheita, fertilidade do solo, dentre outros, possibilitando o intercâmbio de informações entre as ciências formais e a ciência tradicional. Os agricultores tradicionais atuam subversivamente ao sistema de agricultura industrial que prima pela monocultura, pois estão acostumados ao uso de estratégias múltiplas tanto na agricultura quanto na pecuária, o que reflete os anseios de todo um trabalho científico desenvolvido nos últimos quarenta anos quando se busca a sustentabilidade na produção rural, ou seja, faltava a ciência formal ter humildade de olhar para os agricultores tradicionais e reconhecer a imensidade de seu conhecimento (TOLEDO, 2005).

Busca-se, sobretudo, a autonomia dos pequenos agricultores, para tanto, grandes tecnologias e maquinário pesado são evitados ao máximo em prol de sua independência financeira e por um sistema que agrida menos o meio ambiente. Não obstante, o conhecimento local ou tradicional é capaz de suprir as necessidades de insumos externos, na maioria das vezes, através de inovações tecnológicas provenientes da própria relação dos agricultores, bem como no diálogo com o conhecimento formal, reinserindo a relevância dos conhecimentos informais às demandas atuais por modelos alternativos de desenvolvimento (SÁ; SILVA, 2014).

CONHECIMENTO LOCAL NA TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA NOS MUNICÍPIOS DE TOMÉ-AÇU E SÃO DOMINGOS DO CAPIM, NO PARÁ.

As experiências relatadas neste tópico foram observadas através de uma viagem de campo por cidades do nordeste paraense como complementação da disciplina de Agroecologia, do Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas (PPGAA), do Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural (NCADR) da Universidade Federal do Pará (UFPA) entre os dias 4 e 8 de julho de 2016 a fim de conhecer em campo as experiências de transição agroecológica de sistemas agroflorestais.

ÁREA DE SAF EM SÃO DOMINGOS DO CAPIM, PARÁ





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Às margens do Rio Capim, no município de São Domingos do Capim, no Estado do Pará, o sítio de Pedro, mais conhecido por Pedreco na região onde vive, e de Zinalva, ostenta a exuberância da biodiversidade local em estreita sincronia com a produção agroflorestal com diversas culturas, tendo iniciado tal sistema de produção ainda jovem movido pelo temor de permanecer em uma realidade pobre como foi sua infância e juventude. Movido pela sua intuição e pelo conhecimento obtido de seus genitores e demais produtores locais iniciou a produção em SAF na década de 1980, mesmo com a descrença dos demais produtores locais e sua família. Acreditava que poderia plantar diferente de seu pai e dessa forma iniciou um cultivo que hoje exhibe uma produção sem igual na região e transmite o conhecimento adquirido para os demais agricultores familiares.

O local onde vive e planta foi doação de seu avô, quando, ainda jovem, decidiu deixar a casa de sua família para seguir seu sonho de sair da realidade de pobreza que viviam. Assim, soube que seu avô morava na cidade e que possuía algumas terras à beira do rio e solicitou ao mesmo, que o concedeu. Após passar três dias e dormindo “no tempo”, construiu uma barraca e passou a plantar banana e açaí. Com o passar dos anos e com o sucesso de sua produção, Pedro foi adquirindo os demais imóveis que faziam divisa com o seu e uma embarcação, a qual servia para escoar sua produção com menor custo até a cidade.

A propriedade do casal de agricultores possui 66 ha, sendo 18 ha de plantio em SAF e 48 ha de reserva legal, a qual explora somente através do extrativismo e percebe a riqueza do solo da área em SAF, sendo mais escuro, o que caracteriza a alta concentração de matéria orgânica em relação à área desmatada.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas



Figura 1. Pedro exibindo os cortes feitos na Seringa para a extração da sua seiva.

Foto: Igor Monteiro

O modelo de produção de Pedro guarda relação com seu passado pobre e, muitas vezes, sem alimentação suficiente para todos os seus familiares. Relata que seu pai cultivava de modo tradicional – se assemelhando às técnicas de monocultivo –, sendo necessários caros insumos externos, irrigação – mesmo estando às margens de rio, posto que a região é de várzea alta, ou seja, não é atingida pela cheia do rio –, o que acarretava em baixa produtividade e, aliada à dificuldade de escoamento da produção, tornava a vida mais difícil e pobre.



Figura 2. Zinalva afirma que “o princípio da agroecologia é a vida”. Foto: Igor Monteiro

Zinalva que desenvolve a produção em SAF em conjunto com seu esposo, Pedro, atua principalmente na transformação da produção local em alimento, dentre eles estão as barras de chocolate de cacau puro, pomadas fitoterápicas e doces. A agricultora afirma que quando passou a participar dos cursos de capacitação e reuniões que a Embrapa



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

promoveu a partir do ano 2000, em que estavam sendo discutidas o modelo de produção em SAF descobriu que já cultivavam de acordo com os preceitos agroecológicos.

A percepção da dimensão ecológica do seu sistema produtivo fica clara quando demonstra a preocupação no armazenamento água da chuva para uso na irrigação, na manutenção da cobertura do solo com a camada natural de folhas em razão do solo não ser irrigado e fertilizado pelas águas do rio – o que Pedro chamou de “plantar água” -, com a não utilização dos agrotóxicos. Essas técnicas já eram aplicadas pelo casal no seu SAF por experiência e observação próprios, consegue se perceber que determinados termos, categorias e conceitos foram adquiridos nos diversos cursos de capacitação que participaram e que hoje Pedro ministra em outras comunidades.

“Um pesquisador formado na mata”, como se intitula Pedro, com atenção à segurança alimentar, afirma que “o melhor fica em casa”, ou seja, antes de escoar sua produção seleciona os melhores alimentos para serem destinados ao consumo de sua família. Ressalta também o orgulho em ser agricultor em razão de poder se alimentar e a sua família com qualidade superior aos moradores urbanos.

Em sua fala percebemos que a preocupação principal não é no mercado, mas na soberania alimentar de sua família, que vem acompanhada da qualidade alimentícia, não só na quantidade. A preocupação com o mercado fica em segundo plano, mas não sem importância, tendo em vista que determinados produtos como açúcar, café, sal e arroz são comprados por não fazerem parte de sua produção, obviamente.

A durabilidade dos cultivos do casal de agricultores, tal como observam, em relação aos demais produtores da região que não seguem o SAF se mostra mais próspero. A diferença resulta em razão de os cultivos em SAF não terem sido “forçados” via insumos a produzir mais cedo do que o período natural, o que acarreta em um prolongamento do ciclo produtivo das plantas.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas



Figura 3. Samaúma em meio a vários cultivos, caracterizando a manutenção da cobertura florestal em várias áreas de SAF. Foto: Igor Monteiro

A organização dos produtores locais, tendo Pedro como animador do processo durante os cinco anos, acarretou na criação, em 2000, da APEPA – Associação dos Pequenos Extrativistas e Pescadores Artesanais, a associação que representa os interesses mistos dos extrativistas, agricultores e pescadores daquela região de São Domingos do Capim, conta com 48 famílias associadas, foi quem possibilitou a qualificação dos produtores locais e conscientização para as questões ecológicas.

A associação responsável pelo salto de produtividade e qualidade dos plantios locais. O município conta com apenas dois técnicos responsáveis pela assistência técnica, obviamente insuficiente frente a um município que conta com a maioria da população na zona rural. A APEPA busca disseminar o conhecimento para os agricultores e entre eles, adotando como estratégias a realização de intercâmbios para outras regiões e outras produções em SAF. Este papel é de suma relevância por levar informação técnica para aprimorar o conhecimento já detido pelos produtores locais, pois, tal como observa Sr. Pedro, um dos principais problemas do desenvolvimento do cultivo dos agricultores é a falta de conhecimento.

Pedro relata que sempre busca passar seus ensinamentos aos jovens, como seus filhos e demais jovens da vizinhança, os levando quando realiza o manejo de sua produção para que aprendam na prática o conhecimento que passou décadas para adquirir a fim de que os SAFs da região se proliferem e prosperem em um futuro próximo.



ÁREA DE SAF EM TOMÉ-AÇU, PARÁ



Figura 4. Manoel no SAF que integra o plantio de Pimenta do Reino com Feijão e Cacau. Foto: Igor Monteiro

O Sr. Manoel é referência em SAF na região de Tomé-açu, tendo iniciado o plantio consorciado há 42 anos mesmo contra o conselho dos demais produtores da Comunidade de Santa Luzia, onde vive e produz. O agricultor replantou uma grande área, dos seus 40 ha, com árvores como Copaíba, Andiroba, Castanheira, onde ocorreu a degradação pela atuação de uma madeireira que retirou a maioria das chamadas madeiras nobres do local, e assim mantém uma extensa área de reserva florestal na qual somente pratica o extrativismo.

Seu SAF foi pensado para ter produtividade durante os doze meses do ano, no qual consorcia o cultivo de Pimenta do Reino com Feijão, Cacau, Açaí, Maracujá, dentre as mais de 10 espécies. Manoel deixa claro que quando chegou para morar no local já pensou em utilizar o lugar “vago” entre o plantio de Pimenta do Reino a fim de ampliar sua produção, mesmo antes dos cursos de capacitação e atuação em campo da Embrapa.

Nas imagens 5 e 6 é possível observar a diferença do desenvolvimento das plantas no sistema consorciado e no sistema não consorciado. No consorciado de Cacau com Pimenta do Reino, por exemplo, o Cacau exerce a função de sombrear a pimenta, dado que este cultivo necessita de tal característica. Bem como é incerto para o agricultor contar com a variação de preço de um cultivo, o que compensa com o consorcio de outra espécie. Além disso, a relativa queda na produtividade da Pimenta do Reino em razão do consórcio é compensada pela agregação da produção de outras espécies.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

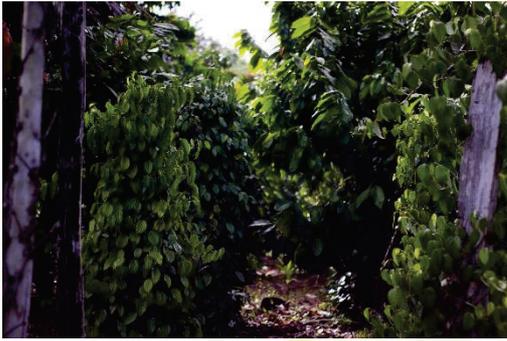


Figura 5. Pimenta-do-Reino em plantio consorciado. Foto: Igor Monteiro; Figura 6. Pimenta-do-Reino em plantio não consorciado. Foto: Igor Monteiro

O conhecimento do agricultor foi capaz de trazer diversas inovações para seu SAF, muito dele foi obtido com base na própria experiência, mas que foi refinado com a aprendizagem formal por meio de cursos de beneficiamento de alimentos – que ajudou os produtores na comercialização de polpas de frutas -, de capacitação fornecido por parceiros da APRAFANA – Associação dos Produtores e Produtoras Rurais de Agricultura Familiar no Município de Tomé-açu, universidades e a Embrapa. Manoel brinca ao afirmar que telefona para os demais produtores e familiares de outros municípios para irem conhecer suas inovações e “levar[em] a tecnologia” que promove em seu SAF. Quando questionado acerca de suas experiências deixa claro seu ímpeto de pesquisador: “se tiver medo de errar não vai acertar”.

Há também uma área de SAF não orgânico e possui mais de 1400 pés de dendê, plantados onde anteriormente existia pasto, diferente do restante de sua produção que se baseia toda das exigências do cultivo orgânico. O plantio do Dendê será destinado à compra pela empresa Agropalma, que trabalha com a produção de Biodiesel.

Assim como a produção do Sr. Pedro e a Sra. Zinalva, o agricultor constatou que o tempo de produção de espécies em área de SAF é superior às mesmas espécies dos demais produtores que não apostaram no mesmo sistema. Afirmo que conta com áreas de cultivo de Pimenta do Reino com oito anos, um tempo muito superior às espécies dos demais produtores.

A comunidade foi exitosa ao reduzir o uso de agrotóxicos com o redesenho do arranjo produtivo, deste modo evitaram o aparecimento de diversas pragas que atacavam as plantações. A ideia-base do rearranjo produtivo provém das experiências em SAF, que



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

ainda encontra resistência na comunidade, mas que passam, paulatinamente, a adotarem pequenas mudanças ao constatarem a evolução da produção do Sr. Manoel.

Problema encontrado em grande parte das áreas rurais, o êxodo rural de jovens em busca de melhores oportunidades de emprego e renda no meio urbano também é realidade na Comunidade de Santa Luzia, mas que, segundo Sr. Manoel, começa a se reverter. O agricultor critica a mentalidade passada pelos professores nas escolas de ensino fundamental e médio voltada ao emprego, que distancia os jovens do campo. Para ele, a educação formal deve pensar mais na sociedade e menos no lucro e ressaltou a importância da presença da universidade no meio rural.

Manoel relata que, assim como seu filho, outros jovens têm buscado estudar nas cidades e retornar em busca de melhores condições de vida do que as encontradas nas caóticas cidades. Isso se deve, principalmente, a alta do preço de cultivos como a Pimenta do Reino.

Em razão da articulação consequência da grande coesão da Comunidade de Santa Luzia, foi criada a APRAFAMTA – Associação dos Produtores e Produtoras Rurais de Agricultura Familiar no Município de Tomé-Açu, na qual Sr. Manoel atua como Diretor Comercial, conta atualmente com 25 famílias associadas e visa, principalmente, o maior desenvolvimento local evitando atravessadores e agregar valor aos produtos locais que passam por beneficiamento, como a produção de polpas, sendo sua maior compradora a empresa Breaca.

A associação contou com fundos provenientes de repartição indireta de benefícios da empresa Natura Cosméticos S. A. que foram destinados à compra de maquinário para o processamento da produção da comunidade, mas que ainda está sem uso em razão do precário fornecimento de energia que somente possui energia monofásica, sendo que para a utilização do citado maquinário é necessária energia trifásica. Sr. Manoel afirma que já foi solicitada à empresa fornecedora de energia elétrica Celpa que solucionasse o problema no fornecimento de energia, porém ainda não obtiveram resultados.

Além disso, a articulação da associação resultou em uma maior presença da assistência técnica na comunidade, que antes era praticamente inexistente.





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao conhecer os SAFs de Pedro e Zinalva e de Manoel foi possível constatar a riqueza e complexidade do conhecimento que todos possuem em relação aos sistemas biológicos de suas agroflorestas, sendo todos categóricos ao afirmar que sua produção sempre se assemelhou ao SAF, mesmo antes de serem apresentados ao conceito por meio de cursos e palestras.

Além disso, conforme Piraux (2010) afirma, o caminho da transição agroecológica é um leque aberto de possibilidades, não uma via de mão única e isso resulta da diversidade de conhecimentos, técnicas, tecnologias e culturas dos inúmeros agricultores tradicionais ou não, que influenciam diretamente o processo de transição agroecológica, não podendo ser estabelecida uma receita universal.

Uma informação interessante que foi dita por quase todos os agricultores visitados na viagem de campo, inclusive pelos três neste trabalho relatados, consiste na forma com que sentem a crise econômica que atinge atualmente o Brasil e como se sentem impactados pelas mudanças climáticas. Todos os que tocaram no assunto foram categóricos ao afirmar que pouco se sentem prejudicados pela crise econômica – os fatores são diversos e não caberia ser abordado nesta oportunidade –, mas que o aquecimento global tem sido sentido por todos, inclusive tendo o último verão, de 2015, como referência como o verão mais intenso que já passaram.

Com toda a carga de informação fornecida através da viagem de campo, corroborada com a revisão bibliográfica realizada no início deste trabalho, podemos ver a simbiose existente entre conhecimento formal e conhecimento informal e seus efeitos nesta ciência, que é a agroecologia, tem proporcionado em termos de desenvolvimento sustentável.

REFERÊNCIAS

ALTIERI, M.A.; NICHOLLS, C. *Agroecología: única esperanza para la soberanía alimentaria y la resiliencia socioecológica*. Socla. 2012.

CAPORAL, F.R.; PAULUS, G.; COSTABEBER, J.A. *Agroecologia: uma ciência do campo da complexidade*. Brasília, 2009.





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

MCCUNE, B.; REARDON, J.; ROSSET, P. *Agroecological Formación in Rural Social Movements*. Radical Teacher. 2014.

NOGAARD, R.B. *The Epistemology Basis of Agroecology*. In Altieri Miguel. "Agroecology. *The Scientific Basis of Alternative Agriculture*". Boulder: Westview Press. 1987.

PIRAUX, M.; SILVEIRA, L.; DINIZ, P.; DUQUE, G. *Transição agroecológica e inovação socioterritorial*. 2010.

SÁ, T.D. de A.; SILVA, R.O. da. *Para além do interdisciplinar: a agroecologia como uma perspectiva transdisciplinar para a agricultura na Amazônia*. In: VIEIRA, I. C. G.; TOLEDO, P. M.; SANTOS JR., R. A. O. (Org.). *Ambiente e sociedade na Amazônia: uma abordagem interdisciplinar*. Rio de Janeiro: Garamond, 2014, v. 1, p. 379-408.

TOLEDO, V.M. *La memoria tradicional: la importância agroecológica de los saberes locales*. Leisa Revista de Agroecologia. 2005. P.16-19.





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

ANÁLISE DA CORRESPONDÊNCIA ENTRE JOSÉ ÁNGEL VALENTE E OS POETAS ESPANHÓIS DA SUA IDADE

Saturnino José Valladares Lopéz¹

Um ano após a morte de José Ángel Valente, o jornal *O País* publicou o artigo “Fora do quadro”, o qual recolhia excertos dos cadernos de trabalho do galego, escritos provavelmente na década de 1970. Neste texto Valente afirma: “Com respeito ao chamado grupo dos 50, eu me consideraria retratado nele se o retrato se chamasse Retrato de grupo com figura ausente”, isto é, o autor de *A modo de esperança*, mais uma vez, nega fazer parte de um grupo poético com umas características literárias comuns e, certamente, de uma geração que vá além dos limites cronológicos.

Ilustrei esta ideia com a famosa fotografia tomada em fevereiro de 1959, em Collioure, onde se reuniram um grande número de escritores, intelectuais e artistas com o propósito de homenagear o poeta Antonio Machado no vigésimo aniversário de sua morte. Da esquerda para a direita e de cima para baixo: Blas de Otero, José Agustín Goytisolo, Ángel González, Valente, Alfredo Castellón (quem estudava no colégio maior com Valente, mas que não é poeta nem, portanto, pertence ao grupo dos poetas estudados), Jaime Gil de Biedma, Alfonso Costafreda, Carlos Barral e Caballero Bonald.

O objeto deste estudo foram as cartas que José Ángel Valente trocou com catorze poetas de sua geração cronológica, durante quase cinquenta anos, desde 6 de maio de 1953 (carta de Valente a José Agustín Goytisolo) até 17 de fevereiro de 2000 (carta de Valente a Clara Janés). A frequência das missivas não é regular. Há anos nos que o galego produz e recebe um enorme material epistolar –particularmente desde finais da década de cinquenta até mediados de setenta–, enquanto em anos posteriores a quantidade de envios vê-se reduzida drasticamente, chegando a ser quase anedótica a partir de 1980, excetua-se o epistolário que o autor produziu com Antonio Gamoneda nos últimos anos de sua vida e o brevíssimo que manteve com Clara Janés. Por outra parte, como é lógico, a extensão das missivas, tanto emitidas como recebidas, é enormemente variada, e vai desde

¹ Professor no curso de Letras: Língua e Literatura Espanhola da Universidade Federal do Amazonas. Doutor em Humanidades e Serviços Culturais, pela Universidade de Santiago de Compostela (Espanha)



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

a linha telegráfica, a nota ou a postal breve até a carta manuscrita em seis páginas (carta de Francisco Brines a Valente, datada em novembro de 1963).

Os objetivos deste trabalho foram editar e analisar a correspondência que José Ángel Valente desenvolveu com grande parte dos poetas de sua geração cronológica, refletir sobre os temas mais frequentes nas cartas, comprovar como foi a relação do galego com estes coetâneos e qual foi seu papel no grupo poético dos 50.

Ademais, a enorme quantidade de referências de todo tipo disseminadas nos epistolários deu ocasião para tratar sobre outros temas transversais, como a “visão mais radical da poesia como conhecimento da realidade”, da que Valente fala a Claudio Rodríguez em 1 de dezembro de 1963; ideia que desenvolve em numerosos textos teóricos e literários, como no ensaio “Conhecimento e comunicação”; ou para delinear alguns traços significativos de outra figura ausente de capital importância em vários destes epistolários e que, em certo modo, explica a ruptura ou o distanciamento que se produziu entre o galego e os poetas de Barcelona. Refiro-me evidentemente a Alfonso Costafreda; ou a evolução crítica que a obra poética de seus contemporâneos suscitou em Valente. Recorde-se, por exemplo, que nestas cartas o galego aplaude as novas publicações de Goytisolo, enquanto no final dos noventa o chamava de “escritorzuelo de cancioncillas”. Por tanto, além dos objetivos previamente estabelecidos, foram somando-se outros de particular interesse à medida que avançava na análise de cada novo epistolário.

Para atingir este propósito parti de uma perspectiva plural em meus orçamentos metodológicos, isto é, “de uma concepção integral dos estudos literários na que não fique fora de seu alcance nenhum objeto de interesse e na que não se desperdice nada que possa ser útil”. Analisei estas correspondências anotando todos aqueles dados que acreditei apropriados para o completo entendimento das cartas, tanto na introdução como nas notas de rodapé, sem aferrar-me cegamente a uns orçamentos metodológicos concretos. Por tanto, minha metodologia ocupa-se tanto da análise textual das cartas (perspectiva imanente) como do contexto no que estas foram escritas, isto é, se presta atenção ao meio histórico, social e cultural no que estas se desenvolveram (perspectiva não imanente).

Antes de adentrarmos na análise individual das diferentes correspondências, no primeiro ponto deste estudo, intitulado “Partir para permanecer”, apresentam-se alguns





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

dados fundamentais da biografia do poeta, que ajudam a entender os momentos decisivos que afetam a sua relação com os membros do seu grupo poético, desde sua estância universitária na Madri de 1952. Esta revisão biográfica serve de apresentação do poeta e localiza-o cronológica e contextualmente tanto em um plano individual como em um plano coletivo, fazendo parte do que se denominou o grupo poético dos 50.

A seguir analisam-se os diferentes epistolários que José Ángel Valente desenvolveu com os poetas de sua geração cronológica.

No Capítulo I, intitulado “Da periferia ao centro”, estudam-se as missivas que trocaram José Manuel Caballero Bonald e o autor de *A modo de esperança*, desde que saíram de Jerez da Fronteira e de Ourense respectivamente para compartilhar versos e experiências em sua etapa universitária madrilenha.

Seguindo o exemplo de Carme Riera, o próximo capítulo leva por título “A Escola de Barcelona” e nele se aprofunda sobre a relação epistolar que Valente manteve com três poetas catalães: José Agustín Goytisolo, Carlos Barral e Jaime Gil de Biedma. Provavelmente, a primeira destas correspondências seja a mais interessante de quantas compõem esta tese doutoral, pois remete ao Valente mais jovem e a seu esforço por dar a conhecer sua escritura no panorama literário espanhol de pós-guerra, apresenta suas opiniões críticas sobre a obra de outros colegas literatos com a liberdade e o descaro que propicia a camaradaria, e revela o estreito vínculo amistoso e familiar que existiu entre estes poetas até a década dos oitenta. Por outra parte, além do mútuo afeto, a correspondência com Carlos Barral mostra como eram os gerenciamentos editoriais que conduziam à publicação de obras literárias na segunda metade do século XX. Lamentavelmente, a última análise deste capítulo está composta unicamente pelas missivas que Jaime Gil de Biedma enviou a Valente, pois não foi possível recuperar as cartas escritas pelo galego.

O Capítulo III se denomina “Conexão britânica”. José Ángel Valente exerceu como *lecturer* na Universidade de Oxford desde o outono de 1955 até começos de 1958. As relações amistosas e acadêmicas que fomentou neste período fizeram possível que, anos mais tarde, sua influência e a de outros poetas amigos, como Vicente Aleixandre e



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Dámaso Alonso, promovessem a incorporação de Claudio Rodríguez e Francisco Brines a postos de *lecturer* em universidades britânicas.

“Relações episódicas” é o nome do Capítulo IV e compreende as cartas que, por circunstâncias concretas, José Ángel Valente trocou com aqueles autores do grupo poético dos 50 com os que não chegou a lhe unir uma amizade tão intensa como no caso de Claudio Rodríguez, José Agustín Goytisolo ou José Manuel Caballero Bonald. Estes poetas foram Gabino-Alejandro Carriedo, Ángel Crespo, Eladio Cabañero, Lorenzo Gomis, Enrique Badosa, Luis Feria e Clara Janés.

O Capítulo V, “Último encontro”, examina a relação epistolar entre Antonio Gamoneda e José Ángel Valente, desde julho de 1996 até outubro de 1999. O autor de *Esta luz* é o último poeta de sua geração cronológica com o que o galego estabelece um vínculo postal. Ademais, esta correspondência mostra a fidelidade de Antonio Gamoneda à memória de seu amigo.

Fecha este estudo uma conclusão global, na qual sintetizo minha tese sobre a correspondência entre José Ángel Valente e os membros de seu grupo poético, e a importância da figura ausente no retrato de grupo. Por último, apresento uma “Relação de cartas por autor”, ordenada cronologicamente com o propósito de que se comprovem os anos nos que o intercâmbio epistolar foi mais frequente, e a bibliografia citada ao longo da investigação.

A correspondência entre José Ángel Valente e os poetas do grupo poético dos 50, além dos lógicos aponte sobre a vida quotidiana, inclui anotações sobre viagens, projetos literários comuns, reflexões e notas de poética, críticas literárias e a primeira versão de vários poemas. A conclusão a que cheguei com esta análise foi que os temas mais reiterados nestes epistolários são os relacionados direta ou indiretamente com a literatura, ainda que também o estão os políticos e, logicamente, os biográficos.

O primeiro núcleo que vou apresentar está constituído pelas observações, informações e reflexões concernentes à vida quotidiana. Através destas anotações, José Ángel Valente expressa seu plano mais pessoal ou autobiográfico. Nesta seção entrariam as referências a (a) as preocupações circunstanciais, (b) as anedotas, (c) os encontros passados e futuros, (d) o interesse pelos familiares e amigos comuns, (e) a solidariedade



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

fraternal, (f) a alegria pelo nascimento dos filhos, (g) a aflição pela doença e a morte dos entes queridos e (h) os favores pessoais.

O segundo núcleo temático é o político, o que não é de estranhar se trazemos à memória a constante atividade cultural e o compromisso antifranquista de José Ángel Valente e sua preocupação pela história recente da Espanha –e o da maioria dos membros do grupo poético dos 50–. Este compromisso provocou que se visse envolvido em várias situações extremamente comprometidas, principalmente quando foi detido pela polícia de Barcelona em uma redada antifranquista em 1966 e as relacionadas com a publicação do conto “O uniforme do general” em 1971. O “Epistolario José Ángel Valente / José Agustín Goytisolo” é o que melhor ajuda a documentar estes dois problemas políticos.

O último e mais interessante núcleo temático é o que tem a literatura direta ou indiretamente como centro de interesse. Fazem parte desta ampla seção os esforços do jovem Valente por dar-se a conhecer no mundo literário da época, as reflexões sobre a palavra poética e a primeira versão dos poemas que aparecem nos epistolários, as estratégias promocionais do grupo poético dos 50, os livros e revistas que o autor de *A modo de esperança* recebe dos poetas de sua geração cronológica e que ajudam a registrar algumas de suas leituras, a consideração poética e ensaística na que estes poetas têm a Valente e vice-versa, a intercessão do galego em favor de seus amigos escritores e, por último, alguns traços significativos e menos conhecidos da personalidade de José Ángel Valente.

Pode-se afirmar que a maioria dos autores do grupo poético dos 50 negou fazer parte de uma geração literária, mas sim viu-se dentro de um grupo ou promoção. José Ángel Valente foi se afastando de tudo aquilo que pôde tê-los unido até não reconhecer sua figura no retrato. Daí o título desta tese doutoral, *Retrato de grupo com figura ausente*. Em todo caso, os críticos viram em Valente um referente inevitável do grupo poético dos 50 e da “poesia crítica ou social” que estes autores praticaram durante cinco ou seis anos, até 1962, segundo Caballero Bonald.

Estes epistolários confirmam que José Ángel Valente nunca sentiu que fizesse parte de uma geração literária, ainda que sim aproveitou-se das estratégias promocionais do grupo poético dos 50 para dar a conhecer sua obra.





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Para fazer mais didático este estudo, estabeleci três grandes eixos temáticos nesta conclusão, que não são exatos, já que os fundamentos políticos e literários constituem uma parte fundamental e imprescindível na biografia do escritor. Por tanto, esta classificação, esperável e sem grandes pretensões, organizou-se segundo a dominância, e não a exclusividade, dos respectivos argumentos vitais. Em todo caso, o aspecto medular e mais manifesto destas correspondências é o relacionado de modos diversos com a literatura, o que não deve estranhar se tratando de epístolas entre poetas.

Na Cátedra José Ángel Valente de Poesia e Estética, criada depois da doação que o poeta fez de seu arquivo e biblioteca pessoais à Universidade de Santiago de Compostela, se conservam todas as cartas que o galego recebeu dos poetas de sua geração cronológica, e cópia de algumas cartas que escreveu. O material epistolar produzido por Valente encontra-se custodiado em centros especializados, como a Fundação José Manuel Caballero Bonald, a Cátedra José Agustín Goytisolo, a Biblioteca de Cataluña (Barral), a Biblioteca Pública do Estado de Zamora (Claudio Rodríguez), a Fundação Jorge Guillén (Gabino-Alejandro Carriedo, Ángel Crespo), entre outros. Em outras ocasiões tive acesso a este material graças à gentileza de seus receptores. São os casos de Clara Janés e Antonio Gamoneda.

Por último, desejo recordar que as referências internas de cada um dos epistolários indicam que existem mais cartas além das que fazem parte deste estudo. É provável que estas perdas tenham se produzido com o decorrer dos anos, os sucessivos deslocamentos ou, em outras ocasiões, singelamente porque não chegaram a seu destino. Isto resulta evidente nas cartas que Jaime Gil de Biedma, Lorenzo Gomis e Luis Feira enviam a José Ángel Valente, pois não foi possível localizar o material epistolar criado pelo galego. Portanto, a análise da correspondência entre José Ángel Valente e os membros de sua geração poética permanece incompleto, mas poderá aumentar nos próximos anos.

Através destas correspondências pôde-se reconstruir como foi a relação de José Ángel Valente com os poetas de sua geração cronológica desde o depoimento direto de suas próprias palavras escritas. Talvez neste ponto resida um dos aspectos mais relevantes desta tese doutoral e cujos íntimos resultados são mais surpreendentes, pois documenta numerosos aspectos privados da personalidade deste intelectual e criador, e a evolução lógica de seu pensamento e de suas atitudes desde que o poeta tem vinte e quatro anos,



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

até 17 de fevereiro de 2000, cinco meses antes de sua morte. Pense-se, por exemplo, nas primeiras cartas cronológicas deste estudo, onde Valente luta pelo reconhecimento literário, através de prêmios e do apoio de seus amigos, e sua censura posterior a este tipo de galardões e àquela crítica na que “triunfa a relação pessoal ou a influência social”.

Ademais, o fluxo epistolar permite que se veja a mesma história desde diferentes perspectivas. Em definitivo, *Retrato de grupo com figura ausente* apresenta a maior parte das polémicas literárias de sua época não desde uma história da literatura aparentemente objetiva, senão desde a maior subjetividade possível: a dos autores que fazem possível que a história continue, com seus atrativos, desenganos e rejeições.

É chegada a hora de abandonar –de momento– este estudo que tanto desfrutei e do que de diversos modos tanto me enriqueci, pois, como escreveu meu admirado José Ángel Valente, “Nada nos fica por dizer e tudo, certamente, por aprender”.

REFERÊNCIAS

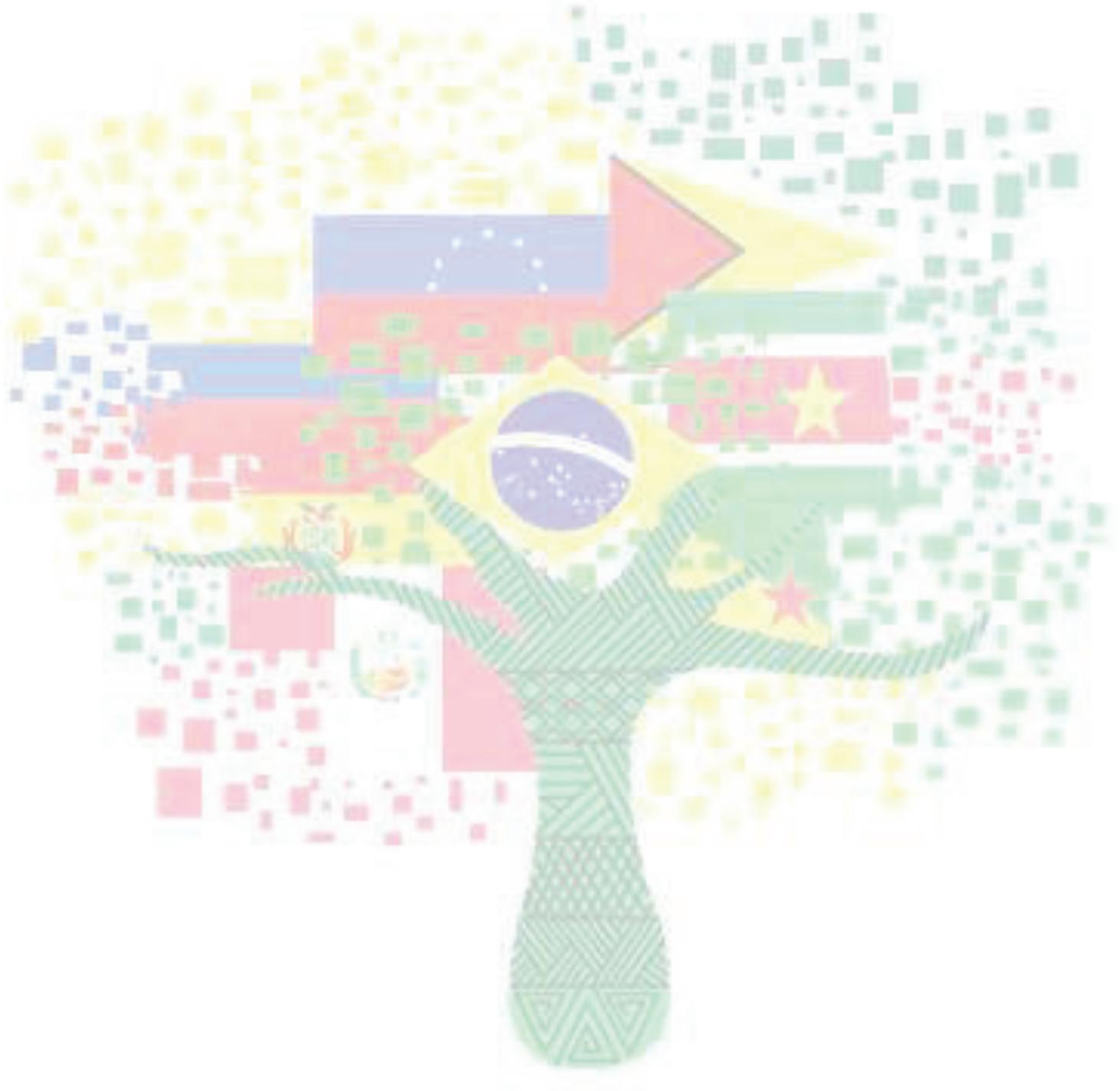
- Agudo, M.: “Valente en Madrid: *Crónica de un aprendizaje*”, en *Valente vital (Galicia, Madrid, Oxford)*, Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, 2012. Edición de Claudio Rodríguez Fer.
- Fernández Rodríguez, M.: “Valente en Oxford: *Del rumor a la voz*”, en *Valente vital (Galicia, Madrid, Oxford)*, Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, 2012. Edición de Claudio Rodríguez Fer.
- Lopo M.: “Valente en París: *Fragmentos recuperados*”, en *Valente vital (Ginebra, Saboya, París)*, Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, 2014. Edición de Claudio Rodríguez Fer.
- Riera, C.: *La Escuela de Barcelona*, Barcelona; Anagrama, 1988.
- Rodríguez Fer, C.: “Entrevista vital a José Ángel Valente: de Ourense a Oxford”, Lugo: Moenia. Revista lucense de Lingüística & Literatura, núm. 4, (1998), 1999, pp. 451-464.
- Rodríguez Fer, C.: “Entrevista vital a José Ángel Valente: de Xenebra a Almería”, Lugo: Moenia. Revista lucense de Lingüística & Literatura, núm. 6, (2000), 2001, pp. 185-210.
- Rodríguez Fer, C.: “Valente en Galicia: *Quedar para siempre*”, en *Valente vital (Galicia, Madrid, Oxford)*, Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, 2012. Edición de Claudio Rodríguez Fer.
- Rodríguez Fer, C. y Blanco De Saracho, T.: “Valente en Ginebra: *Memoria y figuras*”, en *Valente vital (Ginebra, Saboya, París)*, Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, 2014. Edición de Claudio Rodríguez Fer.
- Valente, J. Á.: *Obras completas I. Poesía y prosa*, Barcelona: Círculo de Lectores / Galaxia Gutenberg, 2006a. Edición e introducción de Andrés Sánchez Robayna.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Valente, J. Á.: *Obras completas II. Ensayos*, Barcelona: Círculo de Lectores / Galaxia Gutenberg, 2008. Edición de Andrés Sánchez Robayna y recopilación e introducción de Claudio Rodríguez Fer.

Valente, J. Á.: *Diario anónimo*, Barcelona: Círculo de Lectores / Galaxia Gutenberg, 2011. Edición de Andrés Sánchez Robayna. Paulo, Ed. Callis.





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

ANÁLISE DO DESEMPENHO ECONÔMICO RECENTE DA PISCICULTURA NO ESTADO DO AMAZONAS

Deyse Maria Portela Carvalho ¹
 Aristides da Rocha Oliveira Junior ²
 Fabiana Lucena Oliveira ³

RESUMO

A piscicultura, atividade econômica que guarda potencial de expansão significativo no Estado do Amazonas em razão da abundância de recursos hídricos, da biodiversidade de espécies e de sua viabilidade econômica, já atestada por estudos como aqueles conduzidos pela SUFRAMA (2003), poderia contribuir para a constância na oferta de peixes e redução na variação do preço do produto não só no mercado interno, mas, também externo. Com base nessa premissa, o presente trabalho analisou o desempenho da piscicultura no Estado, nos anos de 2013 a 2015, a partir da análise de dados secundários extraídos da Produção Pecuária Municipal, divulgada pelo IBGE, da Food And Agriculture Organization (FAO) e Secretaria de Produção Rural do Estado do Amazonas (SEPROR-AM). Os achados da análise demonstram que a produção piscícola estadual: (1) está concentrada em duas espécies – Tambaquis e Matrinxãs; (2) está geograficamente concentrada na Mesorregião do Centro Amazonense, principalmente nos municípios de Rio Preto da Eva, Tefé, Coari, Manacapuru, Iranduba, Careiro, Presidente Figueiredo, Maués e Silves; e (3) é ainda incipiente quando comparada à produção nacional, e mais inexpressiva ainda quando se observa a estrutura de oferta do mercado internacional, sugerindo haver um enorme espaço mercadológico a ser conquistado tanto no Brasil quanto no exterior.

Palavras-chave: Análise de desempenho econômico; Piscicultura; Estado do Amazonas.

1. INTRODUÇÃO

O Brasil possui um dos maiores potenciais em termos de recursos hídricos do mundo, como a disponibilidade de 13% da água doce global, uma costa marítima de 8,4 mil km, e também a maior bacia hidrográfica do planeta, localizada na Amazônia brasileira (extensão de 3.869.953 km² só no território brasileiro, com disponibilidade média de água de 132.145 m³/s) e dotada de uma das mais ricas biodiversidades aquáticas

¹ Graduanda no Curso de Bacharelado em Ciências Econômicas da Universidade do Estado do Amazonas. E-mail: deyseportela@gmail.com

² Professor do Departamento de Administração da Universidade Federal do Amazonas. E-mail: aristides.jr@hotmail.com

³ Professora do Curso de Bacharelado em Ciências Econômicas da Universidade do Estado do Amazonas. E-mail: flucenaoliveira@gmail.com





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

conhecidas (três mil espécies de peixes até agora catalogadas) (ANA, 2016). Em que pese este contexto biogeográfico amplamente favorável, o maior produtor e exportador mundial de peixes, alevinos e crustáceos ainda é a China – cerca de 45,5 bilhões de toneladas produzidas em 2014, representando mais de 60% da produção mundial, segundo o ranking publicado pela FAO (2016); já a produção de animais aquáticos do Brasil ocupou apenas o 14º lugar, com 561,8 milhões de toneladas. Se, por um lado, estes dados indicam a evolução da participação brasileira na produção aquícola mundial – como destacado por Ostrenski et al (2008), em 1994, o país ocupava o 32º lugar em produção física e o 26º em receitas geradas, em 2004, já ocupava o 18º lugar neste ranking, com 0,5% da produção mundial, e o 12º em termos de receitas geradas, com 1,4% do total – por outro lado, mostram o imenso hiato existente entre a oferta brasileira e a demanda mundial, fato também salientado pela radiografia mercadológica do setor aquícola brasileiro realizada pelo SEBRAE (2015).

Este quadro é reforçado ao se olhar a balança comercial brasileira de produtos pesqueiros (de origem extrativa ou piscícola) para os anos de 2011 a 2014, que mostra um saldo comercial negativo em todos os anos, sugerindo o amplo espaço comercial inexplorado pela piscicultura nacional no seu próprio mercado interno.

Saldo de produtos pesqueiros Valores em USD 1.000			
Brasil			Saldo
Ano	Importação	Exportação	
2011	1.261.887	223.109	-1.038.778
2012	1.248.342	212.000	-1.036.342
2013	1.471.332	221.687	-1.249.645
2014	1.558.567	207.567	-1.351.000

Fonte: FAO (2016).

Tomando por base o contexto acima delineado, o objetivo central do presente trabalho foi analisar o desempenho econômico recente (anos de 2013 a 2015) da piscicultura no Estado do Amazonas, uma das atividades produtivas mais citadas nas políticas de promoção do setor primário no estado, dado o seu potencial de integração para frente em uma cadeia de valor de alimentos à base de peixes industrializados, bem como o fato de contribuir para solucionar o problema da oferta irregular de peixes decorrente das sazonalidades que a pesca extrativista enfrenta, permitindo ainda a minimização das variações do preço do produto. Assim, na seção 02, serão revisadas



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

algumas contribuições literárias que ajudam a caracterizar o setor piscícola do AM e seus desafios produtivos estruturais. Na seção 03, são sumarizados as estratégias e procedimentos metodológicos utilizados na presente investigação. Na seção 04, são analisados os dados de campo obtidos, focalizando a evolução do desempenho recente da atividade no AM, e na última seção, delineiam-se algumas conclusões e indicações para pesquisas ulteriores.

2. REVISÃO DE LITERATURA

A aquicultura brasileira (na qual estão inseridas a piscicultura e o cultivo de plantas aquáticas e crustáceos) está predominantemente baseada em regimes de produção semi-intensivos e, à exceção do caso das fazendas de camarões da costa marítima nacional, está estruturalmente organizada na forma majoritária de empreendimentos de pequeno porte, de capital familiar (Ostrenski et al, 2008). No AM, este padrão não é diferente, pois segundo a pesquisa conduzida por Moraes e Costa Neto (2011), 70% das unidades piscicultoras do estado àquela época se caracterizavam como produtores familiares de micro e pequeno porte. O AM possui atualmente cerca de 3.500 piscicultores (SEPROR, 2016).

Segundo Moraes e Costa Neto (2011), a piscicultura é uma atividade que permite o equilíbrio entre o interesse econômico e a exploração racional da natureza, apresentando elevada produtividade (2.500 a 10.000 kg/ha/ano) e demandando menos superfície de terra, em comparação com outras atividades, como a pecuária, cuja produtividade se situa em torno de 70 kg/ha/ano, ou seja, menos de 3% da produtividade alcançada na piscicultura.

Desde o início dos anos 2000, publicações técnico-científicas datadas anteriores indicavam o potencial da piscicultura como atividade econômica para o interior do AM. Foi o caso do Estudo de Viabilidade Econômica da Criação de Tambaqui (*Colossoma macropomum*) em Viveiros, elaborado pela SUFRAMA (2003) e cujos resultados revelaram haver viabilidade econômica nessa atividade para a maior parte da Amazônia Ocidental. No Amazonas, em particular, o estudo apontava como municípios mais



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

propícios Manaus, Manacapuru, Rio Preto da Eva, Itacoatiara, Iranduba, Presidente Figueiredo, Itapiranga, Coari e Humaitá.

Desafios apontados no estudo de viabilidade econômica da SUFRAMA (2003) foram: assistência técnica deficiente, custo de produção elevado, pouco investimento em pesquisa, dificuldade de acesso ao crédito e ausência de fábrica de ração. Além desses fatores, Moraes e Neto (2011, p. 03) destacam que

o setor ainda enfrenta dificuldades tais como: estrutura de distribuição; deficiência de assistência técnica; elevado custo de produção (ração); pequena escala de produção; pesquisa sobre a qualidade genética da produção de alevinos, doença e manejo; excesso de burocracia para licença ambiental; acesso ao crédito; constância de fornecimento; preços e prazos na comercialização, finalizando com baixa organização do setor, principalmente para as micro, pequenas e médias empresas.

Em relação à expansão da piscicultura regional para o mercado internacional, SUFRAMA (2003) ressalta o gargalo logístico enfrentado pela região. Tendo em vista a escassez de rodovias e a grande quantidade de rios na Amazônia o modal mais utilizado para se chegar principalmente ao interior é o hidroviário, o que confere a ele grande relevância econômica e social, mas também problemas, como a precária infraestrutura de suporte logístico à produção (ex: carência de barcos frigoríficos) e a quase inexistente intermodalidade.

3. ASPECTOS METODOLÓGICOS

O presente trabalho de investigação teve por estratégias metodológicas principais *pesquisa bibliográfica* (revisão de publicações científicas) e *documental* (páginas de sites eletrônicos e publicações digitais da FAO, da SEPA, do então Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA e da Secretaria de Estado da Produção Rural do Amazonas - SEPROR) visando à coleta de dados secundários, tanto quantitativos como qualitativos, viabilizando a caracterização da estrutura organizacional setorial e a avaliação do desempenho econômico da piscicultura no Amazonas no período 2013 a 2015.

Da coleção de dados obtidos, os principais foram os disponibilizados na Pesquisa da Pecuária Municipal (PPM), realizada pelo IBGE, para os anos de 2013, 2014 e 2015





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
09, 10 e 11 de Novembro de 2016
Manaus - Amazonas

(IBGE, 2014, 2015 e 2016). O recorte temporal adotado no presente estudo decorreu da constatação de que, antes do ano de 2013, a PPM do IBGE não apresentava dados sobre aquicultura. Os dados coletados da PPM referiram-se às quantidades físicas (em kg) e valores (em R\$ correntes) da produção piscícola do AM *por município/mesorregião e por espécie de peixe criado*.

O instrumento de coleta desses dados secundários foi um formulário eletrônico, elaborado pelos autores em Planilha Microsoft Excel, denominado doravante como “Matriz da Produção Piscícola do Amazonas”. Este instrumento, além de orientar a coleta dos dados dispostos na PPM, também serviu como ferramenta de tratamento destes mesmos dados, na medida em que permitiu reorganizá-los em uma disposição visual por ano (i.e., foram construídas três matrizes, uma para cada ano da série considerada), e em dois eixos principais: No eixo vertical, foram dispostos os municípios e as sub-regiões do estado em que se agrupam, e no eixo horizontal foram dispostas as espécies de peixes criados, e seus respectivos dados em quantidade (Kg) e valor (R\$). Assim, foi possível: (1) Organizar a exibição dos dados pelo cruzamento dos vetores “localidade” (municípios/sub-regiões) e “espécies”, para cada ano; e (2) Realizar análises de evolução (horizontal) e de representatividade (vertical) dos dados de quantidade física e valores para o período contemplado pelo estudo.

4. ANÁLISE DO DESEMPENHO RECENTE DA PISCICULTURA NO AMAZONAS (2013-2015)

A contribuição da produção da piscicultura do estado do Amazonas é muito pequena, não chegando a 5% do total produzido no país para cada ano analisado (2013/ 2014/ 2015) conforme mostra a tabela abaixo.

Ano	% valor em 1 000 R\$	% valores em toneladas
2013	5,34%	4,16%
2014	6,63%	4,83%
2015	5,36%	4,59%

Tabela 1: Representatividade do Amazonas na produção da piscicultura brasileira

Fonte dos dados: IBGE (2016; 2015; 2014) / Elaboração própria.





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
09, 10 e 11 de Novembro de 2016
Manaus - Amazonas

Estes dados reforçam a constatação de que, apesar da potencialidade inerente à piscicultura e do aumento da produção de peixes no Amazonas ao longo dos anos de 2005 a 2014, seu total produzido representou em média apenas 3,27% da produção nacional, sendo a contribuição amazonense para a produção pesqueira nacional foi de apenas 2,84% (FAO, 2016; SEPROR, 2016).

Foi analisada a produção em valores monetários e em toneladas de oito espécies de peixes cultivadas no estado do Amazonas para um triênio (2013/ 2014/ 2015), sendo elas: Alevinos; Tucunaré; Tambaqui; Pirarucu; Pirapitinga; Piau; Matrinxã; Curimatã e Curimatã. Dentre essas oito espécies, apenas duas concentram a parcela majoritária da produção no Amazonas, tanto em R\$ quanto em toneladas: Tambaqui e Matrinxã. O somatório da produção de ambas as espécies para cada ano (2013 / 2014 / 2015) supera os 90% de representatividade na produção.

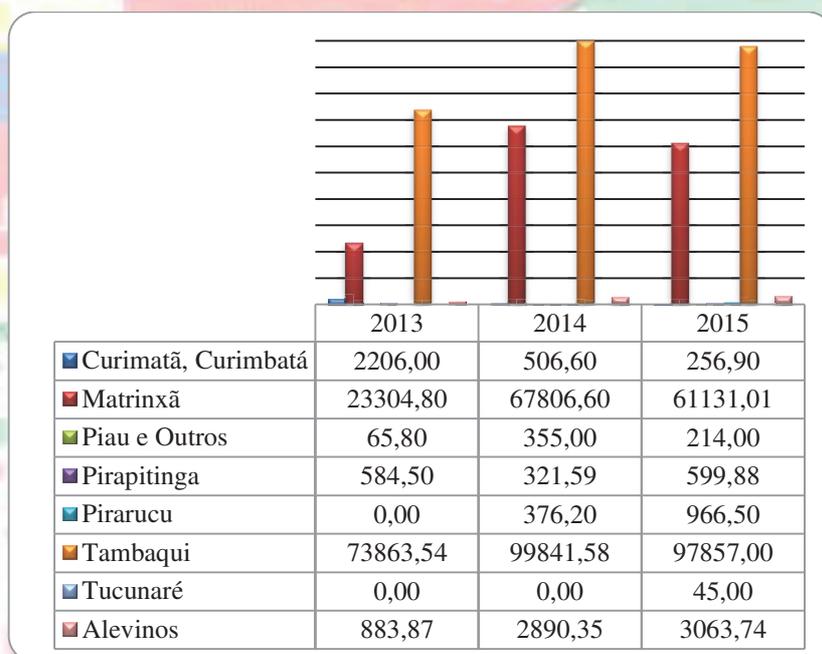


Gráfico 1: Produção de peixes no Amazonas por espécie (em valores 1.000 R\$)

Fonte dos dados: IBGE (2016; 2015; 2014) / Elaboração própria.

A produção de Matrinxã em valores monetários para o ano de 2013 representou 23,09%; 39,40% em 2014; e 37,24% em 2015, enquanto que a produção de Tambaqui representou respectivamente para esses mesmos anos 73,20%, 58,01% e 59,62%.

No caso específico do Tambaqui, a espécie tem sido a mais representativa da piscicultura amazonense. Entre os anos de 2003 a 2015, o Amazonas produziu 12.200



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
09, 10 e 11 de Novembro de 2016
Manaus - Amazonas

toneladas de peixes dos quais, em média, 10.281 toneladas corresponderam à produção de Tambaqui (SEPROR, 2016). Isso ocorre por ser uma espécie para a qual já existe tecnologia de criação disponível e elevada demanda. Mas, se há muitas espécies disponíveis o ideal seria aproveitar a diversidade existente para que a produção não tenha elevada dependência de um ou poucas espécies de peixes. Nesse ponto ainda a problemática de escassez de informações técnicas sobre outras espécies de peixes.

Outro aspecto a ser abordado é a *concentração espacial da produção*. Ambas as espécies mais produzidas (Tambaqui e Matrinxã) tem sua cultura espacialmente concentrada na Mesorregião do Centro Amazonense, principalmente nos municípios de Rio Preto da Eva, Tefé, Coari, Manacapuru, Iranduba, Careiro, Presidente Figueiredo, Maués e Silves, conforme indicam o mapa e os Gráficos 02 a 05, a seguir mostrados.



Fonte: <http://www.baixarmapas.com.br/mapa-de-mesorregioes-do-amazonas/>

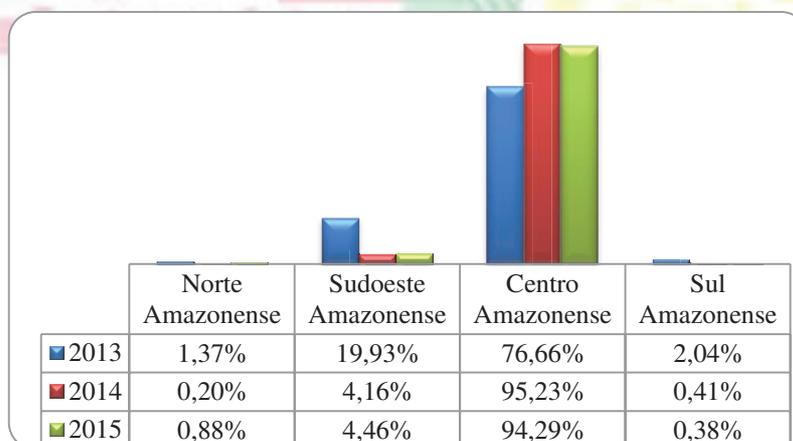


Gráfico 2: Distribuição da Produção de Matrinxã por mesorregião (% do valor em 1.000 R\$)



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Fonte dos dados: IBGE (2016; 2015; 2014) / Elaboração própria.

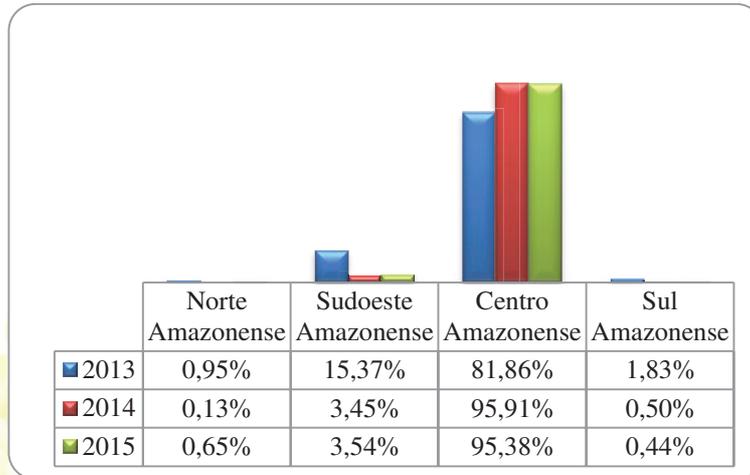


Gráfico 3: Distribuição da Produção de Matrxixã por mesorregião (% do valor em toneladas)

Fonte dos dados: IBGE (2016; 2015; 2014) / Elaboração própria.

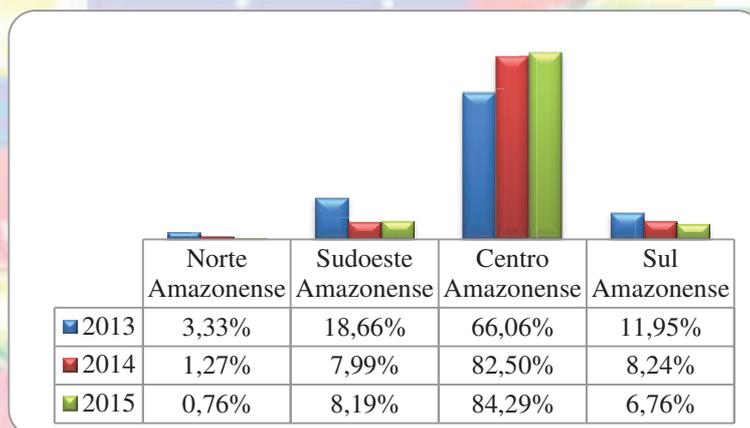


Gráfico 4: Distribuição da Produção de Tambaqui por mesorregião (% valor em 1.000 R\$)

Fonte dos dados: IBGE (2016; 2015; 2014) / Elaboração própria.

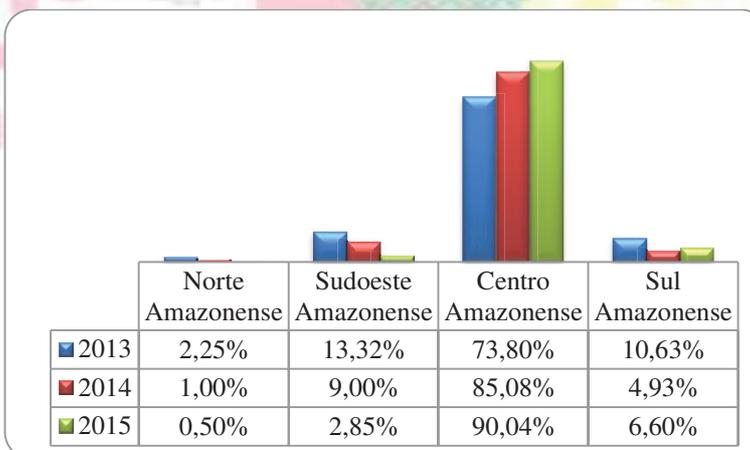


Gráfico 5: Distribuição da produção de Tambaqui por mesorregião (% valor em toneladas)

Fonte dos dados: IBGE (2016; 2015; 2014) / Elaboração própria.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Na Mesorregião Centro Amazonense, a produção de Matrxinãs apresentou maior crescimento no triênio, comparado à evolução do cultivo de Tabaquis, e dentre os 30 municípios que compõem essa mesorregião, o mais representativo, inclusive a nível estadual, para os três anos analisados, na produção de Tabaqui e Matrxinã, foi Rio Preto da Eva.

Outro destaque deve ser dado à evolução crescente da produção das duas espécies mais cultivadas no triênio considerado. Coinforme os dados do Gráfico 06, a produção em R\$ de Matrxinãs experimentou o maior crescimento no período – 190,96% entre 2013 e 2014 e um pequeno decréscimo de 28,65% entre 2014 e 2015, enquanto a produção em R\$ de Tabaquis cresceu 35,17% entre 2013 e 2014 e também experimentou leve queda de 2,69% entre 2014 e 2015.



Gráfico 6: Evolução do cultivo de Tabaqui e Matrxinã no Amazonas (% valores em 1.000 R\$)

Fonte dos dados: IBGE (2016; 2015; 2014) / Elaboração própria.

Tal trajetória é mais ou menos acompanhada pela evolução da produção em toneladas, mostrada no Gráfico 07: Na espécie Matrxinã, entre 2013 e 2014, crescimento de 63,73%, seguido de redução de 14,69% entre 2014 e 2015; na espécie Tabaqui, crescimento de 18,16%, e um leve crescimento continuado de 1,87% entre 2014 e 2015. Estes dados, em conjunto, sugerem uma provável leve retração na série histórica de ambas as espécies, dada a conjuntura macroeconômica de queda do emprego, transferências públicas e renda que tem marcado a economia brasileira no último biênio. Dados de comercialização por espécies auxiliariam sobremaneira a verificação empírica dessa hipótese.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

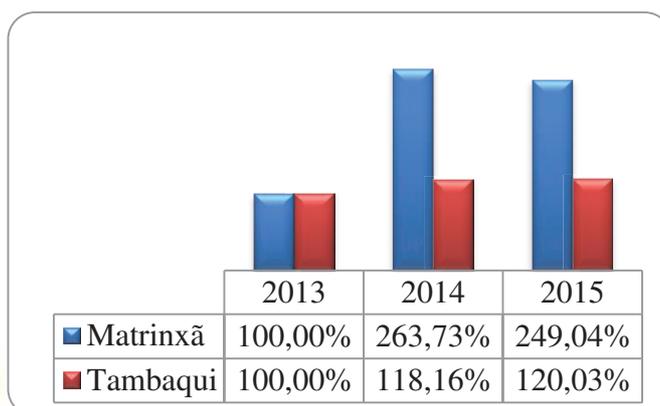


Gráfico 7: Evolução do cultivo de Tambaqui e Matrinxã no Amazonas (% valores em toneladas)

Fonte dos dados: IBGE (2016; 2015; 2014) / Elaboração própria.

Outra variável calculada foram os preços médios, tomando como base valores de 2013, por espécie e dentre as espécies cultivadas no AM, a categoria dos Piaus foi a que apresentou os maiores preços médios na comercialização (R\$ / Kg), em função da reduzida escala de produção apresentada no triênio.

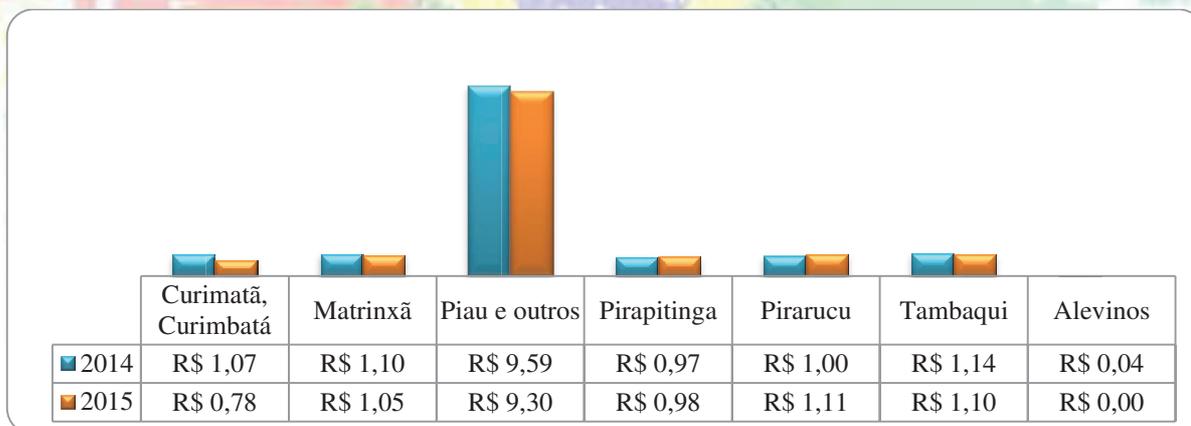


Gráfico 8: Evolução dos preços médios dos peixes por espécie

Fonte dos dados: IBGE (2016; 2015; 2014) / Elaboração própria.

5. CONCLUSÕES

O presente estudo constitui a primeira etapa de uma investigação maior, que pretende mapear a cadeia de valor da piscicultura amazonense e calcular o valor agregado e a renda internalizada por essa cadeia de valor na economia estadual. Para cumprir este



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

objetivo maior, faz-se necessário realizar a caracterização da estrutura organizacional da atividade, bem como seu desempenho econômico recente, este último objeto focal do presente trabalho. A carência de mais bases de dados organizados sobre essa atividade produtiva, especialmente sobre a evolução da comercialização (e não apenas da produção) por espécie e por mercado que se encontra em fase de expansão no AM é, sem dúvida, um desafio a ser de algum modo enfrentado neste esforço científico.

Os resultados apresentados com base na análise de dados de campo da PPM/IBGE permitem concluir que a produção piscícola no estado: (1) Está concentrada em duas espécies de peixes (Tambaquis e, num segundo lugar, Matrinxãs); (2) está concentrada também no vetor espacial, onde a Mesorregião do Centro Amazonense aparece liderando sobre todas as demais a produção estadual; (3) é ainda incipiente quando comparada à produção nacional, e mais inexpressiva ainda quando se observa a estrutura de oferta do mercado internacional, sugerindo haver um enorme espaço mercadológico a ser conquistado tanto no Brasil quanto no exterior.

A conquista de fatias maiores destes mercados, porém, só será possível a partir da superação de fortes desafios e obstáculos apontados na revisão de literatura realizada, com destaque para a problemática da logística de suporte à produção e a necessidade de desenvolvimento e transferência de tecnologias apropriadas para o cultivo de outras espécies com valor comercial substantivo, caso do Pirarucú e do Tucunaré, espécies de grande aceitação nos mercados regional e, em menor escala, no mercado nacional.

REFERÊNCIAS

- ANA – AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS. **Região Hidrográfica Amazônica**. Brasília: ANA, 2016. Disponível em: <http://www2.ana.gov.br/Paginas/portais/bacias/amazonica.aspx> (Acessado em 08/11/2016).
- FAO – FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION. **El Estado Mundial de la Pesca y la Acuicultura**. Roma: FAO-ONU, 2016.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Produção da Pecuária Municipal – PPM em 2013**. Brasília: IBGE, 2014.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Produção da Pecuária Municipal - PPM em 2014**. Brasília: IBGE, 2015.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Produção da Pecuária Municipal - PPM em 2015**. Brasília: IBGE, 2016.





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

MARTINS, G. A.; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. 02 ed., São Paulo: Atlas, 2009.

MORAES, S. C. S.; COSTA NETO, P. L. O. Elos e conexões: o desafio da competitividade no setor de piscicultura do Amazonas. **XXXI ENEGEP - Encontro Nacional de Engenharia de Produção**. Belo Horizonte: ABEPRO, 2011.

OLIVEIRA, A. M.; SILVA, M. N. P.; ALMEIDA-VAL, V. M. F.; VAL, A. L. Caracterização da atividade de piscicultura nas mesorregiões do Estado do Amazonas, Amazônia Brasileira. **Revista Colombiana de Ciências Animais**. Vol. 04, n. 01, 2012, p. 154-162.

SECRETARIA DE PRODUÇÃO RURAL DO AMAZONAS. **Pesca e Piscicultura**. Manaus: SEPROR, 2016. Disponível em: <http://www.sepror.am.gov.br/pesca-e-psicultura/> (Acessado em 08/11/2016).

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO À MICRO E PEQUENA EMPRESA. **Aquicultura no Brasil**. Brasília: SEBRAE, 2015.

SUFRAMA – SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS. **Estudo de Viabilidade da Piscicultura do Tambaqui**. Projeto Potencialidades Regionais. Manaus, SUFRAMA: 2003.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

ARA WATASARA: CARTOFILIA DO RIO SOLIMÕES ARA WATASARA: DELTIOLOGY'S RIVER SOLIMÕES.

Marilina Conceição Oliveira Bessa Serra Pinto¹
 marilina-pinto@ig.com.br

Resumo: Trata-se de relato de viagem, da Expedição Ara Watasara ocorrida no ano de 1997 que proporcionou a uma equipe de professores da Universidade Federal do Amazonas o contato com as populações das cidades que ocupam a calha do Rio Solimões, de Manaus até a tríplice fronteira, mas do que uma experiência acadêmica a viagem nos revelou que a disjunção natureza, cultura e sobrenatureza se dilui na prática cotidiana desses habitantes, mais do que as observações do campo, a viagem foi verdadeira fruição poético-estética e por fim, destruição das certezas arrogantes da ciência.

Palavras-chave: Viagem, estética, natureza, cultura.

INTRODUÇÃO:

Reabro com alegria meu Diário de Viagem, dez anos depois da *Expedição Ara Watasara*. (...) “*Viajamos já há uma semana e um dia, e cada dia é diferente do que passou. Daí que algumas palavras não serão suficientes para contar tudo, tampouco para dizer o que cada viajante, em sua experiência particular e intransferível, já tem guardado em sua mala de viagem.*” O trecho deste depoimento retirado de um boletim informativo da Pró-Reitoria de Extensão, que apoiou a iniciativa de um grupo de professores da Universidade Federal do Amazonas no ano de 1998, expressa, na altura do início da expedição, o que foi o espírito da viagem.

Ultrapassar os limites da rotina acadêmica e ir além daquelas informações que os livros podem nos oferecer motivou o projeto. Concentrar a atenção na dimensão do passado dessas localidades, ou seja, na história, foi um dos objetivos iniciais da equipe de pesquisadores que participaram da viagem coordenada pelos professores Geraldo Pinheiro e Síval Gonçalves do Departamento de História.

Desenvolvimento:

No dia 7 de fevereiro saímos de Manaus, do porto da balsa de São Raimundo, às nove horas de uma manhã nublada, pois estávamos em plena estação chuvosa. Ao todo, éramos dezenove pessoas contando com a tripulação do Kellogg. A sala de refeições

¹ Doutora em Ciências Sociais pela PUC/SP (2005). Docente do Departamento de Filosofia e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Amazonas. Líder do OIKOMENE – Núcleo de Estudos e Pesquisas em Religião, Cultura e Imaginário



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

tornou-se logo o ponto principal de convivência, animada por muitas conversas sobre os principais acontecimentos do dia.

Munidos com um dossiê preparado pelos coordenadores e distribuído na manhã do dia 8, passamos a primeira parte do dia definindo nossas estratégias de trabalho e explorando o material bibliográfico selecionado, eram informações básicas sobre as cidades, textos clássicos da literatura dos viajantes que realizaram expedições com roteiros semelhantes ao nosso e um estudo

sobre os povos indígenas da região do alto Solimões. Um pequeno mapa individual que cobria a área de abrangência do projeto fechava o nosso kit expedicionário.

Divididas as tarefas, examinamos as informações sobre a cidade de Coari, nossa primeira parada. Chegamos neste mesmo dia pela parte da tarde e então saímos para dar uma volta de reconhecimento. O que mais me impressionou foi o movimento do porto, local onde ficamos ancorados. Praticamente todos os dias chegavam e saíam barcos com lotação e carga esgotada para Manaus, sem contar com os agricultores e pescadores que traziam seus produtos para o comércio, todo esse movimento se devia à exploração do petróleo na região que estaria atraindo muita gente de todos os lugares do Brasil. No dia 9, iniciamos nossas atividades conforme planejado e dividido o trabalho por equipe: Otoni e Jorge cuidariam do registro visual, Auxiliomar e Kelerson se responsabilizaram pela busca dos registros documentais, daí fazerem visitas às igrejas, prefeituras e cartórios. As outras equipes realizariam as oficinas. A nossa, chamou-se *Oficina de Memórias: histórias para ouvir e contar*, como membros eram a Lúcia, Geraldo, Alfredo e eu.

Além das oficinas, que transcorreram todas as manhãs nas dependências do Campus Universitário, acompanhadas dos biscoitos de castanha da Lúcia, entrevistamos outros idosos nas suas próprias casas. O passado foi revisitado, não como sucedido, mas da forma como foi vivido:

Dona Maria Miguel, contou-nos que quando jovem foi rezadeira e parteira, dois ofícios que havia aprendido com a mãe lá na Ilha do Surubim, que por sua vez, havia aprendido com o pai que era índio. Chegou à cidade aos dez anos de idade para o enterro do primo, veio remando com a família no tempo em que Coari ainda era um grande jaurizal. Os nordestinos, segundo D. Maria vinham tirar castanha no terreno do seu avô, na época só existia a rua da frente (15 de novembro) o resto era tudo mato, as casas eram de taipa e existia uma fábrica de tijolo manual, o lugar era farto de peixe, madeira, sobretudo, o pau-rosa, cujo óleo era extraído. Apesar de não ser “parteira de carta”, D. Maria aparou cinquenta e quatro filhos durante a sua vida e nunca se recusou a exercer o ofício, quer fosse de dia ou de noite. Com sua



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
09, 10 e 11 de Novembro de 2016
Manaus - Amazonas

*sabedoria nos ensinou um banho para não ficar “panema”:
manjeriço, catinga-de-mulata, açúcar, café, sal e vindicá.*

Segundo o Sr. Otaviano, 1935 foi o ano que o primeiro barco a motor entrou em Coari e em 64 houve uma matança de grande quantidade de peixe-boi, aliás, toda a exuberância da cidade encontra-se na sua localização geográfica às margens de um lago de águas verdes e muito piscoso. Para Seu Lucimar os dias das Festas de Santo era dia de alegria: S. João Batista, S. Pedro, S. Francisco, Nossa Senhora do Perpétuo Socorro e Santana, que era a padroeira da cidade, cuja igreja foi construída em 1902, obra de engenharia portuguesa, segundo ele.

Em 1933 começou o desmatamento, conforme nos contou Seu. Enedino, na época da entrevista com 89anos de idade, acreano, ficou órfão aos 12 e foi para Manaus onde passou sua juventude, lá, recebeu o convite de um amigo, dono de um seringal e foi morar em Coari. Montou farmácia e assim passou a atender toda a população. Na época não existia médico, o primeiro Posto Médico foi o da Fundação SESP. O chão era de terra batida, as casas eram de taipa, e a única forma de comunicação com Manaus era o telegrama.

Já o Sr. Raimundo ou Alvelos como era conhecido, graças ao apelido dado pelo pai, porque nasceu na freguesia deste nome em 1921, era dentista e morava em um casarão colonial, cujas telhas vieram de Portugal e os tijolos de Belém, segundo ele. O comércio naquele tempo era melhor porque o dinheiro era mais estável. Ele nos contou que a cidade mudou de local porque a Freguesia de Alvelos era distante para as embarcações que vinham de Belém por causa da entrada no rio. O padre Samuel Fritz achou que esta bacia era mais próxima e a terra mais alta. Os trabalhadores portugueses e nordestinos foram abrindo caminho gradativamente para a construção da cidade. Quando menino, Seu Alvelos ouvia falar das “surras de couro de peixe-boi” que eram dadas nos trabalhadores rebeldes.

No Barco Kellog estavámos sempre ocupados com alguma atividade, mas seríamos capazes de passar o dia inteiro apreciando a paisagem do Solimões: os castanhais, os ribeirinhos e sua canoas, as casas coloridas do “beiradão”, os campos imensos de relva verde e a mudança de coloração das águas do rio quando estas se encontravam com as águas dos lagos, todo esse apelo visual nos hipnotizava sob o ritmo monótono do motor do barco em funcionamento. No Solimões com toda sua força; vimos bem de perto o fenômeno das “terras caídas”, provocado pela violência da correnteza.





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Passávamos as manhãs inteiras no tombadilho do barco porque era o lugar mais aprazível para apreciar a paisagem quando a temperatura do dia ainda não estava muito elevada.

Quinta feira, 12. Deixamos Coari e após dezesseis horas de viagem chegamos à Tefé, neste intervalo lemos Battes. Dos nove anos passados no Brasil, quatro foram em Tefé, que naquele tempo chamava-se Vila de Ega, em sua permanência, o naturalista conseguiu catalogar mais de oito mil espécies da fauna e da flora, e formar coleções que hoje integram o acervo do Museu Britânico em Londres. Seu objetivo era coletar materiais que corroborassem com o darwinismo, do qual era partidário. Ancorados em um flutuante particular, cuja rampa dava acesso ao mercado, observamos que o movimento do porto era bem menor que o de Coari. Na frente da cidade podíamos avistar o prédio, que apesar de maltratado, era uma construção bonita. Segundo o Sr. Armando Retto, antigo prefeito, a obra era de sua autoria e se chamava *Ianecuema*, que em língua geral quer dizer “bom dia” ou “nossa manhã”, porque outrora era o local onde os moradores se reuniam pela manhã.

Em termos arquitetônicos o que mais chamou atenção em Tefé foram três construções: o antigo seminário, cuja construção imponente em estilo londrino destoava completamente do conjunto de casas, como se fosse uma aparição implantada no local que ocupa à beira do rio, o prédio da prefeitura e o cemitério que possuía uma entrada ladeada por duas torres, vistas de longe davam a impressão de se tratar de uma igreja.

Visitamos o local onde o Pe. Samuel Fritz no século XVII havia fundado um aldeamento que mais tarde originaria a Vila de Ega, conhecido pela população com “Missão”, porque havia sido o núcleo de uma ordem religiosa. De beleza extasiante, era um lugar alto que oferecia vista para todo o rio. Na parte mais baixa da ondulação havia um conjunto de casas simples que combinavam com o tom bucólico da paisagem. Na parte mais alta onde funcionava o seminário, havia no meio do pomar um grande sobrado do século passado. Maltratado pelo tempo, o complexo possuía ainda uma capela no mesmo estilo, um cemitério e nos tempos de funcionamento, segundo os moradores locais, uma oficina de mecânica, olaria e aulas da música. O material utilizado na construção havia sido todo fabricado lá mesmo.

As memórias dos moradores antigos que participaram da nossa Oficina na cidade de Tefé, convergiram para as “brincadeiras de rua”. Herança da presença nordestina na região eram os “cordões” que encenavam o bumba-meu-boi, pastorinhas, reis, ciranda, índios, cacetinho, cana-verde, tangará.

Dona Nenem, 92 anos, organizava o cordão do corruipião. Assim como os outros cordões era itinerante, oportunidade dada os brincantes de viajarem para várias localidades. Em junho, começava o boi. Calça branca, camisa vermelha e chapéu com espelhos, os brincantes iam de casa em casa perguntando quem aceitava o boi (com matação ou não), se divertiam o mês inteiro





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

e no final escolhiam um dia para a matança do boi. Tinha ainda os mascarados para curar e fazer ressuscitar o animal. A rivalidade dos bois ficava entre o “Vira-Mundo”, “Campina” e “Salioio”. Sr. Domingos Amorim, filho de pai maranhense, era o organizador da procissão de São Pedro e do Festival, que na época contava com mais de sessenta cordões: Imperial, Lanceiro e Paraguai, entre outros. Todas as brincadeiras eram feitas na rua, na frente das casas, as danças tinham acompanhamento musical com tambor, saxofone e sanfona. Seu Domingos lembrou que em Alvarães havia um homem que colocou o “cordão do cão”, os ensaios eram feitos na mata, depois da brincadeira houve uma surpresa, morreu toda a família. Contou ainda que sempre morou na rua da igreja, seu pai era um “brabo”, “arigó”, apelidos dados aos soldados da borracha. O filho trabalhou também como seringueiro e na política, fez campanha para Álvaro Maia e candidatou-se a vereador em 1952.

Antigamente a vida era mais farta, porque havia em abundância peixe, tartaruga e peixe-boi, às vezes não tinha espaço para pisar o chão do mercado devido à enorme quantidade de tartarugas, que iam direto para os “currais”, muito comuns nas casas dos mais abastados, como nos contou o Sr. Luiz que também era filho de nordestinos, empregado de um libanês que depois foi para a seringa e a castanha. Ele lembrou que a pescaria era feita com facilidade, na frente da cidade mesmo, de tarrafa, zagaia e poronga, a lamparina usada para “fachear”. A população, disse Seu Luiz, preservava mais a natureza, naquela época não havia ainda tanto lixo e urubu nas ruas e o gado se encarregava de aparar o capim.

Dona Francisca Costa e Silva, enfermeira, filha de pais do Juruá, lembra que a irmã morreu no seringal de febre. O marido também trabalhava como extrativista, não circulava dinheiro na cidade, as compras domésticas eram trocadas pelos produtos extraídos. Seu pai contava que os patrões da seringa batiam nos empregados e os jogavam no “cacimbão” como castigo. Outra lembrança unânime é a presença marcante da igreja católica na história da cidade. A primeira, foi a do Bom Jesus dos Navegantes, construída por causa de uma promessa feita por um comerciante que escapou de um naufrágio.

Monsenhor Barrat ergueu a Catedral de Santa Teresa, padroeira da cidade, o arraial na época de seus festejos durava quinze dias.





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
09, 10 e 11 de Novembro de 2016
Manaus - Amazonas

O seminário era muito atuante na vida educacional de Tefé, nas “Missões”, havia aula de marcenaria, olaria, mecânica, serraria, cultivo de hortas, além da educação musical oferecida pelos padres. As primeiras escolas da região foram fundadas pelas congregações que lá passaram. Em 1933 houve um desentendimento entre a Colômbia e o Peru, e o Tratado de Paz foi assinado em Tefé, como lembrou Dona Francisca, aportaram na cidade oitocentos marinheiros que vieram dos dois países.

Segunda-feira, dia 16, nossa estada encerrou-se com uma performance artística dos nossos companheiros de expedição, Jorge Bandeira, vestido à caráter, leu alguns trechos do livro de Battes no salão paroquial da igreja, sob o som da flauta transversal de Alfredo. Às três e meia da manhã, madrugada estrelada, saímos de Tefé e após rápida parada em Uarini, uma pequena vila dentro de um lago de águas pretas, passamos um dia muito agradável. Em Fonte Boa, fomos visitados na noite anterior por milhares de insetos, que além de devorarem a roupa que estava secando no varal do, formaram depois de mortos, um tapete negro que cobriu todo o chão do barco e da cidade, prenúncio de muita chuva, segundo o que se ouvia.

A vila era um lugar que, apesar de possuir muitas casas parecia ermo, as ruas eram compridas, algumas de terra batida e outras de concreto. Paramos em uma mercearia para tomar um guaraná e ficamos observando a expressão de desconfiança no rosto dos moradores, com exceção da dona do estabelecimento. O agastamento, talvez fosse, em função das condições geográficas do lugar, apesar de ainda não ser região de fronteira, já é zona de passagem de garimpeiros, comerciantes, traficantes, prostitutas e outros aventureiros. Após uma experiência mambembe frustrada na porta do comércio, resolvemos que era hora da despedida do meio dia que passamos em Fonte Boa.

Estudando e discutindo a literatura do Solimões passamos o resto da tarde embarcados, todos reunidos na sala de refeições/reuniões com direito a uma pausa para o café com biscoitos que a tripulação cuidava para não faltar. Era uma sala ampla com uma mesa ao centro, nas laterais havia pia, bebedouro, um grande armário de madeira que acomodava a louça. Nosso ponto de encontro e lugar de atualização dos nossos Diários de Viagem, cada um tinha o seu. Outro espaço de convivência ficava entre os camarotes e a popa do barco, que também era disputada, ou pelo visual ou pela sombra que proporcionava em determinadas horas do dia. Lá, ficavam dois banheiros e duas pias externas onde lavávamos nossas roupas de mão e dávamos bom dia ao sol, quando íamos escovar os dentes.

As tardes eram muito quentes, sobretudo, as últimas, antes de alcançarmos o Alto Solimões. O sol causticante, atípico para esta época do ano, assim como os insetos que vinham nos visitar todas as noites, também anunciavam os rigores do inverno. Nestas tardes de calor, nos concentrávamos nas partes mais frescas do barco, ora de um lado do corredor lateral que dava acesso aos camarotes, ora do outro. Apreciávamos a paisagem





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
09, 10 e 11 de Novembro de 2016
Manaus - Amazonas

do Solimões, ladeado ou por passagens estreitas formadas pela floresta densa, ou por ilhas quilométricas que se estendiam no meio do curso do rio. A confluência do rio Solimões com o Jutai forma um belíssimo Encontro das Águas, espetáculo que deixou boas recordações desta cidade com o mesmo nome. Como observou o João Alberto, em Jutai vê-se harmonia do urbano com a floresta, pois a maioria das casas possuía um amplo quintal – muitos com árvores nativas- e as casas eram feitas de madeira de lei, como a sucupira e a macacaúba, havia também uma preocupação estética com o acabamento das construções.

Limpa e com as ruas calçadas a cidade não possuía asfalto. Depois de andarmos bastante, nos encontramos na praça central da cidade, local de árvores e sombras generosas. Aproveitamos para fotografar as crianças que olhavam curiosas para o equipamento. Após o almoço a equipe se dividiu, uma parte foi de “voadeira”, visitar uma localidade onde havia sido o núcleo original de Jutai e uma comunidade indígena. Nosso grupo fez algumas entrevistas com as pessoas idosas da cidade:

Dona Zenir Tuchaua de 79anos contou-nos da fartura do lugar, uma tartaruga era trocada por um tubo de linha. Devido à grande quantidade de quelônios era preciso fazer a “viração” para não fugirem. De família nordestina, Dona Zenir não casou e nem teve filhos, era agricultora e ajudava na produção de farinha. Antigamente, no tempo em que a cidade era uma roça enorme, não havia política, todo mundo que chegava tomava conta de um terreno do tamanho que quisesse. Os índios falavam outra língua e quando tinha garimpeiro na cidade havia dinheiro, mas havia muita desordem.

Com 78 anos, o Sr. Chico Roque lembrou o tempo da borracha, tempo ruim, segundo ele era uma vida sacrificada por causa dos patrões, quem chegava com uma mulher bonita os patrões tomavam. Pegava tracajá de trinta quilos, de um “tabuleiro” chegou a tirar quinhentas tartarugas. Quando chegou a Jutai em 1918 a cidade era apenas uma capoeira. Uma vez, passou vinte e quatro dias perdido na mata, no rio Juruá, lá, viu várias cobras da grossura de um tambor. Viu uma, que chegou a comer sete índios, só a língua tinha um metro, era preta e de escamas, quando o sol esquentava ficava toda arrepiada, está escondida em uma ilha abaixo de São Paulo de Olivença.

Logo acima da cidade de Jutai iríamos entrar na área navegável das terras demarcadas dos *ticuna*, a partir daí geograficamente começa a região do Alto Solimões, como indicava o fuso horário que foi atrasado em uma hora em relação ao horário de Manaus. Quanto mais rumávamos para o oeste, mais o sol demorava a se pôr. Recentemente demarcada, a reserva indígena dos *ticuna*, gerou a antipatia de grande parte





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

da população da região. Antes da nossa passagem pelas aldeias, uma parte do nosso carnaval foi em Tonantins, chegamos dia 20 de fevereiro, a cidade do barranco alto exigia que acesso ao porto fosse feito uma escada com quase cem degraus. Geraldo foi à rádio local divulgar o projeto e quando retornou ao barco disse que havíamos sido convidados a visitar São Francisco, o núcleo inicial da vila.

Banhado pelo Tonantins e cercado por um lago de águas escuras, São Francisco era, de fato, especial. Observamos as casas humildes com crianças, cachorros e galinhas circulando em volta dos seus batentes, Otoni chamou atenção para os inúmeros vestígios de cerâmica antiga que ajudavam a emoldurar a comunidade. Nosso fotógrafo expedicionário era dos mais animados, assim que aportávamos em qualquer que fosse a terra firme, era o primeiro a pular do barco, além do registro visual, Otoni revelou-se um etnógrafo nato, pois sempre voltava das suas andanças com uma novidade. Nesta noite, a sobremesa foi um fruto nativo chamado cupuí que ele se encarregou de comprar.

Dona Elvira Pennafort, professora, filha de pai maranhense e mãe peruana, nos falou um pouco sobre o passado da cidade. O lugar se chamava Vila Nova de Tonantins e se originou de uma roça feita dentro de um castanhal por um brasileiro e um colombiano. A população, segundo ela, vivia da caça, pesca e agricultura, quanto aos imigrantes, estes chegaram atraídos pela borracha. Quando não havia luz elétrica dava para ouvir o assobio da Matinta Pereira na mata.

Natural de Urutuba, uma comunidade no Solimões, o Sr Ludugero de Carvalho foi morar em Tonantins porque queria que os filhos fossem para a escola. Conta que a cidade principal era em São Francisco, aqui era apenas um porto de lenha. Lembra ainda que havia um comércio de penas da garça maguari que eram vendidas para a França.

O Sr. Manoel da Costa nos contou que os regatões que passavam eram todos colombianos e peruanos, para curar a malária só com remédios caseiros. Contou também que por lá passou um botânico inglês fazendo pesquisas; a diversão antigamente era nas casas das pessoas e os festejos de santo.

Com uma conferência proferida pelo Auxiliomar sobre a importância da memória enquanto instrumento de resgate do passado histórico e sobre a idéia central da Expedição Ara Watasara, encerramos nossa estada em Tonantins. Ao final, foi calorosamente aplaudido pelos que lotaram o centro social da igreja, lá soubemos que na cidade já havia uma tentativa de recuperar o passado do lugar, iniciativa tomada por alguns professores. Prosseguimos viagem e paramos em Santo Antônio do Içá, sábado de carnaval, após o café saímos, descobrimos a casa de um atravessador de artesanato indígena, foi uma



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

manhã de aquisições, Geraldo comprou belíssimas estatuetas de madeira feitas pelos *ticuna*, que, aliás, são excelentes escultores, Otoni adquiriu uma máscara do ritual da moça-nova e Jober me presenteou com uma bolsa de tucum e um colar de dentes de macaco. Quando Kelerson, que foi o último a chegar, subiu no barco, foi aplaudido calorosamente por todos os expedicionários ansiosos pela partida. Ainda antes do almoço, rumamos a caminho de Amaturá, o tempo mudou e o calor foi substituído por nuvens carregadas que trouxeram chuva para o resto da tarde. No decorrer do percurso observei que o Kellog estava forçando mais a sua máquina, lutando para vencer as correntes do Solimões, a água parecia mais densa e barrenta.

Amaturá fica situada na foz do rio que empresta o mesmo nome à cidade e o seu encontro com o Solimões forma belo espetáculo. A cidade, como as demais, fica localizada em um terreno mais elevado acima do nível do rio, o acesso se dava por meio de uma longa escadaria. Localizada de frente para o rio a catedral de São Cristóvão enfeitava a cidade, uma das mais bonitas, de todas as cidades visitadas, na parte frontal havia um painel de azulejos, na parte interna o teto da nave central era todo revestido de madeira de lei trabalhada. Partimos às seis da manhã, em função da chuva persistente que caía; passamos a manhã navegando sob um céu cor de chumbo, porém, tranquilos com o Sr. Francisco no leme, tarefa que exercia há trinta e cinco anos. São Paulo de Olivença foi nossa última parada antes do destino final, preferi não descer imediatamente do barco como fizeram alguns, ainda caía uma chuva fina e o porto indicava que o local não era nada agradável. Na frente da cidade havia um aglomerado de palafitas, cujos fundos ficavam de frente para o rio, sequência de imagens perversas que se entendem por toda a calha dos rios amazônicos.

As igrejas nessas localidades eram, de fato, as edificações mais bonitas, São Paulo de Olivença não fugia à regra, além da paisagem natural o que havia de mais agradável ao olhar era a catedral e mais algumas construções da prelazia que ficavam naquelas imediações.

23 de fevereiro foi o dia de nossa passagem pela comunidade *ticuna* de “Santa Rita”, situada na margem esquerda do Solimões, cuja fama se deu em função da morte misteriosa de Curt Nimuendaju. O local em nada lembrava uma comunidade indígena, mal o barco aportou, fomos abordados por um colombiano, suposto traficante de animais, que nos ofereceu um macaco de cheiro para vender, preso em uma coleira. Geraldo enfrentou a chuva e foi o primeiro a descer para falar com o “capitão”, aos poucos, desceu o resto do grupo. No barco, eu e a tripulação ficamos observando tudo do tombadilho.

Após mais duas horas de viagem chegamos a “Vendaval”, outra comunidade *ticuna*, situada às margens de um igarapé de águas pretas, próximo a “São Jerônimo”, local considerado sagrado para este povo. Segundo o mito cosmogônico, foi no *Évare*, um afluente do São Jerônimo, que os primeiros homens foram pescados por determinação do herói cultural *Y’oi*, eram peixes alimentados com as cinzas de *Ipi*, seu irmão gêmeo, e ao baterem na terra se transformaram, daí serem designados de *Magüta*, povo pescado



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

com vara. Geraldo e os que se aventuraram a descer do barco ficaram na entrada da comunidade conversando com os poucos falantes de português. Logo depois iniciou uma sessão de compras do artesanato, compramos redes, bolsas, colares, estatuetas de madeira, remos e pacarás, quem não tinha mais dinheiro, utilizava roupas como moeda de troca.

Terça-feira de carnaval. Aportamos em Benjamim Constant às quatro horas da tarde. A chegada por via fluvial não suscitou nenhuma vontade de descer do barco, a primeira impressão não foi boa, pelo descuido, do flutuante onde o Kellog ficou ancorado podíamos ver a bandeira do Peru, moldura da fronteira tríplice. Quando saímos do porto para a primeira caminhada de reconhecimento, na avenida principal encontramos o Museu *Magüta*. O ambiente que mais me impressionou foi a sala dedicada às máscaras rituais da Festa da Moça Nova, são vestimentas confeccionadas com a entrecasca de uma árvore e complementadas com carapuças que representam animais e são pintadas com resinas naturais retiradas da floresta.

No fim do dia recebemos a visita da Sra. Dolores, diretora do Campus de Benjamim Constant, acertamos uma visita a Atalaia do Norte para o dia seguinte. O restante da noite foi muito agradável, após o jantar servido pelo Sr. Edson, cozinheiro de muitos dotes culinários, assistimos a uma palestra ministrada pelo Auxiliomar sobre “*Os padrões de assentamento demográfico no primeiro milênio a. C.*” Quarta-feira, 24 de fevereiro. Partimos com o Kellog rumo a Atalaia do Norte e navegamos pelo rio Javari, tão impetuoso como o Solimões, por onde passa sai arrastando tudo o que estiver detendo o seu curso. No retorno a Benjamim Constant, frequentamos as dependências do Campus, em meio à horta e ao pomar, ouvimos Dolores falar com entusiasmo sobre o trabalho desenvolvido junto à comunidade com as plantas medicinais.

Final de percurso, o cansaço começava a tomar conta de todos. Os vinte dias que passamos embarcados serviram para alimentar a idéia de começarmos a “baixar” em direção à Manaus. O último dia no alto Solimões foi marcado pelas compras e pelo sotaque colombiano das ruas de Letícia. Na nossa saída caiu um temporal que desde cedo se anunciava, a chuva persistiu durante toda a noite. São Paulo de Olivença, Amaturá, Santo Antônio do Içá, Tonantins, nesta última cidade nossa parada foi maior. Entrevistamos alguns moradores antigos e aproveitamos para conhecer São Francisco, antiga sede que deu origem à cidade.

Dona Maria Dias, cearense de 91 anos, nos conta que morava com o marido em São Francisco, naquela época havia poucas casa porque a cidade era um porto de lenha. A diversão era ir à missa e ouvir estórias, a igreja antiga o barranco levou, o que fez com que todos os moradores, que eram poucos, se empenhassem na construção da nova, sob a supervisão dos padres. Havia também os índios caichana que faziam roça e louça de barro, nestes tempos dava até para ouvir o mapinguari que passava gritando no meio da plantação. Seu marido, Sr Francisco Dias,





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
09, 10 e 11 de Novembro de 2016
Manaus - Amazonas

lembrou-se de dois fatos marcantes, o avô que era também nordestino foi para a guerra do Paraguai, segundo lhe contaram, lembrou também de uma grande seca que matou muita gente. Nesta época, só havia oito casas na vila nova e dezoito em São Francisco, e elas eram todas de taipa, as telhas eram encomendadas. Esses tempos eram tempos dos “patrões da borracha”, que eram turcos e judeus, conforme lembrou o Sr. Gildionor Martins, outro cearense de 81 anos. Conta que todos trabalhavam na roça, extraíam borracha, sorva e timbó, naquele tempo havia fartura de tartaruga e pirarucu. Ele estudou na escola da missão americana e lembra, com saudades, do tempo que os padres faziam muitas coisas.

Quando chegou o Batalhão de Pernambuco a cidade melhorou bastante, tempos do conflito entre Peru e Colômbia. O porto de lenha foi feito por um português chamado Alexandre dos Santos, assim como ele vieram para cá outras pessoas ricas, que ajudaram a melhorar a vila. O Sr. Lúcio Coelho, lembra que quando os brancos chegaram os índios se afastaram, os caichana vestiam uma túnica comprida. Seu bisavô, que era português e possuía muito ouro, casou com uma índia caichana.

Havia também muitas festas de Santo: São Sebastião, São Francisco, Santíssima Trindade, nestas ocasiões todo mundo contribuía com as coisas para ajudar a igreja. Já a “cruzada” entrou em Tonantins antes do Zé da Cruz falecer, foi lá que ele pegou o pessoal para trabalhar. Seu Lúcio que era pescador e extrator de madeira terminou sua entrevista contando que acredita em mapinguari e curupira, e que em São Francisco existe uma cobra-grande que vai brocar a terra para varar lá no Solimões. Adalcina Rodrigues Costa, a Dona Dadá, 86 anos nasceu em Alvarães em 1911, foi para Tonantins porque o marido era de lá. Nesta época contou que havia muitos índios ticuna e ela ouvia o batuque da Festa da Moça Nova.

São Francisco ficava num braço de rio de águas pretas, convidativas para um mergulho, logo providenciado pelo comandante Gabriel que amarrou o barco no tronco de uma árvore no meio do lago. Lá pernoitamos e assistimos a um pôr-do-sol especial acompanhado do sorriso da lua nova, atracados bem em frente da praça da igreja, após o jantar fomos apreciar sua singeleza e conversar, as crianças que brincavam transformaram nossa presença em um evento. Jobe e Lúcia contaram histórias, Jorge apresentou seus mamulengos e Alfredo tocou flauta.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
09, 10 e 11 de Novembro de 2016
Manaus - Amazonas

Dia 02 de março, acordei com o badalar dos sinos da igreja de São Francisco, por problemas técnicos às cinco da tarde retomamos a viagem, após o jantar fui para o camarote passar minhas roupas, de repente, o valente Kellog começou a chacoalhar. Gabriel, o chefe da tripulação nos disse que estávamos sobre um banco de areia, bem no meio do Solimões. A ideia de encalhamos no meio do rio, sujeitos a uma tempestade não foi nada agradável a ninguém, Otoni com seu senso de humor sugeriu que comêssemos pipoca, pois havia uma bacia cheia em cima da mesa. Depois de passado o susto, demos boas risadas e só conseguimos dormir quando o Seu Francisco atracou em uma ilha para passarmos o resto da noite. Às quatro horas da manhã o Kellog assumiu posição de descida, com o Solimões coberto de tons de cinza e amarelo reflexo das nuvens carregadas. Toda a movimentação no barco denunciava certa ansiedade gerada pela expectativa do retorno, as conversas eram relativas à retomada das atividades em Manaus e timidamente começou o ritual da troca de endereços e telefones. No final da tarde enfrentamos um temporal, agora os dias apresentar-se com uma tonalidade mais cinzenta como manda o inverno. Alguns meninos foram para o andar de cima do barco tomar banho de chuva, pois o calor que sempre a antecedia era insuportável.

Uma garoa intermitente substituiu a chuva, havíamos passado o dia inteiro viajando e às 9 da noite paramos em Alvarães, pequena cidade situada um pouco acima do rio Tefé. Novamente o Kellog atracou em frente da linda igreja de São Joaquim, o padroeiro da cidade. Era um prédio pequeno nas cores salmão, branco e bege com uma estrela de Davi em cima da cruz na sua fachada, ladeada por uma rua cheia de mangueiras. Após a chuva as ruas da cidade estavam todas lavadas, parecia que era para nos receber. Descemos todos, e fizemos um belo passeio a pé. Não havia asfalto, as ruas eram de calçamento, muito limpas e arrumadas e com algumas casas antigas em bom estado de preservação. No dia seguinte, continuando a caminhada alcançamos a estradinha que é o caminho até Nogueira, outra vila que fica em frente a Tefé e que segundo Dona Dadá, de Tonantins, seria o local aproximado do surgimento da Cobra Norato, conforme nos foi contada a história.

Norato nasceu em Nogueira, de frente para Tefé. Era filho de Dona Teresa que quando sentiu as dores do parto mandou chamar a parteira e deu à luz a duas cobras: Norato e Maria, que ao nascerem fugiram. Anos depois, Norato deixou sua casca e foi bater na casa da mãe para se apresentar a ela. Norato era bom e Maria maldosa, afundava os barcos pequenos que passavam pelo canal. Norato era caridoso, ajudava as pessoas e vinha toda sexta-feira falar com a mãe. Um dia, cansado daquela vida, pediu que a mãe atirasse dentro da sua boca, para acabar com o encantamento. Quando deu meio-dia a mãe não teve coragem de ir ao seu encontro lá na praia. Ela pediu a um vizinho que foi soldado, o homem disse que antes precisava beber uma garrafa de cachaça para criar coragem. No dia marcado, o soldado





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

atirou, mas o chumbo do cartucho bateu no olho de Norato, ele ficou cego, transformou-se em um homem muito rico e foi embora para o Rio de Janeiro.

Quando retornamos a Alvarães já estava quase na hora da partida. Aproveitamos a escadaria não muito íngreme e estreita como das outras cidades, para fazermos a foto oficial da expedição todos vestiram a camiseta do projeto, Geraldo chamou um rapaz que passava no local para clicar o momento na máquina arrumada pelo Otoni. 11 horas da manhã, hora de partir para Tefé e abastecer o barco para prosseguir viagem, na confluência dos rios, assistimos a uma cena que para nós é rara, mais de trinta pescadores em suas canoas, estavam armando uma enorme malhadeira, corremos todos para fotografar. Após um temporal que caiu quando ainda estávamos no Lago, partimos às 6 da tarde e assistimos ao pôr-do-sol mais colorido de toda a viagem. O céu ainda estava carregado, mas o sol na hora de se despedir do dia apareceu e pintou a paisagem com uma grande variedade de cores. As nuvens se tingiram de várias tonalidades de azul, compareceram também o amarelo, lilás, rosa e vermelho. Os últimos raios do sol batiam somente nas copas das árvores que assumiram um tom de verde musgo. Contemplamos aquela grande avenida aquática que ficou totalmente alaranjada e estava bastante mexida. Segundo, Seu Araújo, da tripulação, o Solimões estava mais turbulento porque agora corria numa velocidade maior. O certo é que, pelo que se vinha observando, ele, a cada dia que passava aumentava mais o seu volume de água.

Passados dez anos da Expedição Ara Watasara, encerro a consulta ao meu Diário de Viagem, com este cartão postal do pôr-do-sol colorido em pleno rio Solimões e relato minhas impressões não pelo que a viagem foi de fato, mas a partir do que a memória me permitiu lembrar e também esquecer. Cartofilia da Amazônia, dentre as inúmeras existentes. Construída aqui com a ajuda dos nossos apontamentos de campo, exhibe o que foi visto e a lembrança de quem a viveu. Localidades que se duplicam, cidades com suas casas coloridas e seus arranjos de flores pendurados em latas de conserva. Água, água, água, muita água, ora revoltas, ora calmas, das mais variadas cores. Sua gente nas margens dos barrancos, nos umbrais das moradias, vendo o rio correr. Passatempo, coleção de imagens destacadas da paisagem, inventários que atravessam o tempo e se transformam em catálogos científicos, assim como procederam os viajantes e aventureiros que percorreram estas estradas aquáticas. Passamos pelas localidades da calha do Solimões e capturamos estas impressões de viagem. Oferecemos a leitura de um panorama, ainda inacessível a muitos, desmistificamos a geografia do exótico e descobrimos nesta experiência de viagem algumas pistas para saber o que é de fato a Amazônia.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

ÁREAS DE RISCO NA BACIA HIDROGRÁFICA DO SÃO RAIMUNDO, MINDU, EM MANAUS - AM

RISK AREAS IN THE WATERSHED OF SÃO RAIMUNDO, MINDU, IN MANAUS - AM

Lila Sígrid Macena Lemos¹
 lilasigrid@gmail.com

Resumo: Este estudo versa sobre as áreas de risco da Bacia Hidrográfica do São Raimundo, (e Mindu como seu canal principal) em Manaus. Metodologicamente foram realizados: trabalhos de campo, sistematização dos dados de alagação/inundação, e deslizamento (eventos mais recorrentes na cidade) disponibilizados na temporalidade de 2005 a 2015 pela SEPDEC, além de levantamento bibliográfico. Os objetivos foram: identificar características e peculiaridades da bacia hidrográfica do São Raimundo, Mindu; e analisar as áreas de risco ao longo dos canais que a compõem nesses onze anos de estudo. Assim sendo, esta unidade espacial de análise possui o maior quantitativo de ocorrências, cujos anos mais representativos foram 2007 (936), 2014 (618) e 2008 (326); e sete bairros tiveram mais ocorrências: Compensa, Flores, Jorge Teixeira, Redenção, São Jorge, Tancredo Neves e Parque 10 de Novembro. Os riscos ambientais apresentados, indicam pontos vulneráveis à habitação, no entanto, o fator de precariedade nas construções, e a falta de políticas públicas incisivas no período de ocupação, e consolidação desses bairros, potencializou e potencializa esse quantitativo de eventos nessa bacia hidrográfica.

Palavras-chave: Área de Risco, Bacia Hidrográfica, São Raimundo e Mindu

Introdução:

Tratar bacia hidrográfica é respeitar características naturais aos processos de urbanização. Segundo o conceito de integração dos recursos hídricos pelo estudo de bacias hidrográficas, conforme Silva e Porto (2003, p.129) trata-se de “[...] aplicar-se indistintamente sobre os vetores setoriais – no sentido de combinar diferentes usos – e territorial, no sentido de cortar horizontalmente distintas jurisdições sobre o território.” Isso remete ao planejamento e à gestão de projetos habitacionais em bacias hidrográficas, que considerem integralmente as características naturais para o direcionamento de políticas públicas adequadas à moradia.

Pelas diferenças de gestão nas bacias de Manaus, existem localidades com inúmeras ocorrências registradas pela Subsecretaria de Proteção e Defesa Civil (SEPDEC), e outros lugares

¹ Mestra em Geografia (UFAM) e Professora de Geografia do Colégio Militar de Manaus. Este trabalho teve apoio financeiro da FAPEAM.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

sem concentração de eventos. O risco em Manaus, nesse sentido, deve ser entendido na lógica de reprodução do espaço urbano, e não somente de resposta técnica ou medidas estruturais, visto que não é somente um problema de obras de engenharia; é necessária a implantação da *cultura de risco* para que o problema seja tratado como elemento das paisagens urbanas, e da realidade de muitos, mas passível de concerto e controle, por tratar-se de processos de gênese social.

Metodologicamente, foi realizada uma breve descrição do lugar, contemplando essencialmente as áreas denominadas de Alto, Médio e Baixo Mindu, nomenclatura utilizada a partir de estudos pré-existentes, por meio de levantamento bibliográfico, para que, na temporalidade deste estudo, que foi de 2005-2015, prognoses fossem vislumbradas, à luz da abordagem geossistêmica (BERTRAND, 2004), as áreas de risco na bacia hidrográfica (urbanizada) do São Raimundo, cujo canal principal é o Igarapé ou sub bacia do Mindu. Além disso, a realização de trabalhos de campo, e sistematização dos dados de alagação/inundação, e deslizamento (eventos mais recorrentes em Manaus) disponibilizados nesses 11 anos de estudo pela SEPDEC.

Assim sendo, os objetivos foram: identificar características e peculiaridades da bacia hidrográfica do São Raimundo, Mindu; e analisar as áreas de risco ao longo dos canais que a compõem, na temporalidade de 2005 a 2015, cidade de Manaus, AM.

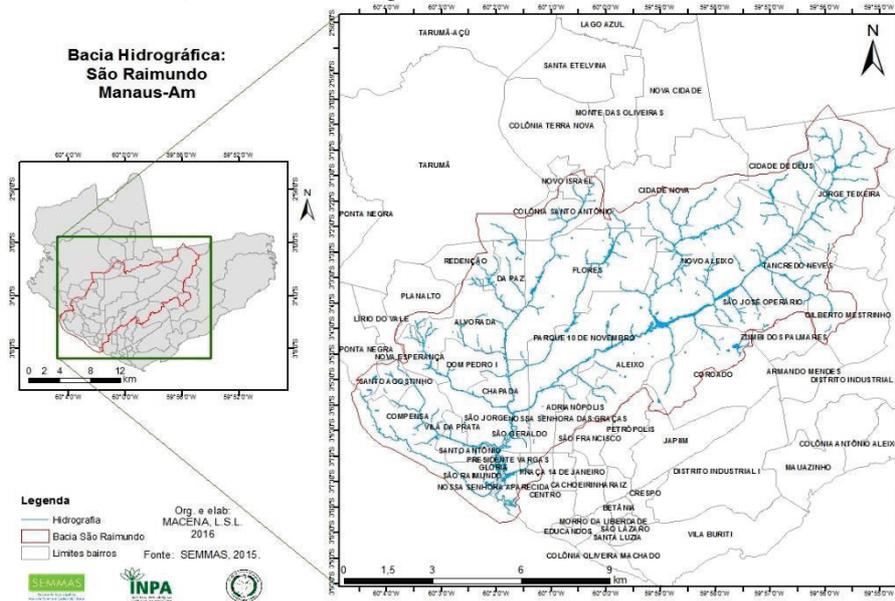
Bacia Hidrográfica do São Raimundo, Mindu

A Bacia Hidrográfica do São Raimundo, Mindu, está inteiramente localizada na área urbana de Manaus e ocupa $\frac{1}{4}$ de seu território. Apresenta baixa declividade, e concentra aproximadamente 37% da população manauara (Figura 1). É a mais representativa em extensão, cruzando a cidade no sentido nordeste-sudoeste, e englobando todas as suas zonas administrativas.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
09, 10 e 11 de Novembro de 2016
Manaus - Amazonas

Figura 1 – Localização da Bacia Hidrográfica do São Raimundo: bairros e rede de drenagem



Fonte: SEMMAS (2015), org. e elab. MACENA, L.S.L. (2016).

O canal principal da Bacia Hidrográfica do São Raimundo, Mindu (Figura 2 B) é a sub-bacia do Igarapé do Mindu, ou apenas bacia hidrográfica do Mindu. Inclusive, essa denominação localmente não é consensual, existem autores que divergem nesse sentido. Sobre isso Machado explica (2012, p.70, **grifos meus**):

Para Tucci (2004), o entendimento de bacia leva a outros termos utilizados em hidrologia, os quais estão fortemente ligados entre si, são os divisores d'água, as nascentes, os cursos d'água principais, afluentes, subafluentes, entre outros.

Já os termos sub-bacia e microbacia hidrográfica, apesar de também estarem incorporados na linguagem científica, não apresentam consensos conceituais, as sub-bacias são áreas de drenagem dos tributários do curso d'água principal. Teodoro et al (2007) apresentou diferentes conceitos encontrados na literatura quanto à bacia, sub-bacia e microbacia hidrográfica e a relatividade entre os conceitos. Os autores apresentados, divergem entre si no tamanho da área para considerar o que seja definido como uma bacia, sub-bacia ou microbacia. O que não difere da confusão conceitual aplicada no Amazonas, em específico para o Igarapé do Mindu. Ora, alguns autores ao se referirem ao igarapé, o denominam de bacia do Mindu, Sub-bacia, microbacia do Mindu, entre outros (BRINGEL, 1986; CLETO FILHO, 1998; ALCÂNTARA E MARQUES FILHO, 2003; EPIA-RIMA, 2008; RODRIGUES, SILVA e SILVA, 2009).

Foi entendido que bacias podem ser desmembradas em um número qualquer de sub-bacias, dependendo do ponto de saída considerado ao longo do seu canal coletor, logo, os termos bacia, sub-bacia e microbacia são termos relativos.

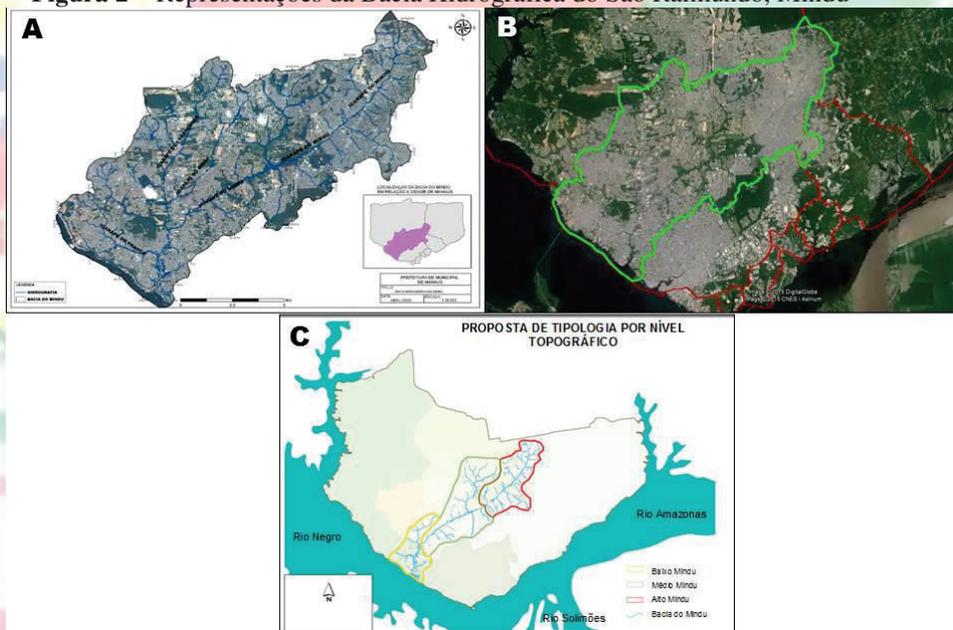


II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
09, 10 e 11 de Novembro de 2016
Manaus - Amazonas

Portanto, o Igarapé do Mindu é o principal tributário da sub-bacia do São Raimundo, a qual faz parte da bacia do Rio Negro, cuja região hidrográfica é a Amazônica.

Sabendo disso, tanto a denominação São Raimundo, quanto Mindu será atribuída a esta bacia hidrográfica neste estudo, tendo em vista que o canal principal Bacia Hidrográfica do São Raimundo, é o **Igarapé do Mindu**, e onde maior parte dos trabalhos de campo foram realizados. Como metodologia de estudos anteriores nessa unidade espacial, alguns autores, a exemplo de Cassiano (2013), e Rodrigues e Costa (2015), apresentam a seguinte proposta de zoneamento: Alto Mindu, Médio Mindu e Baixo Mindu. Essa setorização também será utilizada para análise neste trabalho (Figura 2C).

Figura 2 – Representações da Bacia Hidrográfica do São Raimundo, Mindu



Nota: A - Mapa da Bacia Hidrográfica do São Raimundo e seus principais afluentes, cujo principal tributário é o Igarapé do Mindu; B – Localização da BHSR em Manaus; C – Zoneamento proposto por nível topográfico denominado de Alto Mindu, Médio Mindu e Baixo Mindu.

Fonte: A – SEMMAS (2010) e B – Google Earth, A e B org. RODRIGUES, T.; C – CASSIANO, 2013.

Agora, sobre o Igarapé do Mindu, identifica-se que uma de suas nascentes está localizada no bairro Cidade de Deus, nas proximidades da Reserva Florestal Adolpho Ducke – coordenadas geográficas da nascente: 3° 01'07.31”S. Deste ponto à jusante, o Igarapé do Mindu (17 km) tem sua foz no encontro com o Igarapé dos Franceses (9 km) os quais, formam o Igarapé da Cachoeira Grande (2 km), que por fim, deságua no bairro São Raimundo. Até sua foz no Rio



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
09, 10 e 11 de Novembro de 2016
Manaus - Amazonas

Negro, o então igarapé do São Raimundo (que neste ponto tem a configuração de uma ria fluvial) ainda percorre 2,5 km, e por findar neste bairro, recebe a nomenclatura Bacia Hidrográfica do São Raimundo, conforme a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMMAS) (EPIA-MINDU, 2008; MACHADO, 2012).

No trajeto da Bacia Hidrográfica do São Raimundo, Mindu existem vários pontos de *áreas verdes urbanas*ⁱ, e novamente, maior parte deles está nos limites do Igarapé do Mindu, a saber: Parque Municipal Nascentes do Mindu, Parque Municipal do Mindu, Parque dos Bilhares, Jardim Botânico, Reserva Florestal Adolpho Ducke, Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Cachoeira Grande e o Corredor Ecológico Urbano do Mindu (CEUM) (EPIA-MINDU, 2008; MACHADO, 2012). O Igarapé que no século XX até a década de 80 servia de balneárioⁱⁱ e de entretenimento para os manauaras, atualmente não possui capacidade de diluição para o quantitativo de poluentes, que diariamente são despejados no seu leito, apesar da existência das áreas verdes e de preservação supracitadas. Além disso, é densamente habitada, e as residências que ocupam esses setores apresentam perfis palafíticos e construções com baixa infraestrutura.

Foi utilizada a morfometria com imagem Topodata, resolução de 90 m de Costa e Silva (2011) para identificação de áreas suscetíveis. Como exemplo, cita-se o comprimento do canal principal de 9.417 km, que de acordo com a Lei nº 12.651, considera a área de 30 m como planície de inundação, logo uma APP; porquanto áreas vulneráveis a eventos, mas não inabitáveis, desde que sejam aplicadas políticas habitacionais voltadas para áreas como essas, comuns no solo manauara (Tabela 1).

Tabela 1 – Parâmetros Morfométricos da Bacia Hidrográfica do São Raimundo (BHSR)

Parâmetros Morfométricos	Valores e Unidades
Área	117.363 (km ²)
Perímetro	68.331 (km)
Comprimento do canal principal	9.417 (km)
Comprimento vetorial do canal principal	8.140 (km)
Comprimento total dos canais	154.389 (km)
Coefficiente de compacidade	1,76
Fator forma	0,35
Índice de circularidade	0,31
Ordem do córrego	4 ^a
Densidade de drenagem (Dd)	1,31 (km/km ²)
Densidade hidrográfica (Dh)	1,94 (canais/km ²)

Fonte: COSTA; SILVA (2011). Adaptações da autora.

As altitudes mais elevadas da Bacia Hidrográfica do São Raimundo, Mindu são atribuídas à área aqui denominada **Alto Mindu**, atingindo até 60m nos fundos de vale, e 100m nos platôs divisores de água (*divortium aquarum*), e que terminam em encostas declivosas com predominâncias convexas (VIEIRA, 2008). Sobre o Alto Mindu Cassiano (2013) comenta:



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Possuindo 290 setores censitários numa área territorial de 28,54 km², o Alto Mindu é o curso da microbacia que apresentou maior vulnerabilidade. Somam-se 257.237 moradores em 58.744 domicílios particulares permanentes, dentre os quais 10,17% não possuem banheiro. A densidade populacional é de 9.013,2 habitantes por quilômetro quadrado e a média de moradores por domicílio é de 4,38 habitantes (IBGE, 2000), o que demonstra um grande adensamento populacional. Associando a concentração demográfica à ineficiente (e às vezes inexistente) infraestrutura urbana, é possível afirmar que a quantidade de elementos expostos é alta e predominantemente vulnerável, em detrimento da sua capacidade de resposta perante os desastres. (CASSIANO, 2013, p.59).

As áreas do leito do Alto Mindu têm as cotas altimétricas entre 40 e 47 m e planície de 2 a 10 m (RODRIGUES; COSTA, 2015). Compõem esse trecho os bairros: Cidade de Deus, Jorge Teixeira, Novo Aleixo (zona leste); São José Operário, Tancredo Neves e Gilberto Mestrinho (zona norte). Todos estes bairros possuem alto índice de R4 por deslizamento, segundo o CPRM (2012) e a SEPDEC, por meio do levantamento das ocorrências entre alagações/inundações e deslizamentos (2005-2015) (Figura 3).

Figura 3 – Alto Mindu, nascente e suas proximidades



Nota: A – Área da Nascente do Igarapé do Mindu; B – Alagação seguida de enxurrada num dia chuvoso de abril de 2007; C – Precariedade no asfaltamento de uma rua declivosa; D – Igarapé localizado embaixo da ponte improvisada, parcialmente com vegetação, presença de assoreamento, e com a presença de muitos resíduos sólidos.

Fonte: Acervo LAES (2011), org. MACENA, L.S.L.

O processo de ocupação das vertentes do Alto Mindu foi realizado a partir da retirada da cobertura vegetal com cortes e aterros no terreno, que expostos à ação da erosividade e



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

erodibilidade (AB´SÁBER, 2006) são potencialidades à ocorrência de deslizamentos, e em episódios de chuvas intensas se expressam as alagações nesse trecho; principalmente porque a energia cinética do fluxo de precipitação se eleva devido ao grau de inclinação das vertentes.

O **Médio Mindu** (Figura 4) possui cotas altimétricas entre 60 e 80 m, menos declivoso, e com o leito entre 28 e 29 m, e desse ponto vê-se que sua rede hidrográfica da Bacia Hidrográfica do São Raimundo, Mindu se amplia na margem direita, quando recebe a vazão de seus tributários: Igarapé dos Franceses, com nascente no Novo Israel e Igarapé do Bindá, com nascente nos bairros Cidade Nova e Flores (RODRIGUES; COSTA, 2015). Esse trecho possui áreas verdes às suas margens, a saber: a Reserva Particular de Patrimônio Natural (RPPN) na Colônia Japonesa da Empresa Moto Honda da Amazônia, o Corredor Ecológico do Mindu (Decreto nº 9.329/07), o Parque do Mindu, e as APAs do INPA e da UFAM.

Figura 4 – Área do Médio Mindu e suas proximidades



Nota: A – Visão parcial da comunidade da União, cujas casas se encontram em risco, e o valor dos terrenos, por causa dos serviços urbanos em suas adjacências são altos. Seus moradores hesitam em sair do local; B – *Shopping Millenium* nas proximidades do Igarapé do Mindu, construído em APP; também pertencente à área nobre da cidade; C – Perfil das residências e estrutura das ruas da Comunidade Vila Amazonas; D – Assoreamento em um dos cursos do Médio Mindu, e os prédios construídos em suas áreas lindeiras mostrando a valoração que o mercado imobiliário atribui a essa área, a montante da Vila Amazonas.

Fonte: A – CRUZ, D. (2010); B, C, D – MACENA, L.S.L. (2011).

O Médio Mindu engloba partes dos bairros Coroadó, Cidade Nova, Redenção, Novo Israel, Novo Aleixo e São José Operário – os dois últimos também pertencentes ao Alto Mindu (CASSIANO, 2013). O bairro Novo Israel, antigo depósito de lixo de Manaus, possui elevado



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

histórico de ocorrências de deslizamento oriundo da sua ocupação em solo inconsolidado, condicionante de sua antiga funcionalidade. O bairro Cidade Nova teve a forma de ocupação diferenciada no sentido que houve em seu perímetro criação de conjuntos habitacionais, que avalizou melhores condições de infraestrutura, colaborando para que houvesse menos movimentos de massa nesse espaço; a porção do Médio Mindu do bairro Redenção, nas proximidades do Igarapé dos Franceses constantemente tem ocorrências de transbordamento em dias de chuva (RODRIGUES; COSTA, 2015). Além desses bairros já citados existem mais cinco que são os bairros: Flores, Parque Dez de Novembro, Adrianópolis, Aleixo e Petrópolis; estes se encontram nas áreas mais valorizadas da cidade, ou para Harvey (1980) possuem alto *valor de troca*, e por isso fator limitante à moradores mais abastados.

No entanto, ao passo que esses bairros de alto valor do solo funcionam como elemento segregador dos menos favorecidos, a melhor infraestrutura de tais lugares atua como força centrípeta na formação de “enclaves residenciais inversos”, quando espaços de moradia improvisada se formam ao entorno de bairros ditos nobres pela disposição dos serviços públicos que possuem. No caso da ocupação no Médio Mindu tem-se o exemplo da Comunidade da União, bairro Parque Dez de Novembro, Igarapé do Bindá; e a comunidade Vila Amazonas, bairro Nossa Senhora das Graças, Igarapé do Mindu, ambas da zona centro-sul, que formam enclaves residenciais nesses bairros, e pela sua proximidade com os igarapés sofrem frequentes alagamentos em dias chuvosos (Figura 4C e D).

Já o **Baixo Mindu** apresenta altimetrias com variações de 50 m a 70 m, e engloba os bairros: Planalto, Nova Esperança, Glória, São Raimundo, Presidente Vargas, Aparecida, Educandos e São Jorge (Figura 5). O Igarapé do Franco e Cachoeira Grande são os principais tributários do Baixo Mindu e drenam áreas dos bairros Compensa, Santo Agostinho, Vila da Prata, que recorrentemente passam por transbordamentos, além do risco de insalubridade, pois o curso destes canais estão comprometidos, e servem exclusivamente como receptor dos emissários de águas residuais. Além da insalubridade e dos transbordamentos, esses moradores estão em áreas suscetíveis às cheias do Rio Negro, pois as elevações nos terrenos são menores, relativos à montante da Bacia Hidrográfica do São Raimundo, Mindu; mas as barrancas laterais do Rio Negro, também chamadas de falésias fluviais, não estão isentas de deslizamentos; conforme já dito, estas possuem trechos de inclinações elevadas, de até 80m (AB´SÁBER, 2004) onde residências de construções precárias (mistas e madeira) se estabelecem, acometidas de R4 por deslizamentos (Figura 5A e B).



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
09, 10 e 11 de Novembro de 2016
Manaus - Amazonas

Figura 5 – Área do Baixo Mindu e suas proximidades



Nota: A – Ponte improvisada, localmente denominada de *maromba*, colocada para dar acessibilidade aos moradores no período das cheias; B – Bairro Glória nas proximidades com a ria do São Raimundo; C – Moradores em área de risco na margem direita do Igarapé do Mindu, que relativo a margem esquerda é mais baixo e vulnerável a inundações; D – Transbordamento do Igarapé do Franco em dia de chuva intensa, e o consequente impedimento no tráfego.

Fonte: Acervo LAES (2012), org. MACENA, L.S.L.

A área do Baixo Mindu foi alvo das obras de intervenção do Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus (PROSAMIM) que de acordo com a Figura 6 inclui novos cenários principalmente à área da foz/ria da Bacia Hidrográfica do São Raimundo, Mindu. Quanto às obras prontas, não se pode negar as diferenças de funcionalidade que esses espaços da cidade obtiveram. No entanto, a Figura 6 (B e C) mostra o comparativo do trecho em questão, sendo que a obra de intervenção inclui não somente a foz dessa unidade de análise, como também a foz da bacia hidrográfica do Educandos.

Figura 6 – Área de intervenção do projeto na orla do Rio Negro





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
09, 10 e 11 de Novembro de 2016
Manaus - Amazonas

Nota: A – Ênfase na área do projeto, situado parte na foz da área em estudo, e outra na foz do Educandos; B – Comp. entre a área antes do projeto em 2010; e C – Visão da orla após a inauguração do parque.

Fonte: A – EPIA-MINDU (2008); B – MACENA, L.S.L. (2010); C – Roberto Brasil, Blog da floresta (2015).ⁱⁱⁱ

Apesar das obras paisagísticas, o caminho para recuperação dessas águas ainda estará longe de ocorrer, pois mesmo que obras desse porte fossem realizadas no tempo proposto e com o valor justo atribuído, as cabeceiras da Bacia Hidrográfica do São Raimundo, Mindu, espaços com grandes ocorrências de R4 estão sem alcance dessas políticas públicas, e não inclusas nesses programas.

De 2005 a 2015

Relativo ao período de 2005-2015, os 28 bairros drenados pela Bacia Hidrográfica do São Raimundo, Mindu foram os mais atingidos pelos eventos de deslizamento e alagação/inundação em Manaus. Segundo a Tabela 2, o quantitativo de ocorrências de ambos os eventos se apresentam da seguinte forma:

Tabela 2 – Quantitativo de ocorrências entre eventos de alagação/inundação e deslizamento por bairro da BHSR (2005-2015)

Quantitativo de ocorrências entre eventos de alagação/inundação e deslizamento por bairro da BHSR (2005-2015)												
BAIRRO	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	TOTAL
Adrianópolis	6	1	9	0	1	0	2	0	1	0	0	20
Aleixo	0	0	30	2	1	1	2	2	2	1	1	42
Alvorada	50	15	32	31	10	14	16	1	1	6	0	176
Chapada	1	2	2	12	0	0	3	0	0	0	1	21
Col. Santo Antônio	14	2	25	15	2	5	7	2	11	5	1	89
Compensa	45	10	27	10	33	5	16	4	5	8	3	166
Da Paz	2	1	29	9	1	0	0	1	0	5	0	48
Dom Pedro	8	3	3	6	2	1	0	1	1	3	1	29
Flores	7	5	97	18	10	27	14	3	15	6	4	206
Glória	2	1	0	5	9	0	5	17	18	2	2	61
Jorge Teixeira	43	17	85	47	42	34	22	33	36	16	11	386
Nossa Sra Aparecida	0	0	0	0	4	0	1	9	4	1	7	26
Nossa Sra das Graças	1	0	23	1	0	0	0	0	3	2	0	30
Nova Esperança	14	10	0	22	2	17	8	3	2	8	0	86
Novo Aleixo	0	0	9	0	0	0	0	0	0	0	0	9
Pq Dez de Novembro	12	9	389	29	8	4	10	4	2	4	1	472
Presidente Vargas	4	8	0	0	10	0	1	11	25	7	12	78
Raiz	4	0	0	13	16	1	7	12	10	7	21	91



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Redenção	10	3	65	24	6	5	23	8	6	5	2	157
Santa Luzia	1	2	0	2	2	1	5	4	0	1	0	18
Santo Agostinho	3	2	1	7	7	2	6	2	0	6	3	39
Santo Antônio	20	6	1	5	10	1	2	13	9	4	3	74
São Geraldo	11	0	8	4	5	0	0	0	3	6	1	38
São Jorge	11	9	28	7	15	1	4	7	20	501	23	626
São José Operário	22	23	34	18	18	18	18	10	7	6	2	176
São Raimundo	2	4	0	5	26	0	6	10	9	4	1	67
Tancredo Neves	21	21	39	28	12	4	2	0	4	3	2	136
Vila da Prata	11	2	0	6	8	0	1	0	2	1	2	33
TOTAL	325	156	936	326	260	141	181	157	196	618	104	3400

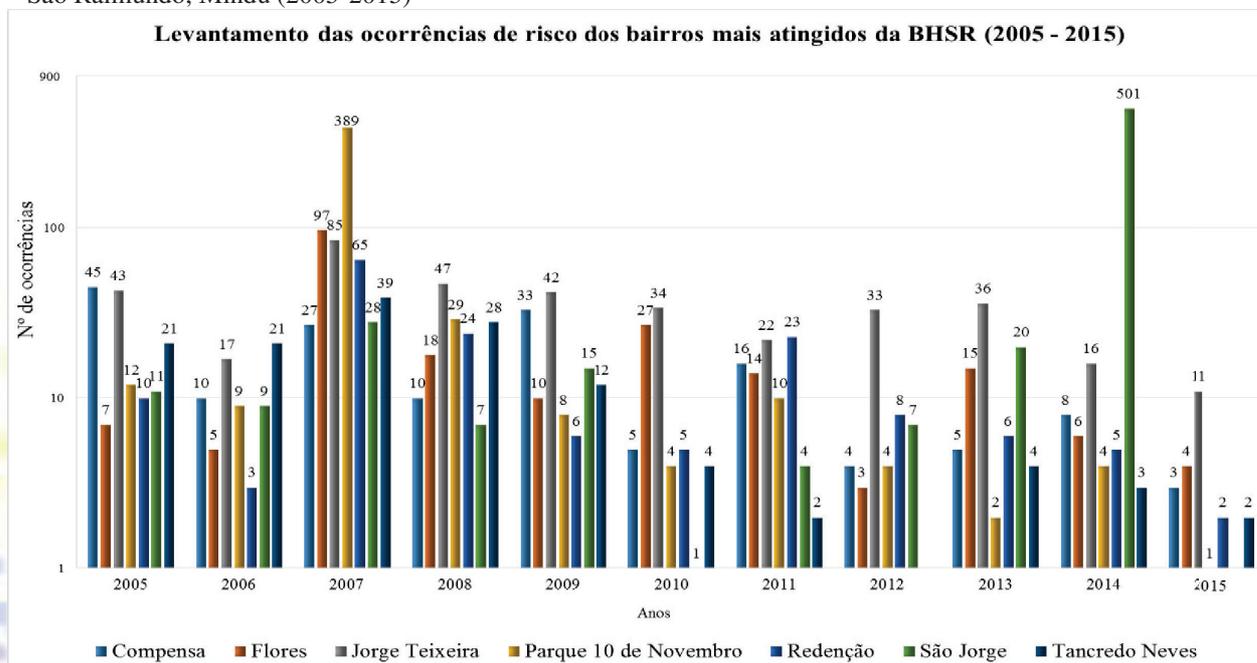
Fonte: SEPDEC, org. MACENA, L.S.L. (2016).

É possível identificar bairros que praticamente não possuem notificações de eventos como: Adrianópolis, Aleixo, Dom Pedro, Santa Luzia, Nossa Senhora Aparecida, Novo Aleixo e Chapada, maior parte como já discriminamos, fazem parte de áreas com alto valor do solo, e que, estão distantes de áreas suscetíveis, a exceção de alguns enclaves, como na comunidade Vila Amazonas, bairro Nossa Senhora das Graças.

As ocorrências anuais da Bacia Hidrográfica do São Raimundo, Mindu que mais se destacaram foram os anos de 2007, totalizando 936; 2014 com 618; e 2008, com 326. O episódio das chuvas excepcionais de abril de 2007 se configurou no condicionante para esse quantitativo, destoando acima de 90% do ano de menos ocorrência, 2015, com 104. A Figura 7 apresenta os 7 bairros com maior concentração de eventos, e conseqüentemente, os que demandam políticas emergenciais de habitação, devido a vulnerabilidade dessas unidades aos deslizamentos e às alagações.



Figura 7 – Gráfico do levantamento das ocorrências dos bairros mais atingidos da Bacia Hidrográfica do São Raimundo, Mindu (2005-2015)



Fonte: SEPDEC, org. MACENA, L.S.L. (2016).

Os três bairros com situação mais alarmante são: São Jorge, com 626 eventos nesses 11 anos, sendo 501 apenas em 2014; o Parque 10 de Novembro que totalizou 472, com 389 em 2007; e o Jorge Teixeira, que consideravelmente, manteve uma média de eventos, e apresentou pico em 2007 com 85 eventos^{iv}.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Bacia Hidrográfica do São Raimundo, (e Mindu como seu canal principal) é a unidade espacial de análise com maior ocorrência de eventos entre alagações/inundações e deslizamentos em Manaus. Os anos mais representativos nesses eventos foram 2007 (936), 2014 (618) e 2008 (326), respectivamente. Sete dos 28 bairros obtiveram maior número de ocorrências, e demandam grau mais elevado de atenção administrativa que são: Compensa, Flores, Jorge Teixeira, Redenção, São Jorge, Tancredo Neves e Parque 10 de Novembro.

A descrição da paisagem desta unidade de análise, e seus riscos ambientais apresentados, indicam pontos vulneráveis à habitação, no entanto, o fator de precariedade nas construções, e a



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

falta de políticas públicas incisivas no período de ocupação, e consolidação dos bairros que compõem essa bacia hidrográfica, potencializou e potencializada a ocorrência de eventos.

Assim sendo, foi observada a importância do estudo de bacias hidrográficas para realização satisfatória de obras, e políticas públicas que visem a mitigação de danos aos moradores de áreas de risco, e a própria diminuição de áreas vulneráveis, seja depois das moradias estabelecidas - em locais considerados de risco - ou antes desse acontecimento; isso seria um vislumbre da cultura de risco, ou da conhecida previsão de impactos. No entanto, o que se vê na cidade de Manaus, são obras pontuais, o que não nos cabe desmerecer, mas a não realização de obras integradas em bacias hidrográficas, implica em casos até de reversão de resultados, quando reestruturações de áreas vulneráveis são realizadas, mas o efeito colateral é a deflagração de mais eventos com qualquer episódio hidrometeorológico atípico.

A problemática dos riscos envolve setores da população manauara distantes de centros decisórios de poder e mercado, que apesar de serem previsíveis não tem distribuição espacial homogênea, não por áreas e sim por classes de renda, o que revela que eventos de risco ocorrem mais em setores e áreas pobres da cidade, logo, os eventos de risco são produzidos socioeconomicamente e não somente pela suscetibilidade do lugar; uma produção social, revelando a falta, e a precariedade da fase do planejamento, predominando nesses locais ações emergenciais e de ajuda.

Agradecimentos:

À FAPEAM, que em parte do período de mestrado financiaram essa pesquisa, e o CNPq no período de PIBIC realizado. Estendo os agradecimentos ao Prof. Reinaldo no período de orientação, à SEPDEC pelos dados cedidos, e aos moradores desta área de estudo.

REFERÊNCIAS

AB'SÁBER, A.N. *A Amazônia: do discurso à Práxis*. 2. ed. São Paulo: Editora da USP, 2004.

_____. *Erosividade versus erodibilidade*. Scientific American Brasil, 2006b.

BERTRAND, G. Paisagem e Geografia Física Global: esboço metodológico. *Revista Ra'E Ga*. Curitiba, Ed. UFPR, n 8, p. 141-152, 2004.

CASSIANO, K.R.M. *Análise geográfica de áreas de risco na microbacia hidrográfica do igarapé do Mindu – Manaus (AM)*. 2013, 101f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas – Programa de Pós-graduação em Geografia. Florianópolis – SC, 2013.





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

COSTA, E.B.S.; SILVA, M. L. Análise Morfométrica das bacias hidrográficas do Educandos e São Raimundo na região de Manaus – AM. In: JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA PIBIC INPA - CNPQ/FAPEAM, 20., 2011. *Repositório INPA*. Manaus, 2011.

EPIA-MINDU. *Relatório de Impacto Ambiental para a revitalização do Mindu. Módulo IV – Identificação e caracterização dos impactos ambientais*. Manaus, 2008.

HARVEY, D. *A justiça social e a sociedade*. Tradução por Marco Aurélio Lagonegro. São Paulo: Hucitec, 1980.

MACHADO, A.L.S. *A Educação Ambiental para gestão Sustentável da água: estudo de caso do Igarapé do Mindu – Manaus, AM*. 2012. (Tese de Doutorado). Universidade de Brasília – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Brasília – DF, 2012.

RODRIGUES, T.F.; COSTA, C.C. *Identificação de áreas de risco na bacia hidrográfica do igarapé do Mindú*. (Relatório final de pesquisa). Manaus: PIBIC-INPA, 2015.

SILVA, R. T. e PORTO, M. F. A. *Gestão urbana e gestão das águas: caminhos da integração*. Estudos Avançados 17 (47), 2003.

VIEIRA, A. F. G. *Desenvolvimento e distribuição de voçorocas em Manaus (AM): principais fatores controladores e impactos urbano ambientais*. 2008. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Florianópolis – SC, 2008.

Notas:

ⁱ De acordo com o Ministério do Meio Ambiente: As áreas verdes urbanas são consideradas como o conjunto de áreas intraurbanas que apresentam cobertura vegetal, arbórea (nativa e introduzida), arbustiva ou rasteira (gramíneas), e que contribuem de modo significativo para a qualidade de vida, e o equilíbrio ambiental nas cidades. Essas áreas verdes estão presentes numa enorme variedade de situações: em áreas públicas; em áreas de preservação permanente (APP); nos canteiros centrais; nas praças, parques, florestas e unidades de conservação (UC) urbanas; nos jardins institucionais; e nos terrenos públicos não edificados. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/cidades-sustentaveis/areas-verdes-urbanas/parques-e-%C3%A1reas-verdes>>. Acesso em: 6 maio 2016.

ⁱⁱ ANTIGO, Balneário do Parque Dez. Neste site indica-se por meio de registros fotográficos e relatos de moradores antigos, a situação do igarapé do Mindu nos anos 80. *Blog do Caboco grosso*, Manaus, 31 mar. 2011. Disponível em: <<http://cabocogrosso.blogspot.com.br/2011/03/antigo-balneario-do-parque-dez.html>>. Acesso em: 10 mar. 2016.

ⁱⁱⁱ BRASIL, R. Governador José Melo inaugura Parque Rio Negro na orla do bairro São Raimundo. *Blog da Floresta*, Manaus, 15 maio 2015. Disponível em: <<http://www.blogdafloresta.com.br/folhafl/wp-content/uploads/2015/05/orla-sao-raimundo-panoramica-01.jpg>>. Acesso em: 12 de mar. 2016.

^{iv} Vale lembrar, que alguns desses bairros são drenados por outras bacias hidrográficas, mas contados em sua totalidade apenas na unidade que mais detivesse seus limites territoriais.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
09, 10 e 11 de Novembro de 2016
Manaus - Amazonas

ARMINTO CORDOVID E MADAME FULUCA, FISSURAS DE MANAUS E BELÉM: HISTÓRIAS SILENCIADAS NAS OBRAS DOS ESCRITORES MILTON HATOU E NICODEMOS SENA

ARMINTO CORDOVID AND MADAME FULUCA, MANAUS AND BELEM CRACKS: STORIES SILENCED IN WORKS OF WRITERS AND MILTON HATOU NICODEMUS SENA

Eliane Auxiliadora Pereira¹
eliane.pereira@ifac.edu.br
Iza Reis Gomes Ortiz²
iza.reis@ifro.edu.br

RESUMO: Estes escritos farão uma reflexão sobre uma época silenciada e fissurada pela História oficial. Fragmentos que foram esquecidos e ficaram no passado como uma mancha, um fantasma que, às vezes, retornam. As obras “*Órfãos do Eldorado*”, de Milton Hatoum e “*A espera do nunca mais*”, de Nicodemus Sena nos trazem alguns personagens que se tornaram fissuras das cidades de Manaus e Belém em épocas distintas. Através da leitura benjaminiana de cidade, consideramos estes resquícios um passado não esclarecido, não discutido, precisando retornar à contemporaneidade como reflexões sobre cidades e seu imaginário histórico. As personagens “*Arminto Cordovil*”, de Milton Hatoum e “*Madame Fuluca*”, de Nicodemus Sena nos trazem esse passado escondido, mutilado e descontínuo para os dias de hoje. É uma reflexão sobre o passado das cidades de Manaus e Belém através de personagens particulares que fazem um Todo, uma cidade de várias versões. E algumas ideias sobre a Cidade de Walter Benjamin nos acompanharão nesta reflexão necessária.

Palavras-chave: Manaus e Belém; Personagens fissurados; Milton Hatoum; Nicodemus Sena.

RECUPERAR UM PASSADO SEGUNDO WALTER BENJAMIN

Para Benjamin (1994), recuperar um passado é refletir sobre “restos”, histórias silenciadas, fissuras, interstícios que foram anulados e/ou camuflados. Sujeitos que não foram ouvidos, que não tiveram vez. Para o teórico, a luta de classes se nutre da imagem

1 Doutoranda em Sociedade e Cultura na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas – UFAM; Mestre em Letras: Literatura e Crítica Literária pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás; Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre (IFAC); Pesquisadora dos Grupos de Pesquisa: GET – Grupo de Estudos em Educação, Filosofia e Tecnologias do IFRO; Grupo RESOE – Relações Sociais e Educação do IFAC.

2 Doutoranda em Sociedade e Cultura na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas – UFAM; Mestre em Letras: Linguagem e Identidade pela Universidade Federal do Acre; Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO); Pesquisadora dos Grupos de Pesquisa: GET – Grupo de Estudos em Educação, Filosofia e Tecnologias do IFRO; Grupo Amazônico de Estudos da Linguagem da UFAC; Grupo Poesia Africana do Séc. XX e XXI da Universidade Federal do Rio de Janeiro.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

dos antepassados escravizados, e não dos netos libertos, (1987). Benjamin trabalhou com figuras como o flâneur, a prostituta, o jogador, o colecionador, personagens que fazem parte da História, mas como coadjuvantes, como “acessórios” de uma orquestra maior e que o som produzido por eles é abafado por quem tem o poder de um som maior. Todas as cidades são formadas por descontinuidades, por caminhos atravessados, não há uma totalidade combinatória, mas partes que formam uma imagem fraturada, gerada nas contradições sociais, históricas, políticas e econômicas. Escavar o passado é colocar a História em uma situação não tão confortável como muitos pensam que seja. É mexer em restos, em ruínas que ficaram, segundo alguns, cristalizadas. Mas nossa intenção é remexer o passado de duas cidades: Manaus e Belém, através de personagens literários. Como escreveu Benjamin (1994) sobre a obra de arte de Klee chamado *Angelus Novus*

[...] está representado um anjo, que parece querer afastar-se do lugar que permanece imóvel. Seus olhos estão arregalados, sua boca e suas asas prontas para voar. Tal é o aspecto que deve ter necessariamente o anjo da história. Ele tem o rosto voltado para o passado. Onde diante de nós aparece uma série de eventos, ele não vê senão uma só e única catástrofe, que não cessa de amontoar ruínas sobre ruínas e as joga a seus pés. Ele bem que gostaria de se deter, acordar os mortos e reunir os vencidos. Mas do paraíso sopra uma tempestade que abate suas asas, tão forte que o anjo não pode tornar a fechá-las. Essa tempestade o empurra incessantemente para o futuro, para o qual ele tem as costas voltadas, enquanto diante dele as ruínas se acumulam até o céu. Essa tempestade é o que nós denominamos progresso. (BENJAMIN, 1994, p. 226)

Vamos acordar alguns personagens que viveram em uma Manaus e Belém bem diferentes de hoje. São reminiscências despertadas pela Literatura e que nos mostrarão histórias fraturadas. Manaus e Belém, cidades da região norte do Brasil, foram consideradas metrópoles em determinados momentos de suas histórias. Mas não chega a ser uma metrópole através de uma construção linear, homogênea, há descaminhos, desvios, caminhos tortuosos, há descontinuidades. E essas fissuras, esses interstícios são riquíssimos em conteúdo, em cultura, em ideias, pois por trás destas fissuras há sujeitos que produzem histórias, produzem cultura, há um imaginário. E buscando essa fissura, encontramos dois personagens emblemáticos nas obras de Milton Hatoum e Nicodemos Sena: Arminto Cordovil e Madame Fuluca. Através dessas figuras, tentaremos refletir sobre o passado de Manaus e Belém numa época de transição, de construção, de luta de poderes. Vamos tentar recuperar o contexto de um passado manauense e belenense através de fragmentos literários do passado.



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

ARMINTO CORDOVIL E A MANAUS PUJANTE

Milton Hatoum nasceu em 1952 em Manaus, Amazonas. Formou-se em arquitetura pela Universidade de São Paulo. Foi professor de Literatura na Universidade Federal do Amazonas e na Universidade da Califórnia, em Berkeley. Ele já publicou várias obras. Seu primeiro romance foi “Relato de um Certo Oriente” (1989); “Dois Irmãos” (2000). Por estas duas obras, recebeu o prêmio Jabuti em 1990 e 2001, respectivamente. Também publicou os romances “Cinza do Norte” (2005) e “Órfãos do Eldorado” (2008). Escreveu os contos, “Reflexão sobre uma viagem sem fim” (1992); “Dilema” (1992); “A Ninfa e o teatro Amazonas” (1996) e “Uma estrangeira da nossa rua” (2004), dentre outros. Escreveu também literatura infantil: “Nas asas do Condor” (1997) e um conto publicado na coletânea “O livro dos Medos”, 1998. Escreveu também poesia: “Amazonas: palavras e imagens de um rio entre ruínas” (1979). Além dos ensaios: “Narrar para não morrer” (1991); “A natureza como ficção” (1993); “Diálogo entre mundos” (1996); “Literatura e memória” (1996). Publicou vários artigos que versavam sobre literatura e cultura no Brasil e na Espanha. E o livro de crônicas “Um Solitário à Espreita” (2013).

Hatoum também exerce o trabalho de tradutor, já traduziu diversas obras, dentre elas podemos citar “A cruzada das crianças”, de Marcel Schwob; “Três contos, de Gustave Flaubert” em co-autoria com Samuel Tritan Jr. e “Representações de um intelectual”, de Edward Said.

“Órfãos do Eldorado” é ambientado em um período histórico importante para o desenvolvimento da região amazônica – o ciclo da borracha – e nos mostra as questões identitárias, sociais, culturais e raciais que permeiam as primeiras décadas do século XX, nesta região em que a história da novela acontece. A trama se desenvolve em três cidades: Vila Bela, Manaus e Belém. A cidade de Manaus é marcada pelo hibridismo cultural, cujas pessoas viviam sempre em trânsito. Essas características peculiares da cidade amazonense estão presentes na obra: a diversidade de costumes, línguas, e a convivência entre indivíduos de diferentes etnias, como é o caso de Florita, indígena que cuidou de Arminto desde a infância e Dinaura, paixão do narrador personagem, e de quem não se tem muito conhecimento. Manaus, então, surge na obra como um espaço sociocultural e histórico, lugar em que se misturam crenças, imigrantes estrangeiros e nacionais, de todas as regiões do Brasil. Além disso, a novela nos traz a história da vida do narrador Arminto



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Cordovil, filho de Armando Cordovil, rico empresário do ramo de navegação de Manaus, durante o Ciclo da borracha, que transportava entre outros produtos, castanha e borracha.

Ele passava a maior parte do tempo em Manaus. Ia de bonde ao escritório e trabalhava até quando estava dormindo, como ele mesmo dizia. Mas vinha com frequência para cá. Meu pai gostava de Vila Bela, tinha um apego doentio pela terra natal. Antes de morar na Saturno, fui duas ou três vezes de férias para Manaus. Não queria voltar para Vila Bela. Era uma viagem no tempo, um século de atraso. Manaus tinha tudo: luz elétrica, telefone, jornais. (HATOUM, 2014, p. 17-18)

A obra não segue a estrutura linear, pois o recorte é feito a todo momento pelas memórias de Arminto, já idoso, que narra a sua história a uma pessoa que está descansando perto de sua tapera. E ele, em meio a seus devaneios causados pela idade e pela bebida tarubá, uma cachaça de origem indígena, que turvam as suas ideias, o que faz com que nos deparemos com uma história que passeia entre a realidade e o sonho. A narrativa é permeada de lendas e mitos, como, por exemplo:

A voz da mulher atraiu tanta gente, que fugi da casa do meu professor e fui para a beira do Amazonas. Uma índia, uma das tapuias da cidade, falava e apontava o rio. Não lembro o desenho da pintura no rosto dela; a cor dos traços, sim: vermelha, sumo de urucum. Na tarde úmida, um arco-íris parecia uma serpente abraçando o céu e a água. Florita foi atrás de mim e começou a traduzir o que a mulher falava em língua indígena; traduzia umas frases e ficava em silêncio, desconfiada. Duvidava das palavras que traduzia. Ou da voz. Dizia que tinha se afastado do marido porque ele vivia caçando e andando por aí, deixando-a sozinha na Aldeia. Até o dia em que foi atraída por um ser encantado. Agora ia morar com o amante, lá no fundo das águas. Queria viver num mundo melhor, sem tanto sofrimento, desgraça. (HATOUM, 2014, p. 11) (grifo nosso)

Ou ainda a história da mulher que foi seduzida pela anta-macho,

Lembro também da história de uma mulher que foi seduzida por uma anta-macho. O marido dela matou a anta, cortou e pendurou o pênis do animal na porta da maloca. Aí a mulher cobriu o pênis com barro até ficar seco e duro; depois dizia palavras carinhosas para o bichinho e brincava com ele. Então o marido esfregou muita pimenta no pau de barro e se escondeu para ver a mulher lambe o bicho e sentar em cima dele. Diz que ela pulava e gritava de tanta dor, e que a língua e o corpo queimavam que nem fogo. Aí o jeito foi mergulhar no rio e virar um sapo. E o marido foi morar na beira da água, triste e arrependido, pedindo que a mulher voltasse para ele. (HATOUM, 2014, p. 12)

Além desses mitos, um que transita com maior intensidade na novela é o mito do Eldorado, que aparece em diversas partes da narrativa e que também dá o nome ao barco Eldorado, herança de Arminto, que afunda e leva com ele a fortuna dos Cordovil.

A Cidade Encantada era uma lenda antiga, a mesma que eu tinha escutado na infância. Surgia na mente de quase todo mundo, como se a felicidade e a justiça estivessem escondidas num lugar encantado. Ulisses Tupi queria que eu



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

conversasse com um pajé: o espírito dele podia ir até o fundo das águas para quebrar o encanto e trazer Dinaura para o nosso mundo. Sugeriu que eu fosse atrás de dom Antelmo, o grande curandeiro xamã de Maués. Ele conhecia os segredos do fundo do rio e podia conversar com Uiara, chefe de todos os encantados que viviam na cidade submersa. (HATOUM, 2014, p. 64)

O narrador tenta organizar suas ideias a partir de suas recordações: “No fim, eu soube de outras coisas, mas não adianta antecipar. Conto o que a memória alcança” (HATOUM, 2014, p. 15).

Na narrativa, o narrador procura recuperar e resgatar seu passado de silêncios, de incompreensões e frustração por meio da memória. Para o filósofo francês Paul Ricouer “... não temos nada melhor que a memória para significar que algo aconteceu, ocorreu, se passou antes que declarássemos nos lembrar dela” (KUSSLER, 2009, p. 2 apud RICOUER, 2007, p. 40). É este rememorar de Arminto Cordovil, esta eterna busca de sua origem e existência que permeiam as lembranças dos espaços geográficos por ele habitados, em diversas fases de sua vida: Vila Bela, Manaus e, até mesmo, Belém, para onde vai descontar as promissórias da venda da fazenda e do palácio branco e procura reviver ali, os passos de seu pai, Amando Cordovil.

Vejamos como Massaud Moisés (2004, p. 279), em sua obra “Dicionário de termos literários”, explica a palavra memória.

Movendo-se no espaço ocupado pela autobiografia, pelo diário e pelas confissões, as memórias distinguem-se por constituir um relato na primeira pessoa do singular que visa à reconstrução do passado, com base nas ocorrências e nos sentimentos gravados na memória, segundo as duas formas (a voluntária e a espontânea) que pode assumir. (grifo nosso).

E é justamente por esta reconstrução do passado que Arminto revê, rememora e procura decifrar sua existência. Agora, ele se encontra sozinho, sua vida em ruínas e só lhe resta (re)construir, em seu devaneios, o percurso de sua vida: órfão, esbanjador, solitário, louco.

Para Walter Benjamin (1994), recuperar um passado é refletir sobre “restos”, histórias silenciadas, fissuras, interstícios que foram anulados e/ou camuflados. E a vida de Arminto Cordovil é permeada de silêncios, de reticências. Convivência anulada com o pai, com a namorada, com a herança dos Cordovil.

[...] e eu, no alto da mercearia Cosmopolita, na rua Marquês de Santa Cruz. Era um quarto espaçoso, com uma janela que dava para os edifícios da alfândega e da guardamoria. Na Cosmopolita conheci a cidade. O coração e os olhos de Manaus estão nos portos e na beira do Negro. A grande área portuária





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

fervilhava de comerciantes, peixeiros, carvoeiros, carregadores, marreteiros. Arranjei um serviço no empório de um português, estudava de manhã, almoçava no mercado, e passava a tarde carregando caixas e atendendo fregueses. Mesmo com um ordenado miúdo, avisei a Estiliano que estava pagando o aluguel do quarto. (HATOUM, 2014, p. 19-20) (Grifo nosso)

No texto “O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov” Benjamin defende que a experiência adquirida na oralidade é

A experiência que passa de pessoa a pessoa é a fonte a que recorreram todos os narradores. E, entre as narrativas escritas, as melhores são as que menos se distinguem das histórias orais contadas pelos inúmeros narradores anônimos. Entre estes, existem dois grupos, que se interpenetram de múltiplas maneiras. A figura do narrador só se torna plenamente tangível se temos presentes esses dois grupos. “Quem viaja tem muito que contar”, diz o povo, e com isso imagina o narrador como alguém que vem de longe. Mas também escutamos com prazer o homem que ganhou honestamente sua vida sem sair do seu país e que conhece suas histórias e tradições. (BENJAMIN, 1994, p. 198)

E no relato do narrador Arminto temos a presença desta oralidade enfatizada por Benjamin, pois o narrador de “Órfãos do Eldorado” agrega experiências adquiridas na coletividade às suas experiências individuais: “lendas que eu e Florita ouvíamos dos avós das crianças da Aldeia. Falavam em língua geral, e depois Florita repetia as histórias em casa, nas noites de solidão da infância (HATOUM, p. 13). Ou ainda,

Florita traduzia as histórias que eu ouvia quando brincava com os indiozinhos da Aldeia, lá no fim da cidade. Lendas estranhas. Olha só: a história do homem da piroca comprida, tão comprida que atravessava o rio Amazonas, varava a ilha do Espírito Santo e fígava uma moça lá no Espelho da Lua. Depois a piroca se enroscava no pescoço do homem, e, enquanto ele se contorcía, estrangulado, a moça perguntava, rindo: Cadê a piroca esticada? (HATOUM, 2014, p. 12)

Neste ensaio, presente na obra “Magia e Técnica, Arte e Política, o teórico afirma ainda que a perda da experiência na contemporaneidade está ligada ao desaparecimento da figura do narrador, do contador de histórias, do perpetuador das tradições milenares de uma sociedade, ou seja, a experiência adquirida. Assim, surge um novo narrador, que não narra através do conhecimento adquirido, pois para ele,

A arte de narrar está definindo porque a sabedoria - o lado épico da verdade - está em extinção. Porém esse processo vem de longe. Nada seria mais tolo que ver nele um “sintoma de decadência” ou uma característica “moderna”. Na realidade, esse processo, que expulsa gradualmente a narrativa da esfera do discurso vivo e ao mesmo tempo dá uma nova beleza ao que está desaparecendo, tem se desenvolvido concomitantemente com toda uma evolução secular das forças produtivas. (BENJAMIN, 1994, p. 200-201)

Então, esse narrador modificou porque as mudanças históricas ocorridas nas sociedades assim exigem. Arminto é este narrador moderno, que se utiliza da





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

rememoração das suas vivências da infância, da adolescência e velhice. Mas suas lembranças são turvas, mesclam-se com os acontecimentos das cidades, confundem-se no percurso histórico e nos deparamos com a História dentro de sua história.

Para Paul Ricouer a memória pode aparecer de duas formas:

[...] antes de mais, como matriz da história, se nos colocarmos no ponto de vista da escrita da história, depois como canal da reapropriação do passado histórico tal como nos é narrado pelos relatos históricos. Mas esta modificação do ponto de vista não implica que abandonemos a descrição fenomenológica da memória em si, seja qual for a sua ligação com a história. Não poderíamos falar seriamente da reapropriação do passado histórico efectuado pela memória, se não tivéssemos, considerado previamente, os enigmas que incomodam o processo da memória enquanto tal. (RICOUER, 2007, s/p).

Assim, este enigma, segundo Ricouer (2007, s/p), está ligado à ideia do passado como memória, pois o “passado está, por assim dizer, presente na imagem como signo da sua ausência, mas trata-se de uma ausência que, não estando mais, é tida como tendo estado. Esse “tendo estado” é o que a memória se esforça por reencontrar”.

[...] mas o encontro com Amando mudou minha vida. Antes disso, alguma coisa perturbou a cidade. O movimento portuário diminuiu. Não era a guerra na Europa, a Primeira Guerra. Ainda não. Eu via as pessoas irritadas, revoltadas. Tudo parecia absurdo e violento. Em pouco tempo o humor de Manaus se alterou. Li nos jornais um desabafo do meu pai: reclamava dos impostos absurdos, do valor das taxas alfandegárias, do péssimo funcionamento do porto, da balbúrdia na nossa política. (HATOUM, 2014, p. 23)

Em outra passagem, o narrador nos apresenta Manaus do início do século XX, quando fala de suas visitas à cidade:

Ele passava a maior parte do tempo em Manaus. Ia de bonde ao escritório e trabalhava até quando estava dormindo, como ele mesmo dizia. Mas vinha com frequência para cá. Meu pai gostava de Vila Bela, tinha um apego doentio pela terra natal. Antes de morar na Saturno, fui duas ou três vezes de férias para Manaus. Não queria voltar para Vila Bela. Era uma viagem no tempo, um século de atraso. Manaus tinha tudo: luz elétrica, telefone, jornais, cinemas, teatros, ópera. Amando só dava o trocado para o bonde. Florita me levava ao porto flutuante e ao aviário da praça da Matriz, depois andávamos pela cidade, víamos os cartazes dos filmes do Alcazar e do Polytheama, e voltávamos para a chácara no fim da tarde. Eu esperava Amando na banquetta do piano. Uma espera angustiada. Queria que ele me abraçasse ou conversasse comigo, queria ao menos um olhar, mas ouvia sempre a mesma pergunta: Passearam? (HATOUM, 2014, p. 17-18). (grifo nosso)

É na visão de Arminto que passeamos pelas misturas de crenças, de valores, pelo crescimento da região amazônica, onde os imigrantes buscavam a cidade do Eldorado, vista aqui metaforicamente, pois saiam de suas terras em busca de riquezas. É o que fez



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Edílio Cordovil, pai de Armando e avó de Arminto, que enriqueceu à custa da exploração de outras pessoas, da corrupção praticada com os políticos, com os funcionários do governo,

Disse que na Boa Vida, depois de fuçar a papelada guardada na caixa da Mandarim, descobri que Amando Cordovil tinha sido um contrabandista e sonegador. Estiliano sabia disso?

Ele levantou, e, antes mesmo que andasse até a porta, continuei: a carne verde e a castanha que Amando exportava para Manaus. Transportava a carga até outras freguesias para não pagar impostos em Vila Bela; depois desembarcava tudo numa ilha perto de Manaus e sonegava outra vez. Subornava o empregado da mesa-de-rendas, subornava até o diabo.

Os políticos faziam chantagens com teu pai, disse Estiliano.

Eram os aliados, os sócios dele, eu disse. Meu pai sonegava e depois dividia o lucro com eles; aí ajudava a prefeitura, dava carroças para recolher lixo, dava cavalos e bois que puxavam as carroças, pagava os reparos do matadouro e da cadeia, o salário dos carcereiros. Depois fez a mesma coisa com o frete das barcaças e do *Eldorado*; escrevia para o governador do Amazonas, para um funcionário do Ministério da Viação Pública. Morreu porque perdeu uma licitação vantajosa, a grande concorrência antes da Primeira Guerra: borracha e mogmo para a Europa. O coração não aguentou, a ganância era maior que a vida. (HATOUM, 2014, p. 76-77)

Arminto nos demonstra ainda as ruínas em que a cidade está caindo, pois após o apogeu econômico, o que se via agora era que o “ movimento portuário diminuiu. Não era a guerra na Europa, a Primeira Guerra. Ainda não. Eu via as pessoas irritadas, revoltadas. Tudo parecia absurdo e violento” (Hatoum, 2014, p. 23). Outra característica da cidade era sua beleza arquitetônica, que causava estranheza às pessoas que chegam à cidade de Manaus:

Às vezes eu acompanhava passageiros estrangeiros a um passeio de canoa nos lagos próximos de Manaus; andava com eles pelo centro da cidade, eram loucos para conhecer o teatro Amazonas, não entendiam como podia existir um colosso de arquitetura na selva. (HATOUM, 2014, p. 21)

Vemos então, uma Manaus recontada pelas memórias, pelos rastros memoriais de um personagem que passeou, observou e se encantou, podemos considerá-lo um flâneur, um viajante pelo espaço manauara. Um personagem trabalhado por Walter Benjamin e que, nesta obra de Milton Hatoum, o recuperamos pelo olhar de Arminto Cordovil.

MADAME FULUCA E SUA HISTÓRIA.

Nicodemos Sena é um escritor paraense que se lançou em 1999 com o livro “A espera do nunca mais – uma saga amazônica”, de 876 páginas. Foi bem aceito pela crítica, recebeu em sua segunda edição o Prêmio Lima Barreto 500 anos Brasil. Ainda é um escritor a ser estudado juntamente com suas obras. Além da narrativa acima, escreveu “A





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

noite é dos pássaros”, “A mulher, o homem e o cão” e lançará em 2017 “Choro por ti Belterra”, um romance folhetinesco publicado primeiramente em capítulos na Coluna do Jornal Tapajós, no Pará.

A obra “A espera do nunca mais” nos traz a saga de uma família cabocla em busca de algo que se perdeu no contato com o branco, com o colonizador. São histórias dentro de outras histórias que nos trazem os problemas sociais, culturais, políticos e internos de personagens da Amazônia. E na leitura destas várias histórias dentro de uma história maior, temos um capítulo intitulado “Duas histórias”, versando sobre dois personagens que contam como foi um fato histórico na cidade de Belém, na época da Cabanagem. Temos a versão da Negra Fuluca, chamada de Madame Fuluca e do personagem Estefano, homem branco e que possuía poderes de dominação. A intenção é recuperar a versão da Madame Fuluca e refletirmos sobre essa Belém que foi silenciada pelos meios de comunicação oficiais da época. É fazermos uma escavação através dos fragmentos literários e refletir sobre o contexto histórico da época.

Segundo Benjamin,

—Escavando e recordando

[a memória] é o meio onde se deu a vivência, assim como o solo é o meio no qual as antigas cidades ficaram soterradas. Quem pretende se aproximar do próprio passado soterrado deve agir como um homem que escava. Antes de tudo, não deve temer voltar sempre ao mesmo fato, espalhá-lo como se espalha a terra, revolvê-lo como se revolve o solo. Pois 'fatos' nada são além de camadas que apenas à exploração mais cuidadosa entregam aquilo que recompensa a escavação. Ou seja, as imagens que, desprendidas de todas as conexões mais primitivas, ficam como preciosidades nos sóbrios aposentos de nosso entendimento tardio, igual a torsos na galeria do colecionador. E certamente é útil avançar em escavações segundo planos. Mas é igualmente indispensável a enxada cautelosa e tateante na terra escura. E se ilude, privando-se do melhor, quem só faz o inventário dos achados e não sabe assinalar no terreno de hoje o lugar no qual é conservado o velho. (BENJAMIN, 1987, p. 239).

O capítulo *Duas Histórias* versa sobre a origem do personagem “Estefano Alves Barbosa”, o colonizador branco que cumpre o papel de antagonista, uma origem dúbida, pois temos duas versões sobre sua origem. Histórias essas que se passaram pelos anos de 1851, alguns anos após a Cabanagem no Pará.

[...] pertencia o nosso personagem a uma das mais ricas e tradicionais famílias portuguesas da Amazônia – os Barbosa, senhores de baração e cutelo, donos de muitas terras e de muitos escravos, cujos descendentes, em 1822, dobrando-se ao peso de inexoráveis acontecimentos, aceitaram a independência do Brasil do jugo de Portugal e, mais que isso, tornaram-se ardorosos brasileiros, tão extremadamente ardorosos que até pareciam ser mais brasileiros que os



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

verdadeiros brasileiros, o que se explica pelo fato de que eles, os portugueses, em sua nova pátria, sob a proteção do Império, continuaram sendo por muito tempo os únicos senhores, donos de todos os privilégios. (SENA, 2002, p. 65)

Assim é o nosso personagem Estefano. Uma demonstração ao nosso leitor de como foi desenhada esta pessoa na obra. O capítulo nos apresenta duas versões sobre seus antepassados: uma versão “oficial”, comprovada em documentos oficiais; e outra não oficial por ser contada por personagens desprovidos de poder.

Para um bisneto de Barão, despencar ao nível da ralé, ter de acotovelar-se com ela, era um duro golpe, ainda mais que a única coisa que ele herdou da família e sempre cultivou foi o asco e o desprezo por índios, negros e pobres de qualquer cor, uma gentilha, segundo pensava, feita por Deus bem abaixo dos humanos e um pouquinho acima dos cães, cuja única finalidade era servir a homens brancos e dignos como ele. Esse ódio a tais “raças inferiores” fora nutrido por histórias terríveis narradas pelos pais e pelas mucamas, ou escrita em velhos recortes de jornais, ou ainda constantes da poeirenta papelada da família, que ele guardava com carinho e, vez ou outra, com um prazer doentio, relia. (SENA, 2002, p. 66)

Vejam como os documentos oficiais contam a história dos negros:

Num desses recortes, consta o seguinte relato:

‘Amazonas abaixo, a quarenta milhas, pouco mais ou menos, distante de Santa Irene, em 1851, alvejava em fundo verde de bananeiras e cacauais, aqui e ali pontilhada de coqueiros e árvores frondosas, debruçada à margem esquerda do estuante rio-mar, a fazenda Cacual Grande, antiga propriedade senhorial do Dr. José Coelho Barbosa, filho do ilustre Barão de Santa Irene, onde desenrolou-se uma lamentável tragédia.’

‘Como em todas as fazendas e engenhos da época, lá também havia escravos, esses desgraçados seres, sempre cabisbaixos, traiçoeiros e dissimulados, cheios de ódio aos seus benfeitores, degenerados e sempre curvados, fedorentos debaixo da soalheira ardente e muitos fujões, indignos de confiança e mui dignos da vergasta, que só entendem o sibilar do chicote dos seus senhores. [...]’

O cronista, nessas alturas, informa que, por essa época, rebentou a revolta popular da Cabanagem, [...]

Segundo relato histórico que muito compraz a Estefano, ‘Não fosse o nobre e valente coronel Teobaldo Leôncio Barbosa, que por um milagre da Imaculada Conceição escapou das mãos dos facínoras marrons, de quem ficou prisioneiro durante cinco longos meses, [...]’

Consta que ‘os índios e os negros atuaram como se fossem inspirados por diabólico fanatismo, pois não tinham armas, exceto de madeira, bastões, arcs e flechas, uma vez que a pólvora e o chumbo há muito tinham se acabado, mas com estas armas grosseiras vieram por matas e campos atacar a vila. [...]’ As sentinelas foram mortas ou fugiram e enxames de índios e negros pularam paliçadas e desceram em tropel pela rua principal. Mas logo veio a seu encontro força grande e bem armada, já sob o sábio comando do coronel Teobaldo Leôncio Barbosa, que tomou posição nas casas e atrás dos muros, e os selvagens foram mortos às centenas. (SENA, 2002, p. 76-77)

Esta versão é relatada pelo nosso narrador através de jornais e textos escritos por cronistas. E analisando o discurso, percebemos o desenhar maquiavélico feito aos negros,



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

colocando-os sempre como inimigos da pátria e dos gloriosos senhores. A outra versão da História é desenhada assim:

Esta é a história oficial, cheia de bravura, retocada e nobre, contada pelos vencedores. Mas há outra, repleta de covardia e infâmia, fora dos anais, mas também digna de ser contada. [...] ‘Madame’ Florinda, dona do bordel mais badalado do baixo-amazonas, filha de puta e neta de Vó Fuluca, que antes de ser Fuluca foi ‘Nhá’ e depois de ter sido cabana virou ‘Madame’ Fuluca, nada mais nada menos que a primeira prostituta a assumir abertamente em Santa Irene a mais antiga e nobre profissão, ‘Madame’ Florinda conhecia muito bem essa história. [...] Os que retrocediam encontravam o fogo da tropa que lhes fechara a retirada, e os que corriam para a vila recebiam a carga mortífera que partia das paliçadas; pouquíssimos conseguiram escapar jogando-se nas águas. Quando a fuzilaria cessou, havia mais de dois mil corpos de negros, índios e mestiços estendidos na areia, alguns apenas feridos, outros, na esperança de escapar fingindo-se de mortos. O próprio Teobaldo, que se refugiara com Zezé numa das paliçadas segundos antes de despencar a chuva de balas, já com a aura de herói nacional luzindo-lhe no rosto, comandou os legais no rescaldo. Com a ponta do cano de um mosquetão cutucava os corpos de um a um, procurando os feridos. A guarnição que viera de Belém trouxera ordens expressas do brigadeiro Andréa para fazer uma guerra sem quartel contra os cabanos, não poupar feridos nem fazer prisioneiros. Assim foi que centenas de infelizes, ali mesmo na areia branca da praia, sob o calor tépido dos primeiros raios da manhã, receberam o tiro de misericórdia; [...] A revolta dos cabanos fora definitivamente debelada e, na paz dos salões de Belém, o nome do coronel Teobaldo era pronunciado com pasmo e admiração. [...] Citado pelo brigadeiro Andréa no seu ‘Relato de Campanha’ como ‘o tigre do baixo-amazonas’. (SENA, 2002, p. 77 – 82)

Temos duas versões para a mesma história. Uma contada pelos vencedores, a outra pelos vencidos. Uma com o poder do discurso; a outra com o discurso calado e transformado.

Compreendemos a relação entre História e Ficção de forma incompleta, cada uma tentando complementar a outra. Sendo que as duas trabalham com temporalidades e características próprias, pois temos narradores e construções diferentes. Há uma tentativa de desvendar através da ficção, as teias do acontecimento ‘Cabanagem’. Temos personagens históricos como o Brigadeiro Andréa, nomeado pelo Império em Março de 1836 como o novo Presidente do Grão-Pará. E personagens fictícios, como o senhor Estefano que simboliza toda a classe de senhores da época. Há uma tessitura fictícia promovendo outros caminhos para a História da Cabanagem, uma construção do discurso literário como uma construção histórica, já que Ricoeur (2007) nos traz a narrativa como a linha tessitiva da História. Assim, podemos visitar essa História, dando-lhe outras leituras, dentre elas o viés de Nicodemos Sena ao nos apresentar as duas versões relacionadas à Cabanagem. E seguindo a orientação benjaminiana, temos fragmentos de um passado que não foi autorizado a ser publicado na época, porque os sujeitos das histórias não possuíam o poder, não tinham o direito de ser História. São fantasmas que



II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

existem até hoje na cidade de Belém. E quando se tenta questionar esse passado, alguns sujeitos não aceitam, pois pode modificar algo do presente, pode macular o passado de vários “heróis” construídos através das histórias oficiais.

Parametrizados em Foucault (1989), vivemos numa sociedade em que o poder é exercido de maneira centralizada e até violenta. E essa violência, às vezes, legalizada pelos poderes institucionais. O filósofo nos propõe desmascarar esses poderes, principalmente, os escondidos, os camuflados, aqueles que oprimem, que retiram as vozes, controlam e humilham qualquer grupo ou sujeito. E o discurso dos sujeitos da Amazônia foi por muito tempo, minado pelo discurso daquele que detinha o poder de voz, predominando o discurso do estrangeiro. Com uma história de escravidão, servilismo e injustiças, os discursos identitários dos sujeitos caboclo, índio, mulher foram cortados, modificados pelo colonizador. E na obra de Nicodemus Sena, especificamente o capítulo ‘Duas versões’ nos traz esta relação entre o poder violento legalizado em detrimento aos poderes escondidos, camuflados: o discurso dos jornais (cronistas) e o discurso da “*Madame Florinda, dona do bordel mais badalado do baixo-amazonas, filha de puta e neta de Vó Fuluca*”. (SENA, 2002, p. 78)

Para Hommi Bhabha, em *O local da cultura*, “a articulação social da diferença, da perspectiva da minoria, é uma negociação complexa, em andamento, que procura conferir autoridade aos hibridismos culturais que emergem em momentos de transformação histórica” (2005, p. 21). Conforme o teórico, a diferença cultural “é um processo de significação através do qual afirmações da cultura ou sobre a cultura diferenciam, discriminam e autorizam a produção de campos de força, referência, aplicabilidade e capacidade” (2005, p.63). Assim,

[...] os embates de fronteira acerca da diferença cultural têm tanta possibilidade de serem consensuais quanto conflituosos; podem confundir nossas definições de tradição e modernidade, realinhar as fronteiras habituais entre o público e o privado, o alto e o baixo, assim como desafiar as expectativas de desenvolvimento e progresso (2005, p. 21).

Temos então a demonstração que resgatar o passado da Cabanagem ocorrido na Cidade de Belém é necessário. Ouvir as outras narrativas sobre o acontecido nos trará uma cidade fraturada, com contradições sociais, e incompleta, como realmente são todas as cidades. Personagens como a Madame Fuluca nos revelam uma época, um contexto histórico, uma das partes da cidade de Belém. São essas partes da História que uma época, uma cidade, um passado. Nicodemus Sena nos presenteia com a versão de *Madame*





II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia (II SIS Cultura)
 Imaginário, Política Científica e Relações de Poder
 09, 10 e 11 de Novembro de 2016
 Manaus - Amazonas

Florinda sobre uma situação ainda bastante velada na Amazônia, a presença do negro. E nos faz refletir sobre as consciências estabelecidas e caladas, numa tentativa de elevar a alma, tanto do escritor quanto do leitor.

Como ficam esses passados?

Tanto Arminto quanto Madame Fuluca são personagens fragmentados, que contam uma história diferente da História vista pela sociedade e propagada pelos governantes.

Há em “Órfãos do Eldorado” a busca de uma identidade, por meio da rememoração da infância, da juventude e parte da velhice. Pois Arminto não se reconhece, é um ser fragmentado que viveu a sombra do pai, mesmo depois que ele faleceu, foi incapaz de dar continuidade as conquistas financeiras de Armando e Edílio Cordovil, perdeu-se entre a realidade e o sonho, encantado por uma moça, que supostamente poderia ser sua meia irmã ou madrasta, e que desaparece sem deixar vestígio. A personagem busca Dinaura por que imagina que a encontrando, encontrará a si mesmo, será, enfim, dono de seu destino. E Madame Fuluca participa de uma História vista e contada do ponto de vista de uma minoria, que não vê a destruição da revolta da cabanagem como genocídio e sim como instauração da ordem.

REFERÊNCIAS

- BENJAMIN, Walter. *Rua de mão única*. Rio de Janeiro, Brasiliense, 1987.
- _____. *Passagens*. Tradução de Irene Aron e Cleonice Paes Barreto Mourão e revisão de Patrícia de Freitas Camargo. Belo Horizonte/São Paulo: Editora UFMG/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.
- _____. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 7 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- _____. *Obras escolhidas. Vol. 1. Magia e técnica, arte e política*. Ensaio sobre literatura e história da cultura. Tradução de: Sérgio Paulo Rouanet. Prefácio de Jeanne Marie Gagnebin. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 222-232.
- HATOUM, Milton. *Órfãos do Eldorado*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- KUSSLER, Leonardo Marques; ROHDEN, Luiz. *As diferentes tomadas do conceito de memória em Paul Ricoeur*. Disponível em http://www.pucrs.br/edipucrs/XSalaoIC/Ciencias_Humanas/Filosofia/70455-. Acesso em 04 de janeiro de 2015.
- MOISÉS, Massaud. *Dicionário de termos literários*. 12 ed. revista e ampliada. São Paulo: Cultix, 2004.
- RICOUER, Paul. *A Memória, a história, o esquecimento*. Tradução de: Alain François [et al.] – Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2007.
- SENA, Nicodemos. *A espera do nunca mais – uma saga amazônica*. Pará: Cejup, 1999.